

PEDRO HENRIQUE MÁXIMO PEREIRA
(ORGANIZADOR)

ARQUITETURA E URBANISMO

e o tripé:

Sociedade, política e economia

 **Atena**
Editora
Ano 2023

PEDRO HENRIQUE MÁXIMO PEREIRA
(ORGANIZADOR)

ARQUITETURA E URBANISMO

e o tripé:

Sociedade, política e economia

 **Atena**
Editora
Ano 2023

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Camila Alves de Cremo

Ellen Andressa Kubisty

Luiza Alves Batista

Nataly Evilin Gayde

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2023 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2023 Os autores

Copyright da edição © 2023 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena

Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
 Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade de Coimbra
 Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
 Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
 Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
 Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
 Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
 Profª Drª Caroline Mari de Oliveira Galina – Universidade do Estado de Mato Grosso
 Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
 Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
 Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
 Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
 Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
 Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
 Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
 Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
 Profª Drª Geuciane Felipe Guerim Fernandes – Universidade Estadual de Londrina
 Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
 Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
 Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
 Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
 Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
 Prof. Dr. Jodeyson Islony de Lima Sobrinho – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
 Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
 Profª Drª Juliana Abonizio – Universidade Federal de Mato Grosso
 Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
 Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
 Profª Drª Kátia Farias Antero – Faculdade Maurício de Nassau
 Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
 Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
 Profª Drª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
 Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
 Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
 Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
 Profª Drª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
 Profª Drª Marcela Mary José da Silva – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
 Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
 Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
 Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
 Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
 Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
 Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
 Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Federal da Bahia /
Universidade de Coimbra

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Arquitetura e urbanismo e o tripé: sociedade, política e economia

Diagramação: Camila Alves de Cremonesi
Correção: Maiara Ferreira
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizador: Pedro Henrique Máximo Pereira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)	
A772	Arquitetura e urbanismo e o tripé: sociedade, política e economia / Organizador Pedro Henrique Máximo Pereira. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2023.
	Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-258-1292-2 DOI: https://doi.org/10.22533/at.ed.922232605
	1. Arquitetura. 2. Urbanismo. I. Pereira, Pedro Henrique Máximo (Organizador). II. Título.
	CDD 720
Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código Penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

É indissociável a relação entre o espaço e a dimensão humana. Afinal, o espaço só existe enquanto categoria analítica porque é derivado dessa existência que o nomeia, o mensura, o modifica, o constitui e o transforma. A ação humana sobre o meio, o *espaço*, é capaz de preservá-lo, produzir adaptações ou mesmo destruí-lo, acabando com as bases da sua subsistência ou extinguindo as condições de reprodução da vida. Em suma, a ação do homem sobre o espaço, intencional ou não, qualificadora ou não, deriva de sua natureza social, política e econômica.

As disciplinas e áreas que compõem o campo dos estudos sobre espaço, como a arquitetura e o urbanismo, são, indelevelmente, produtos da ação social e resultados da constituição societária do espaço. São eminentemente políticas, que se definem a partir da postura diante do estado atual das coisas, das consciências, e dos recursos materiais para a providência da vida. E, por fim, são resultados da própria distribuição destes recursos materiais, de como são produzidos, por quem e em quais condições.

Estes assuntos, de certo modo, são tratados neste livro da Editora Atena “**Arquitetura e urbanismo e o tripé: Sociedade, política e economia**”. É possível encontrar em seus 13 artigos diversos exemplos, ilustrações ou mesmo casos de como há uma incontornável aliança entre sociedade, política e economia.

A depender de como a equação que configura este tripé se configura ou no que resulta, é possível encontrar produções empáticas à diversidade e à diversificação, favoráveis à produção humana, acolhedoras à manifestação popular e à garantia da vida. Ou, no sentido oposto e derivado da ideologia neoliberal, provocadora de desigualdades, indutora da fragmentação do território urbano, pulverizadora da guetização da vida cidadina ou da manutenção da guerra latente, mas persistente, que sitia a todos e todas nas cidades do Sul Global.

Tendo em vista a diversidade que delineia este volume, as reflexões que suscita e os conflitos que evidencia, e, diante da impossibilidade de revelá-los antecipadamente, estimo boa leitura a leitoras e leitores!

Pedro Henrique Máximo Pereira

CAPÍTULO 1 1

A MODA E A POBREZA NA “BELLE ÉPOQUE”: AS REPRESENTAÇÕES DO RIO DE JANEIRO EM “TRISTE FIM DE POLICARPO QUARESMA” DE LIMA BARRETO

Isabella Lima Bezerra

Assis Daniel Gomes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9222326051>

CAPÍTULO 2 15

A ARQUITETURA DAS MISERICÓRDIAS: A PRODUÇÃO HISTÓRICA DAS SANTAS CASAS DO BRASIL

Livia Maria de Assis Moreira Siqueira

José Geraldo Simões Junior

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9222326052>

CAPÍTULO 3 31

O LEGADO ARQUITETÔNICO DOS POMERANOS LUTERANOS NO INTERIOR DO ESPÍRITO SANTO, BRASIL

Karla Fernanda da Silva Kiister

Melissa Ramos da Silva Oliveira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9222326053>

CAPÍTULO 4 48

CASA-GRANDE, CAIXA-FORTE: A ARQUITETURA BANCÁRIA EM UM PARALELO BRASIL-ESTADOS UNIDOS, 1929–1973

Marcos Amado Petrolí

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9222326054>

CAPÍTULO 5 64

DESIGN BIOFÍLICO APLICADO A PROJETOS DE ASSISTÊNCIA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Ricardo Morandin Figueiredo

Augusto Montor de Freitas Luiz

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9222326055>

CAPÍTULO 6 81

EL PALACIO DE BELLAS ARTES EN EL CENTRO HISTÓRICO DE LA CIUDAD DE MÉXICO, LUGAR DE MANIFESTACIONES ARTÍSTICAS DEL FEMINISMO, POR UN CAMBIO SOCIAL, ECONÓMICO Y POLÍTICO

María Guadalupe Valiñas Varela

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9222326056>

CAPÍTULO 7 98

LUTA CAMELÔ: CONTRADIÇÕES E CONFLITOS

Alessandra Oliveira Teles

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9222326057>

CAPÍTULO 8 107

NAVEGANDO NO PARAÍSO: CASA DOUGLAS, RICHARD MEIER, 1971-73

Silvia Lopes Carneiro Leão

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9222326058>**CAPÍTULO 9 127**

EXPERIÊNCIA DO ENSINO DE PROJETO PARA HABITAÇÃO MÍNIMA EM CROSS-LAMINATED TIMBER

Tatiana de Oliveira Chiletto

Mônica Duarte Aprilanti

Akemi Ino

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9222326059>**CAPÍTULO 10..... 140**

PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO E SUAS INTERFACES: DISSERTAÇÕES PUBLICADAS (2016-2018)

Letícia Ribeiro Neves

Graciana Goedert

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.92223260510>**CAPÍTULO 11 150**

PERCEPÇÃO AMBIENTAL E A REABILITAÇÃO DE EDIFICAÇÕES NOS CENTROS URBANOS: SEGURANÇA E APROPRIAÇÃO DOS ESPAÇOS

Josana Gabriele Bolzan Wesz

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.92223260511>**CAPÍTULO 12..... 164**

POLÍTICA PÚBLICA COMO OBJETO DE FOMENTO PARA O DESENHO URBANO: O CASO DA REVITALIZAÇÃO DO PORTO MARAVILHA

Raquel Ferraz Zamboni

Carlos Andrés Hernández Arriagada

Giovana Letícia Hernández Arriagada

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.92223260512>**CAPÍTULO 13..... 179**

POTENCIALIDADES DAS ESPLANADAS FERROVIÁRIAS NA PRESERVAÇÃO DA PAISAGEM URBANA: ESTUDO DE TRÊS CIDADES NA REGIÃO ALTA SOROCABANA

Arlete Maria Francisco

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.92223260513>**SOBRE O ORGANIZADOR 195****ÍNDICE REMISSIVO 196**

A MODA E A POBREZA NA “BELLE ÉPOQUE”: AS REPRESENTAÇÕES DO RIO DE JANEIRO EM “TRISTE FIM DE POLICARPO QUARESMA” DE LIMA BARRETO

Data de aceite: 02/05/2023

Isabella Lima Bezerra

Faz parte do programa de Residência Pedagógica, Residente na Escola de Ensino de Tempo Integral Governador César Calas de Oliveira Filho. Ajudante da Pesquisa “Migração, cosmopolitismo e ciência: os refugiados e a pobreza na História da América Latina e da África Contemporânea”, que é realizada pelo Doutor Professor Assis Daniel Gomes

Assis Daniel Gomes

Orientador, atualmente, professor do curso de História da UECE-FECLESC e professor colaborador do curso de Mestrado Acadêmico Interdisciplinar História e Letras da UECE-FECLESC

RESUMO: O intuito desse artigo é apresentar que em muitas obras literárias há uma forte presença da indumentária e da moda. Por isso, através do contexto social vivido em meados do século XX no Rio de Janeiro, muitas pessoas tinham comportamentos diferenciados quando o assunto era moda. Os indivíduos queriam usufruir de tudo que vinha de fora, até mesmo, as vestimentas oriundas da Belle Époque Francesa. Dessa forma, buscou-se analisar o comportamento dos

personagens da obra Triste fim de Policarpo Quaresma do autor Lima Barreto, tendo foco no personagem principal, Policarpo Quaresma, que possuía ideias contrárias às demais figuras do livro. Contudo, o final do século XIX e início do século XX, foi uma época marcada por transformações sociais e demográficas. Houve o fim da escravidão, consequentemente, novas populações movimentavam a cidade. Esses novos habitantes proporcionaram desarmonia nas cidades, sobretudo, no Rio de Janeiro, fazendo com que a elite quisesse se livrar dessas pessoas. Assim, o objetivo principal é olhar como a moda está presente nas representações feitas no livro sobre a cidade do Rio de Janeiro, além das análises dessas pessoas que lutam por sobrevivência e eram marginalizadas pela sociedade injusta do período.

PALAVRAS-CHAVE: Moda. Pobreza. Literatura. Lima Barreto. Belle Époque.

INTRODUÇÃO

A moda é um acontecimento que possui significados na estrutura social. Assim, como corroborado por Adilson Jose de Almeida (2005): “o significado é que

enquanto produto amplamente consumido e, portanto, constituindo objeto sempre presente na vida de pessoas de diferentes segmentos cada vez mais é percebido e analisado em seu papel nas relações sociais e de sociabilidade, respondendo a problemas de distinção social, de diferenciação entre gêneros, dos meios de expressão pessoal etc.” (ALMEIDA, 2005, p.199).

A moda faz parte da vida das pessoas, ela se relaciona a mudanças, a linguagens, por isso, é tão importante para afirmar os hábitos de um povo. A moda passa rápido, mas de acordo com as circunstâncias de tempo, de espaço, ela pode voltar, ou seja, ela se renova.

A renovação das formas se torna um valor mundano, a fantasia exhibe seus artifícios e seus exageros na alta sociedade, a inconstância em matéria de formas e ornamentações já não é exceção, mas regra permanente: a moda nasceu. (LIPOVETSKY, 2009, p. 24)

(...) a moda é formação essencialmente sócio-histórica, circunscrita a um tipo de sociedade. Não é invocando uma suposta universalidade da moda que se revelarão seus efeitos fascinantes e seu poder na vida social, mas delimitando estritamente sua extensão histórica. (LIPOVETSKY, 2009, p. 24 e 25)

“Mas até os séculos XIX e XX foi o vestuário, sem dúvida alguma, que encarnou mais ostensivamente o processo de moda; ele foi o teatro das inovações formais mais aceleradas, mais caprichosas, mais espetaculares.” (LIPOVETSKY, 2009, p. 25). Moda e história estão conectadas. A indumentária é de fundamental importância para demonstrar o período que vive aquele estilo. Ela representa os avanços culturais, sociais, inclusive, prosseguimento econômico e político.

Não é invocando uma suposta universalidade da moda que se revelarão seus efeitos fascinantes e seu poder na vida social, mas delimitando estritamente sua extensão histórica. (LIPOVETSKY, 2009, p. 25).

Os trajos usados por diferentes pessoas mostram sua classe social, sua profissão, demonstra o que você quer passar para a sociedade. E também, uma forma de linguagem que de certa forma é perceptível de entender. Moda e indumentária não são sinônimos apenas de se vestir, de andar com a roupa da moda. Entretanto, são áreas que expõem formas de se expressar. Estão ligadas à arte, à literatura, à história, à ciência e à religião.

Todo homem, selvagem ou civilizado possui uma alma coletiva na qual repousam todas as formas de arte, recebendo influências também da cultura de outros povos, que se reflete no modo de vestir. (NERY, 2009, p. 9)

Há quem diga que o mundo da moda é um universo de frivolidade, que é insignificante para uma pesquisa, para um estudo. Contudo, Lipovetsky, faz uma crítica a isso, dialogando que,

(...), o domínio da aparência ocupou um lugar preponderante na história da moda; se ele não traduz, à evidência, toda a estranheza do mundo das futilidades e da superficialidade, ao menos é sua melhor via de acesso, porque a mais bem conhecida, a mais descrita, a mais representada, a mais comentada. Não há teoria ou história da moda que não tome o parecer como

ponto de partida e como objeto central de investigação. (LIPOVETSKY, 2009, p. 25 e 26)

O vocábulo moda exprime jeito, técnica, hábito e atitude, decorrente do latim *modus*. Há relatos de que a moda e a vestimenta surgiram para proteção do corpo. Desse jeito, segundo Nery, “na era glacial, bem antes das primeiras civilizações da Mesopotâmia e do Egito, de clima temperado e até tropical, os habitantes da Europa foram obrigados a cobrir os corpos com peles por causa do frio”. (NERY, 2009, p.15)

A caça não era mais para saciar a fome, o intuito era utilizar as peles dos animais, os ossos e até os dentes também eram usados, e serviam como agulhas. Porém, as peles eram bastante duras, então foi realizada a técnica da mastigação, a qual era feita por mulheres, cujo intuito era tornar a pele maleável.

Depois disso, ao descobrirem as técnicas de sobrevivência, os humanos passaram a colocar folhas de salgueiro e carvalho em água com o propósito de extrair o ácido tânico, o couro era mergulhado nessa substância. Isso pode ser visto hoje como o curtimento do couro.

A roupa de nossos antepassados foi às vezes só ornamental (corpos pintados ou adornados com jóias ou máscaras). O homem enfeitava-se primeiro com troféus para demonstrar sua superioridade como chefe diante de outros e como autoridade de macho diante da mulher. Esta também se adornava, mas num plano inferior ao homem, que usava perfume, peles, jóias, tecidos preciosos e até perucas, para todas as glórias hierárquicas. Ele precisava se enfeitar, enquanto às mulheres cabiam modismos apenas para expressar sedução. A vestimentas durante milhares de anos, deram aos homens o poder de se auto-afirmar e demonstrar virilidade visualmente e, às mulheres, o de exibir seu charme. Com o avanço da civilização, a roupa foi-se adaptando às novas técnicas têxteis. Todo período histórico tem seu estilo próprio, substituindo sempre a moda anterior; a nova moda é derivada de uma velha, e a criação de algo novo requer uma pesquisa do que já foi. (NERY, 2009, p. 10).

Assim, é perceptível que no decorrer dos séculos a vestimenta diz muito sobre o que a pessoa quer passar. Além disso, mostra a posição que a mulher sempre teve na sociedade. Apesar dos avanços, ainda é corriqueiro o homem tratar a mulher como um ser inferior. Diante desse cenário, é importante salientar que o final do século XIX e início do século XX, foi marcado pela Belle Époque, movimento modernista estabelecido por descobertas, invenções, avanços, fatores sociais e economia. O europeu acreditava que vivia uma Bela Época. E realmente foram bons tempos.

Vivenciaram as descobertas e invenções de bicicletas, automóveis, avião, telefone, telégrafo, fotografia e cinema. “(...) Foi o período dos trens a vapor, que substituíram as carruagens dos correios, os navios e as caravelas. O telegrafo aproximou os continentes, o canal de Suez encurtou o caminho para as Índias.” (NERY, 2009, p. 184).

Outro ponto de relevância citado por Nery foi,

As máquinas e os fertilizantes químicos aumentaram a produção agrícola. Na

era industrial do fim do século XIX, a evolução técnica beneficiou também a esfera têxtil. Por volta de 1870, a máquina de costura patenteada em 1851 por I. M. Singer realmente funcionou, possibilitando uma elaboração muito grande do traje feminino. Desde a segunda metade do século, começaram a ser vendidas as primeiras roupas prontas nas grandes lojas de departamentos (os shoppings da época) de Paris, como o Printemps, a Galerie Lafayette e o Bon Marché. Estavam criados o prêt-à-porter e o ready to wear atuais, a fabricação em série, mesmo que ainda de qualidade duvidosa. (NERY, 2009, p. 184).

Nos primeiros anos do século XX, antes do começo da Primeira Guerra Mundial, em 1914, aconteceu um período conhecido na França, como Belle Époque. Foram anos marcados por grande extravagância, festas e bailes, uma época que será lembrada como “as últimas loucuras da alta sociedade”. (NERY, 2009, p. 194)

Diante do exposto, no Brasil, as pessoas queriam se vestir, se comunicar, se expressar como estava ocorrendo na Europa, devido à Belle Époque. O livro Triste Fim de Policarpo Quaresma de Lima Barreto mostra que era corriqueiro as pessoas, principalmente, da classe média e alta, quererem o que vinha de fora do Brasil. No Rio de Janeiro também foi assim, mesmo com o calor as pessoas vestiam com muito glamour e sofisticação os vestidos longos, com espartilhos, nos trajes femininos. Já nas vestimentas masculinas era costumeiro o fraque, a cartola.

Portanto, o objetivo principal é olhar como a moda está presente nas representações feitas no livro sobre a cidade do Rio de Janeiro e como esse período foi tão difícil para as pessoas mais pobres, estas foram privadas do convívio social, viviam em ruas e casas superlotadas. A região que viviam essas pessoas era da época do Colônia e do Império.

METODOLOGIA

Para o desenvolvimento deste artigo, caminhamos por uma ampla bibliografia que abordam a história da indumentária e da moda, além de livros que versam sobre o período da Belle Époque no Brasil. Isso nos ajuda a analisar as representações sobre a moda no Rio de Janeiro na obra literária Triste fim de Policarpo Quaresma. Entendemos, para isso, o conceito de representação de acordo com Nicolau Sevcenko (1999)

O desenvolvimento do conhecimento humano também está intrinsecamente ligado à característica gregária (comunitária). Assim, o saber de um indivíduo é transmitido a outro, que, por sua vez, passa este saber a um terceiro. (KAUARK, 2010, p.18)

Foi utilizando métodos indutivos por intermédio de uma pesquisa qualitativa. Assim, o estudo expõe uma pesquisa de procedimento bibliográfico e de objetivo exploratório. Dessa forma, bibliográfico por causa do entendimento e elaboração a partir de livros, bem como, de artigos científicos dentre alguns sites disponíveis na internet.

Desde que remetam tanto a obra literária, como o período da Belle Époque no Rio de Janeiro, além da história da indumentária e da moda. Escolhemos dar foco no personagem

do Policarpo Quaresma a fim de verificar como as mudanças culturais e de comportamento são expressas por ele durante o desenvolvimento da narrativa literária. Além disso, analisar a insalubridade vivida pelas pessoas pobres da época, levando em consideração o cenário das doenças, da miséria, da carência das moradias, enfim, da tensão social.

“O Método Científico surgiu como uma tentativa de organizar o pensamento para se chegar ao meio mais adequado de conhecer e controlar a natureza.” (KAUARK, 2010, p.20). Sobre este posicionamento, Kauark ensina, “No século XIX, a ciência passou a ter maior atenção, crescendo muito em número de adeptos e pesquisadores. Parecia que tudo só tinha explicação através da ciência. Como se o que não fosse científico não correspondesse à verdade. (...) A ciência passou a assumir uma posição quase religiosa diante das explicações dos fenômenos sociais, biológicos, antropológicos, físicos e naturais”. (KAUARK, 2010, p.21)

De acordo com o ponto de vista da natureza das pesquisas e da abordagem do problema, respectivamente: pesquisa básica e qualitativa. Permitindo a compreensão e interpretação dos textos, assimilando e descrevendo sobre o assunto em questão. Assim, Kauark expressa que,

Pesquisa Básica: objetiva gerar conhecimentos novos úteis para o avanço da ciência sem aplicação prática prevista. Envolve verdades e interesses universais. Pesquisa Qualitativa: considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. É descritiva. Os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem. (KAUARK, 2010, p.26)

Ainda nesse sentido, afirma Kauark,

Coleta de Material/Informações - Nesta fase, buscam-se os instrumentos necessários para a consecução da pesquisa. Dependendo da natureza do trabalho, varia o tipo de material a ser procurado e estudado. As fontes principais, na maioria das vezes, são as bibliográficas: livros, revistas especializadas, jornais, internet, outros trabalhos acadêmicos, entre outros. No levantamento bibliográfico deve-se atentar, na leitura, para questões consideradas importantes para o desenvolvimento da pesquisa. (KAUARK, 2010, p.30)

A investigação foi realizada em três etapas, sendo a primeira um mini artigo sobre o que seria este, a segunda foi feita uma pesquisa relacionada a historiografia e as fontes históricas que foram entregues ao professor, e, a partir disso, foi confeccionada a introdução do artigo. Diante disso foi usado três livros sobre a moda, intercalados entre história, comunicação e sociabilidade da moda. O livro literário de Lima Barreto, assim como os livros de Nicolau Sevcenko (Literatura como Missão e a História da Vida Privada

no Brasil).

AS REPRESENTAÇÕES DA MODA E DA POBREZA NO RIO DE JANEIRO NO TEMPO DA “BELLE ÉPOQUE”

Nas perspectivas de Nicolau Sevcenko, Lima Barreto e também Euclides da Cunha, esses dois tinham o pensamento de que algo deveria ser feito pelo povo brasileiro, expor o cenário da miséria, da situação que muitos viviam ao serem desprezados pelo governo, resultado da distribuição política e social do Brasil perante tanto ao Brasil Império, como ao Brasil República. Assim, é importante salientar que,

Lima Barreto atacou com violência a oligarquia mineiro-paulista, que promovia a “valorização do café” e as suntuosas obras públicas da área metropolitana do Centro-Sul, enquanto o trabalhador agrícola permanecia “quase sempre errante de fazenda em fazenda, donde é expulso por qualquer dá cá aquela palha, sem garantias de espécie alguma – situação agravada pela sua ignorância, pela natureza das culturas, pela politicagem roceira e pela incapacidade e cupidez dos proprietários. (SEVCENKO, 1999, p.15)

Lima Barreto também se manifestou em relação a modernização do Rio de Janeiro com o advento da Belle Époque. Ele possuía uma “voz solidária” e ideias contrárias a como se desenvolvia essa situação.

Para ele, os homens ricos, os agentes imobiliários, os pseudo-urbanistas, que se empenhavam em loteamentos para valorizar e especular os terrenos pantanosos de Copacabana, Ipanema e Leblon, não estavam preocupados com a natureza. Só pensava mesmo em ganhar dinheiro, à custa de favores da Prefeitura. “Excessivamente urbana – escrevia Lima Barreto por volta de 1919 -, a nossa gente abastada não povoa os arredores do Rio de Janeiro de vivendas de campo, com palmares, jardins, que os figurem graciosos como a linda paisagem da maioria deles está pedindo. Os nossos arrabaldes e subúrbios são uma desolação. As casas de gente abastada têm, quando muito, um jardimzinho liliputiano de polegada e meia e as da gente pobre não tem coisa alguma. ” (SEVCENKO, 1999, p.15 e 16)

Diante disso, Lima Barreto denunciou que a “paisagem” do Rio de Janeiro vai sendo “melhorada” para satisfazer uma parte da sociedade que não aceita todos, que é inerte ao ver o sofrimento alheio e que abandona os mais necessitados. Como ele tinha uma liberdade para criação de suas obras ele enfatizava o testemunho de uma realidade vivida pela sociedade, com isso, era apontado os conflitos, as revoltas historiograficamente e literariamente concentrados no espaço social.

Dessa forma, Lima Barreto ficou órfão de mãe ainda criança, concluiu os estudos com muito esforço e guardou uma memória dramática do golpe de 15 de novembro de 1889, o duríssimo governo de Floriano Peixoto. Sua trajetória foi marcada de dificuldades, discriminações e preconceitos, muitos devido à cor da sua pele. Por isso em suas obras ele predominava a riqueza brasileira e mostrava os absurdos cometidos por uma sociedade

injusta e racista.

Lima Barreto sempre ficou conhecido por suas obras literárias retratarem situações críticas ocorridas no Brasil, com por exemplo, preconceito, pobreza e acontecimentos políticos. Porém em sua obra *Triste fim de Policarpo Quaresma* ele retrata muito bem a vestimenta dos indivíduos que surgiu a necessidade de um estudo mais aprofundado em relação a obra, o contexto vivido pelos personagens, elencado com o período da Belle Époque, pois o enredo da trama se passa justamente no final do século XIX, tempo em que começou a Bela Época, tradução brasileira. Esta termina apenas no início do século XX. Além disso, são enfatizados o preconceito, o governo autoritário e as mazelas dos mais humildes.

Assim, O romance *Triste fim de Policarpo Quaresma*, foi escrito por Lima Barreto e publicado em 1915, tornando-se sua obra mais conhecida. Agradando a escritores modernistas na Semana de Arte Moderna, em 1922. Mesmo ano em que faleceu, Lima Barreto. O enredo da obra passa no Rio de Janeiro em meados de 1890, onde a “mediocre” classe média imitava o povo europeu e julgava como louco, Policarpo Quaresma, um ingênuo, visionário e patriota.

Era subsecretário do Arsenal de Guerra conhecido como Major Quaresma, tinha esse apelido, pois havia sido indicado para a guarda municipal, tinha sua farda pronta, mas a nomeação nunca aconteceu. A farda, foi o próprio Policarpo quem mandou fazer. Policarpo, morava com Adelaide, sua irmã mais velha. Não recebia muitas visitas a não ser de seu compadre Coleoni, sua afilhada Olga e um amigo seresteiro Ricardo Coração dos Outros, este, por ser violeiro, era malvisto pela sociedade, Policarpo era menosprezado por ser visto com Ricardo. Quaresma nunca deu importância a isso.

Como a sociedade do Rio de Janeiro foi se desenhando para se parecer mais “chique”, os costumes mais corriqueiros foram sendo deixados de lado, como o uso do violão e, conseqüentemente, da serenata. Violão, instrumento popular, renomado pelas conhecidas modinhas. Tocar violão tinha o mesmo sentido de vadiagem. Fazendo com que houvesse perseguição policial aos violeiros. Contudo, Policarpo Quaresma sabia que o violão era um sinônimo da cultura popular e não poderia ser menosprezado, por isso, ele nunca deu ouvido as pessoas que o criticavam ao ser visto com Ricardo Coração dos Outros.

É importante salientar que, muitas cidades brasileiras nascidas no período colonial e localizadas próximas ao litoral já eram tidas como hegemônicas¹. Como é o caso de Recife, Rio de Janeiro, Belém, São Luís, entre outras. Eram o centro da manufatura em direção ao mercado externo. Além disso, polo da ostentação militar e burocrática. Sobre este posicionamento, Airton de Farias, explica,

Sabemos que o período monárquico brasileiro, sobretudo o II Reinado (1840-89), caracterizou pelo centralismo político. Isto significa que as elites do

1 Hegemonia – atuação dominante sobre uma cidade em relação a outra.

sudeste brasileiro e o governo imperial (cuja sede encontrava-se naquela região, no Rio de Janeiro), visando conservar a integridade territorial do país, conter as revoltas que eclodiam vez por outra e conservar e fazer prevalecer seus interesses, sobrepuseram-se ao resto do país submetendo as oligarquias regionais. (AIRTON DE FARIAS, 2012, p. 177).

Airton de Farias ainda expressa que,

Nesse sentido, houve por parte da monarquia a postura intencional de tornar as capitais das províncias verdadeiros núcleos a serviço da ordem social e da unidade territorial desejadas contra qualquer pretensão autonomista/separatista que as oligarquias regionais possuísem. De certo modo, reproduziu-se nas províncias com suas respectivas capitais o centralismo que havia do Rio de Janeiro em relação do resto do Brasil. O império tomou diversas medidas para estimular e reforçar o papel das capitais como grandes centros locais do poder político, econômico, militar e administrativo – aquelas capitais, por isso, tornaram-se, em cada província, os núcleos urbanos que mais recebiam investimentos e obras, mais recolhiam a produção interiorana para exportação, mais captavam tributos para o governo, etc. E quanto mais as capitais prosperavam, mais investimentos e poderes elas obtinham, levando a mais prosperidade e à hegemonização urbana, enquanto as outras vilas e cidades das províncias eram esvaziadas. (AIRTON DE FARIAS, 2012, p. 177 e 178).

No final do século XIX para o início do século XX, Rio de Janeiro foi afrancesado, foi consumido pela cultura europeia, sobretudo, a francesa. Paris era uma inspiração para a modernidade do Rio. Como certificado por Costa (2000), a França influenciou a educação, a literatura, a arquitetura e a moda.

Quaresma era criticado por não ter formatura e sempre ser visto com livros, a maioria deles eram de autores brasileiros. Estudou a Pátria, história, geografia, literatura e política brasileira. Conhecia muito bem inglês, francês e alemão, mas se dedicava completamente à língua Tupi-Guarani. Policarpo Quaresma apoiava com todo coração a cultura brasileira, a língua oficial dos nativos, a gastronomia e principalmente sua vestimenta. Porém era uma época que todos queriam imitar os europeus, por isso, Policarpo se destaca sobre os demais personagens.

O personagem Policarpo Quaresma era bastante criticado, mal-entendido pelas outras pessoas do enredo, ele não gostava dos indivíduos quererem imitar a cultura europeia. Até sua irmã Adelaide, não o compreendia. Sendo que o Brasil é um país com seus próprios aspectos sociais. Quaresma era visto como louco, mas ele também enxergava como um visionário e patriota. Com certeza. Ele era bem mais um visionário e patriota do que um louco. “Mais do que uma ilustração, o enredo desse bailado é quase um sinônimo de época. Conhecido como a “era da sciencia”, o final do século XIX representa o momento do triunfo de uma certa modernidade que não podia esperar”. (COSTA, 2000, p. 9) Estamos falando, portanto, “de um momento em que uma certa burguesia industrial, orgulhosa de seu avanço, viu na ciência a possibilidade de expressão de seus mais altos desejos”. (COSTA, 2000, p. 10)

Na tentativa de tornar o Tupi-Guarani como a língua oficial do povo brasileiro em substituição ao Português, Quaresma fez um requerimento e mandou ao Congresso Nacional, pedindo que a língua oficial do povo brasileiro fosse essa. Recebeu diversas críticas, pois tentara resgatar as tradições e manter as memórias, os costumes e a originalidade brasileira.

Essa nova época era contra aos costumes populares. Devido ao aperfeiçoamento da cidade, as populações mais humildes tiveram que sair dos arredores mais centrais do Rio de Janeiro, gerando as favelas. O Rio passou a ter uma boa condição financeira com a indústria cafeeira, fazendo ser o maior centro comercial e político do país. Como corroborado por Sevcenko,

Sede do Banco do Brasil, da maior Bolsa de Valores e da maior parte das grandes casas bancárias nacionais e estrangeiras, o Rio polarizava também as finanças nacionais. Acrescente-se ainda a esse quadro o fato de essa cidade constituir o maior centro populacional do país, oferecendo às indústrias que ali se instalaram em maior número nesse momento o mais amplo mercado nacional de consumo e de mão-de-obra. (SEVCENKO, 1999, p.27)

É absurdo um centro político e econômico ter tanta gente pobre vivendo no desconforto e na insalubridade. A Belle Époque trouxe um ar de progresso aos cariocas, esse progresso era acompanhar os modelos e os movimentos europeus, tendo a burguesia os primeiros a desfrutarem desse “progresso”, o mundo prospero, civilizado, europeizado, promissor à burguesia. A Bela Época também proporcionou uma ambição pelo consumo, como citado no livro de Sevcenko: “Uma verdadeira febre de consumo tomou conta da cidade, toda ela voltada para a “novidade”, a “última moda” e os artigos *dernier bateau*”. (SEVCENKO, 1999, p.28)

A nova sociedade carioca foi orientada a uma conquista do novo, e as regalias da Bela Época não media aos exageros,

A única tentativa de aprimoramento do gosto que parece ter resultado é a que se refere à moda. O que é mais facilmente compreensível se tivermos em conta a formação de um mercado internacional de tecidos, roupas, modelos e de todo o arsenal de apetrechos femininos e masculinos da Belle Époque, que se baseava justamente na reciclagem, no hemisfério sul, dos excedentes dos estoques europeus ao fim das estações. (SEVCENKO, 1999, p.38)

A vestimentas da Belle Époque foi,

O novo cenário suntuoso e grandiloquente exigia novos figurinos. (...). Também em relação à vestimenta verifica-se a passagem tradicional sobrecasaca e cartola, ambos pretos, símbolos da austeridade da sociedade patriarcal e aristocrática do Império, para a moda mais leve e democrática do paletó de casemira clara e chapéu de palha. O importante agora é ser chic ou smart conforme a procedência do tecido ou do modelo. (SEVCENKO, 1999, p.31)

Ainda nesse sentido, Costa afirma que,

Os trajes – em especial as camisas para homens – eram importados da

Franca; sorvetes ou gelados, semelhantes aos da Europa, eram anunciados no Café Glacier; perfumes como o L'Origan chegavam da França, assim como os chapéus, a coqueluche do momento. Então na moda, para as mulheres, os grandes chapéus de palha e os chamados cloche. Muitos outros modelos vêm de Paris e são sempre batizados com nomes estrangeiros: Empire, Rembrandt, Sainsborough, Lambelle. A civilização, também, matéria de consumo. (COSTA, 2000, p.69,70)

Sendo que na perspectiva de Lipovetsky,

O reino da moda generalizada leva a seu ponto culminante o enigma do ser em conjunto próprio à era democrática. Trata-se de compreender como uma sociedade fundada na forma moda pode fazer coexistir os homens entre si. Como pode ela instaurar um elo de sociedade quando não cessa de ampliar a esfera da autonomia subjetiva de multiplicar as diferenças individuais, de esvaziar os princípios sociais reguladores de sua substância transcendente, de dissolver a unidade dos modos de vida e das opiniões? (LIPOVETSKY, 2009, p. 310)

“(…), a belle époque, com seus costumes extravagantes e hábitos mundanos, (...)”. (COSTA, 2000, p.22) “(...) A moda e o costume são as duas grandes formas de imitatividade que permitem a assimilação social das pessoas (...)”. (LIPOVETSKY, 2009, p. 311)

Diante desses fatos, é importante situar que os navios europeus, em especial os da França não transportavam apenas figurinos, mobília e roupas em geral, mas também, livros e informações. Afinal, tudo o que fosse consumido por uma sociedade moderna, otimista e perspicaz.

Após a tentativa frustrante de Quaresma pedir que a língua Tupi-Guarani fosse a oficial dos brasileiros, ele desde então passa a ir ao trabalho com o fraque e começa a usar na cabeça um cocar. Uns dias depois, Policarpo foi internado em uma casa de saúde, especificamente, um manicômio. Para muitas pessoas ele estava louco, será que o seu patriotismo o deixa perturbado? Ou eram os indivíduos que não o compreendiam?

A cultura da língua Tupi-guarani é algo esquecido por muitos brasileiros, Policarpo via isso como um absurdo, já que as pessoas sabiam outra língua e a Tupi-guarani que faz parte da história brasileira era esquecida: “É como se a cidade virasse um simulacro, uma representação daquela burguesia liberal ” (COSTA, 2000, p. 22). Policarpo Quaresma era conhecido por major Quaresma, usava um cavanhaque, era um indivíduo magro e baixo. Um conceito que define como era Quaresma: “(...) vestia sempre fraque, preto, azul, ou cinza, de pano listrado, na cabeça era usado cartola com abas curtas e muito alta. Toda matéria prima para confecção do seu vestuário era brasileira”. (BARRETO, 1998, p.18).

Por meio desta citação, pode-se perceber que mesmo usando materiais brasileiros para confecção de suas vestimentas, Policarpo era de certa forma bem vestido e não fugia da vestimenta oriunda da época, apenas as suas eram feitas com todos os materiais brasileiros, desde a produção dos tecidos até a peça final.

Há mudanças em relação a vestimenta dos personagens no decorrer do enredo,

de acordo com o espaço e a necessidade de conforto na vestimenta. “(...) A exigência de autonomia privada se reencontra nas ações coletivas, doravante muitas vezes independentes, em sua origem, das direções das grandes organizações políticas e sindicais. (...)”. (LIPOVETSKY, 2009, p. 326)

No livro *Triste fim de Policarpo Quaresma* é relatada também a vestimenta de outros personagens, como a do presidente Floriano Peixoto e a de Ricardo, o amigo seresteiro de Policarpo. Dentre outros. Diante desse cenário, tem-se, “(...) Floriano vestia chapéu de feltro mole, abas largas, e uma curta sobrecasaca surrada. Tinha um ar de malfeitor ou de exemplar chefe de família em aventuras extraconjugais”. (BARRETO, 1998, p. 167)

É perceptível que a obra literária fala muito sobre as transformações urbanas e projeções sociais vividas no Rio de Janeiro naquele período. Lima Barreto descreve que os subúrbios do Rio de Janeiro não se pareciam com as grandes cidades da Europa, e destaca ainda que se existissem jardins nos subúrbios, eles não eram bonitos, eram desarrumados.

Lima Barreto enfatiza que os municípios eram bem cuidáveis “como citado: variáveis e caprichosos”. Contudo, nas ruas umas tinham calçadas e outras viviam como intitulado “estado de natureza”. Dessa forma, foi citado a moradia o violeiro. “Ricardo Coração dos Outros morava em uma pobre casa de cômodos de um dos subúrbios. Não era das sórdidas, mas era uma casa de cômodos dos subúrbios”. ((BARRETO, 1998, p. 91)

O Rio de Janeiro também foi palco para novas perspectivas de vida. A pessoas viam na cidade grande um novo rumo para sua vida. Esses habitantes mais abastados da sociedade carioca no período da Belle Époque foram os ex-escravos e alguns moradores urbanos, eles pensavam que o Rio ia possibilitar melhoria de vida. Nesse período houve migrações e imigração.

Contudo, ao se alocarem no centro da cidade essas pessoas foram impugnadas, a sociedade elite não gostou do tumulto nas ruas, assim, como analisado por Paulo César Garcez Marins, em *História da vida privada*,

Tumulto e desordem foram palavras fácil e comumente aplicadas à dinâmica das capitais já republicanas, à ocupação de suas ruas e casas, e a seus habitantes, cada vez mais numerosos e movediços. As elites emergentes imputavam-se o dever de livrar o país de que consideravam “atraso”, atribuído ao passado colonial e imperial do país, e visível na aparente confusão dos espaços urbanos, povoados de ruas populosas e barulhentas, de habitações superlotadas, de epidemias que se alastravam com rapidez pelos bairros, assolando continuamente as grandes capitais litorâneas. (*História da vida privada*, 1998, p.132 e 133)

Fazia parte do interesse público a privacidade das populações parisienses, mas as periferias, justamente as que não podiam viver e conviver como a elite parisiense, eram geograficamente excluídas do contexto social. Esse processo de excluir parte da sociedade fez com que muitos cidadãos fossem tidos como marginais, forasteiros. Ainda, essas pessoas lutavam para sobreviver, viviam em casebres, os cômodos eram pequenos, não

tinham higiene e o pior era a fome e as doenças que se alastrava rapidamente.

As doenças eram consequências das insalubridades vividas, do péssimo abastecimento de água, das ruas sujas, da falta de higiene. As principais doenças eram a tuberculose, a febre-amarela, a malária, a cólera-morbo, a lepra, a varíola e a peste bubônica, esta última, por volta do final do século XIX, fez muitas vítimas.

Os efeitos das epidemias e endemias eram multiplicados por causa dos ainda incipientes resultados profiláticos da medicina científica, às vésperas do salto microbiológico, e das práticas curativas vindas das tradições africana e hipocráticas, muito disseminadas na capital. (História da vida privada, 1998, p.140). Sobre esse patamar, é importante salientar que teve as vacinas,

“As práticas sanitárias consagrariam os ditames da medicina científica contra o curandeirismo. A obrigatoriedade oficial de vacinação contra a varíola geraria em 1904 o mais intenso levante popular havido no Rio de Janeiro, a Revolta da Vacina, que transformaria o centro da cidade num caos de quebra-quebras e barricadas”. (História da vida privada, 1998, p.143.)

Entretanto, muitas pessoas não foram engajadas nesse novo ponto de vista de entender as coisas. Assim,

Ainda que a Revolta da Vacina tenha sido totalmente debelada, os projetos de exclusão social e espacial empreendidos na capital da jovem República foram, com certeza, abalados pelo grito de alerta das populações que eram o alvo das reformas da Belle Époque carioca. (História da vida privada, 1998, p.158.)

Diante desse cenário, o romance da obra é entre Policarpo e sua afilhada. O enredo mostra também um presidente ditador e que se aborrecia rapidamente. Policarpo não se metia com política, para ele todos eram seus amigos, inclusive o presidente do enredo. No final do livro, ele vai assumir o seu posto de major, mesmo com objeção, Quaresma aceitou o posto de carcereiro, na Ilha das Enxadas, esse lugar era onde estavam os marinheiros prisioneiros. Infelizmente, ele é morto pelos companheiros de farda. O major morre heroicamente, com sua personalidade, com sua dignidade.

Mesmo que a obra literária (fictícia de certo modo) retrate muito bem o Rio de Janeiro em meados da década de 1890, ela pode ser confundida com o que aconteceu de fato na Belle Époque brasileira, que apenas acabou em 1914, com a chegada da Primeira Guerra Mundial. Contudo, no Brasil, há relatos que esse período terminou mais tarde, por volta da década de 1920.

No livro literário, é relatado uma parte que pode ser usada no final da Belle Époque, quando se deu o início da Primeira Guerra Mundial,

As balas ficaram na moda. Eram alfinetes de gravata, berloques de relógio, lapiseiras, feitas com pequenas balas de fuzis: faziam também coleções das médias e com os seus estojos de metal, areados, polidos, lixados, ornavam os consolos, os dunkerques das casas medias; as grandes, os melões e as aboboras, como chamavam, guarneciam os jardins, como vasos de faiança

É observado na concepção de Nery que,

A Primeira Guerra Mundial produziu um profundo efeito sobre a moda. A emancipação da mulher, a tendência de igualdade entre os sexos e o amor livre surgiram após o cadastramento de mulheres para substituir a força de trabalho masculina nos serviços de saúde, transporte, indústria e agricultura, o que lhes trouxe também a independência econômica. Como consequência evidente, houve modificações radicais na roupa feminina que, nos anos seguintes, passou a buscar uma linha funcional. A moda masculina também ficou mais simples e uniforme. (...) (NERY, 2009, p.195)

Diante do exposto, Lima Barreto ao escrever esse romance colocou pontos de vistas que foram retratados além do tempo da obra, como o governo severo, que ainda pode ser visto em pleno século XXI, pessoas que não usufruíram do que tinham, que queriam algo sempre de fora, e até mesmo uma certa guerra, gerada em torno do governo, com muita injustiça e crueldade, não se solidarizava com o próximo. Enfatizando, a situação da pobreza que assolava a época, mas que era mascarada em meio aos otimismo da Belle Époque.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil entrou na Belle Époque com um ar de modernidade, com confiança e otimismo. O que não se esperava era que essa modernidade fosse levar as pessoas urbanas para as grandes cidades, principalmente, Rio de Janeiro, o que ocasionou uma certa desordem ao que a sociedade consumista esperava.

Assim, a moda passou a fazer parte da vida das pessoas. Os indivíduos ficaram seduzidos e fascinados com as novidades vindas da Europa, com a Belle Époque, a busca de novas formas de se colocar no mundo, de se expressar deixou os brasileiros dominados. Ocasionalmente mudanças no comportamento dos indivíduos.

A indumentária é um termo muito importante, pois se relaciona ao comportamento de determinados indivíduos e com o contexto vivido em sociedade. Dessa forma, torna-se evidente que o Brasil é o foco principal que motiva Policarpo Quaresma, e o foco do artigo ser baseado na cidade do Rio de Janeiro, onde a Belle Époque foi excêntrica até demais para a cultura e clima do lugar, mostra que a decisão das pessoas influenciava nas suas emoções nos seus sentimentos, na forma de se representar para a sociedade.

É notável a evolução do vestuário na história da moda. Essa evolução é relacionada às manifestações culturais, políticas e econômicas. A moda é um campo de conhecimento gigantesco. Ela está relacionada a arte, arquitetura e história do homem, dentre tantas outras coisas. Assim, moda é usada em diversos contextos, está ligada à história, ao momento de uma determinada época. Até mesmo em uma época de luxo, existia muita pobreza por detrás da idealização de algumas pessoas. Fazendo com que a movimentação de muitas

pessoas em uma área fosse desprovida de uma organização social, de um convívio social.

Salienta-se também que a moda é um fenômeno universal, ela faz parte da vida das pessoas, hoje, cada pessoa se veste da maneira mais conveniente para si. Entretanto, no final do século XIX e início do século XX vestir-se igual as pessoas parisienses era corriqueiro. Contudo, as pessoas mais abastadas não podiam consumir a idealização que a Belle Époque construía na vida dos indivíduos.

Quando Policarpo Quaresma, não aceita a cultura europeia, não quer dizer que ele seja louco ou alguma coisa do tipo, mas que ele tem uma visão para enxergar além do que as outras pessoas. O Brasil é um país miscigenado, de várias culturas, e como já pensava o personagem Policarpo, é um país que pode ter sua moda e sua própria identidade dentro dos diferentes grupos sociais. Assim como a moda, as culturas brasileiras estavam dentro do personagem, também estão em cada indivíduo da sociedade.

Logo, para muitos, a moda é futilidade, porém, é um fenômeno global, que não faz parte apenas da estética e da vaidade. Todavia, é a forma de se colocar na sociedade. Portanto, vestir-se de roupas confeccionadas no Brasil e com toda matéria-prima brasileira, mostra a autenticidade de Policarpo Quaresma. Usar roupas que não condizem com a sua cultura não é autenticidade, mas uma cópia do que ocorria fora do país.

REFERÊNCIAS

BARRETO, Lima. Triste Fim de Policarpo Quaresma. São Paulo: FTD, 1998.

COSTA, Angela Marques; SCHWARCZ, Lília Moritz. 1890 – 1914: no tempo das certezas. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

FARIAS, Airton de. História do Ceará. Fortaleza: Armazém da Cultura, 2012.

KAUARK, Fabiana. Metodologia da Pesquisa: Guia Prático. Itabuna: Via Litterarum, 2010.

LIPOVETSKY, Gilles O império do efêmero: a moda e seu destino nas sociedades modernas. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

WAJNMAN, Solange; ALMEIDA, Adilson José de Almeida (Orgs.) Moda e conhecimento: interface acadêmica da moda. -- São Paulo: Arte e Ciência, 2005.

NERY, Marie Louise. A evolução da indumentária: subsídios para criação de figurino. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2009.

SEVCENKO, Nicolau. Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República/ Nicolau Sevcenko. – São Paulo: Brasiliense, 1999.

História da vida privada no Brasil/ coordenador-geral da coleção Fernando A. Novais; organizador do volume Nicolau Sevcenko. – São Paulo: Companhia das Letras, 1998. – (História da vida privada no Brasil; 3)

A ARQUITETURA DAS MISERICÓRDIAS: A PRODUÇÃO HISTÓRICA DAS SANTAS CASAS DO BRASIL

Data de aceite: 02/05/2023

Livia Maria de Assis Moreira Siqueira

Mestranda de Arquitetura e Urbanismo;
Universidade Presbiteriana Mackenzie

José Geraldo Simões Junior

PhD; Universidade Presbiteriana
Mackenzie

Este trabalho foi apresentado e publicado nos Anais do VII Encontro da Enanparq, realizado na cidade de São Carlos-SP em 2022 (Anais, vol 3, p. 877).

RESUMO: O estudo sobre a produção histórica da arquitetura das Santas Casas de Misericórdia do Brasil, propõe uma análise crítica da arquitetura destas instituições e uma reflexão e promoção de sua estrutura diante da complexidade programática e mudanças projetuais da atualidade. O modelo de assistência de Portugal, surgiu no século XV, e são confrarias de leigos católicos, que representam expressões de identidade cultural e histórica, com as intenções iniciais de expulsar hereges, ordenar, disciplinar e expandir o domínio territorial e político do rei D. Manuel I, que após a implantação da primeira

misericórdia em seu país, a Misericórdia de Lisboa, estruturou demais instituições. Através de projeção de fronteiras sociais e concessão de privilégios, as Misericórdias explodiram no país e se mostraram um vantajoso investimento para a burguesia e uma estratégia de domínio através da espiritualidade e de certa forma, comercialização da salvação. Assim, as confrarias tornaram-se máquinas administrativas complexas e bem-organizadas, e expandiram para além das fronteiras de Portugal. Constituída por estruturas diferentes, as arquiteturas destas edificações devem ser entendidas num contexto mais amplo, a depender das características específicas de cada edifício, da sua autonomia e da função a qual foi instituída, podendo ser uma Igreja, um hospital ou uma capela. No Brasil, as Misericórdias são apresentadas como Estabelecimentos Assistenciais de Saúde (EAS) e segundo a Confederação das Santas Casas de Misericórdia (CBM), 960 municípios do país têm nas Misericórdias sua única possibilidade de assistência à saúde, para todas as classes sociais. Constituída de muitas influências as Misericórdias tem fortes referências de culturas europeias, principalmente nas

fachadas, com elementos estilísticos do palladianismo, da Art Decó, mas principalmente do ecletismo e do neoclássico. E são instituições criadas ainda no século XVI, que resistem às transformações dos hospitais tecnológicos e enfrentam as suas limitações físicas e econômicas. Diante da carência de dados históricos, dispersão de informações e pouca valorização destas instituições como patrimônio da arquitetura da saúde, pretende-se através de pesquisas bibliográficas e análises da evolução histórica hospitalar, contribuir para a identificação da arquitetura, da sua evolução e importância histórico-cultural para o país.

PALAVRAS-CHAVE: Arquitetura, Santas Casas, Misericórdias, Brasil.

THE ARCHITECTURE OF MISERICÓRDIAS: THE HISTORICAL PRODUCTION OF THE SANTAS CASAS IN BRAZIL

ABSTRACT: The study on the historical production of the architecture of the Santas Casas de Misericórdia in Brazil, proposes a critical analysis of the architecture of these institutions and a reflection and promotion of its structure in the face of programmatic complexity and design changes of today. The Portuguese model of assistance emerged in the 15th century and are brotherhoods of Catholic laymen that represent expressions of cultural and historical identity, with the initial intentions of expelling heretics, ordering, disciplining and expanding the territorial and political domain of King Manuel I, who, after establishing the first misericórdia in his country, the Misericórdia of Lisbon, structured other institutions. Through the projection of social frontiers and the concession of privileges, the Misericórdias exploded in the country and proved to be an advantageous investment for the bourgeoisie and a strategy of domination through spirituality and in a way, the commercialization of salvation. Thus, the confraternities became complex and well-organized administrative machines, and expanded beyond the borders of Portugal. Constituted by different structures, the architecture of these buildings must be understood in a broader context, depending on the specific characteristics of each building, its autonomy and the function to which it was instituted, and may be a church, a hospital or a chapel. In Brazil, the Misericórdias are presented as Health Care Establishments (EAS), and according to the Confederation of the Santas Casas de Misericórdia (CBM), 960 municipalities in the country have the Misericórdias as their only possibility of health care for all social classes. Made up of many influences, the Misericórdias have strong references to European cultures, especially in the façades, with stylistic elements from Palladianism, Art Deco, but mainly eclecticism and neoclassicism. And they are institutions created still in the 16th century, which resist the transformations of technological hospitals and face their physical and economic limitations. In view of the lack of historical data, dispersion of information and little appreciation of these institutions as heritage of health architecture, it is intended through bibliographic research and analysis of hospital historical evolution, to contribute to the identification of architecture, its evolution and historical and cultural importance to the country.

KEYWORDS: Architecture. Santas Casas. Misericórdias. Brazil.

LA ARQUITECTURA DE LAS MISERICÓRDIAS: LA PRODUCCIÓN HISTÓRICA DE LAS SANTAS CASAS EN BRASIL

RESUMEN: El estudio sobre la producción histórica de la arquitectura de las Santas Casas de Misericordia en Brasil, propone un análisis crítico de la arquitectura de estas instituciones

y una reflexión y promoción de su estructura ante la complejidad programática y los cambios de diseño de la actualidad. El modelo asistencial portugués surgió en el siglo XV y son cofradías de laicos católicos que representan expresiones de identidad cultural e histórica con las intenciones iniciales de expulsar a los herejes, ordenar, disciplinar y ampliar el dominio territorial y político del rey Manuel I, quien, tras el establecimiento de la primera misericordia en su país, la Misericordia de Lisboa, estructuró otras instituciones. Mediante la proyección de las fronteras sociales y la concesión de privilegios, las Misericórdias estallaron en todo el país y resultaron una inversión ventajosa para la burguesía y una estrategia de dominación a través de la espiritualidad y, en cierto modo, de la comercialización de la salvación. Así, las cofradías se convirtieron en complejas y bien organizadas máquinas administrativas, y se expandieron más allá de las fronteras de Portugal. Constituida por diferentes estructuras, la arquitectura de estos edificios debe entenderse en un contexto más amplio, dependiendo de las características específicas de cada edificio, de su autonomía y de la función para la que fue instituido, pudiendo ser una iglesia, un hospital o una capilla. En Brasil, las Misericórdias se presentan como Establecimientos de Asistencia Sanitaria (EAS) y, según la Confederación de las Santas Casas de Misericordia (CBM), 960 municipios del país tienen Misericórdias como única posibilidad de asistencia sanitaria para todas las clases sociales. Compuestas por muchas influencias, las Misericórdias tienen fuertes referencias a las culturas europeas, principalmente en las fachadas, con elementos estilísticos del palladianismo, del art déco, pero sobre todo del eclecticismo y del neoclasicismo. Y son instituciones creadas en el siglo XVI, que se resisten a las transformaciones de los hospitales tecnológicos y se enfrentan a sus limitaciones físicas y económicas. Ante la falta de datos históricos, la dispersión de la información y la poca valoración de estas instituciones como patrimonio de la arquitectura sanitaria, se pretende a través de la investigación bibliográfica y el análisis de la evolución histórica de los hospitales, contribuir a la identificación de la arquitectura, su evolución e importancia histórica y cultural para el país.

PALABRAS-CLAVE: Arquitectura. Santas Casas. Misericórdias. Brasil.

INTRODUÇÃO

Diante da recente crise financeira das instituições filantrópicas de saúde, que se tornou inclusive pauta dos gestores públicos do país, principalmente após a interrupção do funcionamento do pronto-socorro da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, e buscando alinhar um estudo de patrimônio histórico com pesquisas referentes à estabelecimentos de saúde, surgiu a curiosidade de explorar a arquitetura destas instituições. As Santas Casas são instituições filantrópicas históricas, que atuam há mais de 480 anos no Brasil, como uma estrutura de apoio aos que mais necessitam. Tendo sua origem no país em 1539, com a Santa Casa de Misericórdia de Olinda, já extinta, as Misericórdias brasileiras também eram instrumentos espirituais e políticos, assim como as instituições originais de Portugal. Dessa maneira, a análise da produção arquitetônica das confrarias no país, nos permite identificar certas semelhanças históricas, patrimoniais e estilísticas, sobretudo por serem construções especializadas.

Caracterizadas principalmente associadas à hospitais, as Misericórdias brasileiras possuem diferentes tipologias e linguagens arquitetônicas, a depender da época e das características da cidade de sua implantação. No entanto, essas estruturas possuem estudos com dados fragmentados e uma grande carência de dados, e por isso, muitas pesquisas consideram a Santa Casa de Santos, de 1543, como a primeira Misericórdia do país, sendo necessário, portanto, uma organização e análise de referências e materiais destas instituições, para seu reconhecimento e valorização, dado a sua importância histórica.

Acompanhando a organização política de Portugal, o país tentava seguir e respeitar a Ordem Régia determinada pelo Rei de Portugal, de que toda cidade ou vila, após sua fundação devesse ter sua própria Misericórdia. Dessa maneira, após a Santa Casa de Olinda e de Santos, surgiam as Misericórdias de Vitória e Porto Seguro e posteriormente a da Bahia e Rio de Janeiro. Enquanto a Santa Casa de Vitória hoje é um hospital geral de referência estadual, com ensino e pesquisa, a Santa Casa de Porto Seguro, hoje, também é um Misericórdia já extinta, assim como a de Olinda. Porém, pela importância da cidade no período colonial, a Igreja de Misericórdia de Porto Seguro atualmente abriga o Museu de Arte Sacra de Porto Seguro, o que ainda marca este momento em que a cidade dava assistência a um significativo povoado europeu no país.

Outra Irmandade que vale destaque é a Santa Casa de Bahia, a primeira do Nordeste, que surgiu em 1549, juntamente com a fundação de Salvador, que ocorreu no mesmo ano, seguidas das confrarias de Santo Amaro, também na Bahia, São João Del Rei, em Minas Gerais e diversas outras. Nos anos seguintes, as Misericórdias continuaram a se difundir, tanto que no Brasil Império foram instituídas mais de 50 Misericórdias no país, principalmente no interior dos Estados.

Por meio de pesquisa bibliográfica sobre as Misericórdias do Brasil e seu contexto histórico e seguindo as análises da evolução histórica hospitalar de Miquelin e de Almeida, o presente artigo, foi dividido em três partes, onde inicialmente será verificado a expansão das Misericórdias como elemento de colonização e sua transformação na independência do país, para em seguida ser realizada a análise arquitetônica, através de esquemas, plantas, volumetria e fachadas, de três instituições de regiões diferentes do Brasil, implantadas ou reformadas em épocas diferentes, para assim, compreendermos suas influências e introduzirmos a discussão referente às perspectivas futuras destas confrarias, visto que o interesse por este estudo se deu inicialmente pelas dificuldades financeiras pela qual estão passando as Misericórdias do país, de maneira que possamos ter um maior compreensão do histórico e da manutenção dessas confrarias, para contribuir, de certa forma com a difusão de sua importância. Ciente da capilaridade nacional e da importância destas instituições para a história do país e de seu reconhecimento como patrimônio da saúde, a identificação e mapeamento de suas instituições em território brasileiro, assim como, a promoção de uma reflexão acerca de como as confrarias se inserem nos estabelecimentos

atuais, reforçam seu papel cultural e sua influência no traçado e desenvolvimento urbano das cidades do país.

A EXPANSÃO DAS MISERICÓRDIAS PELO BRASIL

As primeiras Santas Casas do Brasil, estavam diretamente ligadas a fundação de suas cidades, onde de certa forma, a instituição era utilizada pela Coroa, como instrumento ideológico e de manutenção do poder da metrópole sobre a colônia. Sua implantação nas novas cidades deveria ser realizada mediante autorização dos alvarás régios vindos de Portugal, e eram ações articuladas, de acordo com o desenvolvimento das cidades coloniais. Além disso, as Misericórdias agiam direta e indiretamente expansão das cidades, por meio da distribuição e uso de espaços públicos das cidades, com igrejas, escolas, asilos e cemitérios.

No entanto, a sua difusão no território também esteve relacionada a outros fatores como a assistência aos enfermos, devido às diversas doenças que acometiam nativos e exploradores. Mesmo que, durante a Idade Média, a vertente espiritual destas instituições sempre prevalecesse sobre a cura dos corpos, no Brasil, a sua função nas ciências médicas, esteve ligada diretamente à sua expansão e força no interior, visto que a saúde durante a República, o país buscava restaurar sua saúde e assim, melhorar sua economia e vida moral.

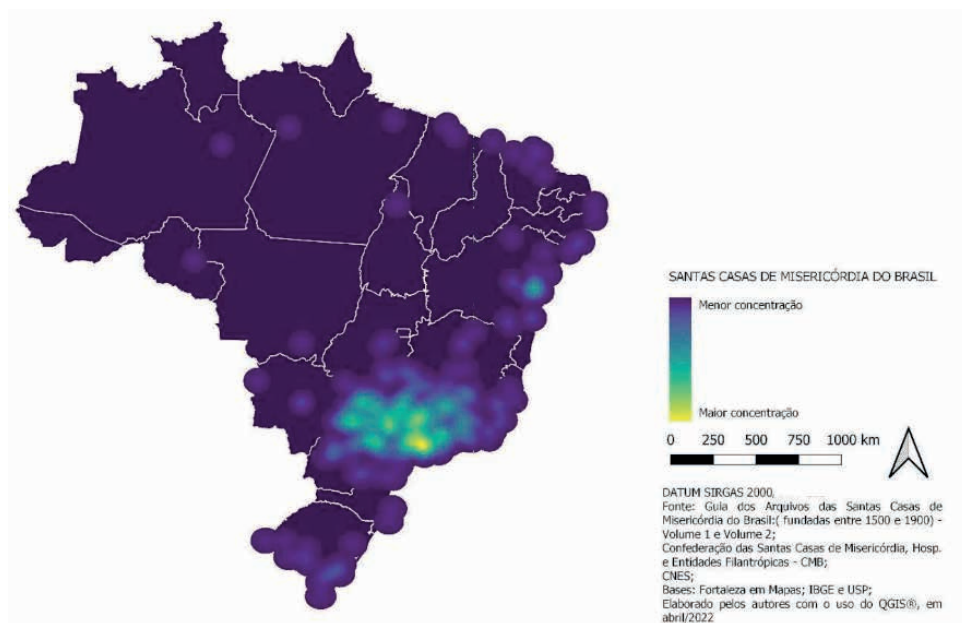
As Misericórdias do Brasil esperaram que se iniciasse a colonização efetiva do território, e por todo o Período Moderno formaram-se novas Misericórdias, embora com ritmos peculiares, nem sempre coincidentes com a valorização econômica das suas diferentes regiões, conforme demonstrou Renato Franco, que observou que as Misericórdias à imagem e semelhança das da metrópole, como as do Rio de Janeiro e Salvador da Bahia, foram de certo modo atípicas, nem sempre se criando Misericórdias nos territórios de colonização mais recente (SÁ, 1958, p.36).

Mesmo com sua origem ainda em 1539, somente entre 1900 a 1998 é que houve a explosão das Misericórdias no Brasil. (KHOURY,2004). E após esse momento, os registros de instalações de novas Santas Casas parece não existir, o que pode se dar por vários fatores, mas o fato de que muitas das misericórdias que ainda resistem abertas se encontram com grandes dificuldades de se manterem, pode ser um forte motivo para que novas instituições não tenham sido criadas, ainda que a necessidade de assistência aos mais pobres e o interesse político de controle dos grupos que as amparavam não tenha mudado tanto.



Gráfico 01- Criação das Santas Casas de Misericórdia ao longo dos anos

Fonte: Elaboração Livia Siqueira a partir de KHOURY,2004.



Mapa 01- Santas Casas de Misericórdia do Brasil

Fonte: Elaboração Livia Siqueira

Vale ressaltar também, que apesar de estar presente em grande parte do país e fazer parte da história de seu desenvolvimento, alguns estados do Norte e Nordeste não possuem nenhuma Santa Casa, nem mesmo na sua capital. Amapá, Roraima, Tocantins, Rondônia, Rio Grande do Norte e Sergipe, diferentemente de toda a região Sudeste, em que há uma grande concentração de Misericórdias, não fizeram parte dos estados brasileiros que evoluíram em torno das Misericórdias, mesmo que os hospitais que compõem estas confrarias sejam até hoje uma forte referência e necessidade nacional.

Atualmente, muitas das Misericórdias realizam atendimentos também pelo Sistema

Único de Saúde (SUS), e possuem papel estratégico para a continuidade desse sistema no país, visto que as Misericórdias compõem a maior rede hospitalar do país.

A ARQUITETURA DAS MISERICÓRDIAS

Originalmente, em Portugal, as Misericórdias seguiam o estilo Gótico Manuelino, onde o rei difundia as características do Estado e demonstrava seu poder, através do surto construtivo de edificações que se utilizavam de seu estilo para reforçar sua imagem e manifestações. Construída em meio a várias influências, onde elementos islâmicos, mouriscos, góticos e até renascentistas se misturavam, o manuelino se caracterizava pelo excesso de elementos decorativos, pela ornamentação incrustada, pelas formas severas e robustas no exterior, por interiores espaçosos e bem iluminados.

No Brasil, as Santas Casas, por serem as mais tradicionais instituições de cuidado à saúde, tem sua história andando paralelamente à história da arquitetura da saúde no país e sua estrutura acompanhava o período de sua construção, as influências presentes em sua cidade de implantação e o desenvolvimento da arquitetura hospitalar mundial. Durante o período colonial, as edificações tinham pouco nível tecnológico e apresentavam certos padrões barrocos, já no século XIX, o estilo neoclássico foi difundido e houve um avanço nos limites laterais e sobre o alinhamento das ruas e pouco a pouco as construções se mostravam sob influência do ecletismo, enquanto que na arquitetura do século XX, pretendia-se o aperfeiçoamento dos detalhes construtivos, portanto, as construções tinham soluções e propostas mais modernas, com diversos ornamentos, esquadrias com venezianas e amplas bandeiras, guarda-corpo de ferro e demais elementos semelhantes aos sobrados. Tais elementos podem ser encontrados até hoje nas fachadas de várias Misericórdias do país.

No entanto, internamente e até volumetricamente, as estruturas das Santas Casas seguiam principalmente as influências referentes à arquitetura da saúde durante a sua expansão pelo Brasil. Seguindo os estudos de Miquelin (1992) e de Almeida (2004), onde Miquelin apontou e dividiu as fases e tipologias mais representativas nas mudanças históricas das edificações de saúde, enquanto Almeida destacou os modelos e tipos de edifícios, buscou-se identificar nestas instituições selecionadas as características por eles descritas, além de referências de correntes artísticas, influências locais e demais transformações ocorridas nelas e por causa delas. De acordo com Mendes (2018), que uniu as análises de Miquelin (1992) e Almeida (2004), a evolução dos edifícios hospitalares, podem ser divididos em seis momentos históricos, em que cada um foi caracterizado por uma tipologia e forma hospitalar. De acordo com a época do surgimento das confrarias brasileiras e suas características, as tipologias presentes no país são as Cruz e Claustro, a Pavilhonar e a de Monoblocos e Blocos Mistos.

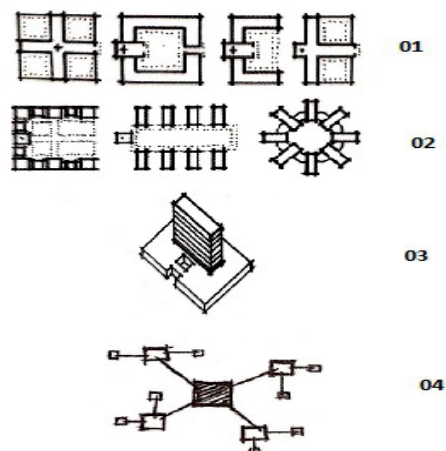


Figura 01- Tipologias Hospitalares: 01 – Cruz e Claustro; 02- Pavilhões; 03- Mista (bloco horizontal e bloco vertical)

Fonte: MENDES, 2018.

O Modelo da Caridade, já havia aparecido desde a Idade Média, como foi citado anteriormente, com as tipologias de nave, mas no Brasil, este modelo só surgiu na Renascença, mas com diversas características da fase da Idade Média ainda presentes, como o programa arquitetônico com pátios e capelas, assim como a atuação direta da Igreja nas suas orientações de funcionamento.

Até o século XIX, a construção de hospitais estava diretamente ligada aos engenheiros sanitaristas, que tinham mais domínio sobre o assunto, por estarem mais ligados aos processos que ocorriam nestes estabelecimentos. Assim, ao longo do tempo, a complexidade dos edifícios hospitalares foi sendo reconhecida e as características espaciais passaram a ter mais relevância na construção dessas instituições. Se iniciou o envolvimento e valorização da teorização da arquitetura destes edifícios, que exigem conhecimentos específicos de normativas, envolvimento multidisciplinar, domínio referente ao controle de infecções e outras demandas.

Neste período surgiu o “hospital terapêutico”, que tinham as condições ambientais determinadas a partir dos estudos referentes ao Modelo de Caridade. Formado pela disciplinarização do espaço, com layouts com orientações mais racionalistas e funcionais, este modelo levou a uma maior resolatividade da assistência. Além disso, o “hospital terapêutico”, tinha como tipologia estrutural, os pavilhões e eram caracterizados também pelas “enfermarias Nightingale”, que foi uma forte influência nos EAS’s por mais 50 anos. Marcadas, dentre outras características, por salão longo e estreito, ventilação cruzada, pé-direito alto, enfermarias abertas, jardins e separação dos pacientes de acordo com as patologias, os elementos presentes nas “enfermarias Nightingale” mudaram as construções da época e são revisitados e estudados até hoje.

Em seguida, no final do século XIX e início do século XX, as instituições hospitalares já experimentavam o desenvolvimento tecnológico, e assim, surgiu o Modelo Moderno, com monoblocos e blocos mistos, horizontais e verticais, que setorizavam as atividades realizadas e gerava espaços específicos com ambientes projetados para seus devidos equipamentos, já com a instalação de pavimentos técnicos e com o desenvolvimento das áreas do setor de Diagnóstico e Terapia. Durante esta época, os princípios orientativos para a construção dos estabelecimentos assistenciais já se direcionavam para o hospital de modelo tecnológico de tipologia em rede característico dos dias atuais, onde os hospitais são vistos como uma caixa tecnológica que visa o lucro.

Destacamos neste estudo três Santas Casas brasileiras que representam parte da arquitetura da misericórdia reproduzida no resto do país, a Santa Casa de São Paulo, a Irmandade Beneficente Santa Casa de Misericórdia de Fortaleza e a Santa Casa de Porto Alegre. A edificação onde hoje se encontra a Santa Casa de São Paulo, foi projetada pelo italiano Luis Pucci e tem influências diretas do Hospital Lariboisiere, de Paris, uma grande referência da arquitetura hospitalar mundial, que era constituído por pavilhões e pelas “enfermarias Nightingale”. A Misericórdia de São Paulo era caracterizada inicialmente pela sua estrutura flexível e mutável, bem presente no modelo pavilhonar, no entanto, com o crescimento do hospital e com a realização de certas transformações necessárias para o seu desenvolvimento, a Santa Casa virou um conjunto desorganizado de edifícios, processo que revelou as limitações da tipologia pavilhonar. Os pavilhões exigiam grande número de pessoal e um extenso terreno, o que em uma época de escassez de mão-de-obra e custo crescente dos terrenos urbanos, tornava a sua implantação e manutenção mais complicadas, assim como a relação entre área e perímetro que a volumetria proporcionava aos blocos e a inadequação dos grandes corredores de intercomunicação do modelo.

Dessa maneira, o hospital apesar de sua configuração original bem demarcada, se tornou uma estrutura mista, que empregava as melhores características do modelo pavilhonar e do modelo monobloco, através de adaptações de seus fluxos e com novas preocupações referentes à humanização e acolhimento.

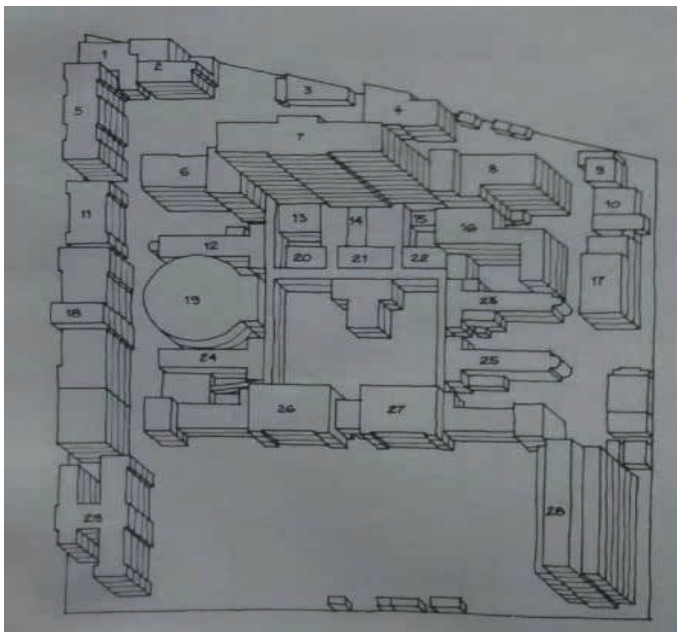


Figura 02 – Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, situação em 1998, 700 leitos, 52.000m².
 01- Emergência infantil; 02- Acomodação staff; 03- Caldeira; 04- Lavanderia e Cabine primária; 05- Pediatria, pavilhão com de penteado; 06- Gineco Obstetrícia; 07- Hospital Santa Isabel (paciente particulares e de convênios privados); 08- Farmácia; 09- Almoxarifado; 10- Instalações para pesquisa; 11- Laboratório central; 12- Faculdade de medicina; 13- Esterilização e refeitório; 14 – Cozinha; 15- Lanchonete; 16- Ensino e necrotério; 17- Oficinas e creche; 18- Pavilhão de Ortopedia; 19- Radiologia e imagem; 20- Acomodação para médicos; 21- Prontuário do paciente; 22- Acomodações para enfermagem; 23- Ensino e ambulatórios; 24- Emergência; 25- Administração e ambulatório; 26- Administração; 27- Administração e faculdade de Medicina; 28- Ambulatório; 29- Instituto de Oncologia;

Fonte: MIQUELIN, 1992.

Já na Irmandade de Fortaleza, está representado o Modelo de Caridade de Cruz e Claustro, caracterizadas por seus corredores estruturais, pátios internos e variações de formas básicas de planta baixa. Atualmente, o hospital possui 16.560,12 m² de área construída, distribuída em um terreno de 8.677,85 m², de cinco pavimentos. Apesar da ocupação de parte do pátio interno, que até dificulta o reconhecimento da estrutura original de Cruz e Claustro, a estrutura é tombada pelo município e possui diversas características ainda preservadas da obra realizada em 1920 pelo arquiteto italiano Paschoal Fiorillo.

Nesta reforma basicamente foram construídos mais um pavimento e na fachada foram inseridos elementos neoclássicos e ecléticos, expondo a forte influência cultural europeia na cidade. Além disso, claramente a influências Palladianas e da Art Decó.

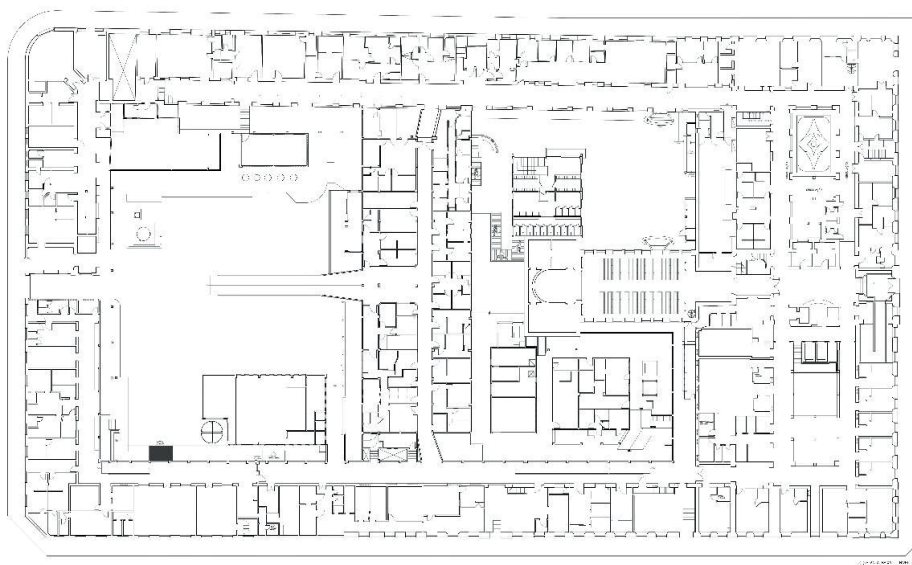


Figura 03 – Planta baixa da Santa Casa de Misericórdia de Fortaleza – Nível 03

Fonte: Arquivo disponibilizado pelo setor de Manutenção e Patrimônio da Santa Casa de Misericórdia de Fortaleza



Figura 04 – Fachada principal da Santa Casa de Misericórdia de Fortaleza

Fonte: Arquivo disponibilizado pelo setor de Comunicação da Santa Casa de Misericórdia de Fortaleza

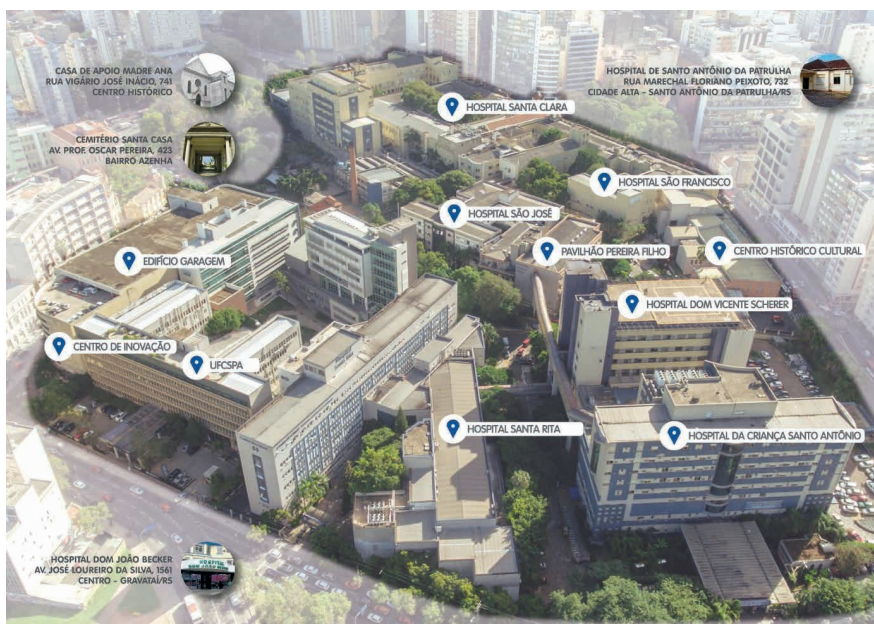
E como exemplo de hospital tecnológico, temos a Santa Casa de Porto Alegre, uma das maiores referências nacionais no tocante às Santas Casas e organização hospitalar. Inaugurada em 1803, como o primeiro hospital do Rio Grande do Sul, com um prédio simples com diversas características da arquitetura portuguesa e elementos barrocos, a Misericórdia de Porto Alegre se desenvolveu como hospital pavilhonar a partir de 1930, com

instalações encontradas até hoje, no modelo contemporâneo. Configurada como estrutura em rede, que descrevem estruturalmente o aumento e desenvolvimento da complexidade hospitalar, a instituição possui nove hospitais em sua estrutura, onde desses nove, dois são hospitais gerais, cinco são especializados e os outros dois se uniram recentemente ao complexo.



Figura 05 – A primeira edificação da Santa Casa de Porto Alegre. Capela, casa do padre e duas enfermarias.

Fonte: Centro Histórico-Cultural da Santa Casa de Porto Alegre. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=n2nWslje4pU>



Mapa 02 – Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre

Fonte: <https://santacasa.org.br/pagina/sobre-a-santa-casa>

A CONTEMPORANEIDADE E AS SANTAS CASAS

Historicamente, muitas das Casas de Misericórdia brasileiras se firmaram através de estruturas preexistentes, e assim, para resistirem, se modificaram ao longo do tempo, atendendo a certas exigências do mundo moderno e às normativas atuais, anexando novas estruturas para adquirirem receita para se manterem, mas também ainda honrando o compromisso original de caridade e de arrecadação por doações.

No entanto, as tendências contemporâneas de hospital como um negócio tecnológico exige mais do que as Misericórdias podem oferecer, devido a suas limitações financeiras, físicas e até ideológicas, de certa forma. O hospital em rede, pela sua tecnologia oferecida, parece considerar cada vez menos a estrutura física e a dependência pessoal e estes elementos, enquanto trouxerem resultados positivos para a qualidade dos pacientes, será cada vez mais difundido, o que nos permite refletir sobre o futuro das Misericórdias e das cidades brasileiras que só tem as Santas Casas como instituição de assistência. Tendo como referência a Santa Casa de Porto Alegre, entende-se que é possível a transformação destas estruturas com sucesso, mas suas adaptações devem ser num ritmo mais próximo às evoluções dos demais hospitais particulares. A arquitetura das Misericórdias no Brasil são caracterizadas por diversos estilos, tipologias e momentos históricos diferentes, que representam a arquitetura da saúde do país.

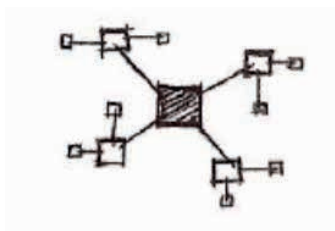


Figura 06 – Esquema da tipologia hospitalar da fase contemporânea, o hospital em rede.

Fonte: MENDES, 2018.

O desafio de aliar a caridade ao negócio da saúde e tecnologia à patrimônio, dá a arquitetura destas instituições configurações ímpares, que merecem um olhar cuidadoso diante das transformações contemporâneas e uma valorização da sua importância social e histórico-cultural. Ciente das diferentes características arquitetônicas das Misericórdias em todo o Brasil e do seu valor como Patrimônio Arquitetônico da Saúde, há nestas edificações um amplo e diverso potencial de estudos a ser reconhecido, que contribuirá para a preservação destas instituições e do SUS, visto que elas tem um papel estratégico na sua continuidade e capilaridade em todo o país.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, J. L. **Hospital: Instituição e História Social**. Letras & Letras. São Paulo, 1991.

ALMEIDA, R.C.S.L de. **Panorama histórico do edifício hospitalar: elementos estruturantes do espaço edificado**. Revista PROPEC-IAB/MG, Arquitetura Hospitalar. Belo Horizonte: Núcleo de Projeto, Pesquisa e Tecnologia, Instituto de Arquitetos do Brasil, Departamento Minas Gerais, n.1, 2004.

BITENCOURT, Fábio/ MONZA, Luciano. **Arquitectura para la salud em América Latina (Health architecture in Latin America)**. Rio Books 1ª edição 2018.

BOXER, C.R. **O Império marítimo português: 1415-1825**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BRASIL. Ministério da Saúde. **História e Evolução dos Hospitais**. Rio de Janeiro, 1965.

BROSS, João Carlos. **Os Espaços de Saúde no Amanhã** – 1ª ed. Rio de Janeiro: Riobooks, 2020.

COSTA, Renato Gama-Rosa. **Apontamentos para a arquitetura hospitalar no Brasil: entre o tradicional e o moderno**. História, Ciências, Saúde - Manguinhos, Rio de Janeiro, v.18, supl.1, p. 53-66, dez.2011.

ESCOREL, S., TEIXEIRA, L.A. **História das políticas de Saúde no Brasil de 1922 a 1963: do Império ao Desenvolvimento Populista**. In: GIOVANELLA, L. et al. Políticas e sistema de saúde no Brasil. Rio de Janeiro: Cebes / Fiocruz, 2008.

FARIA, Rivaldo Mauro de. **A territorialização da Atenção Básica à Saúde do Sistema Único de Saúde do Brasil**. Artigo produzido para o Programa de Pós- Graduação em Geografia, Departamento de Geociências, Universidade Federal de Santa Maria, publicado na Revista Ciência & saúde coletiva, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/jSZ7b65YpPSTwLfYWpRhg5z/?lang=pt>. Acesso: 10 de junho de 2022.

FABRIS, Annateresa (Org.). **Ecletismo na arquitetura brasileira**. São Paulo: Nobel: EDUSP, 1987.

FERNANDES, L.A. **As Santas Casas da Misericórdia na República Brasileira 1922-1945**. [Dissertação de Mestrado]. Phoenix: Erasmus Mundus Dynamic of Health and Welfare, 2009.

FILHO, Mario Vaz Ferrer. **Manual: Arquitetura das Internações Hospitalares**. Rio de Janeiro: Rio Books, 1ª edição, 2012.

FILHO, Nestor Goulart Reis. **Quadro da arquitetura no Brasil**. Editora Perspectiva S.A. 1978.

KHOURY, Yara Aun (coord.). **Guia dos arquivos das Santas Casas de Misericórdia do Brasil: (fundadas entre 1500 e 1900)**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: PUC-SP/CEDIC: FAPESP, 2004.

MATOS, O. N. de. **Anais Pernambucanos: 1493-1590**. Revista de História, [S. l.], v. 5, n. 12, p. 517-518, 1952. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.v5i12p517-518. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/79932>. Acesso em: 19 jun. 2022.

MENDES, Ana Carolina Potier. **Plano diretor físico hospitalar: uma abordagem, metodológica frente a problemas complexos** / Ana Carolina Potier Mendes. – Londrina: Kan, 2018.

MESGRAVIS, Laima. **A Santa Casa da Misericórdia de São Paulo (1599-1884): contribuição ao estudo da assistência social no Brasil**. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1976 (Coleção Ciências Humanas).

MIQUELIN, Lauro Carlos. **Anatomia dos edifícios hospitalares**. São Paulo: CEDAS.1992.1. Hospital Desenho e Construção. 2. Hospital Desenho e Construção História I Título.

MIRANDA, Cybelle Salvador (Org.) **Hospitais e Saúde no Oitocentos: diálogos entre Brasil e Portugal** / organizado por Cybelle Salvador Miranda e Renato da Gama-Rosa Costa. – Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2018.

MISERICÓRDIAS APRESENTAÇÃO. **União das Misericórdias Portuguesas**. 2018. Disponível em: <https://www.ump.pt/Home/misericordias/apresentacao/>. Acesso em: 22 de abril de 2022.

MOTT, Maria Lucia. SANGLARD, Gisele (organizadoras). **História da saúde: São Paulo: instituições e patrimônio histórico e arquitetônico (1808-1958)**. Barueri, SP: Minha Editora, 2011.

OTT, Carlos. **A Santa Casa de Misericórdia da Cidade de Salvador**. Rio de Janeiro: Publicações do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nº 21. 1960.

PENNA, Belisário. **Saneamento do Brasil: sanear o Brasil é povoal-o; é enriquecel-o; o moralisal-o**. Rio de Janeiro: Typ. Rev. Dos Tribunais, 1918.

PEVSNER, N. **Historia de las Tipologias Arquitectonicas**, Gustavo Gilli, Barcelona, 1980.

PORTO, Ângela (org.). **História da saúde no Rio de Janeiro: instituições e patrimônio arquitetônico (1808-1958)**. / organizado por Ângela Porto, Gisele Sanglard, Maria Rachel Fróes da Fonseca, et al. – Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2008.

_____. **Portugaliae Monumenta Misericordiarum** / ed. lit. Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa; coord. científico José Pedro Paiva. - Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas, 2002- . ISBN 972-98904-0-4, vol. 1.

_____. **Portugaliae Monumenta Misericordiarum** / ed. lit. Centro de Estudos de História Religiosa da Faculdade de Teologia – Universidade Católica Portuguesa; coord. científico José Pedro Paiva. - Lisboa : União das Misericórdias Portuguesas, 2002. – ISBN 972-98904-2-0, vol. 3.

RESOLUÇÃO DA DIRETORIA COLEGIADA – RDC nº 50, de 21 de fevereiro de 2002. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2002/rdc0050_21_02_2002.html.

ROCHA, L.A. **Caridade e poder: a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Campinas (1871-1889)**. [Dissertação de Mestrado]. Campinas: Unicamp, 2005.

SÁ, Isabel dos Guimarães, 1958. **As Misericórdias Portuguesas, séculos XVI a XVIII** / Isabel dos Guimarães Sá. - Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

SANTOS, Luiz Antonio de Castro. **As origens da reforma sanitária e da modernização conservadora na Bahia durante a Primeira República**. Dados 1998; 41(3). Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S001152581998000300004. Acesso em: 09 mar. 2022.

SANTOS, Luiz Antonio de Castro. **O pensamento sanitarista na Primeira República: Uma ideologia de construção da nacionalidade**. Dados. Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v.28, n.2, p.193-210, 1985.

SCHWAB, A.; FREIRE, M. A. 1979 **A Irmandade e a Santa Casa da Misericórdia do Espírito Santo**. Vitória: Arquivo Público Estadual.

SILVA, Evandro Pereira da. **Santa Casa de Misericórdia de São Paulo: patrimônio arquitetônico hospitalar**. Artigo publicado na Revista IPH- Instituto de Pesquisas Hospitalares Arquiteto Jarbas Karman. Edição nº14 – 2017.

SILVA, Jardim. **A história da saúde pública no Brasil – 500 anos na busca de soluções**. Direção: Jardim Silva. Editor: Selo Fiocruz Vídeo. Dvd (17min.): Palm, Son., color, 2015.

SOUZA, C.M.C et al. **História da saúde na Bahia: instituições e patrimônio arquitetônico (1808-1958)**. Barueri, SP; Minha Editora, 2011.

TEIXEIRA, Luiz Antonio. **História e cultura da medicina no Brasil** / Luiz Antonio Teixeira, Flavio Coelho Edler. – São Paulo: AORI Produções Culturais, 2012.

TEIXEIRA, Luiz Antonio; PIMENTA, Tânia Salgado; HOCHMAN, Gilberto. **História da Saúde no Brasil**. – 1.ed. – São Paulo: Hucitec, 2018.

VASCONCELOS, Argos. **Santa Casa de Fortaleza (1861-1962)**. Fortaleza: Gráfica Batista, 1994.

VÉRAS, Mirocles. **Palavra do Presidente**. Site Oficial da Confederação das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos (CMB), 2020. Disponível em: <https://www.cmb.org.br/cmb/index.php/institucional/palavra-do-presidente>. Acesso em: 18 de maio de 2022.

_____. **Influências recíprocas na arquitetura luso-brasileira**. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 1978 (tese a concurso de professor titular/ inédita).

O LEGADO ARQUITETÔNICO DOS POMERANOS LUTERANOS NO INTERIOR DO ESPÍRITO SANTO, BRASIL

Data de submissão: 28/03/2023

Data de aceite: 02/05/2023

Karla Fernanda da Silva Kiister

Universidade de Vila Velha (UVV)

– Programa de Pós Graduação em
Arquitetura e Cidade (PPGAC)

Vila Velha- Espírito Santo, Brasil

<https://lattes.cnpq.br/8022310365937421>

Melissa Ramos da Silva Oliveira

Universidade de Vila Velha (UVV)

– Programa de Pós Graduação em
Arquitetura e Cidade (PPGAC)

Vila Velha- Espírito Santo, Brasil

<http://lattes.cnpq.br/3634919604261071>

RESUMO: O Estado do Espírito Santo, sobretudo as regiões de montanha do interior, foram colonizadas por imigrantes italianos, alemães e pomeranos ao longo do século XIX e XX. Os imigrantes pomeranos iniciaram sua ocupação na região do atual município de Santa Maria de Jetibá por volta de 1859, onde difundiram sua cultura, tradições, crenças, costumes, modo de vida e formas de construir, ao mesmo tempo que tiveram que se adaptar as condicionantes locais para sua difusão. Especificamente no caso da arquitetura, as adaptações necessárias ao clima diferente e aos materiais disponíveis na

região consolidaram uma nova arquitetura, tipicamente pomerana no Brasil. O objetivo deste artigo é identificar e caracterizar as tipologias arquitetônicas pomeranas que se difundiram no interior do Espírito Santo, tendo o município de Santa Maria de Jetibá como objeto de análise. A pesquisa teórico-exploratória realizou revisão bibliográfica sobre imigração e pesquisa documental em arquivos públicos, assim como levantamento fotográfico no local. Os resultados da pesquisa buscam contribuir para o registro da arquitetura pomerana brasileira, assim como para a preservação do seu patrimônio cultural, um legado de extrema valia para a cultura capixaba.

PALAVRAS-CHAVE: Pomeranos. Imigrantes. Arquitetura pomerana. Santa Maria de Jetibá. Espírito Santo.

THE ARCHITECTURAL LEGACY OF THE LUTERAN POMEREANS IN THE INTERIOR OF ESPÍRITO SANTO, BRAZIL

ABSTRACT: The State of Espírito Santo, especially the mountain regions in the interior, were colonized by Italian, German and Pomeranian immigrants throughout the 19th and 20th centuries. The Pomeranian

immigrants began their occupation in the region of the current municipality of Santa Maria de Jetibá around 1859, where they spread their culture, traditions, beliefs, customs, way of life and ways of building, at the same time that they had to adapt to the conditions places for its dissemination. Specifically in the case of architecture, the necessary adaptations to the different climate and materials available in the region consolidated a new architecture, typically Pomeranian in Brazil. The objective of this article is to identify and characterize the Pomeranian architectural typologies that spread in the interior of Espírito Santo, having the municipality of Santa Maria de Jetibá as the object of analysis. The theoretical-exploratory research carried out a bibliographical review on Pomeranian immigration, documentary research in public archives, as well as a photographic survey on site. The results obtained seek to contribute to the registration of Brazilian Pomeranian architecture, as well as to the preservation of its cultural heritage, a legacy of extreme value for the culture of Espírito Santo.

KEYWORDS: Pomeranians. Immigrants. Pomeranian architecture. Santa Maria de Jetiba. Espírito Santo.

1 | INTRODUÇÃO

Como se constitui o legado de um povo? Legado é algo transmitido de uma geração para outra ou de pai para filho, de forma espontânea, o que lhe confere uma relevância ímpar para a formação da identidade cultural. Hall (2001) e Castells (2008) ressaltam que a identidade se configura a partir de movimentos que se produzem dentro das sociedades, dialogam com os sistemas culturais que nos rodeiam e internalizam significados e valores que podem provir de suas práticas culturais. Os lugares nos quais as lembranças são evocadas, caracterizam o que Pierre Nora (1993) denomina de “lugares de memória”.

São, dessa maneira, paragens materiais (tangíveis) e imateriais (intangíveis) onde se solidifica a memória de uma coletividade, de um país, lugares em que grupos ou povos se identificam ou se perfilam, o que permite o aparecimento de um sentimento de identidade e de concernimento (OLIVEIRA, FERREIRA, GALLO, 2017, p. 214).

Nesse sentido, a abordagem sobre a cultura pomerana é inerente a própria cultura capixaba, pois engloba ações, conhecimentos, costumes, crenças e valores que evocam memórias, resgatam significados próprios da tradição pomerana e solidificam tradições.

Os primeiros imigrantes pomeranos chegaram ao estado do Espírito Santo no ano de 1859. Dentre os fatores que impulsionaram sua vinda estão a instabilidade política e econômica que a Pomerânia sofreu durante séculos, como a fome, a peste negra e a falta de perspectiva gerada pelas inúmeras guerras que o território enfrentou durante sua história. O aumento do desemprego, decorrente da Revolução Industrial na Europa, assim como a escassez de terras férteis e o desejo de professarem livremente a fé luterana sem perseguições religiosas, também contribuíram para o processo migratório.

Sua difusão no estado do Espírito Santo ocorreu em regiões montanhosas do interior, ao longo do rio Santa Maria da Vitória, onde fixaram-se inicialmente nas glebas localizadas

no atual município de Santa Leopoldina e, posteriormente, adentrando a mata e subindo as montanhas, ocuparam a região do atual município de Santa Maria de Jetibá, localizado a aproximadamente 80 quilômetros da capital Vitória (Figura 1). Na atualidade, é notório a presença das tradições e costumes pomeranos no cotidiano da população local em ambos os municípios. Também é evidente a presença marcante da arquitetura pomerana na paisagem, seja nas construções residenciais típicas, nas igrejas ou nos cemitérios.

O objetivo desta pesquisa é analisar as tipologias remanescentes que configuram a arquitetura pomerana do interior do Estado do Espírito Santo – um grande legado da cultura pomerana e um forte símbolo de resistência face às atuais práticas hegemônicas e globalizadoras. Como objetivo específico, a pesquisa almeja: a) compreender quais foram as referências arquitetônicas trazidas da Pomerânia, b) identificar quais foram as adaptações climáticas e construtivas realizadas no contexto local para consolidar uma arquitetura tipicamente pomerana no Brasil, c) avaliar a trajetória dos pomeranos no interior do estado.

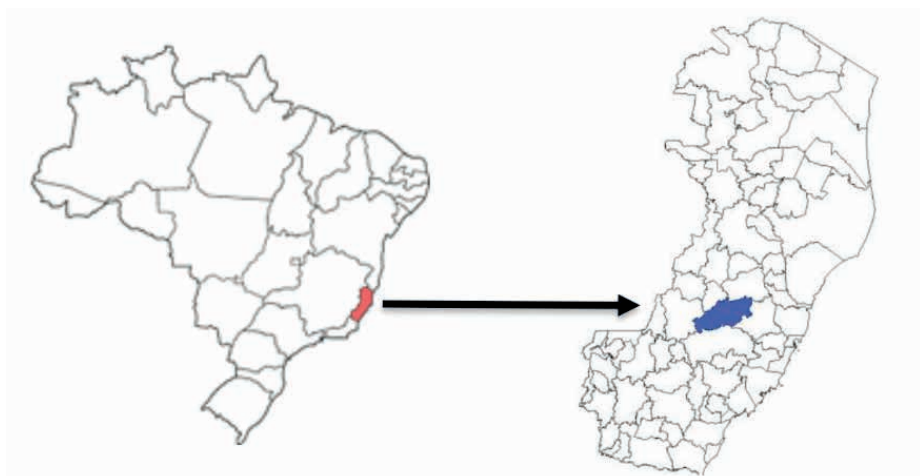


Figura 1 - Mapa de Localização do Estado do Espírito Santo, Brasil (Vermelho) e do município de Santa Maria de Jetibá (Azul).

Fonte: Autoras, 2022

A investigação, teórico-exploratória utiliza pesquisa bibliográfica e documental como prática investigativa. A bibliografia existente, mesmo que incipiente, subsidiou o embasamento teórico. A pesquisa documental, realizada nos Arquivos Público de Santa Maria de Jetibá e do governo do estado, além dos registros da Igreja Luterana local, complementaram as informações. Durante a pesquisa constatou-se a escassez de pesquisas científicas referentes aos imigrantes pomeranos no Brasil e também no Espírito Santo. No que se refere especificamente ao patrimônio cultural, existem poucas produções

científicas e técnicas, o que justifica a relevância desta investigação. A pesquisa de campo propiciou a execução do levantamento fotográfico e da observação in loco.

A pesquisa identificou dois tipos de arquitetura característicos na paisagem de Santa Maria de Jetibá/Es, que serão abordadas nesta pesquisa: a arquitetura civil – associada às casas típicas e a arquitetura religiosa – composta pela Igreja Luterana e os cemitérios.

A TRAJETÓRIA DOS POMERANOS LUTERANOS NO INTERIOR DO ESPÍRITO SANTO

No século XIX, o cenário político e econômico no Brasil era de mudanças. No ano de 1847, segundo dados do Projeto Imigrantes/ES, iniciou-se um grande incentivo do governo para a imigração em massa de europeus. No Espírito Santo, o então presidente da província, Couto Ferraz, liderou esse processo, visando povoar as áreas do território e desenvolver a economia com a agricultura. Em 1888, com a abolição da escravidão, o governo substituiu a mão de obra negra, até então empregada nas lavouras, pelos imigrantes europeus. Além da necessidade econômica, existia por trás desta questão objetivos sociais. Corona (2012, p. 33) cita a existência de “um processo conhecido com branqueamento que consistia em clarear a pele dessa população através da mestiçagem. Era uma tentativa de melhorar a raça brasileira”.

No Espírito Santo, a imigração europeia tinha como objetivo inicial o povoamento da parte interiorana do estado e o fortalecimento da atividade agrícola. Até o final da década de 1850, o estado possuía grandes áreas de terra desertas, concentrando o seu povoamento na região litorânea e em pequenas áreas interioranas, como nos municípios de Cachoeiro de Itapemirim e Alegre. Com a decadência do açúcar e o crescimento do café, a imigração encontrou caminhos favoráveis para sua implantação. Vieram para o Espírito Santo famílias de várias nacionalidades europeias, tais como alemãs, espanholas, italianas, portuguesas, holandeses, luxemburgueses e pomeranas. O governo fornecia a estes a passagem da Europa até Vitória e desta até o destino final. No relato a seguir, é possível observar as dificuldades enfrentadas por muitas famílias durante o trajeto.

Os nossos emigrantes faziam a viagem em veleiros que, dependendo do vento ou do tempo a favor ou contra, levavam dois, quatro ou até seis meses até alcançarem o bonito e paradisíaco porto do Rio de Janeiro, a capital do então governo imperial, de onde eram transportados em embarcações costeiras até Vitória, capital da província do Espírito Santo. O trajeto da viagem, a partir do rio até a chegada ao destino final, era feito num pequeno espaço, muitos no convés sem cobertura de proteção, durante dias e noites, expostos as intempéries do clima e do tempo (GAEDE, 2012, p.20).

Ao chegarem à capital Vitória, os imigrantes eram alojados na hospedaria Pedra D'Água. Segundo dados do Projeto Imigrantes/ES, estima-se que, entre os anos de 1889 e 1900, a hospedaria recebeu mais de 20 mil imigrantes de várias partes, principalmente da

Europa. A tabela 01 mostra o número de imigrantes registrados de acordo com o seu ano de chegada. Vale ressaltar que foram apontados apenas os imigrantes que deram entrada na hospedaria Pedra D'Água. Até o 1889, ano de sua inauguração, o desembarque se dava diretamente pelo porto de Vitória e os alojamentos, quando existiam, eram formados por barracões improvisados nas vizinhanças da capital. Aqueles que chegaram ao porto de Vitória até 1888 ou que entraram diretamente pelas vias fluviais, como Benevente, Itapemirim, Itabapoana e Rio de Janeiro, por já haverem passado pela hospedaria da Ilha das Flores, não eram cadastrados novamente.

Ano	1889	1890	1891	1892	1893	1894	1895	1896	1897	1898	1899	1900
Imig	2.837	383	4.454	552	3.102	4.044	4.632	3.122	113	10	6	19

Tabela 2 - Nação de origem e o respectivo número de imigrantes:

País	Alemanha	Áustria	Bélgica	Espanha	França	Grécia	Holanda	Itália
Imig	143	75	9	2.480	34	2	5	18.633

País	Polônia	Portugal	Rússia	San Marino	Suíça	Ucrânia	Outros
Imig	92	1.219	104	363	13	70	27

Tabela 01 – Número de imigrantes - por ano e origem – conforme chegada no Espírito Santo.

Fonte: Projeto Imigrantes Espírito Santo.

Após o conhecimento da localização de suas terras, os imigrantes subiam os rios em canoas e enfrentavam a mata fechada até chegarem à ‘terra prometida’. Inicialmente, ocuparam a região montanhosa do Espírito Santo, onde o clima era frio e úmido. Em 1880, iniciou-se o processo de migração interna dos imigrantes e seus descendentes em direção ao norte do estado. Tal dispersão se deu em busca de novas terras e melhores condições de vida, e foi facilitada pela construção da ponte sobre o Rio Doce em Colatina, ligando a região norte à região sul capixaba.

Cada colono recebia do governo “um lote de terra, com mil braçadas quebradas de derrubada de árvore para a primeira lavoura, um rancho para a habitação provisória, sementes, um casal de porcos, duas galinhas e um galo” (CORONA, 2012, p.35). Em troca, o colono deveria pagar estas despesas em um prazo de quatro anos, contados a partir de três anos de ocupação da terra. O título definitivo de posse da terra só era concedido após o pagamento de todas as dívidas destes ao governo.

O início da vida na nova terra não foi fácil para as famílias de imigrantes europeus. Sem o apoio adequado das autoridades e enfrentando dificuldades, muitos morriam cedo, por motivos de fome, picadas de animais e doenças desconhecidas até então. Relata-se neste período um grande número de natimortos e crianças que faleciam antes de completarem um ano de idade.

As primeiras famílias luteranas chegaram ao Brasil no ano de 1824 e ocuparam a região de Nova Friburgo, no Rio de Janeiro e de São Leopoldo, no Rio Grande do Sul.

Somente no ano de 1846 chegaram os primeiros luteranos no Espírito Santo, a bordo do navio *Philomena*, que partiu do porto de Antuérpia, na Bélgica com destino ao porto do Rio de Janeiro. Este grupo era composto por 108 pessoas. No ano seguinte, desembarcou uma segunda leva, composta por 46 pessoas e posteriormente, no mesmo ano, um terceiro grupo com 11 pessoas, totalizando assim 38 famílias germânicas (165 pessoas), sendo 16 seguidoras do luteranismo e 23 do catolicismo. Estas famílias foram conduzidas pelo rio Jucu até a colônia de Santa Isabel/Campinho, onde receberam uma área de terra e uma ajuda de custo em forma de empréstimo. Esse foi o início da presença luterana no Espírito Santo.

Nos primeiros quarenta anos, as comunidades evangélicas, que mais tarde viriam a formar a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, estavam bastante abandonadas. Organizavam suas comunidades sem muitas formalidades. De simples cultos domésticos, evoluíram depois para comunidades, elaborando seus estatutos e elegendo as diretorias. Nas comunidades conviviam inicialmente luteranos, reformados e unidos (Portal dos Luteranos, 2022).

Os primeiros pomeranos desembarcaram no porto de Vitória no ano de 1859. Era um grupo de 117 pessoas que saíram do porto de Hamburgo, na Alemanha a bordo do Navio *Eleonore*. Os pomeranos habitavam a Pomerânia, país localizado no Mar Báltico, tendo a Alemanha e Polônia como divisas territoriais (Figura 03). Eram pequenos agricultores e diaristas. Entre os anos de 1872 e 1873 chegaram ao Espírito Santo aproximadamente 2.142 imigrantes pomeranos, transformando este no estado brasileiro com o maior número de descendentes pomeranos no Brasil. No Gráfico 01, observa-se as regiões do antigo império alemão de onde vieram os imigrantes de origem germânica para o Espírito Santo, sendo 63% oriundos da antiga Pomerânia.

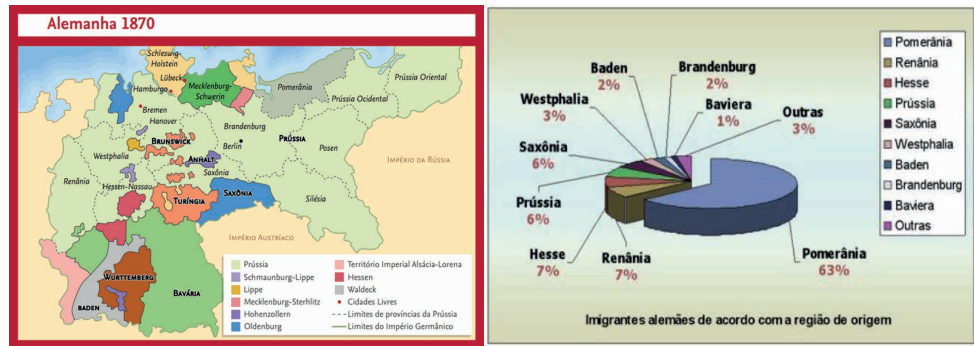


Figura 03: Mapa localização da Pomerânia na Europa; gráfico 01 - Regiões da Alemanha de proveniência dos imigrantes.

Fonte: Projeto Imigrantes; Manske (2016, p.108)

O LEGADO ARQUITETÔNICO POMERANO

A arquitetura pomerana pode ser dividida em dois tipos: a arquitetura religiosa, com as igrejas luteranas e o cemitério, e a arquitetura civil, com as casas típicas rurais como principal representação. Segundo Jacob (2010, p.43), “a arquitetura pomerana resulta de um processo de construção, de uma combinação de formas aprendidas na Pomerânia com as aprendidas com o meio e as culturas presentes no local para o qual imigraram”. Ao chegarem às glebas destinadas, uma das primeiras medidas adotadas pelos imigrantes pomeranos luteranos era a construção de um cemitério e de uma capela-escola para a realização de seus cultos.

As casas unifamiliares refletiam o amor pela pátria mãe nas fachadas, com as cores branco e azul, a valorização da natureza, com os motivos florais e uma arquitetura única, voltada para a união da família e o trabalho no campo. Eram edificações simples, utilizando para sua construção os materiais disponíveis na natureza do contexto local. As lembranças das construções da antiga Pomerânia serviam de partido para as edificações na nova terra e, aos poucos, com a participação da comunidade em regime de mutirão, surgiu uma arquitetura pomerana em terras capixabas.

Cemitérios

Seguindo a crença luterana da ressurreição após a morte, os cemitérios eram considerados espaços sagrados e, por isso, deveriam ser construídos próximos as igrejas, em locais abertos, sem a possibilidade de sombra de construções na vizinhança. Os cemitérios construídos pelos imigrantes pomeranos possuíam simbologias únicas, implantadas a partir de dogmas luteranos e da cultura de seus antepassados - o povo *Wende* na Pomerânia -, o que demonstra a mescla destas duas na vida do pomerano.

Os túmulos possuem até os dias atuais escritos em alemão e são cuidados diariamente, sendo mantidos limpos e decorados. Almeida (2015) afirma que os pomeranos consideram os cemitérios como locais sagrados. Sendo assim, parte dos túmulos possuem dizeres em alemão (Figura 04), língua utilizada pela igreja no início da imigração. Além disto, eram implantados de maneira que fiquem de frente para o sol nascente, “em respeito à analogia de que o sol represente a Deus” (CORONA, 2012, p.91).

Em sua construção, os pomeranos:

Pintam de cal suas sepulturas, enfeitam com muitas flores e galhos de pinheiro, capinam o terreno ao seu redor, e conservam aquilo que consideram um monumento, isto é, um patrimônio cultural, pois trata-se de um local, por excelência, de construção da história do grupo e de sua origem mítica, sendo tomado como referência para se refazer a história da imigração dos pomeranos no Brasil e seus laços de parentesco. A importância da visita ao cemitério não se restringe ao dia de finados (ALMEIDA, 2015, p.57).

No início da imigração, AMBROZIAKI; MANSKE (2021) destacam para o fato

de que, mulheres que faleciam durante o parto, período de resguardo ou indivíduos que cometeram suicídios eram sepultados de forma diferente dos demais membros que faleciam de “causas naturais”.

O caixão de um suicida costuma passar por cima do muro do cemitério [...] sendo posicionados forma transversal. Segundo os pomeranos, o suicídio não permite ao indivíduo o velório segundo o ritual cristão e o enterro de um suicida se baseia em práticas que expõem e condenam o ato considerados seres impuros. (AMBROZIAKI; MANSKE 2021 p.131)



Figura 04 - Inscrito em alemão retirado de túmulo no cemitério de Santa Maria de Jetibá. (A esquerda e no meio). A direita, túmulo de suicida.

Fonte: Autoras 2022

Casas Civas

A casa pomerana - como um importante exemplar da arquitetura residencial - possui particularidades. Segundo Corona (2012, p. 47), “os pomeranos que passaram pelo processo de imigração não pertenciam à classe abastada e sim ao grupo sobrevivente, que trabalhava em sua maioria”. Sendo assim, a população que imigrou pertencia a classe de diaristas, trabalhadores simples da terra que trouxeram na memória os modelos de moradia que conheciam na Pomerânia, como a casa do senhor feudal, as choupanas e a sua própria residência.

Ao chegarem à terra prometida, após uma longa viagem adentrando a mata selvagem e sem qualquer estrutura de apoio, o imigrante precisava construir uma pequena cabana improvisada para passar as primeiras noites com seus familiares. Enquanto a moradia definitiva não ficava pronta, toda a família se organizava em um único cômodo da cabana, construída de madeira e paredes de taipa. Após a construção da casa, a cabana ou *backschupe*¹ serviria de depósito para ferramentas e produção.

A residência era implantada tirando partido do terreno acidentado. A cumeeira da

¹ Tradução do pomerano: Local destinado ao forno a lenha.

edificação era posicionada paralelamente a estrada de acesso a esta. Tais características facilitavam a proteção da casa contra invasores. Desta forma, a casa se camufla e facilita a identificação do visitante. Além disto, buscava-se construí-la próximo a fontes de água corrente.

A casa típica pomerana utilizou o sistema construtivo de enxaimel² com encaixes retos, possuindo assim um esqueleto estrutural independente, em que as vedações não possuíam papel estrutural. Segundo Rölke, (1996), surgiu nas colônias de imigração germânica no Brasil, um novo estilo, que adicionava ao conhecimento da produção do enxaimel, herdada na Alemanha, com a realidade tropical, onde foram adaptadas aos esquemas culturais e históricos. As paredes eram construídas de taipa de mão (barro e tramas de madeira), com aproximadamente 15 cm de espessura (Figura 05) Posteriormente, recebiam argamassa feita a base de argila e pintura a base de cal. Internamente, eram pintadas com cores alegres. Externamente, caracterizam-se pela presença do azul e branco nas fachadas, cores que refletiam o amor deste povo pela sua terra natal, reproduzindo em sua moradia as cores da bandeira da Pomerânia. A casa era uma construção simples, “voltadas para a ética do trabalho, sobretudo para a lavoura. Ela melhorava se a colheita fosse boa” (JACOB, 2010, p. 43).

As habitações familiares pomeranas caracterizam-se por serem germinadas, com esquadrias de madeira que marcam a simetria frontal da fachada. A casa era construída em um nível acima do solo, sob moleques de pedra ou madeira, de forma a melhorar o conforto térmico internamente e proteger contra ataques de animais da mata, possibilitando também sua adaptação aos desníveis do solo. No porão, eram colocados animais e equipamentos agrícolas. O calor gerado pelos animais, com o gás carbônico liberado na respiração, gerava ar quente que, sendo mais leve que o ar frio, subia pelas frestas do piso, empurrando o ar frio para fora da casa, aquecendo assim seu interior.

Uma escada de madeira dá acesso ao interior da edificação, passando pela varanda, ambiente de socialização do pomerano, que por sua vez era comumente enfeitada com gradis, lambrequem e motivos florais. Sob o telhado de duas águas, encontra-se a janela de oitão ou óculo, elementos característicos marcantes que serviam para que o imigrante pudesse observar, através deste, quem se aproximava de sua casa, servindo assim como forma de proteção a sua família. Inicialmente, a vedação dos telhados era feita por telhas de madeira produzidas artesanalmente, a *huld schinge*³. Posteriormente, ocorreu sua substituição por telhas cerâmicas (Figura 06). A planta retangular (Figura 07) é bastante simples e composta por:

Uma sala no centro com os demais cômodos dispostos em volta dela (os dormitórios); na parte frontal da sala, havia acesso a varanda; e um dormitório, localizado na parte frontal da casa, recebia uma abertura interna

2 O enxaimel é uma técnica construtiva tradicional europeia, na qual uma estrutura de madeiras encaixadas tem seus vãos preenchidos com pedras, tijolos ou taipa.

3 Tradução do pomerano: Telha de madeira.

e outra com acesso a varanda, representando o quarto do namoro⁴. Este cômodo permanece inserido por costume, por tradição. Preservando-se nas edificações, ainda que sem funcionalidade estratégica de defesa para o qual foi criado na planta baixa original (CORONA, 2012, p.57).

Internamente, o forro era composto por tábuas estreitas dispostas uma ao lado da outra. Nas juntas, eram utilizadas ‘mata juntas’, peças posicionadas para ocultar as juntas da madeira e proteger contra a entrada de sujeiras e insetos. Serviam também como piso superior.

Além da casa, o paiol compõe a residência típica pomerana. Funciona até os dias atuais como um anexo, sendo utilizado como depósito de ferramentas e da produção agrícola. Em muitos, há um forno a lenha, utilizado principalmente para assar o *Bro⁵*, principal alimento pomerano. A cozinha localizava-se separada do corpo principal da casa, devido a necessidade da utilização de lenha para cozinhar. Desta forma, a fumaça produzida não adentrava o interior da casa e evitavam-se possíveis incêndios. Da mesma forma, os banheiros também se localizavam do lado de fora.



Figura 05- A esquerda construção de casa Enxaimel por imigrantes; A direita, parede de Taipa de mão.

Fonte: Pommerland: A saga pomerana no Espírito Santo; Autoras 2022.

4 Quarto do namoro: “Dormitório localizado na parte frontal da casa, recebia uma abertura interna e outra com acesso a varanda. Esse cômodo permaneceu inserido por costume, ainda que sem a funcionalidade estratégica de defesa para o qual foi criado na planta baixa original” (CORONA, 2012, p. 57).

5 Pão típico pomerano.



Figura 06 - Casa típica Pomerana.

Fonte: Autoras 2022

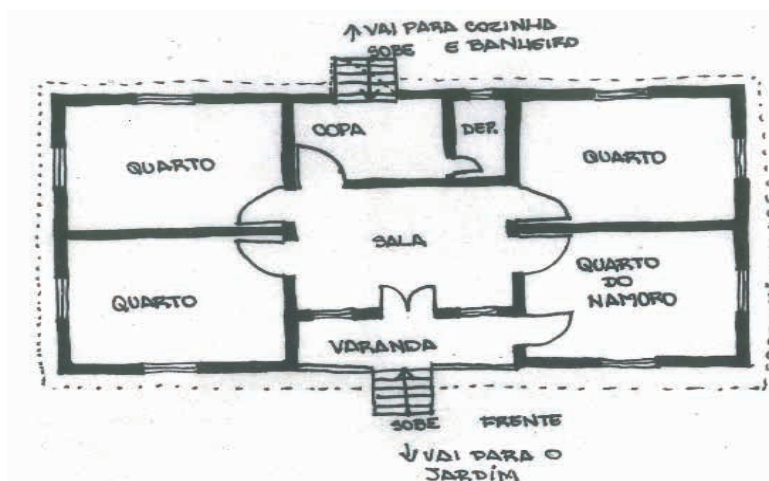


Figura 07 - Croqui de uma planta baixa típica casa pomerana.

Fonte: Corona (2012, p.55).

Igrejas

Os pomeranos que imigraram para o Espírito Santo seguiam em sua maioria a doutrina Luterana. Ela foi implantada na Pomerânea no século XVI, inicialmente mais forte nas cidades e posteriormente adentrou os feudos. Isto fez com que, a partir de 1530, “a Pomerânia se tornasse predominantemente evangélica/luterana” (RÖLKE 1996 p.29), mas “sem abandonar totalmente suas crenças primitivas e rituais, a exemplo de benzeduras e rezas” (CORONA, 2012, p.25).

No início da imigração, os cultos eram realizados em pequenas capelas. Com o aumento do número de imigrantes que chegavam às terras capixabas, as comunidades foram crescendo, havendo assim a necessidade de um local maior para os cultos. Em regime de mutirão, homens e mulheres luteranos organizavam-se e iniciavam a construção

de seu templo. Os *justaments*⁶ foram essenciais para a construção das casas e templos pomeranos. Representavam a solidariedade pomerana e ao mesmo tempo eram uma forma de lazer e confraternização.

A primeira capela luterana construída em terras capixabas localizava-se na região de Campinho⁷ e foi erguida com a ajuda financeira do governo brasileiro. Era uma construção simples e precária, implantada em um terreno afastado da casa dos colonos (Figura 08). Após inúmeros pedidos, o governo autorizou a transferência de sua sede para o centro. Deu-se início então a construção de um novo templo.

Inaugurada no ano de 1866, a igreja de Campinho foi um marco não somente para a doutrina luterana, mas para todas as religiões evangélicas. Além de ser a primeira igreja luterana do estado do Espírito Santo, foi a primeira igreja não católica a possuir torre no país e na América Latina⁸. Naquela época, a constituição imperial vigente proibia a construção de torres em templos não católicos. O artigo 5º da constituição imperial afirmava: “a religião *Catholica* Apostólica Romana continuará a ser a Religião do Império. Todas as outras religiões serão permitidas com seu culto doméstico ou particular em casas para isso destinadas, sem forma exterior de Templo”⁹. Ficava restrito também, além da torre, a utilização da cruz, sinos ou qualquer símbolo sagrado que remetesse a um local de culto. Mesmo com o conhecimento da lei, o pastor responsável pela comunidade na época, ordenou a construção de uma torre com três sinos para a comunidade. Inaugurada em 30 de janeiro de 1887, o remanescente arquitetônico encontra-se preservado até os dias de hoje no Município de Domingos Martins.



Figura 08 - Primeira Capela e Casa Paroquial da Comunidade de Campinho (à esquerda). Inauguração da primeira Igreja Luterana do Espírito Santo em Campinho (no meio) Atual templo luterano no centro de Domingos Martins (à direita).

Fonte: Portal Luteranos 2022

6 Tradução: Ajuntamento. Confraternização comunitária, aliada ao trabalho sem remuneração em benefício de uma determinada família (GAEDE, 2012, p. 108).

7 A região do Campinho corresponde ao atual núcleo urbano da cidade de Domingos Martins/ES.

8 Portal Luteranos <http://www.luteranos.com.br/conteudo/hi-historia-da-paroquia-evangelica-de-confissao-luterana-em-domingos-martins-es>. Acesso em 22 de junho de 2022

9 Portal Luteranos <http://www.luteranos.com.br/conteudo/hi-historia-da-paroquia-evangelica-de-confissao-luterana-em-domingos-martins-es>. Acesso em 22 de junho de 2022

Como outro importante exemplar da arquitetura religiosa pomerana, a igreja de Luxemburgo, localizada no município de Santa Leopoldina (Figura 09), foi a primeira igreja evangélica luterana da antiga colônia de Santa Leopoldina. Considerada a segunda mais antiga do estado, foi erguida pelos primeiros colonos pomeranos da região, no ano de 1869. Para sua construção, foram utilizados os materiais que a natureza dispunha, como madeira e barro socado, dando forma as paredes de 60 centímetros que caracterizam a edificação. Como de costume na época, foi construída sem a presença de uma torre central. A estrutura de madeira na parte externa acomodava os sinos doados pelo governo imperial. Atualmente, a comunidade de Luxemburgo é uma das mais preservadas igrejas luteranas do estado (Figura 9).



Figura 09: Construção da comunidade luterana de Luxemburgo em 1869; Edifício atual (2022)

Fonte: Acervo comunidade Luterana; Autoras 2022

Os templos Luteranos possuem em sua maioria um formato simples, com uma planta baixa retangular que reflete os três pilares básicos da liturgia da doutrina luterana: “proclamação (Púlpito), o sacrifício (altar) e o nascimento da fé (batistério)” (CORONA, 2012, p.77) (Figura 10).



Figura 10: Altar da comunidade luterana de Luxemburgo -Espírito Santo

Fonte: Autoras 2022

O altar é o elemento principal da igreja, estando localizado no centro da capela-mor. Nas costas do altar, encontra-se uma cruz, representando o sacrifício de Jesus Cristo. O batistério está implantado próximo ao altar, em seu lado esquerdo e representa a iniciação da criança na vida cristã. Nele são realizados os batismos, na maioria das vezes ainda na infância. Do lado direito do altar, encontra-se o púlpito, local da prédica pastoral, momento em que o pastor se comunica com a comunidade. Normalmente, é implantado em um patamar elevado, facilitando a visibilidade e propagação da mensagem. O maior espaço do templo é destinado aos bancos, acomodados em fileiras e que acomodarão os membros para os cultos.

As igrejas luteranas pomeranas, na região serrana do Espírito Santo, caracterizam-se pela sua simetria e a presença de uma torre central com sinos. Esses possuem grande importância. O sino sinaliza e convoca os membros para os cultos. Ainda hoje, nas comunidades interioranas do estado, é possível observar o ofício do sineiro. A entrada da igreja é marcada pela presença do átrio, local de encontro entre os membros e de preparação para os cultos. As janelas nas fachadas possuem a forma de arcos e são posicionadas de maneira a priorizarem a iluminação natural dentro dos templos, ajudando a transmitir aos fiéis o ideal de sagrado. O telhado de duas águas remete às igrejas e construções civis europeias, característica trazidas pelos imigrantes.

A partir de entrevistas com pastores das comunidades do município de Santa Maria de Jetibá e de Vitória, é possível compreender que as igrejas aqui construídas, se comparadas com as igrejas Luteranas tradicionais alemãs, não seguem um padrão definido. Os imigrantes pomeranos não possuíam conhecimento litúrgico para a execução de seus templos. Eram simples trabalhadores rurais que se basearam na sua memória para a construção de seus templos, trazendo lembranças de suas igrejas na Pomerânia e baseando-se no pouco conhecimento que tinham para ergue-las. Sabe-se também que alguns templos luteranos no município foram construídos a partir de cópias de plantas de igrejas da Alemanha trazidas pelos pastores que vieram a região no século XIX para prestarem auxílio pastoral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Halbwachs (1990) afirma que a evocação do passado constitui uma fonte de testemunho extremamente relevante, pois permite o resgate de pessoas e fatos sociais relevantes para os grupos e se torna essencial para constituição da identidade individual ou coletiva. Nesse sentido, destaca-se que a arquitetura é uma importante fonte de evocação da memória, pois possuem a capacidade para “modificar a disposição fisiológica, pois pode estimular os sentidos e interferir no comportamento, além de ativar mecanismos no cérebro capazes de despertar o estado emocional do usuário a partir do contato com o espaço físico” (OLIVEIRA, BITTENCOURT e PINHEIRO, 2020, p.101). Ou seja, a arquitetura

pomerana constitui um importante patrimônio cultural capixaba que ajuda a perpetuar a memória, as tradições, costumes e técnicas construtivas oriundas da Europa e adaptadas às condições climáticas brasileiras. Ademais, não possui somente valor arquitetônico, artístico e históricos, estando enraizados em suas paredes valores afetivos e culturais. Desta forma, representam uma mescla de bens materiais e imateriais, ou seja, domínio da técnica associado às crenças e rituais.

O Brasil representa hoje a maior colônia de pomeranos do mundo, sendo o município de Santa Maria de Jetibá, no Espírito Santo, o maior núcleo de descendentes deste povo atualmente. O país físico Pomerânia, apesar de extinto após a segunda guerra mundial, continua vivo através do legado perpetuado de geração em geração por seus antepassados e mantidos até os dias atuais, seja nas suas representações materiais, como nas imateriais. Bosi corrobora nessa discussão ao destacar que a memória está em constante evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, apesar de suas deformações sucessivas. Apesar dessas transformações, a pesquisa identificou que ao longo dos últimos anos, os descendentes de pomeranos mantiveram vivas suas tradições e costumes.

A pesquisa identificou que não existem muitos registros documentais em relação à arquitetura pomerana e suas características no Brasil e no Espírito Santo. O maior legado constitui-se dos artefatos remanescentes que sobrevivem nessas pequenas cidades do interior capixaba e são preservados pela população local como expressão da sua cultura. Apesar de não receberem tombamento federal ou municipal, o município de Santa Maria de Jetibá incentiva a manutenção de seus exemplares arquitetônicos, estando sua preservação a cargo da união prefeitura/comunidade, fato que prejudica a sua manutenção.

Em conversas com a comunidade e prefeitura, constatou-se o abuso frequente de madeiras locais, que abordam moradores oferecendo valores baixos pela compra de casas típicas, com o intuito de demoli-las para a retirada de madeira de lei para a produção de móveis. Hoje, percorrendo o interior, muitas encontram-se abandonadas ou em estado ruim de conservação.

Através de ações realizadas pelo Iphan e a prefeitura em parceria com as comunidades e igrejas luteranas, há o incentivo para realização de práticas sociais imateriais, representadas através da valorização da língua pomerana no município, da realização de festas e casamentos típicos, feiras gastronômicas entre outros.

O patrimônio cultural pomerano, tomados individualmente ou em conjunto, expressam as representações deste grupo formador da sociedade brasileira, ou seja, representam os imigrantes pomeranos que vieram ao Brasil e trouxeram sua cultural, costumes, histórias e conhecimentos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Lopes Dinoráh. A colônia pomerana no Espírito Santo: A manutenção de identidades e tradições. **Caderno de anais, Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)**, 2015, p.49-59.

AMBROZIAKI, Renata Siuza; MANSKE, Cione. Religião, morte e cemitério na memória coletiva e identidade étnica dos pomeranos e seus descendentes no Brasil. **Revista Brasileira de História das Religiões**. ANPUH, Ano XIV, n.40, maio/agosto de 2021 - ISSN 1983-2850.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CORONA, Bianca Aparecida. **Pomerish Huss: A casa pomerana no Espírito Santo**. Vitória, editora GM, 2012.

GAEDE, Valdemar. **Presença Luterana no Espírito Santo: Os primórdios da presença luterana no estado do Espírito Santo e a história da Paróquia de Santa Maria de Jetibá**. São Leopoldo, editora Oikos 2012.

JACOB, Jorge Kuster. **A imigração e aspectos da cultura pomerana no Espírito Santo**. Vitória: Departamento Estadual de Cultura, 1992.

HALL, Stuart. **Identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

MANSKE, Cione Marta Raasch. **Imigração pomerana no Espírito Santo**. Dissertação (mestrado em educação e religião) - Universidade de Vila Velha, Espírito Santo, 2016.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Revista Projeto História**, São Paulo, PUC-SP, n.10, p.07-28, dez.1993.

OLIVEIRA, Melissa Ramos da Silva; BITTENCOURT, Maria Augusta Deprá; PINHEIRO, Victória Christina Simões. Configurações arquiteturais evocativas: neurociência, espaço, memória e emoções. In: LYRA, Ana Paula Rabello *et al.* **Cidades e representações**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2020.

OLIVEIRA, Melissa Ramos da Silva; FERREIRA, Claudio Lima; GALLO, Haroldo. Memórias (In)visíveis: reflexões sobre o centro de Campinas-SP. **Revista ARA**, n. 3, primavera/verão, 2017. <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2525-8354.v0i3p209-230>.

PORTAL LUTERANOS. **A caminho em terras brasileiras**. Disponível em <<http://www.luteranos.com.br/conteudo/a-caminho-em-terras-brasileiras>>. Acesso em 22 de junho de 2022

_____. **História da presença luterana em Santa Maria de Jetibá**. Disponível em <<http://www.luteranos.com.br/conteudo/historia-da-presenca-luterana-em-santa-maria-de-jetiba-es>>. Acesso 22 de junho de 2022

_____. **História da paróquia evangélica de confissão luterana em Domingos Martins** <<http://www.luteranos.com.br/conteudo/hi-historia-da-paroquia-evangelica-de-confissao-luterana-em-domingos-martins-es>>. 22 de junho de 2022

PROJETO IMIGRANTES. **Hospedaria**. Disponível em <<http://imigrantes.es.gov.br/html/hospedaria.html>>. Acesso em: 22 de junho de 2022

_____**Histórico.** Disponível em <<http://imigrantes.es.gov.br/html/historico.html>>. Acesso em 22 de junho de 2022

RÖLKE, Helmar Reinhard. **Descobrindo raízes: Aspectos geográficos, históricos e culturais da Pomerânea.** [s.n] Vitória, 1996.

VOLBRECHT, Edgard; SCHAEFFER, Dario Geraldo. **Igreja de jequitibá: Um século de existência.** Vitória, 1982.

CASA-GRANDE, CAIXA-FORTE: A ARQUITETURA BANCÁRIA EM UM PARALELO BRASIL-ESTADOS UNIDOS, 1929–1973

Data de aceite: 02/05/2023

Marcos Amado Petrolí

Harm A. Weber Academic Center #408,
Judson University
1151 North State St., Elgin, IL 60123

RESUMO: Este trabalho analisa a evolução da tipologia bancária no século XX. Contrapõe o tradicional “palacete” eclético, de origem europeia, com a “Casa-Grande”, a qual também teve a função de banco já no Brasil colonial. O paralelo Brasil-Estados Unidos propõe um método de contraste, tanto bibliográfico, quanto de edifícios. Estudos de caso, no entanto, demonstram que a tipologia bancária não ficou limitada a identidades nacionais, mas ao fluxo de informação. As crises de 1929 e 1973, comuns aos dois países, delimitam o recorte temporal desta pesquisa e sugerem transformações estruturais na tipologia bancária. Apesar disso, pode-se perceber um desenvolvimento tecnológico contínuo que, aliado aos discursos de modernidade na arquitetura, é propagandeado como forma de combater a volatilidade e a insegurança inerentes ao sistema financeiro.

PALAVRAS-CHAVE: Arquitetura Bancária Moderna; Casa-Grande; Pan-Americanismo

ABSTRACT: This work analyzes the evolution of bank typology in the 20th century. This research contrasts the traditional European-based palace with the Brazilian “Casa-Grande,” a historical type of building that, among other functions, also served as a bank since colonial times. The Brazil-United States parallel proposes a method of contrast, both bibliographic and building-wise. Case studies demonstrate that the bank typology was not limited to national identities, but to the flow of information. The 1929 and 1973 crises, common to both countries, delimit the time frame of this research and suggest structural transformations in the bank typology. Despite such nerve-racking moments, one can perceive a continuous technological development that, combined with modern discourses in architecture, is advertised as a way to overcome the volatility and insecurity that are intrinsic to the financial world.

KEYWORDS: Mid-Century Bank Architecture; Brazilian “Casa-Grande”; Pan-Americanism

1 | ETIMOLOGIA

“Banco” ressurge durante a segunda metade da Idade Média (do Latim, *bancus*;

do escandinavo, *bakki*; do inglês, *benc*, *bank*, ou *bench*; do francês *banque*, do italiano, *banca*; ou do alemão, relacionado a *bank* ou *bench*). Relaciona-se, genericamente, a uma “tenda de venda” nos mercados medievais do Ocidente, ou também como uma “pilha” ou “monte” de coisas, referente ao acúmulo de materiais numa superfície (inclusive, um lugar em que possa se sentar sobre).¹ O nome italiano usual de um empréstimo público era *monte*, significando um fundo de ações conjuntas. A prática bancária, a princípio, foi reciclada na Idade Média através dos negociadores-de-câmbio com a troca de moedas estrangeiras (mais tarde, chamados na Itália de *campsores*), já que os publicanos, ou coletores de impostos, os quais formavam o corpo financeiro de empréstimos mais forte da antiguidade, tinham decaído devido à falta de segurança em propriedade privada na época e a má conservação das rotas de comércio.²

2 | MODERNIDADE EMERGENTE: A CRISE DE 1929 E A CULTURA DA CASA-GRANDE

(...) a casa-grande patriarcal não foi apenas fortaleza, capela, escola, oficina, santa casa, harém, convento de moças, hospedaria. Desempenhou outra função importante na economia brasileira: foi também banco. Dentro das suas grossas paredes, debaixo dos tijolos ou mosaicos, no chão, enterrava-se dinheiro, guardavam-se joias, ouro, valores.

Gilberto Freyre, *Casa Grande e Senzala*, Prefácio à Primeira Edição, p.12.

Nos Estados Unidos (EUA), a crise de 1929 é vista como um dos fatores que impulsionaram a mudança da iconografia bancária. Com a entrada da Grande Depressão, a indústria financeira como um todo estava à beira do colapso. De 1931 a 1933, cerca um quarto dos bancos foram fechados.³ A entrada do *New Deal* e novos controles federais em meados dos anos 30 conseguiram reverter a queda do sistema financeiro. Entretanto, após a crise, havia a percepção geral de que os bancos precisavam se modernizar.⁴ Na arquitetura bancária, isso também impactava na transição da imagem tradicional do palácio bancário classicista, que até então expressava características como: discreto, austero, fechado, solene, pomposo, imponente e monumental.⁵ Os bancos, ao entrarem no varejo em massa à época, poderiam ter uma imagem nova e não-relacionada com a quase-falência recente do sistema financeiro que atingiu o mundo.

1 Etimologia baseada nos dicionários Cambridge, Oxford, Merriam-Webster, e Caldas Aulete. Versões online consultadas em 28 de março de 2023.

2 Charles A. Conant, *A History of Modern Banks of Issue* (New York: A.M. Kelley, 1969). Durante o período antigo, os bancários eram chamados de τραπεζίται; enquanto aqueles em Roma eram os *argentarii* (negociadores com prata). Para uma história mais completa a respeito da formação bancária antiga, ver: Gustave Cruchon, *Les Banques Dans L'antiquité Étude Historique, Économique Et Juridique* (Wentworth Press, 2018), originalmente publicado por G. Pedone-Lauriel em Paris, 1879.

3 Edwin Green, *Banking* (Oxford: Phaidon, 1989, 113).

4 Carol J. Dyson, e Anthony Rubano, “Banking on the Future: Modernism and the Local Bank”, em *Preserving a Recent Past 2*, eds. Deborah Slaton, e William G. Foulks (Washington D.C.: Historic Preservation Education Foundation, Association for Preservation Technology, and National Park Service, 2000).

5 Ronaldo de Azambuja Ströher, *As Transformações na Tipologia e no Caráter do Prédio Bancário em Meados deste Século*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre, PROPAP-UFGRS, 1999, p. 114.

Dentre os estilos que se desenvolvem no período entreguerras, é importante destacar: o Colonial (mais comum nas regiões Sul e Oeste dos EUA), o Eclético (por muitos, é visto como um dos principais estilos desenvolvidos no país), o Neoclássico (derivado da formação da Beaux-Arts e da arquitetura cívica Federal ou Jeffersoniana), o Classicismo Simplificado (já sem tantos ornamentos), e um Modernismo ainda inicial, de formas assimétricas, austero, e de linhas ortogonais. Evidente que há também o trabalho de pioneiros como Louis Sullivan (1856–1924). Radicado em Chicago, IL, seus projetos para a região Centro-Oeste dos EUA entre 1908 e 1920 têm em comum o uso de volumes cúbicos e adornos em floreios vegetais.⁶ Há de se destacar também o surgimento de novos materiais, que apresentam maior eficiência e tinham um caráter novo, como a lâmpada fluorescente, o forro acústico, o piso de borracha, ou o tijolo-vidro utilizado como repartição interna.

Já no Brasil, a crise de 1929 viria a influenciar o fim da cultura de insumos, como o café, o principal motor da economia brasileira, e marcava também o fim da “república dos oligarcas” (1894–1930). Com a crise, muitos produtores agrícolas passaram a investir no setor industrial. A modernização agrícola contribuiu decisivamente para a que indústria se desenvolvesse no âmbito de setores variados, tornando-se prioridade na Era Vargas. Na arquitetura bancária, no entanto, as transformações política e financeira pós-1929 não parecem ter atingido a tipologia de feições classicistas de imediato como o fez nos EUA, apesar de ser um ponto marcante na arquitetura brasileira.⁷ Segundo Ströher (1999), o caráter do prédio bancário se manteve até meados do século XX. Seria somente no período Pós-Segunda Guerra que os bancos adeririam a Arquitetura Moderna como uma expressão significativa do sistema bancário, mesmo que, por vezes, de forma relativamente tímida.⁸

Dentre os estilos que acabariam se perdendo na arquitetura bancária brasileira após a crise de 1929, há de se destacar o estilo Neocolonial. Enquanto que, no Brasil, o estilo era entendido como um ideário, de caráter inovador, e voltado ao desenvolvimento de uma identidade nacional; nos EUA, o estilo foi entendido, por muitos, como apropriado para edifícios bancários construídos nos subúrbios americanos, devido ao seu caráter mais residencial.⁹ Além disso, é comum nos EUA o uso de revivalismos até hoje, às vezes sem uma razão específica, mas simplesmente por questão de gosto pessoal, incluindo aqui variações do chamado *Mission Revival Style*. Há de se destacar também que este estilo “Missões” é mais relacionado às *haciendas* velhas que existiam antes da chamada “Compra de Louisiana” (1803) e da Grande Marcha para o Oeste. É comum que este

6 Tom Wilkinson, “Typology: Bank,” *The Architectural Review* (September 18, 2019). Disponível online: <https://www.architectural-review.com/essays/typology/typology-bank>.

7 Vale lembrar que 1929 é o ano da primeira visita de Le Corbusier ao Brasil; e 1930 é o ano em que Lúcio Costa assume a direção da Escola Nacional de Belas Artes no Rio.

8 Para uma maior discussão neste tema, favor ver: Marcos Amado Petrolí, “Arquitetura Bancária Gaúcha nos Anos 70: A Influência Brutalista”. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre, PROPARG-UFGRS, 2014. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/104085>

9 Carol J. Dyson, e Anthony Rubano, *op. cit.*, p. 45.

estilo “Missões” venha incluído dentro de uma ideia de Pan-Americanismo. Portanto, não é habitualmente visto como um estilo ultrapassado e relacionado aos sistemas sociais da época da escravidão (como normalmente o são as casas coloniais neoclássicas no estilo *Antebellum*); mas, sim, à diversidade étnica e histórica do povo norte-americano. Já no Brasil, esta distinção não parece ser tão clara, até pela permanência de sistemas coloniais no Império e na República.¹⁰ A casa-grande de engenho, em especial, fez-se banco na economia colonial, mas mesmo depois do primeiro banco estatal no Brasil (1808), já em estilo neoclassicista, a casa-grande se manteve presente, tanto simbolicamente, quanto em termos de estilos contemporâneos (Figs. 1 e 2).



Fig. 1.: Banco Britânico, Georgetown, Guiana, 1836 (posteriormente, Banco Real do Canadá, 1914).
Fonte: Cortesia de John Noll em homenagem a Richard Weldmann, 2013.

Fig. 2.: Casa-Grande do Engenho São João, Recife, PE. Fonte: *Arquitetura na Formação do Brasil*, 2006, p. 111. Três tipos de casa-grande de engenho teriam surgido no século XIX: o bangalô, o sobrado neoclássico, e o chalé. Já incluíam tecnologias como a máquina a vapor. A inclusão de alpendres nos pavimentos superiores é vista como marcante desta tipologia, possivelmente importada dos claustros de conventos franciscanos, ou até mesmo do Caribe, de onde importava-se muitas inovações tecnológicas para a fabricação do açúcar e do café.

Caixa-executivo e balcão

De acordo com Ströher (1999), uma das grandes mudanças no século XX foi o chamado “Caixa Executivo”, definido basicamente como um sistema que oferece diversas operações aos clientes através de uma extensa plataforma de atendimento.¹¹ Nos EUA, esse termo aparece simplesmente como *counter*, ou “balcão”, mas que fez um importante papel em separar os espaços entre clientes e funcionários (Fig. 3). Marcou uma mudança, deixando as antigas gaiolas com os caixas-funcionários para trás. Com a assimilação do Caixa Executivo, o piso principal do edifício bancário se abre, torna-se amplo e diáfano. Nos EUA, os grandes cofres passam a ser incluídos no saguão, graças às tecnologias da

¹⁰ Para uma análise panorâmica sobre a construção acadêmica do Neocolonial no Brasil, ver: Joao Paulo Campos Peixoto, “Arquitetura Neocolonial: Debates Historiográficos no Brasil (1970–2020)”. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FAU-USP, 2022. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/tde-01082022-164550/pt-br.php>

¹¹ Termo utilizado por Ronaldo Ströher durante conversa com o autor (fevereiro de 2012).

trava elétrica e um sistema de comunicação mais rápido com a polícia local. O saguão (ou átrio, pátio interno), por sua vez, atingiria proporções monumentais e viria a se tornar o principal espaço bancário do século XX.

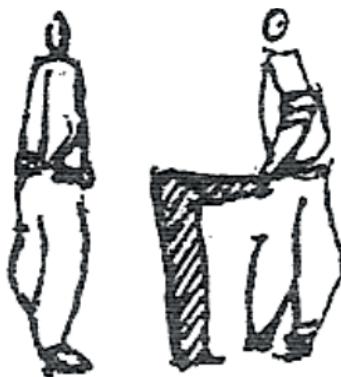


Fig. 3.: Croqui de Oscar Niemeyer, Banco da Boa Vista, 1946. Fonte: Revista *Projeto* n. 67 (1984).

Ainda segundo Ströher (1999), a gênese da tipologia bancária mercantil estaria na própria residência dos banqueiros, os quais normalmente residiam em palacetes de referência clássica renascentista.¹² De fato, pode-se dizer que o palacete de feições classicistas (e mais tarde, incluindo aqui, o templo grego), foi historicamente a tipologia mais recorrente do estabelecimento bancário, não obstante sua gênese doméstica e não comercial. O mesmo talvez pudesse ser aplicado à Casa-Grande brasileira. Esta etapa do edifício bancário pode ser literalmente definida como *casa bancária*. Todavia, o palacete se consolida. Trata-se normalmente de uma composição tripartida (base, *piano nobile*, e sótão), com funções e hierarquias claramente diferentes em cada nível. Quando o estabelecimento bancário passa a ser aberto ao público em geral, essa articulação interna desaparece, mas não a sua representatividade enquanto fachada.¹³

Com a chegada de tecnologias como o elevador elétrico, a tipologia bancária também sofre alterações, e passa a ser resolvida basicamente em dois esquemas típicos da modernidade: a agência de ramificação e o prédio-sede. Os estabelecimentos menores, de ramificação, podiam ser resolvidos de uma maneira relativamente simples, normalmente em um único piso. Os principais espaços do estabelecimento bancário continham, basicamente, ambiente de atendimento ao público, sala do banqueiro-mor, setor dos funcionários, e sala de armazenagem; além, obviamente, dos serviços de apoio e de manutenção também incluídos num certo *piano nobile* já bastante embaralhado.

12 Ronaldo de Azambuja Ströher, *As Transformações na Tipologia e no Caráter do Prédio Bancário em Meados deste Século*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre, PROPAR-UFRGS, 1999.

13 Curiosamente, a fachada típica do *palazzo* renascentista italiano também não é doméstica, e sim monumentalizada à mímica de prédios como o anfiteatro Coliseu de Roma. Ver: Neil Levine, *Modern Architecture: Representation and Reality* (New Haven, Connecticut: Yale University Press, 2009).

Já os estabelecimentos bancários mais complexos, tipo prédio-sede, passam a adotar as tipologias inéditas do tipo “arranha-céu” (ou torre administrativa), ainda que maquiadas com estilos arquitetônicos passados. O programa destas soluções era definido por uma agência bancária monumentalizada na base da torre e funções variadas, flexíveis, repetidas nos pavimentos tipo. Seria justamente a repetição do *piano nobile* em vários pavimentos que acabaria por reduzir a sua importância e hierarquia dentro do palacete tripartido; enquanto a base, historicamente associada a um porão ou depósito dentro da composição tripartida, assume papel protagonista.

Base e saguão

Com a supervalorização da base no conceito tripartido, o pátio central (ou átrio) passa a assumir funções diferentes. Análises semelhantes podem ser aplicadas às Casas-Grande, como a fazenda Colubandê, em São Gonçalo, que possui um pátio interno semelhante às casas rurais de origem espanhola, e sua planta semelhante à da casa rural típica de Cuba no século XIX. Historicamente, o pátio central (ou átrio) é normalmente visto como um espaço aberto de descanso e contemplação, por vezes cercado por *loggias*, bem iluminado e ventilado. É um espaço ideal para o desenvolvimento do Caixa Executivo e do balcão contínuo (Fig. 4). No entanto, há de se considerar também que a ascensão deste pátio central pode ser reflexo também da própria gênese bancária medieval, na tentativa de replicar o sistema de trocas dos mercados abertos; ou, até mesmo, na tentativa de absorver uma configuração em galerias típica da modernidade, em que o consumidor circula ao redor de estações.

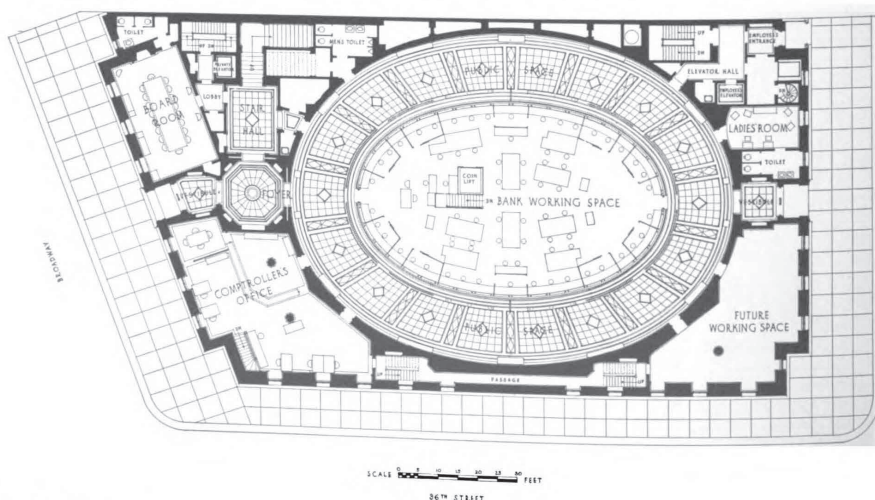


Fig. 4.: Greenwich Savings Bank, projetado por York and Sawyer, Nova York, 1922–24. Fonte: Revista *Architecture* (Ago; Dez, 1924), domínio público, escaneado de um exemplar original da Universidade da Virgínia (p. 272).

Pevsner (1976) dá pistas da transformação do saguão bancário em direção a um espaço monumentalizado. Além do palacete, outras duas referências à tipologia bancária merecem atenção: os tribunais (ou basílicas antigas) e as prefeituras, os quais têm um caráter solene que seria apropriado também para o caráter bancário.¹⁴ Ao se abrirem para o público, de forma ampla, os bancos passam também a adotar características comuns aos espaços cívicos. Como lembra Goodsell (1988), espaços cívicos não são construídos para fins mundanos, mas reservados para atividades especiais, exigindo um caráter particularizado que não pode ser tratado casualmente. Eles também expressam autoridade e status, normalmente reforçados por imagens e símbolos. Por se dedicarem a práticas ritualísticas e a uma série de ações realizadas segundo uma ordem prescrita (e.g., lugares reservados, trajes, modos de comportamento, etc.), os espaços cívicos podem atuar simbolicamente no campo político e social, mesmo que não estejam necessariamente vinculados aos valores de um determinado regime político.¹⁵

Pevsner ainda comenta que o estilo Gótico, por exemplo, tanto idealizado pelos moralistas Morris e Ruskin, dificilmente seria aceito como apropriado para o estabelecimento bancário, pois este seria um ambiente de agiotas e interesseiros (apesar dele mesmo relatar casos em que o Gótico, principalmente o veneziano, teria sido utilizado em bancos ingleses). Os bancos mais propensos ao estilo Gótico seriam, possivelmente, os chamados “bancos de poupança”, devido as suas origens na caridade e na filantropia (dos quais, realmente há uma proporção significativa em estilos Tudor ou Gótico, neste caso do Reino Unido).

Para ficar claro, o caráter bancário precisa ser entendido dentro da teoria acadêmica de “caráter arquitetônico”. Muitas vezes relacionada à noção de “expressão”, *caráter* deriva, na tradição acadêmica, da interpretação grega do termo, significando “uma marca ou figura traçada em pedra, metal, papel, etc., utilizando um cinzel, buril, pincel, ou qualquer outro tipo de instrumento”.¹⁶ *Caráter* também derivou do termo “adequação”, o conceito de “desempenho fácil de uma função ou propósito”,¹⁷ ele próprio uma derivação da noção vitruviana de “adequação” ou “próprio de algo”.¹⁸ Foi somente a partir do século XVIII que a ideia de “caráter” passou a ser compreendida de forma mais abstrata, deixando de lado as primeiras noções do termo que envolviam o conceito de *decorum*.¹⁹ Portanto, fica

14 Nikolaus Pevsner, *A History of Building Types* (Princeton, NJ: Princeton University Press, 1976). Ver também a coleção *Pevsner Architectural Guides* (1951–74), que contém análises específicas de uma série de prédios bancários na Grã-Bretanha e arredores.

15 Charles T. Goodsell, *The Social Meaning of Civic Space* (University Press of Kansas, 1988), pp. 11–12. De acordo com Goodsell, existem quatro características cruciais do espaço cívico: controle, acessibilidade, propósito, e fechamento.

16 A. C. Quatremère de Quincy, “Le Dictionnaire Historique d’Architecture” (1832), apud Harry F. Mallgrave, *Architectural Theory: An Anthology from Vitruvius to 1871*, p. 103.

17 *Idem*, 218.

18 Marcus Vitruvius Pollio, *The Ten Books on Architecture*, translated by Morris Hicky Morgan (Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 2005), pp. 15–16.

19 Harry F. Mallgrave, *Architectural Theory: An Anthology from Vitruvius to 1871*, pp. 190–220. Para Mallgrave, o termo “caráter” é uma qualidade que depende de algum tipo de inteligibilidade, que por sua vez depende da existência de algum tipo de símbolo que desperte uma associação reconhecível. Além disso, a noção de “caráter” inclui uma reação

mais fácil entender como que o caráter bancário persistiu dentro da modernidade, mesmo que as posições de vanguarda buscassem características espaciais e econômicas por vezes opostas aos modelos tradicionais e conservadores, como “simplificação”, “leveza”, “transparência,” e “standardização” (aqui, simplificado entre o “*style for the age*” e o “*style for the job*”).²⁰

Por fim, outros dois detalhes chamam a atenção nos textos de Pevsner. O primeiro refere-se à introdução de cúpulas sobre o hall bancário, visto como algo inovador (a primeira a concretizar isso seria, segundo Pevsner, uma filial do London & Westminster Bank, construída em 1838); e a segunda refere-se à nova composição de fachada e do espaço interior que é consequente da adição da cúpula. A casa-banco tradicional era composta por duas unidades: um banco no andar térreo e apartamentos nos pisos superiores, com as respectivas entradas em cada lado da fachada principal. Mas chegou uma fase em que o hall do banco era tão grande que cobria uma área do térreo grande demais para ser iluminada satisfatoriamente pelas janelas da parede externa. Embora uma sede bancária pudesse ter apartamentos para uso residencial nos andares superiores, tratava-se essencialmente de um banco. Não havia, portanto, objeção em eliminar os andares superiores para trazer a luz do dia de cima. E, uma vez introduzida a cúpula, a entrada principal podia voltar ao centro da fachada frontal, mas agora de forma ainda mais grandiosa. Com a cúpula, pode-se daí introduzir colunas colossais no espaço interior, o que dava a oportunidade para decorar e embelezar. Até então, estas soluções eram desconhecidas na velha “loja” bancária.

3 | MODERNIDADE EM ASCENÇÃO: PALMEIRAS NO DESERTO E PAX-AMERICANA

Nos EUA, a consolidação do sistema de educação da Bauhaus nos Estados Unidos no pós-Segunda Guerra foi importante para combater a chamada “Nova Tradição”, caracterizada por vertentes da arquitetura Federalista e do Neoclassicismo. Para arquitetos como John Russell Pope, Paul Philippe Cret, entre outros, o “verdadeiro” estilo da arquitetura sempre foi o da tradição acadêmica. Mas depois que Classicismo Simplificado foi utilizado pela arquitetura de regimes totalitários em cidades como Berlim, Roma e Moscou, grandes agências governamentais americanas, como o Departamento de Estado, quanto não-governamentais, como o Instituto de Arquitetos Americanos (AIA), começaram a questionar qual seria o estilo mais adequado para o pós-Segunda Guerra.²¹

Este período também marca a transição social entre a geração da chamada “Silent Generation”, definida como conformista e tradicionalista no entreguerras, para os “Baby Boomers”, caracterizada por um grande aumento da natalidade até meados

emocional, relacionada ao modo como os edifícios despertam um efeito psicológico direto (prazer ou desprazer) de certos tipos de linhas e volumes que têm formas e qualidades bem definidas.

20 Ver: Gillian Naylor, “Theory and Design: The Banham Factor: The Ninth Reyner Banham Memorial Lecture.” *Journal of Design History* 10, no. 3 (1997), pp. 241–52. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/1316294>.

21 Lois A. Craig, *The Federal Presence: Architecture, Politics, and National Design* (Cambridge, Mass: The MIT Press, 1984).

de 60 e pela sua contracultura. A explosão demográfica também significou explosão de crédito e financiamento. O crescimento da indústria bancária também se beneficiou dos créditos estrangeiros no pós-guerra, fundos arrecadados por acordos de empréstimo e arrendamento, venda de propriedades, acordos de ativos de guerra, e programas federais, como a Administração de Cooperação Econômica (1948). Os bancos modernizam-se tecnologicamente. Grandes *outdoors* em acrílico e luzes de neon anunciam a propaganda dos bancos locais. Letras em alumínio e aço inoxidável surgem nas fachadas. Um questionário aplicado em 1950 revelou que os bancos modernizados tiveram aumento de mais de 33% em depósitos; e 95% dos banqueiros entrevistados relataram melhora na relação com clientes graças à modernização.²²

Nos Brasil, a atualização dos bancos, assim como a assimilação da Arquitetura Moderna, aconteceu lenta e gradualmente, mas com certa resistência. Para Zein (1984), se os banqueiros adoraram uma atitude conservadora e se preferiram “residir em palacetes e construir bancos em estilo, trata-se mais de uma atitude idiossincrática do que um distanciamento das posturas racionalizantes”.²³ Para Ströher (1999), “(...) o fato é que no Brasil, como no resto do mundo, parece ter se estabelecido a ideia generalizada de que os bancos costumavam utilizar prédios conservadores”.²⁴ Além disso, é importante destacar que o caráter bancário frequentemente induziu a um partido volumétrico fechado, “voltado para si mesmo,²⁵ devido à necessária privacidade às operações financeiras. A permeabilidade visual entre interior e exterior, portanto, sempre foi minimizada, até chocar-se com os princípios compositivos de liberdade espacial próprios da Arquitetura Moderna.

Entretanto, este cenário muda no pós-Segunda Guerra, período que marca a ascensão da Arquitetura Moderna como um padrão vigente e hegemônico.²⁶ Segundo Ströher (1999), na década de 50, “mais do que leveza, a modernização estabelece-se através da quebra da simetria e do predomínio da horizontalidade nos volumes e demais elementos da composição” (Fig. 5).²⁷ Talvez o projeto mais divulgado da época seria o edifício-sede do Banco Boavista (1946), de Oscar Niemeyer e Joaquim Cardozo. Inaugurado em 1948, o edifício contém traços marcantes de Niemeyer e da Escola Carioca de ascendência corbusiana, como o volume suspenso por *pilotis* colossais, o recesso e ondulação de formas livres da base, e o quebra-sol, etc. Características essas fariam Niemeyer ser considerado, nos EUA, como um gênio da arquitetura, destacando aqui sua participação no prédio-sede das Nações Unidas em Nova York (1947–1952).

22 “Does Modernization Pay?”, em *Burroughs Clearing House*, n. 34 (Maio, 1950); apud Carol J. Dyson, e Anthony Rubano, *op. cit.*, p. 45.

23 Ruth Verde Zein, *op. cit.*, p. 47.

24 Ströher, *op. cit.*, p. 131.

25 Jean-François Pinchon (et.al). *Les Palais d'Argent – L'architecture bancaire em France de 1850 a 1930* (Paris: Editions de la Réunion des Musées Nationaux, 1992), p. 47.

26 Conforme menciona Carlos Eduardo Comas em palestra no X Seminário Docomomo Brasil, Curitiba, PUC-PR, 18 de outubro de 2013.

27 Ronaldo de Azambuja Ströher, *op. cit.*, p. 138.



BANCO DO BRASIL S/A.

O novo e majestoso edifício do Banco do Brasil S/A., em Caxias do Sul, construído especialmente para nele instalar a Agência que mantém nesta cidade. O citado estabelecimento de crédito tem como gerente o sr. Antonio de Oliveira, e como contador o sr. Vicente C. Oliveira.

Localizado à Praça Rui Barbosa, esquina das ruas Dr. Montaury e Sinimbu, veio embelezar o principal logradouro público da cidade, com a sua moderna e alterosa fachada.



Fig. 5.: Banco do Brasil, Caxias do Sul, RS, autor(es) desconhecido(x)s, 1957. Fonte: *Caxias do Sul: A Metrópole do Vinho* (1957), apud Rodrigo Lopes, jornal *Pioneiro* (27 de dezembro de 2018).

Palmeiras no deserto

Conforme relata Zein (1984), o processo de incorporação dos conceitos da Arquitetura Moderna em edifícios bancários torna-se cada vez mais visível até o final dos anos 50, “sejam corbusianos, a partir da influência do edifício do Ministério da Educação e Saúde no Rio [1936], ou, como seria de se esperar para as tipologias “edifício em altura” e “banco”, de influência americana, principalmente dos *skyscrapers* ou “bolos de noiva”.²⁸ Comas (1989) já registrava a contribuição dos brasileiros para a evolução do vocabulário e da sintaxe da Arquitetura Moderna, tendo em vista a promoção da arquitetura brasileira pelo Museum of Modern Art (MoMA) em Nova York, através de catálogos e exposições como *Brazil Builds: Architecture New and Old, 1652–1942* (1943) e *From Le Corbusier to Niemeyer: 1929–1949* (1949). Os edifícios mostrados nestas exposições não são mais as caixas brancas, da estética de fábrica ou da máquina, como acontece nas exposições anteriores do MoMA, como o *The International Style: Architecture since 1922*, o livro que acompanha *Modern Architecture: International Exhibition* (1932).²⁹

Após o sucesso de Niemeyer no caso do Banco Boavista, seu trabalho apareceria como referência em diversas obras americanas, incluindo bancos como o *Western Center*

²⁸ Ruth Verde Zein, *op. cit.*, p. 49.

²⁹ Carlos Eduardo Comas, “Identidad Nacional y Caracterización Arquitectónica,” in the *IV Seminario de Arquitectura Latinoamericana at Tlaxcala*, Mexico, 1989; republicado em AAVV. *Modernidad y posmodernidad en America Latina* (Bogotá: Escala, 1991).

Bank, inaugurado em 1974 na cidade de Phoenix, AZ; e o *Coachella Valley Savigns and Loan*, inaugurado em 1961 na cidade de Palm Springs, CA. Este último é projeto do americano E. Stewart Williams, um edifício bancário que, na verdade, copia o Palácio da Alvorada (1957–58) de Niemeyer, bem como suas colunas escultóricas, seu volume puro tipo “caixa”, seu alpendre monumentalizado, e seu “plano horizontal protetor”.³⁰ As formas livres de Niemeyer, vistas, por exemplo, nas colunas delicadas, de estética “jônica”, eram celebrada nos EUA à época, e em particular pelo MoMA, como descendente do movimento abstrato na pintura e na escultura, desde Hans Arp, aos jardins de Roberto Burle-Marx (Figs. 6 e 7). Vale lembrar que Niemeyer e Burle-Marx já tinham recebido ofertas para trabalhar na Califórnia, como é o caso da residência *Tremaine* (1947–48, não construída), de na região de Santa Barbara.

Em relação ao alpendre, Williams acaba copiando, mesmo que ao acaso, o esquema da Casa-Grande colonial brasileira, particularmente o “tipo neoclássico”, de bloco horizontal. Em termos práticos, de fato o alpendre é muito útil contra o sol escaldante do deserto californiano, apesar de, no caso do *Coachella Valley Savigns and Loan*, a suposta caixa de vidro protegida pelo alpendre não é tão diáfana quanto parece (e apesar, claro, de ser uma cópia deslavada). O *Brazil Builds* (1943) já apresentava a arquitetura da Casa-Grande brasileira como uma proto-Modernista: austera, específica ao local, de materiais e técnicas locais, e adequada ao seu propósito. Algo coerente também com o entusiasmo de Lúcio Costa e Gilberto Freyre pela Casa-Grande, vista uma das formas mais propícias para o revisionismo modernista.³¹



Fig. 6.: Capa do livro *Arquitetura na Formação do Brasil*, eds. Briane Elizabeth Panitz Bicca e Paulo Renato Silveira Bicca (Iphan/Unesco, 2006), contrapondo o Palácio da Alvorada (1957–58) com a Casa da Fazenda Colubandê em São Gonçalo, RJ.

Fig.7.: Perspectiva do *Coachella Valley Savings and Loan* n.3, projetado por E. Stewart Williams, Palm Springs, CA, 1960. Fonte: Coleção E. Stewart Williams, Palm Springs Art Museum © E. Stewart Williams family. Palm Springs teria surgido como um resort de águas termais, descobertas no deserto, cerca de duas horas de Los Angeles. A cidade serviu, e ainda serve, como refugio para celebridades e como residência para vários imigrantes e moradores temporários. Contém vários exemplares da Arquitetura Moderna, particularmente casas e edifícios baixos.

30 Ver: Edson da Cunha Mahfuz, “Transparência e Sombra: O Plano Horizontal na Arquitetura Paulista,” em *Arquitextos*, n. 079.01 (Dezembro, 2006). Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/07.079/284>

31 Casos como a Fazenda Vassouras e a Fazenda Garcia aparecem no *Brazil Builds*. Além disso, esse esquema de edifício austero e horizontal, com um grande terraço com uma vista esplêndida, é visto como o protótipo do Grande Hotel de Ouro Preto (1938–40), de Niemeyer.

Pax-Americana

Dentre as conexões Brasil-Estados Unidos, o “plano horizontal protetor” merece destaque pela sua elementaridade enquanto solução do projeto bancário. Mahfuz (2006) comenta que o plano horizontal superior sintetiza duas funções: quebra-sol e cobertura. Com a extensão da laje de cobertura, sombreando assim as fachadas, normalmente envidraçadas, não há mais necessidade de algum tipo de obscurecimento maior. Consequentemente, a permeabilidade visual e a amplitude interna são maximizadas. Este tema foi estudado nas agências bancárias brutalistas da minha dissertação de mestrado (2014).³² Lá, foi possível observar que o “plano horizontal protetor” foi aplicado sobre poucos pontos de apoio. Nesta busca por grandes vãos, o teto liso é substituído pelo teto homogêneo, nervurado ou em grelha; assim como a planta livre evolui para a planta genérica, sem pontuação colunar. A Escola Paulista já praticava essa estratégia de projeto, conforme apontou Zein (2005),³³ assim como Mies van der Rohe no pós-Segunda Guerra.

No entanto, o “plano horizontal superior” não é conveniente para climas mais frios com neve, como Chicago, IL, por exemplo, onde o próprio Mies morava. Lá, procura-se o sol. A janela típica destes climas é chamada “*bay window*”, que se projeta da fachada justamente para captar mais luz. Na arquitetura bancária americana, Mies seria mais influente graças à chamada “Segunda Escola de Chicago”, ou mais precisamente, na formação de estudantes sob sua tutela por duas décadas no *Illinois Institute of Technology* (IIT). Tanto que o banco mais famoso do pós-Segunda Guerra foi o *Manufacturers Trust Company*, inaugurado em 1954 em Nova York, e projetado por Gordon Bunshaft junto da firma Skidmore, Owings, and Merrill.³⁴ A concepção tipo “caixa de vidro” reticulada deixou a caixa-forte do banco agora totalmente visível, inclusive da calçada. Torna-se a mais absoluta antítese do caráter fechado dos antigos palacetes, ou até mesmo da Casa-Grande, onde se guardava dinheiro nas paredes. No Brasil, apesar de clima tropical, a “caixa de vidro” reticulada apareceu em edifícios bancários, principalmente nas torres, como foi o caso, por exemplo, do Banco Mercantil Finasa em São Paulo (1970), de Edison Musa. Segundo Zein (1984), a “torre de vidro” foi “consequência direta da internacionalização – seja da arquitetura, seja dos capitais –, da valorização do solo urbano, do desenvolvimento da indústria da construção civil e de seus fornecedores (...), mas principalmente exteriorizam o desejo do cliente – e do arquiteto – de expressar arrojo, modernidade, atualidade”.³⁵

Do “milagre” à crise de 1973

No período pós-Brasília, a arquitetura bancária brasileira passa por um fenômeno

32 Marcos Amado Petrolí, *op. cit.* 2014. Ver também: Marcos Amado Petrolí, “A avis rara do Arquiteto Jorge Debiagi: Uma Análise sobre a Influência Brutalista em duas de suas Obras Bancárias,” em *Anais do X Seminário Docomomo Brasil*, Curitiba. 15–18 de outubro, 2013. Disponível em: https://docomomobrasil.com/wp-content/uploads/2016/08/QBR_56.pdf

33 Ruth Verde Zein, “A Arquitetura da Escola Paulista Brutalista, 1953–1973”. Tese de Doutorado. Porto Alegre: PRO-PAR-UFRGS, 2005, p. 299.

34 “Big Banking and Modern Banking Finally Connect”, em *Architectural Forum*, n. 99 (Setembro de 1953), p. 135.

35 Ruth Verde Zein, *op. cit.*, p. 52.

de grande expansão, parecendo espelhar a expansão bancária americana em direção aos subúrbios. Impulsionadas pelo “milagre” econômico brasileiro no fim dos anos 60, centenas de novas agências foram construídas em território nacional. Os grandes Bancos existentes da época, chamados então de “poderosos conglomerados”, passaram a dominar o mercado e expandir linhas de crédito para qualquer lugar que tivesse possibilidade de lucro. Houve muita terceirização de projetos para escritórios privados; e estes, por sua vez, tiveram a oportunidade de solucionar o projeto do edifício bancário, pela primeira vez de forma coletiva, dentro de uma linguagem Moderna já em franca aceitação pós-Brasília.

Mesmo assim, algumas tecnologias parecem não terem sido tão assimiladas como nos EUA. O banco tipo “drive-in” surgiu na América do Norte como parte da cultura do automóvel. Poupança tempo, “*Time is Money*”. Também poupança área de trabalho e área de saguão. Dyson e Rubano (2000) comentam que as propagandas das agências tipo “drive in” eram voltadas ao público feminino, especialmente as mães motoristas com crianças pequenas.³⁶ Nos EUA, uma pesquisa recente (2021) mostrou que 91.7% das habitações tem ao menos 1 automóvel;³⁷ enquanto que no Brasil, uma pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) mostrou que 54% dos domicílios brasileiros possuem carro ou moto à disposição dos moradores.³⁸ Dados que demonstram o grau de dependência de automóvel privado nos dois países. Neste tipo de agência bancária tipo “drive in” também surgiu outra inovação, chamado “banco de televisão” e introduzido em 1957. Motoristas agora conseguiam se conectar com caixas de dentro das agências e enviar documentos e dinheiro através de tubos pneumáticos. Ali parece ter começado a transição do banco físico para o banco virtual. O grande problema destes tipos de agência “drive in” é que exigiam grandes áreas de estacionamento, nem sempre tão fáceis de serem adquiridas.

A invenção do caixa eletrônico em 1967, chegando ao Brasil somente no início dos anos 80, trouxe redução de custos e o benefício de permitir operações bancárias a qualquer hora do dia. Na tipologia bancária, houve grande transformação do vestibulo. O tradicional *foyer* que antecedia o pátio-saguão, frequentemente flanqueado por escadas simétricas monumentalizadas, deu espaço à automação, dando a visão de um futuro em que o setor de serviços foi totalmente desumanizado. Entretanto, de forma paradoxal, o “autosserviço” também favorece, o que eu chamo aqui, de “redomesticação” do edifício bancário, tornando-o mais “personalizado”.

No final dos anos 1950, o crítico de arquitetura inglês Reyner Banham (1922–88) já destacava algumas consequências fundamentais da tecnologia em regiões industrializadas. Para Banham, a acessibilidade de eletrônicos, materiais sintéticos, suprimentos ilimitados de energia e outros tipos de tecnologias pelo público em geral contribuíram para o que

³⁶ Dyson, e Anthony Rubano, *op. cit.*, p. 46.

³⁷ Fonte: U.S. Census Bureau's 5-Year American Community Survey (2017-2021).

³⁸ Fonte: Portal Globo (24 de outubro de 2013). Disponível em: <https://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/10/mais-da-metade-das-casas-no-brasil-tem-carro-ou-moto-diz-ipea.html>

ele chamou de “revolução doméstica”.³⁹ As máquinas novas, convenientes e caras que antes estavam disponíveis apenas para as mãos de uma elite (por exemplo, o automóvel, a televisão, o aspirador de pó etc.) agora estavam disponíveis para um amplo público diariamente. Durante aquela época do pós-guerra, também chamada de Era do Jato, Era do Detergente ou Segunda Revolução Industrial, possuir tais componentes industrializados era mais do que um símbolo de poder, era também um *nov*o tipo de poder, intimamente relacionado a uma vontade interior de controlar o ambiente construído. Diferentemente da primeira era da máquina, quando havia uma barreira de incompreensão entre a classe trabalhadora e seu ambiente mecanizado, a então Segunda Era da Máquina não podia mais “tratar o mundo da tecnologia com hostilidade ou indiferença”, considerando os meios científicos como próprios, ou mesmo necessários à sua situação atual.⁴⁰ Assim, à ótica deste argumento de Banham, o edifício bancário, através da automação e da implementação de autosserviços, dá a impressão de colocar o consumidor comum numa posição de controle sobre seus investimentos financeiros, mesmo que as opções sejam limitadas e sistematizadas de acordo com perfis de clientes.

Entretanto, a vinda da “Crise do Petróleo” nos anos 70 parece ter posto um fim na visão otimista de Banham. Tanto no Brasil, como nos EUA, a demanda por novas obras desacelera; assim como a Arquitetura Moderna gradativamente perde vigor nos dois países. Discussões quanto à *moralidade* destas instituições ressurgem, assim como os modelos econômicos vigentes. Desde suas origens, a prática bancária de câmbio foi, por vezes, ilegal, e podia ser realizada junto com uma leveza de equipamento, adequada para fugas rápidas; requisitava, assim, uma modéstia discreta proposital. Agora, no mundo contemporâneo, a arquitetura bancária parece ser constantemente ameaçada pelas crises, e mais recentemente, pela entrada do mundo online. Talvez, por natureza, o edifício bancário seja um edifício efêmero. Mas, de fato, a grande maioria destes edifícios bancários não são preservados, conservados, ou considerados patrimônio cultural. Algo a se observar (Fig. 8).

39 Reyner Banham, *Theory and Design in the First Machine Age* (New York: Praeger Publishers, 1960).

40 Idem, p. 3.



Fig. 8.: Banco Wells Fargo em Palm Springs, CA, EUA, por Alex Schaefer. Óleo sobre tela, 22x28 polegadas. Pintura exibida na Charlie James Gallery, Los Angeles, CA, como parte da exposição “Alex Schaefer: Irrational Exuberance”, 16 de abril- 26 de maio, 2012.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Baseando-se nos textos e os estudos de caso apresentados aqui, fica a sensação de que a tipologia bancária não chegou a consagrar uma identidade própria. Há, de fato, uma gênese europeia, o palacete, de origem doméstica, replicada no Novo Mundo, tanto para o frio, como para o calor. Mas este texto, no entanto, buscou abordar uma história alternativa, em torno da “Casa-Grande”. Esta, sim, parecia ter as sementes de um desenvolvimento tipológico mais verdadeiro e/ou representativo que não fosse tão imediatista dentro da modernidade.

O paralelo Brasil-Estados Unidos criado neste texto teve por objetivos gerar contraste, tanto bibliográfico, como de obras, e estabelecer uma ordem cronológica de eventos. É revelador, por exemplo, ver que os edifícios bancários no Brasil não desenvolveram o sistema “drive-in,” de televisões e tubos pneumáticos. Assim como é revelador ver bancos norte-americanos idênticos aos prédios do Niemeyer. O paralelo Brasil-Estados Unidos também traz bibliografias diferentes e não-relacionadas, buscando contextualizar a evolução da tipologia bancária de forma mais ampla.

Do ponto de vista cronológico, o paralelo Brasil-Estados Unidos ajudou a organizar o recorte temporal deste artigo em dois momentos: a crise de 1929 e a crise de 1973. Ambos momentos colocaram em xeque a existência de tais instituições, mas em contrapartida abriram margem para reflexões importantes. Uma destas é a relação entre “banco” e “nação”. Assim que surgem as nações, surgem os bancos estatais, *vis-à-vis*. Mas com a globalização crescente, as crises econômicas cíclicas, e a recente migração das transações

financeiras para o mundo online, a ideia de “nação” também parece mudar e migrar para a ideia de blocos ou grupos políticos. Certamente, a tipologia bancária reflete estas condições e passa a assumir um escopo mais amplo, algo ainda por investigar.

DESIGN BIOFÍLICO APLICADO A PROJETOS DE ASSISTÊNCIA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Data de submissão: 13/03/2023

Data de aceite: 02/05/2023

Ricardo Morandin Figueiredo

Arquiteto e Urbanista formado pelo Centro Universitário Filadélfia (UNIFIL) especialista em Neuroarquitetura pelo Instituto de Graduação e Pós-Graduação (IPOG)

Belo Horizonte – Minas Gerais
<https://lattes.cnpq.br/5746751444693418>

Augusto Montor de Freitas Luiz

Engenheiro Civil e Mestre em Engenharia Civil pela Universidade Estadual de Maringá (UEM) e doutorando em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável pela Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Belo Horizonte – Minas Gerais
<http://lattes.cnpq.br/7522619743256382>

RESUMO: O tamanho da população em situação de rua no Brasil vem aumentando ano após ano e as políticas públicas direcionadas para este público, apesar de louváveis, dependem da aceitação da população nesta situação. As unidades de acolhimento apresentaram melhora nos últimos anos, porém em função de fatores como infraestrutura inadequada, elevada quantidade de usuários, da diversidade da

população e da falta de privacidade inerente a estes ambientes, o tempo de permanência dos usuários nestas unidades ainda é baixo. Considerando que a infraestrutura apresenta considerável influência sobre os usuários, se faz importante analisar como os ambientes das unidades de acolhimento se encontram na atualidade para então propor técnicas que corroborem para sua melhoria. Neste sentido, da aplicação da teoria do design biofílico que, dentre outras coisas, sugere reconectar o ser humano com a natureza em ambientes construídos, emerge uma possibilidade também para projetos de cunho assistencial. Assim, o presente estudo busca apresentar uma revisão de literatura acerca da população em situação de rua, bem como do sistema de acolhimento e como as técnicas do design biofílico podem contribuir para melhorar o desempenho dos ambientes e, consequentemente, a qualidade de vida de seus usuários. Baseando-se nas referências consultadas, pode-se afirmar que as técnicas de design biofílico podem contribuir para o aumento do tempo de permanência e melhoria do sentimento de permanência dos usuários de unidades de acolhimentos, uma vez que dentre os benefícios da reaproximação do homem

com a natureza está a melhoria do bem estar psicológico e fisiológico.

PALAVRAS-CHAVE: Unidade de acolhimento. Biofilia. Design biofílico.

BIOFILIC DESIGN APLIED TO ASSISTENCE PROJECTS FOR HOUSELESS PEOPLE

ABSTRACT: The size of the houseless population in Brazil has been increasing year after year and public policies aimed at this public, although commendable, depend on the acceptance of the population in this situation. Reception units have evolved in recent years, but due to factors such as the infrastructure adopted, the high number of users, the diversity of the population and the lack of privacy inherent in these environments, the length of stay of users in these units is still low. Considering that the infrastructure has considerable influence on users, it is important to analyze how the environments of the host units are currently in order to propose techniques that corroborate their improvement. In this sense, from the application of the theory of biophilic design, which suggests reconnecting human beings with nature in built environments, a possibility also emerges for assistance projects. Thus, the present study seeks to present a literature review about unhoused people, as well as the host system and how biophilic design techniques can contribute to improving the performance of environments and, consequently, the quality of life of its users. Based on the consulted references, it can be stated that the biophilic design techniques can contribute to increasing the length of stay and improving the feeling of permanence of the users of shelter units, since among the benefits of bringing human beings closer to nature is the improvement of psychological and physiological well-being.

KEYWORDS: Host Unit, Biophilia, Biophilic Design.

1 | INTRODUÇÃO

De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea (2023) o Brasil não conta com dados oficiais sobre a população em situação de rua. Assim, de forma a estimar o tamanho desta população para então auxiliar na implementação de políticas públicas, utiliza-se os dados do Censo do Sistema Único de Assistência Social e aplica-se modelos estatísticos para previsão dos dados. Os resultados apontam para uma realidade que pode ser observada diariamente nas ruas das cidades: estima-se que este número passou de pouco mais de 90 mil, em 2012, para 281 mil pessoas no ano de 2022, em situações distintas que dificultam as ações de assistência social, uma vez que esta população apresenta como característica a heterogeneidade.

Segundo Quintão (2012), o sistema de acolhimento à população em situação de rua melhorou nos últimos anos, porém, os espaços oferecidos ainda permanecem sem qualidade, funcionando mais como abrigo temporário do que como locais acolhedores. Partindo-se do princípio de que esta população necessita de atendimento especializado que demanda tempo e acompanhamento, o tempo de permanência nas unidades de acolhimento deveria ser prolongado e, para que isto ocorra, estas unidades devem se

aproximar, o máximo possível, de um refúgio, um local acolhedor. Ainda, quando estes não se sentem acolhidos nestes ambientes, é comum a busca por privacidade e acolhimento nas ruas.

Paiva *et al.* (2020) levanta a possibilidade de que as cidades no estilo “selva de pedra” (referência as cidades formadas por arranha céus e as grandes concentrações organizadas de população que formam o intenso e agitado mundo contemporâneo) estejam afetando a saúde dos seus habitantes (sejam eles de rua ou não), não apenas a cargo da poluição e ritmo desenfreado de vida, mas principalmente pela falta de contato com a natureza. Uma possível alternativa para contornar este fato emerge no design biofílico que busca reconectar o ser humano com a natureza em ambientes construídos.

Segundo Lencastre e Marques (2021), a biofilia tem seus primeiros relatos na psicanálise sendo definida como uma atitude amorosa por tudo que está vivo como um todo, e não apenas em partes. Nos anos seguintes este conceito foi evoluindo, quando, na década de 80, Edward O. Wilson utilizou o termo pela primeira vez, afirmando que à medida que o homem se afasta da natureza ele perde sua conexão inerente com a mesma, sendo esse afastamento negativo para sua saúde e bem-estar. De fato, pesquisas recentes apontam que as técnicas do design biofílico, dentre elas a aproximação com elementos que remetem a natureza ou as formas naturais contribuem para o bem-estar psicológico e fisiológico do ser humano.

Assim, buscando aumentar o tempo de permanência nas unidades de acolhimento para que a população em situação de rua consiga desfrutar dos serviços de assistência social, faz-se necessário analisar a constituição dos espaços que lhes são dedicados. Neste sentido, o presente estudo busca apresentar uma revisão de literatura acerca da população em situação de rua, bem como do sistema de acolhimento e como as técnicas do design biofílico podem contribuir para melhorar o desempenho dos ambientes e, consequentemente, a qualidade de vida de seus usuários.

2 | POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Popularmente referidos como moradores de rua e não como população em situação de rua, devemos primeiramente diferenciar esses dois termos para uma melhor compreensão do tema em questão. O termo “morador de rua” remete a ideia de conformidade, conformação e objeto de assistencialismo, caracterizado pelo desconhecimento de seus direitos a condições mais dignas. Já “população em situação de rua”, evita essa ideia pejorativa, carregando sentido de altivez, sujeito de direito e transformação, pois é utilizado por órgãos de representantes e assistências dessa população e por alguns espaços institucionais como o Ministério Público e Ministério da Cidadania. Assim sendo, a população em situação de rua “faz parte de um conjunto de pessoas sem atendimento a seus direitos sociais mínimos” e que sem eles acabam vivendo num limite da “sobrevivência e da dignidade humana”

(TARACHUQUE; SOUZA, 2013)

O Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009 (Brasil, 2009), instituiu a Política Nacional para a População em Situação de Rua, e conceitua este grupo de pessoas como população heterogênea que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares fragilizados ou rompidos e a inexistência de moradia convencional regular.

Em se tratando de quantidade, estimativa realizada pelo Ipea (2023) aponta que, no Brasil, em 2022, esta população superou as 281 mil pessoas, sendo que 54% desta população se concentra na região Sudeste do país. Este mesmo estudo aponta que o número vem crescendo de forma acelerada desde 2012, conforme ilustra o Gráfico 1.

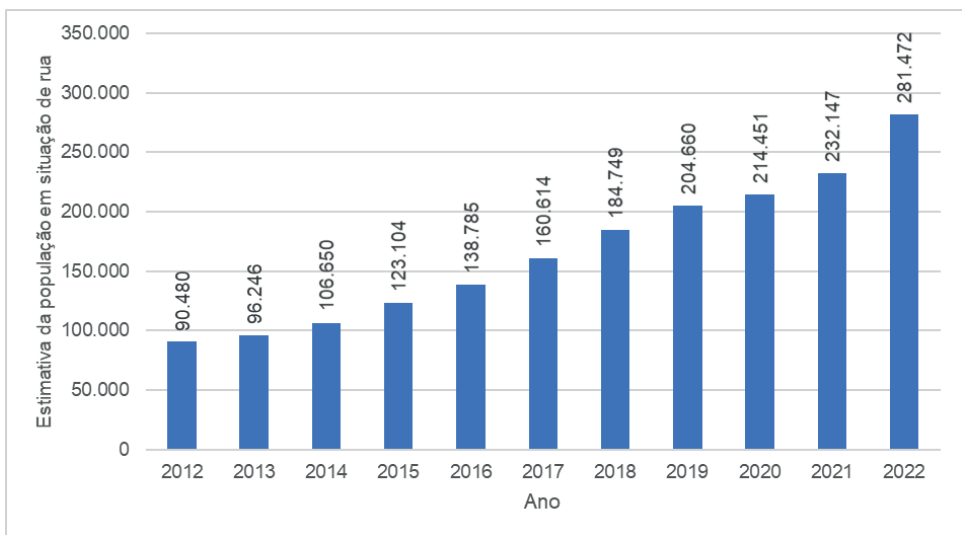


Gráfico 1 - Número estimado de pessoas em situação de rua no Brasil de 2012 a 2022

Fonte: Adaptado de Ipea (2023)

Ainda, de acordo com Brasil (2009) o padrão básico de qualidade, segurança e conforto da rede de acolhimento temporário deverá observar limite de capacidade, regras de funcionamento e convivência, acessibilidade, salubridade e distribuição geográfica das unidades de acolhimento nas áreas urbanas, respeitado o direito de permanência da população em situação de rua, preferencialmente nas cidades ou nos centros urbanos.

De acordo com Quintão (2012) a existência de pessoas em situação de rua é um fenômeno global complexo que envolve, entre muitas áreas, a Arquitetura e Urbanismo, portanto, também é papel de arquitetos e urbanistas incorporar essa população em seus projetos urbanos. Ainda, o autor aponta que o sistema de acolhimento no Brasil, que se traduz principalmente na figura dos albergues, possui baixos critérios de qualidade e atendimento.

3 | SISTEMA DE ACOLHIMENTO

Em função de problemas econômicos, psicológicos e conflitos geopolíticos, por exemplo, esta população pode ser composta por unidades com vínculos familiares, imigrantes refugiados, crianças e adolescentes, pessoas que fazem usos abusivos de drogas, população LGBTQIA+ dentre outros, sendo a heterogeneidade umas principais características da população em situação de rua.

Quintão (2012) ressalta que a negligência desta característica é um dos principais motivos da falência do sistema de acolhimento no Brasil. Então, para esta população, a alternativa passa a ser a rua, uma vez que não conseguem se sentir pertencentes a este espaço de acolhimento.

O serviço de acolhimento para adultos e famílias vinculado ao Ministério da Cidadania (2020) prevê o acolhimento provisório para pessoas em situação de rua e desabrigo por abandono, migração e ausência de residência ou pessoas em trânsito e sem condições de sustentar. Estes serviços podem ser ofertados nas seguintes unidades: abrigo institucional, casa de passagem e república.

De acordo com o autor supracitado, o sistema de acolhimento usado atualmente no Brasil consiste basicamente em métodos como a pernoite, ou atividades durante o dia e ficam longe de proporcionarem algo de caráter mais permanente aos indivíduos.

Quintão (2012), ao analisar a população de rua da cidade de São Paulo e o sistema de acolhimento, observou que fatores como, por exemplo, a falta de infraestrutura, o alto número de pessoas atendidas e o tratamento uniforme despendido a populações heterogênea não possibilita um atendimento adequado e contribui para a baixa permanência deste público nas unidades de acolhimento. Desta forma, muitos deles ainda optam por buscar privacidade e acolhimento nas ruas.

A Figura 1a) ilustra um dormitório coletivo no Centro de Acolhida para Adultos em Campo Limpo, na cidade de São Paulo/SP, onde, apesar da aparente limpeza e organização é possível observar a falta de privacidade que o ambiente oferece. Na Figura 1b) se observa um ambiente destinado ao lazer e convivência, que combina no mesmo espaço atividades que não são compatíveis (audiovisual e leitura), além de se tratar de um ambiente com cores escuras, layout e configuração opressivas, ausência de aberturas e ventilação adequada e falta de conforto para as atividades na qual o ambiente é destinado.



a)



b)

Figura 1 – Ambientes de unidades de acolhimento: a) dormitório no Centro de Acolhida para Adultos em Campo Limpo, São Paulo/SP; b) espaço de lazer e convivência na Unidade de Acolhimento Institucional Boqueirão, Curitiba/PR

Fonte: a) Prefeitura de São Paulo (2021); b) Paiva (2020)

Por sua vez, a Figura 2a) ilustra um refeitório comunitário com poucas aberturas e baixa intensidade luminosa. A Figura 2b) apresenta um abrigo para refugiados indígenas com espaço reduzido e dimensões inadequadas e programa de necessidade ineficaz. Além disso, se observa ausência de aberturas que resulta em baixa ventilação e iluminação.



a)



b)

Figura 2 – Ambientes de unidades de acolhimento: a) refeitório comunitário; b) abrigo de acolhimento de refugiados e migrantes indígenas venezuelanos em Manaus/AM

Fonte: a) Vieira (2019); b) ACNUR/Felipe Inaldo (2020)

A recusa em permanecer nas unidades de acolhimento é um fenômeno complexo, onde diversas variáveis devem ser levadas em consideração. Contudo, partindo-se do pressuposto de que o ambiente influencia no comportamentos dos usuários, algumas intervenções em imóveis construídos ou a criação de projetos adequados que considerem as particularidades deste público podem contribuir para o aumento do tempo de permanência nas unidades de acolhimento.

4 | BIOFILIA

Segundo Lencastre e Marques (2021) a biofilia tem seus primeiros relatos na psicanálise, por volta da década de 70, sendo definida como uma atitude amorosa por tudo que esta vivo como um todo, e não apenas em partes. Porém, foi somente em 1986 que o termo foi utilizado pela primeira vez no livro intitulado “*Biophilia*” do autor Edward O. Wilson, onde ele afirma que à medida que o homem se afasta da natureza ele perde sua conexão inerente com a mesma, sendo esse afastamento negativo para sua saúde e bem-estar.

Neste contexto, Kellert e Wilson (1993) propuseram a Hipótese Biofílica, segundo a qual existiria uma preferência humana por características vinculadas à configuração natural das paisagens, principalmente aquelas que remetem a origem de nossa espécie. Ademais Browning *et al.* (2014) cita que elementos como, por exemplo, configuração espacial, possibilidade de identificação de sinais de perigo, de proteção contra intempéries e predadores, wayfinding; e sinais de habitabilidade são elementos favoráveis à sobrevivência, sendo associados a sinais de beleza, conforto e boa disposição. Ainda, o autor supracitado afirma que este reconhecimento pode ocorrer de forma inconsciente ou consciente.

A biofilia pode ser encontrada no decorrer da evolução humana em várias culturas ao redor do mundo. De acordo com Browning *et al.* (2014):

Temas da natureza podem ser encontrados nas primeiras estruturas humanas: Animais estilizados característica do Neolítico Göbekli Tepe; a esfinge egípcia, ou as folhas de acanto adornando templos gregos e sua história de origem Vitruviana; da primitiva cabana às delicadas filigranas frondosas de design rococó. Representações de animais e plantas têm sido usadas há muito tempo para ornamentação decorativa e simbólica. Além da representação, as culturas ao redor do mundo há muito trazem a natureza para dentro de suas casas e espaços públicos. Exemplos clássicos incluem os pátios do jardim do Alhambra na Espanha, aquários de porcelana na China antiga, o aviário em Teotihuacan (antiga Cidade do México), [...]. (BROWNING *et al.*, 2014).

O autor ainda diz que a consistência dos temas naturais em estruturas e lugares históricos sugere que o design biofílico não é um fenômeno novo; em vez disso, como um campo da ciência aplicada, é a codificação da história, da intuição humana e das ciências neurais mostrando que conexões com a natureza são vitais para manter uma existência saudável e vibrante como uma espécie urbana.

A abordagem biofílica organizada por Browning *et al.* (2014), possui 14 padrões regentes em três eixos primordiais que estão ilustrados no Quadro 1.

Eixos	Padrões	Atributos
Natureza no espaço	1. Conexão visual	observação direta de sistemas e processos bióticos
	2. Conexão não visual	audição, tato, olfato e paladar
	3. Presença de água	experiência através de ver, escutar ou tocar a água
	4. Luz dinâmica e difusa	variabilidade de espectros luminosos ao longo do dia
	5. Estímulos sensoriais não rítmicos	variações estocásticas naturais
	6. Variabilidade térmica e fluxo de ar	alterações sutis na temperatura, fluxo aéreo e umidade relativa
	7. Conexão com sistemas naturais	consciência dos processos sazonais e temporais (como dia e noite)
Análogos naturais	8. Formas orgânicas e padrões biomórficos	referências simbólicas a contornos, arranjos padronizados, texturizados ou numéricos presentes na natureza
	9. Conexão com materiais naturais	elementos orgânicos transformados por processos humanos criam sensações de pertencimento ao local
	10. Complexidade e ordem	informação sensorial detalhada e associada à hierarquia espacial natural
Natureza do espaço	11. Panorama ou perspectiva	visão sem obstáculos, ao longo de uma distância. Propicia a vigilância e o planejamento
	12. Refúgio	possibilita a proteção do fluxo principal de atividades
	13. Mistério	promessa de mais informações, instiga a curiosidade e atrai o indivíduo a navegar pelo ambiente
	14. Risco ou perigo	ameaça identificável associada à iminente possibilidade de segurança

Quadro 2 – Eixos e padrões do design biofilico

Fonte: Adaptado de Browning *et al.* (2014)

O primeiro eixo, **natureza no espaço**, representa a inserção de elementos naturais como flora, fauna, fluxos sonoros, olfativos, hídricos e aéreos; o segundo eixo, **análogos naturais**, representa as evocações orgânicas, não vivas e indiretas da natureza materiais, cores, formas, sequências texturas, padrões e ornamentos; o terceiro eixo, **natureza do espaço**, que contempla tanto o desejo de visualizar, como também o fascínio por cenários de mistério e refúgio.

O contato sensorial direto com a natureza em um espaço não significa simplesmente inserir elementos decorativos como vasos vegetação permanente. A interação com o mundo natural pode ser percebida a partir da presença de uma visão estimulante da natureza, ou usando plantas, recursos hídricos, fluxo de ar natural ou brisas, sons e aromas. Usando este grupo de padrões se criará conexões diretas e significativas com elementos naturais por meio de diversidade, movimento e interações multissensoriais (BROWNING *et al.*, 2014).

Na Figura 3 podemos visualizar praticamente todos os padrões do primeiro eixo citado por Browning *et al.* (2014). O padrão mais forte nessa composição é a conexão visual com sistemas naturais no exterior e interior do espaço. A partir dessa conexão visual tão presente no partido dessa ambiente, os demais padrões ocorrem de forma espontânea, a exemplo da variação de iluminação e temperatura propiciada pela alternância entre dias

e noites.



Figura 3 – Exemplo de ambiente com padrões biofílicos (Casa na Árvore, Suite Arquitetos)

Fonte: Ricardo Bassetti (CASACOR, 2018)

Na Figura 4 é possível detectar uma forte linguagem biomimética em todo o design do espaço em questão que remete a forma natural de uma árvore. As formas curvas, a escolha dos materiais ao imitar os detalhes mais sutis da natureza como tecidos, obras de arte, luz, formas ou padrões, recriam a conexão humana biofílica e, portanto, as respostas saudáveis ao ar livre. O mobiliário também se integra a composição através dos materiais empregados, cores e texturas. Sua composição apresenta complexidade e ordem através das tramas que se repetem e formam uma hierarquia facilmente reconhecível dentro do espaço onde está inserido.



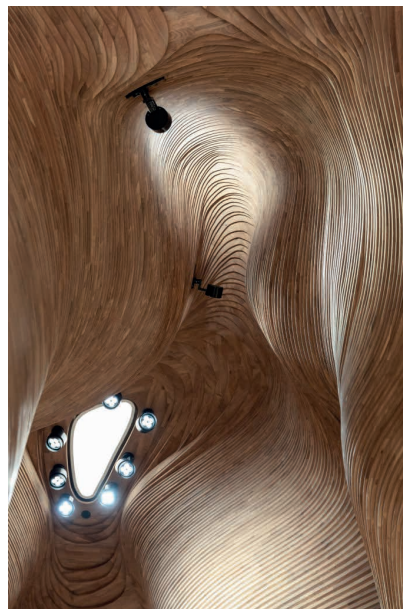
Figura 4 – Exemplo de ambiente com padrões biofílicos (Nocenco Café, VTN Architects)

Fonte: Chien (2018)

Na Figura 5, os padrões da Natureza do Espaço podem ser verificados através de mistério em função de suas formas intrigantes que despertam a curiosidade dos usuários. De forma análoga, a amplitude e forma irregular do teto podem causar inquietação que conduzem a sensação de insegurança.



a)



b)

Figura 5 – Exemplo de ambiente com padrões biofílicos: a) Vista frontal ; b) Vista do teto (Museu Nacional do Qatar, Koichi Takada Architects)

Fonte: Tom Ferguson (s.d.)

Situações como demonstradas na Figura 5 despertam o desejo de querer ver além do ambiente imediato, gerando fascínio com o que é ligeiramente perigoso ou desconhecido. De acordo Browning *et al.* (2014), vistas obscuras, revelações de design, instalações e momentos de mistério ou perigo mantêm o nosso interesse e entusiasmo. Combinar esses elementos com os padrões dos outros dois grupos fornece o máximo impacto no design biofílico.

Em se tratando dos benefícios promovidos ao se empregar o design biofílico, Lencastre e Marques (2021) pontuam que existe uma relação consistente entre a realização de atividades em ambientes naturais e a saúde psicológica citando, por exemplo, a diminuição de sentimentos negativos e o aumento do otimismo, da autoestima e dos níveis de energia mental.

Zelensky *et al.* (2015) afirmam que a exposição a elementos que remetem a natureza causa efeitos benéficos não somente para o bem-estar das pessoas, mas também contribuem para instauração de estado de relaxamento, provocando redução da frequência cardíaca. Estes efeitos podem ser observados mesmo quando a exposição ocorre de forma indireta como, por exemplo, mediante apresentação de vídeos e imagens que remetem ao ambiente natural (animais, rios, florestas, dentre outros). Neste sentido, áreas verdes ou espaços que criem no usuário a sensação de estar em um ambiente natural constituem exemplos de ferramentas que podem ser empregadas nos projetos em centros urbanos, buscando mobilizar os efeitos positivos apresentados anteriormente.

Sá e Viana (2021), relatam que a concepção de espaços e objetos biofílicos pode favorecer a redução de estresse, ampliar a capacidade de foco e o bem-estar físico, melhorar a satisfação no trabalho, acelerar o tempo de recuperação, gerar laços de convívio comunitário, além de estimular a compreensão da importância da preservação da natureza.

Em vista dos benefícios apresentados, fica evidente o potencial que o design biofílico apresenta no processo projetual de unidades de acolhimento.

5 | APLICAÇÕES DO DESIGN BIOFÍLICO NO SISTEMA DE ACOLHIMENTO

Neste tópico serão abordadas técnicas de design biofílico que podem vir a ser empregados ao projeto de espaços de acolhimento e assistência social para pessoas em situação de rua. Inicia-se pela escolha apropriada do local de implantação desse tipo de edificação, passando por elaboração de um programa de necessidades adequado.

Atualmente, não existem muitos critérios dos órgãos públicos na seleção da localização dos serviços de acolhimento, sendo muitas vezes localizados em regiões fora de contexto e inviável para o público que atendem. Sendo assim, para uma maior efetividade desse tipo de serviço, um bom planejamento deve ser feito já na etapa de locação. Devem ser levantadas as potencialidades das regiões, dando prioridade a locais que possuam serviços que possam trabalhar em conjunto com o sistema de acolhimento

como, por exemplo, rodoviárias e terminais urbanos, centros de referência especializada (Centros POP), postos de saúde e restaurantes populares.

No que diz respeito ao entorno, levando em consideração que a cidade deve se apresentar convidativa e permeável a seus habitantes, seria pertinente a adoção do conceito de quadra aberta para implantação do sistema de acolhimento. Portzamparc (1975) define as Quadras Abertas como um local onde os limites do público e privado se dissolvem para que assim possam entrar em um estado de simbiose, podendo representar um possível local de convívio, eventos e atividades culturais. Um edifício inserido em uma quadra aberta se torna mais suscetível a estar circundado por vegetação, levando em consideração que estas são mais amplas que uma quadra convencional. Desta forma, viabiliza-se a implantação de alguns dos padrões biofílicos como, por exemplo, a conexão visual com a natureza.

A Figura 6 apresenta o sistema de quadras abertas em Brasília/DF, onde se verifica grande integração dos espaços verdes com espaços construídos.



Figura 6 – Super quadra em Brasília, exemplo de quadra aberta

Fonte: Nelson Kon (s.d.)

Sem detalhar diretrizes de projeto, analisando somente as configurações dos ambientes de acolhimento encontrados em nosso cenário atual, fica claro a necessidade de uma maior preocupação em relação a privacidade dos usuários. Os quartos devem ter capacidade reduzida mantendo as dimensões adequada para um conforto ambiental que consiga propiciar circulação e ventilação apropriada. Fora dos quartos, em ambientes de circulação, sempre que possível manter aberturas com vista ao exterior ou jardins internos. Iluminação e ventilação natural devem sempre ser otimizadas e usadas como norteadoras

de partido arquitetônico como observado na Figura 7, onde foram empregadas sheds e forro em formato curvo para aproveitamento e otimização de iluminação e ventilação.

Ambientes de convivência devem ter seus usos individualizados (sala de TV, sala de jogos, sala de oficinas) e layouts alinhados com o respectivo uso, devendo se isolar do exterior quando necessário, mas sempre utilizando outras formas de trazer a natureza para seu interior como, por exemplo, mediante aplicação de texturas, formas e cores.

Refeitórios devem ser bem iluminados e sinalizados, contando com circulação ampla e integrada ao exterior sempre que possível como na Figura 8, onde fica evidente a conexão visual com a natureza através de grandes planos envidraçados que rodeiam as circulações do refeitório.



Figura 7 – Hospital Sarah Kubitschek BA – Circulação e espera

Fonte: Nelson Kon (s.d.)

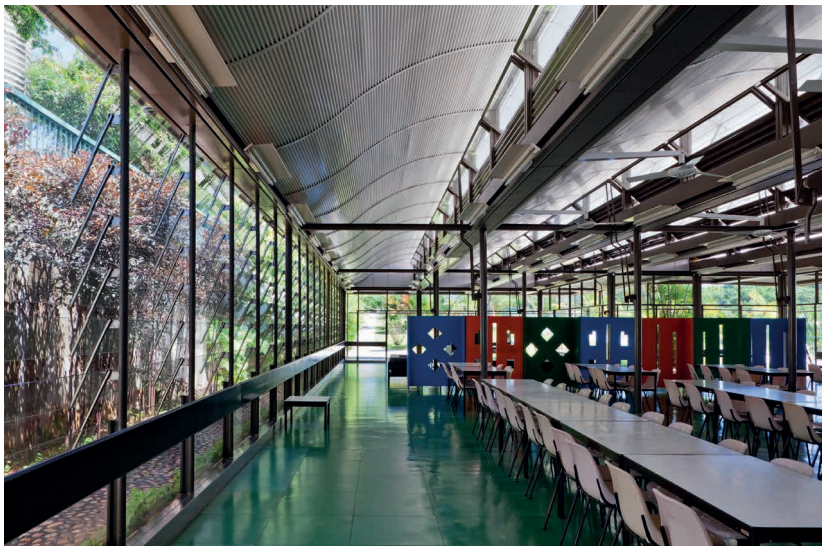


Figura 8 – Hospital Sarah Kubitschek BA - Refeitório

Fonte: Nelson Kon (s.d.)

Recomenda-se que as circulações sejam amplas e bem iluminadas, apresentando sinalização compatível e sempre que possível devem ser integradas a jardins ou ao seu entorno, como apresentado na Figura 9. Também podemos perceber como pátios internos podem ser utilizados como meio de criar paisagens naturais quando as mesmas forem inexistentes no seu entorno.



Figura 9 – Casa LL (A4estudio)

Fonte: Abba (2019)

Cada lugar é único e isso apresenta desafios e oportunidades diferentes na aplicação de padrões de projeto biofílicos, sendo assim o desenvolvimento de uma estratégia interdisciplinar no início de um projeto ajudará a garantir um projeto mais eficaz. Biofilia é apenas uma peça do quebra-cabeça para criar um ambiente vibrante, sustentável e restaurador (BROWNING *et al.*, 2014).

6 | CONCLUSÃO

As técnicas do design biofílico citadas neste trabalho são relevantes e podem contribuir para o aumento do tempo de permanência e sentimento de pertencimento, uma vez que as referências consultadas neste estudo indicam uma melhoria do bem estar psicológico e fisiológico do ser humano e poderiam ser replicadas na população em situação de rua atendida nas unidades de acolhimento.

Observa-se que os ambientes dedicados as unidades de acolhimento buscam, majoritariamente, apenas absorver a quantidade de usuários, resultando em ambientes superlotados que atendem sua função, porém sem oferecer qualidade suficiente que crie uma relação de pertencimento com o local.

Contudo, no Brasil, ciente de que esta demanda é atendida pelo setor público, se faz necessário viabilizar economicamente tais intervenções, podendo ser empregados materiais e métodos alternativos como, por exemplo, construções em terra, bambu, materiais reciclados, associando multirões coletivos ao processo construtivo, a exemplo de como é feito em habitações de interesse social.

Ainda, ciente de que a Biofilia é uma área recente dentro da Arquitetura e Urbanismo é necessário conscientizar os setores público-privado que os benefícios aqui apresentados vão além do aspecto estético das edificações, contribuindo efetivamente para saúde coletiva não só da população em situação de rua, mas para todos os habitantes de uma cidade de modo geral.

REFERÊNCIAS

ABBA, L. [sem título]. [2019]. 1 fotografia. Disponível em: <https://www.plataformaarquitectura.cl/cl/923025/casa-ll-a4estudio>. Acesso em: 17 dez. 2021.

BRASIL. Decreto nº7.053, de 23 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências.

BRASIL. **Serviço de acolhimento para adultos e famílias**. Brasília, DF: . Ministério da cidadania, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/assistencia-social/unidades-de-atendimento/servico-de-acolhimento-para-adultos-e-familias>. Acesso em: 17 dez. 2021.

BASSETI, R. [sem título]. [2018]. 1 fotografia. Disponível em: <https://amazingarchitecture.com/houses/casa-cor-in-jardim-everest-sao-paulo-by-suite-arquitetos>. Acesso em: 15 dez. 2021

BROWNING, William D. et al. **14 patterns of biophilic design**. Nova Iorque, Estados Unidos: Terrapin Bright Green, 2014. Disponível em: www.terrapinbrightgreen.com>. Acesso em: 17 dez. 2021.

CHIEN, T. [sem título]. [2018]. 1 fotografia. Disponível em: <http://vtnarchitects.net/nocenco-cafe-pe215.html>. Acesso em: 10 dez. 2021.

FERGUSON, T. **Gift shops created by Koichi Takada Architects**. 1 fotografia. Disponível em: <https://mindtheinterior.com/biophilic-interiors-designing-spaces-that-reconnect-us-with-nature/>. Acesso em: 12 dez. 2021.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Nota técnica nº 103: Estimativa da população em situação de rua no Brasil (2012-2022)**. Brasília. Ipea, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/11604>. Acesso em: 13 mar. 2023.

IRNALDO, F. [sem título]. [2020]. 1 fotografia. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2020/07/16/novo-abrigo-aprimora-acolhimento-de-refugiados-e-migrantes-indigenas-venezuelanos-em-manaus/>. Acesso em: 08 dez. 2021.

KELLERT, S. R.; WILSON, E. O.; (ed.). **Biophilia hypothesis**. Shearwater, 1993. 496 p.

KOM, N. [sem título]. [s.d.]. 3 fotografias. Disponível em: <https://www.nelsonkon.com.br/en/brasil/>. Acesso em: 15 dez. 2021.

LENCASTRE, M. P. A.; MARQUES, P. F. Da biofilia à ecoterapia a importância dos parques urbanos para a saúde mental. **Trabalhos de Antropologia e Etnologia**, Porto, v. 61, p. 131-155, 2021. Disponível em https://www.researchgate.net/profile/Marina-Lencastre/publication/354582361_Da_Biofilia_a_Ecoterapia_A_Importancia_dos_Parques_Urbanos_para_a_Saude_Mental/links/6140b3c797d4d7602075e330/Da-Biofilia-a-Ecoterapia-A-Importancia-dos-Parques-Urbanos-para-a-Saude-Mental.pdf. Acesso em: 17 dez. 2021.

PAIVA, A. et al. **NeuroArquitetura e o papel das Emoções**. 2020. Disponível em: <https://www.neuroau.com/post/neuroarquitetura-e-o-papel-dasemo%C3%A7%C3%B5es>. Acesso em: 18 dez. 2021.

PAIVA, H. [sem título]. [2020]. 1 fotografia. Disponível em: <https://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/ex-morador-de-rua-refaz-a-vida-com-ajuda-de-unidade-de-acolhimento/56067>. Acesso em: 13 dez. 2021.

PORTZAMPARC, C. **A terceira era da cidade**. In: Revista Óculum, n. 9, Fau Puccamp, Campinas, 1997.

PREFEITURA DE SÃO PAULO. [sem título]. [2021]. 1 Fotografia. Disponível em: <https://www.capital.sp.gov.br/noticia/com-centro-de-acolhida-em-campo-limpo-cidade-passa-atender-mais-de-25-mil-pessoas-em-situacao-de-rua>. Acesso em: 17/12/2021.

QUINTÃO, P. R. **Morar na rua: há projeto possível?** Dissertação (Mestrado – Área De Concentração: Projeto, Espaço E Cultura) - FAUUSP. São Paulo, 2012.

TARACHUQUE, J.; SOUZA, W. **Bioética e vulnerabilidade da população em situação de rua: um estudo a partir da realidade da cidade de Curitiba**. Teocomunicação, Porto Alegre, v. 43, n. 1, p. 145-169, jan./jun. 2013 Disponível em <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/teo/article/view/14190/0>. Acesso em: 18 dez. 2021.

SÁ, A. A. M.; VIANA D. M. Sustentabilidade em projetos criativos: contribuições da biofilia. *In*: – Encontro de Sustentabilidade em Projeto, 9.,2021 Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: UFSC, 2021.p. 57 – 68.

VIEIRA, T. [sem título]. [2019]. 1 fotografia. Disponível em: <https://www.lages.sc.gov.br/noticia-descricao/91/>. Acesso em: 15 dez. 2021.

WILSON, E. O. **Biophilia**. Estados Unidos: Harvard University Press, 1984. 168 p.

ZELENSKI J. M., DOPKO R. L., CAPALDI C. A., Cooperation is in our nature: Nature exposure may promote cooperative and environmentally sustainable behavior, **Journal of Environmental Psychology**, v. 42, p 24-31, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jenvp.2015.01.005>. Acesso em: 12 dez. 2021.

EL PALACIO DE BELLAS ARTES EN EL CENTRO HISTÓRICO DE LA CIUDAD DE MÉXICO, LUGAR DE MANIFESTACIONES ARTÍSTICAS DEL FEMINISMO, POR UN CAMBIO SOCIAL, ECONÓMICO Y POLÍTICO

Data de aceite: 02/05/2023

María Guadalupe Valiñas Varela

Profesora investigadora en la Maestría y Doctorado de la Escuela Superior de Ingeniería y Arquitectura ESIA Tecamachalco del Instituto Politécnico Nacional, en la línea Proyecto Urbano y en el taller de Ciudad y Cultura. <https://orcid.org/0000-0002-2422-096X>

Trabajo proveniente del proyecto de investigación con registro SIP 20230805 "Complejidad Urbano-arquitectónica, desde lo prehispánico a nuestros días, con una visión de perspectiva de género. Aportes socio-culturales y económico-políticos aplicados al presente para evaluar la ecoutopía y distopía del futuro de las ciudades, basadas en el conocimiento antiguo"

RESUMEN: El Palacio de Bellas Artes está ubicado en el perímetro A del Centro Histórico de la Ciudad de México, construido por Adamo Boari y Federico Mariscal, de 1904 al 1934; dicha construcción requirió de la demolición del Gran Teatro Nacional y tiene a un costado la Alameda Central, con varios monumentos que han sido pintados por grupos feministas utilizando el grafiti en dichos espacios han manifestado su sentido social de lucha contra las injusticias

hacia las mujeres, además de poner en frente la antimonumenta que expresa la protesta por las mujeres asesinadas en el país ,todos los feminicidios impunes. El análisis conlleva una metodología compleja con el objetivo principal de evaluar el contraste en la modificación de la imagen urbano-arquitectónica entendiendo estas manifestaciones como parte de una expresión popular. La hipótesis contempla que las desigualdades entre mujeres y hombres han ocasionado una ruptura social y se reflejan en este espacio que funge como punto de encuentro para las colectivas y para el turismo. El planteamiento del problema contempla la inconformidad externada en varias marchas y se relaciona con la propuesta del neologismo *anastilosis social* como parte de una reeducación y reestructuración social que promueva el bienestar social, la justicia y la búsqueda de nuevas políticas públicas.

PALABRAS CLAVE: anastilosis social, arte feminista, apropiación del espacio.

THE PALACE OF FINE ARTS IN THE HISTORIC CENTER OF MEXICO CITY, A PLACE OF ARTISTIC MANIFESTATIONS OF FEMINISM, FOR A SOCIAL, ECONOMIC AND POLITICAL CHANGE

ABSTRACT: The Palace of Fine Arts (INBA Palacio de Bellas Artes) is located in perimeter A of the Historic Center of Mexico City, built by Adamo Boari and Federico Mariscal, from 1904 to 1934; This construction required the demolition of the “Gran Teatro Nacional” and has the “Alameda Central” on one side, with several monuments that have been painted by feminist groups using graffiti in these spaces have manifested their social sense of fight against injustices towards women, in addition to put in front the anti-monument that expresses the protest for the women murdered in the country, all the unpunished feminicides. The analysis entails a complex methodology with the main objective of evaluating the contrast in the modification of the urban-architectural image, understanding these manifestations as part of a popular expression. The hypothesis contemplates that the inequalities between women and men have caused a social rupture and are reflected in this space that serves as a meeting point for the collectives and for tourism. The approach to the problem contemplates the nonconformity expressed in several marches and is related to the proposal of the neologism social anastylisis as part of a reeducation and social restructuring that promotes social welfare, justice and the search for new public policies.

KEYWORDS: social anastylisis, feminist art, appropriation of space.

INTRODUCCIÓN

El Palacio de Bellas Artes es uno de los lugares más hermosos del centro histórico de la Ciudad de México, sus jardines aledaños conformados por la Alameda central forman parte la vida social y comunitaria de la zona, además de qué es un lugar considerado como uno de los más importantes atractivos turísticos de la Ciudad de México. Su arquitectura majestuosa, su historia, su ubicación, así como su función como un lugar dedicado a la cultura, y al arte lo convierte en una marca de lugar, o marca de ciudad a nivel global y mundial. Así lo expresa CONACULTA en el siguiente texto:

En los albores del Siglo XXI, a más de cien años del inicio de la construcción ya casi ochenta de la conclusión, debemos considerarlo un **edificio multifuncional**, que contiene una muestra significativa de obras murales, dos museos, salas de conferencias, librerías, restaurante, un teatro con sus instalaciones, oficinas y estacionamiento. El Palacio de Bellas Artes ha tomado vida propia, una vida intensa, gracias a la historia de su construcción ya los procesos de conservación, renovación, restauración y cambios, que ha experimentado a lo largo del Siglo XX y durante la primera década del, sin contar las **notables actividades artísticas y culturales** allí presentación; intervenciones diversas en género y magnitud, que han tendido no sólo a conservar en condiciones óptimas el edificio y sus alrededores sino también a incrementar su esplendor. (Conaculta 2012 p.19)

En la actualidad se encuentra frente al Palacio de Bellas Artes la antimonumenta que fue asentada el 8 de marzo del 2019 por el colectivo feminista Marabunta para protestar por

los feminicidios en todo el país, familiares de las muertas, se reunieron para tal acción y el mismo forma parte desde ese entonces del paisaje urbano, en donde a manera de afrenta se presenta ante el gran Palacio de Bellas Artes.



Figura 1. Palacio de Bellas artes, marca de lugar, visto desde la antimonumenta. Archivo personal 2020

ANTECEDENTES HISTÓRICOS DEL PALACIO DE BELLAS ARTES COMO SELLO DE CIUDAD

La historia del inmueble es muy interesante porque represento una época y un contexto histórico social cargado de claro oscuros donde Porfirio Díaz para conmemorar el centenario de la independencia lo mandó construir como la intención de él, era lograr un resultado arquitectónico del más alto nivel, generar un edificio patrimonial artístico aun teniendo que tirar otro edificio patrimonial histórico de gran importancia cómo fue el Teatro Nacional. Dicha obra le fue solicitada al arquitecto italiano Adamo Boari en 1904, Sin embargo, este fue concluido en 1934 debido a la Revolución Mexicana por Federico Mariscal.

El lugar cuenta con majestuosos murales realizados entre 1928 y 1963 cuyos autores fueron Diego Rivera con los murales “El hombre controlador del universo”, “La revolución rusa”, “Carnaval de la vida mexicana”, David Alfaro Siqueiros con “la nueva democracia”, “Las víctimas de la guerra”, “Tormento de Cuauhtémoc”, José Clemente Orozco con “La Katharsis”, Rufino Tamayo con “Nacimiento de nuestra Nacionalidad”, “México de hoy” Jorge González Camarena, con “la humanidad se libera de la miseria”, Manuel Rodríguez Lozano con “La piedad en el desierto” y Roberto Montenegro “El ángel de la Paz”. Y con toda esta lista se puede concluir de manera metafórica lo siguiente “en esos tiempos las pintoras muralistas no pintaban ni en las paredes ni en la historia”.¹

El Palacio de Bellas Artes fue en sus inicios dependencia de la Secretaría de Educación Pública en 1946, actualmente este espacio es también sede de la Orquesta Sinfónica, es mencionado como INBA o INBAL cuyas siglas significan Instituto Nacional de Bellas Artes y literatura; destinado a la producción artística, difusión de las artes y de la literatura. Dicho nombramiento estuvo a cargo de Miguel Alemán Valdés en 1946 y vuelve dependiente al inmueble de la Secretaría de Cultura en México.

Las consideraciones generales que se tomaron en cuenta puede tener un proyecto Ley Orgánica del Instituto Nacional de Bellas Artes, un esquema de organización funcional y un proyecto general de presupuesto y sus actividades comenzaron en 1950. En 1988 el INBA se incorporó a CONACULTA, cuyas siglas significan Consejo Nacional para la Cultura y las Artes.

¹ Aurora Reyes Flores nació en 1908 es reconocida como la primera muralista en México con el mural “Atentado a las maestras rurales” cuyo nombre original era “la maestra asesinada” en el año 1936 en el Centro Escolar Revolución en la colonia Doctores de la Ciudad de México. Feminista y activista.



Figura 2. Construcción del Palacio de Bellas Artes. ²



Figura 3. Foto antigua de la Alameda y el Palacio de Bellas Artes.³

² Estado de la construcción al 12 de agosto al de 1910. Dirección de Arquitectura y Conservación del Patrimonio Artístico Inmueble del Instituto Nacional de Bellas Artes https://www.academia.edu/29060173/El_Palacio_de_Bellas_Artes_desde_su_concepcion Acceso 10/octubre/2021

³ Adamo Boari, Nuevo proyecto de la plaza del Teatro Nacional de México con relación al grande aumento de tráfico, 7 de agosto de 1923. Sección de planos restaurados y digitalizados del Archivo Histórico del Distrito FederalFoto obtenida de https://www.academia.edu/29060173/El_Palacio_de_Bellas_Artes_desde_su_concepcion . Acceso 10/octubre/2021.

MARCO TEÓRICO CONCEPTUAL, MARCA DE LUGAR Y MARCA DE CIUDAD EN LA ALAMEDA

Abordar el concepto de marca del lugar representa una contradicción y a su vez un reto. Se comenzó por darle auge al mismo a través del marketing de ciudad en el cual se buscaba encontrar por medio del diseño y de propuestas urbano arquitectónicas lugares icónicos que representarán un punto de atracción turística importante para el visitante el cual tendría que disponer de suficientes recursos económicos para viajar a un lugar magnífico y cuya experiencia forma parte de esa venta en el imaginario de algo único e irrepetible.

Pero ¿Cuál es el reto?, en esta búsqueda por lograr mejores oportunidades para los habitantes atrayendo a nuevos visitantes, generando espacios sostenibles, el resultado en muchos casos fue contradictorio. Se produjeron diversos efectos unos relacionados con la gentrificación donde los habitantes originales eran expulsados por los nuevos que llegaban con un mayor poder adquisitivo, subiendo el precio de toda la zona, esto está relacionado con la turistificación, concepto que también aborda el problema que representa la llegada de viajeros masivos a un lugar patrimonial que no permiten una vida tranquila y un cuidado adecuado de los monumentos; si bien se logra generar recursos para la gente cuando en muchos casos ésta se dedica al comercio para los turistas, lo cierto es, que en muchos casos los habitantes deben mudarse a otro lugar pues ya no les es posible solventar nivel de vida en ese espacio cuyos precios se han elevado de manera exponencial. es pues un reto el poder contar como país con lugares con estas características que funcionen como polos de atracción turística y a su vez respeten la vida de los ciudadanos sin que estos tengan que irse otros territorios desplazados por lo que en un inicio se pensó iba a ser una ayuda para generar empleo.

Pero veamos algunos conceptos a continuación:

Marca de ciudad es una herramienta concebida y dirigida con exclusividad al posicionamiento de la ciudad en el mercado turístico. Las ciudades deberían tener una marca potente para ser reconocidas por los futuros visitantes.

Esta visión de la marca de ciudad es unidimensional y limitada. Unidimensional, porque no considera a los dos públicos objetivos restantes: los inversores y los residentes. Limitada porque recorta las posibilidades de generar una política de marca de ciudad.

La captura de los beneficios del diseño de marca territorial, en términos de mayor claridad en las decisiones organizacionales en las instituciones públicas y privadas, mayor penetración de mercados y lanzamiento de nuevos productos y servicios, mejoramiento de los recursos humanos y cívicos, e incluso, el fomento de la ciudadanía, para una diferenciación clara, valorada y sustentable respecto de la competencia, necesita de la construcción de una cultura de marca.⁴

4 Obtenido del Módulo de Marketing de Ciudad. Maestría en Proyectos Arquitectónicos y Urbanos 2012 UNINI estratégica

De acuerdo a las anteriores definiciones se puede observar que en definitiva El Palacio de Bellas Artes en el centro histórico de la Ciudad de México cumple perfectamente con las características para ser considerado una marca de ciudad o lugar al ser un importante polo de atracción turística a nivel mundial. Lo anterior al ceñirnos en las definiciones que se suelen dar pero sí si se entiende la marca como un sello, como un distintivo, como una representación, como una huella en la memoria el concepto puede dar la vuelta.

El ocho del marzo del 2019 en el marco la conmemoración del Día Internacional de la mujer este espacio cambio de dinámica social al ser y convertirse en uno de los lugares de reunión de todas las mujeres del país quienes por medio de marchas expresaron su dolor y tragedia al haber perdido a hijas, hermanas o familiares en manos de hombres cuyo crimen se relaciona con el odio hacia las mujeres. El nueve del marzo del 2020 El Palacio de Bellas Artes fue el punto neurálgico dónde partió el paro nacional de todas las mujeres del país que decidieron no laborar ese día, fue un acontecimiento histórico sin precedentes convirtiendo para las feministas este espacio en un centro de reunión como marca, sello, huella de dolor en todo el país. La anti monumenta representa esos gritos que fueron silenciados y hace frente a un inmueble que representa a un sistema patriarcal androcéntrico caracterizado por el poder y la falta de Justicia.

MARCO HISTÓRICO SOBRE EL FEMINISMO PARTE DE UNA APROPIACIÓN DEL TERRITORIO

El feminismo es un concepto rechazado por muchos, quienes pretenden desacreditarlo al decir que es lo mismo que el machismo, pero de forma contraria, sin embargo, su definición se enfoca en generar los mismos derechos, las mismas oportunidades para hombres y mujeres poniendo en consideración que han sido las mujeres las más vulnerables a lo largo de la historia.

Las mujeres han padecido durante siglos distintas violencias como lo vemos a continuación:

Los actos violentos se leen de maneras diferentes en las distintas culturas. En Estados Unidos, la violación conyugal no se convirtió en un delito hasta la década de 1970 y, hasta 1993, no se suprimió la exención marital de la ley de violaciones en todos los estados. Las leyes definen y enmarcan las acciones, pero el shock visceral de los actos violentos, de ser golpeado, lastimado o violado por la fuerza no es exclusivamente humano". (Hustvedt, 2017, p. 357)

El caso de México es muy interesante pues es reciente la participación de las mujeres en distintos planos de la sociedad como por ejemplo el derecho a votar mismo que se dio en 1955 después de una lucha incansable de muchas feministas de la primer Hola que comenzó en 1916 en lugares como Mérida Yucatán donde fue el primer Congreso sobre feminismo. fue Hermila Galindo una de las promotoras más importantes en aquel entonces quién luchó por el derecho al voto, al divorcio y a la participación en la política,

así como al derecho a la libertad.

A continuación que mencionan algunos hechos trascendentes en la vida social de las mujeres en México:

- “La primera conferencia mundial sobre la mujer se realizó en México, en 1975, durante el Año Internacional de la Mujer. El evento se vinculaba a la estrategia con la que el gobierno de Luis Echeverría Álvarez buscaba mejorar la valoración internacional del país en temas de derechos humanos, deteriorada después de la “Masacre de Tlatelolco” en 1968. En torno a este evento, se realizaron varias exposiciones y actividades que revisaron el lugar de las mujeres en el arte mexicano. Las imágenes que configuraban el relato de cada exposición crearon una zona de preguntas y representaciones que, de algún modo, invadieron la ciudad. El Palacio de Bellas Artes presentó *La mujer en la plástica* y el Poliforum Cultural Siqueiros, *Pintoras y escultoras de México*. Pero la exposición que tuvo más consecuencias fue la que organizó el Museo de Arte Moderno, *La mujer como creadora y tema del arte*, en la que, paradójicamente, gran parte de las pinturas habían sido realizadas por hombres”. (Giunta, 2019, p. 137)

Lo anterior es de suma importancia pues se puede observar cómo incluso exposiciones de arte y pintura con temáticas hacia la mujer eran únicamente realizadas por hombres, cómo son los importantes murales del Palacio de Bellas Artes que se mencionaron en párrafos anteriores. Casos como el de Angela Gurría se repitieron de manera constante en la historia, ella quien es actualmente una de las esculturas de mayor renombre tuvo que firmar en sus inicios como Ángel Gurría.

Por lo tanto, las mujeres han buscado ser tratadas de igual forma que los hombres, pero ¿cómo abordar el concepto de igualdad si todos somos diferentes?

Igualdad de géneros. Que un urbanismo sea auténticamente igualitario significa que es auténticamente democrático, un concepto de la modernidad que aún se está intentando desplegar de manera completa. Se ha conseguido en mayor medida en algunos países y períodos del siglo XX, pero generalmente ha sido incompleto e insuficiente, transitorio y no consolidado del todo. No olvidemos lo incompleta que ha sido la democracia: hasta hace pocas décadas el sufragio femenino no existía. (Montaner, Muxí 2017, 214)

MARCO TEÓRICO, EL PATRIARCADO, EL URBANISMO ANDROCÉNTRICO Y LA RESPUESTA CON EL GRAFITI URBANO

La condición de las mujeres ha sido muy difícil en nuestro sistema capitalista dominado por hombres durante décadas como es apenas a inicios del siglo XXI que comienzan a cambiar las cosas para las mujeres con conceptos como el de igualdad perspectiva de género aunque este último surge la epistemología feminista para lograr la participación igualitaria entre ambos sexos tanto en la política como en la vida social pero esto lo explica de manera clara Marcela Lagarde en su libro que “Género y feminismo” Podemos ver un pequeño párrafo a continuación:

• La condición política patriarcal de las mujeres

La explotación económica de las mujeres es base de su explotación erótica, reproductiva, afectiva, intelectual y cultural. Es fuente, en consecuencia, de poderío para los hombres y todas las personas (aun mujeres), y las instituciones que se benefician y obtienen ganancias de la extracción de trabajo, valor, servicios y bienes de las mujeres. La sociedad se beneficia también porque, a través de su trabajo y de otras actividades, las mujeres contribuyen al incremento y desarrollo de aspectos y áreas básicas de la economía, la sociedad, la cultura y del sistema político". (Lagarde, 2019, p. 72)

Las mujeres siempre han estado dominadas por los hombres en muchos aspectos, han sido las encargadas y designadas para cuidar a los hijos como para estar en el hogar, y el trabajo doméstico no es considerado ni reconocido. Se enfrentan a labores que resultan extenuantes y que no tienen descanso, fungen como centro de unión en la familia, su desempeño está relacionado con la función reproductiva.

• El dominio de los hombres sobre las mujeres

Los hombres tienen el poder de incluir a las mujeres en los límites sociales del mundo y en sus propias vidas. Los hombres pueden tomar y dejar a las mujeres casi cuando les place, pueden incluirlas o excluirlas en su casa, de la pareja, de la familia, de sus vidas, y desde luego de las instituciones del Estado, como de manejo casi exclusivo de los hombres. Si incluyen a las mujeres en los espacios sociales del poder lo hacen a condición de una obediencia pública que, con sus propias reglas y maneras, se corresponde con la obediencia privada exigida de manera doméstica, conyugal y familiar a cada mujer". (Lagarde, 2019, p. 82)

Diversos teóricos como Pierre Bourdieu con su libro "La Dominación Masculina", Abilio Vergara con textos como "Las Infieles" etnografía urbana que da cuenta del comportamiento de un grupo de mujeres que se enfrentan a las normas sociales y códigos establecidos y al romper con los mismos son excluidas y rechazadas por su mismo grupo.

La división entre los sexos parece estar «en el orden de las cosas», como se dice a veces para referirse a lo que es normal y natural, hasta el punto de ser inevitable: se presenta a un tiempo, en su estado objetivo, tanto en las cosas! (en la casa por ejemplo, con todas sus partes «sexuadas»), como en el mundo social y, en estado incorporado, en los cuerpos y en los hábitos de sus agentes, que funcionan como sistemas de esquemas de percepciones, tanto de pensamiento como de acción. (Bourdieu 2000,21)

Michel Foucault se enfrenta también con diversas teorías que sustentan la explicación del rechazo social a los individuos que no cumplen con estas normas hetero sociales, abordando el concepto de poder como parte de la imposición para actuar o comportarse en distintos ambientes regulados por diversos códigos previamente establecidos, y no cumplirlos representa la posibilidad de ser incluido en una cárcel, en un psiquiátrico, o una escuela cuya función es de control.

Es también Blanca Valdivia quien aborda el concepto de urbanismo androcéntrico en sus textos como se ve a continuación:

El dualismo público-privado configura el espacio segregándolo según estas dos esferas y le asigna funciones específicas (productivo-reproductivo), a las que también se le atribuyen categorías genéricas (masculino- femenino). Sin embargo, esta dicotomía no ha sido una constante histórica, sino que tiene su origen en los inicios del sistema capitalista y es una consecuencia de la división sexual del trabajo. (Valdivia 2018, 66)

El grafiti urbano comenzó a ser un medio de expresión y apropiación del espacio para ser también un método de rebeldía y lucha social.

El grafiti, causa de todos los males de la sociedad. En la historia del grafiti, el periodo de 1984 a 1989 es de intensa represión. Cerca de un millar de empleados se afanan en limpiar aproximadamente 6 245 vagones del metro y las 465 estaciones de la red con un presupuesto anual de 52 millones de dólares. Se refuerza la seguridad alrededor de las terminales ferroviarias que se rodean con alambradas de púas y se transforman en auténticas fortalezas. Los castigos a los que se exponen son tan graves que algunos grafiteros incluso cambiaron de nombre. Muchos se desaniman y abandonan. En 1989, la MTA anuncia oficialmente su "victoria" contra el grafiti. La "teoría de las ventanas rotas" (Broken Windows Theory) desarrollada por el alcalde de Nueva York, Rudolph Giuliani (elegido en 1994 para un primer mandato), gana popularidad en Estados Unidos. Según Giuliani, una sola ventana rota en un barrio contribuye a aumentar el sentimiento de inseguridad y da la impresión de que el barrio está abandonado por las autoridades y de que atrae a la delincuencia, lo que contribuye a alimentar un círculo vicioso. Paradójicamente, se responsabiliza directamente a los grafitis de ser un factor de empobrecimiento de los barrios desfavorecidos". (Danysz 2016, 82)

MARCO TEÓRICO METODOLÓGICO, EL PENSAMIENTO COMPLEJO Y LA SEMIÓTICA COMO PARTE DEL ENTENDIMIENTO DEL PROBLEMA

El marco epistémico conformado por la parte ontológica y la epistemología forman el transcurso o camino para llegar al conocimiento en una investigación en la cual hay un planteamiento del problema. la ontología estudia al ser desde nuestra propia existencia hasta todo lo que puede ser nuestra realidad y lo ontico háptico que representa por los entes que se pueden materializar y tocar, con lo anterior se puede cuestionar como significa el otro un espacio o sus circunstancias de vida en la ciudad punto el espacio significado concepto atribuido a Mario Camacho Cardona en su libro "Espacio sémico" aborda lo anterior mencionado. el mismo espacio, la misma realidad, las mismas circunstancias pueden ser significadas de manera distinta entre varios individuos.

El espacio significado del juego tendrá que ser vivido para poder conocerlo, por lo tanto, su comunicación es vivencial contextual y sobre todo es una situación objetiva. Lo que interesa en las vivencias es el conocimiento del sentido significativo y del sentido objetivo en la operación psicomotora, al entender la correspondencia de ambos, también se entiende el campo

simbólico.

que participan en el juego, en su nivel de referente, son de varios niveles, como son:

- **Ónticos**, cualidades de la materia, texturas, colores, formas, etc.
- **Ontológicos**, cualidades de los seres
- **Pragmáticos**, aspectos de la vida
- **Dialécticos**, dentro de la concepción dialéctica platónica de la integración es un todo de "N" partes.
- **Dialéctica existencial**, al permanecer en el tiempo de los objetos.
- **Estéticos**, estimaciones correales que permiten valorar dentro de las categorías de: belleza, grandiosidad, majestuosidad, etc. Todos los elementos existentes del campo lúdico.
- **Semánticos**, que estimará las condiciones convencionalizadas socio-culturales (Camacho, 2006, p. 115)

Son, entonces, los signos antes mencionados los que pueden dar explicación a como un conjunto de circunstancias hechos sucesos o imágenes dan contexto a una realidad diferente para cada individuo ese entonces dónde encontrar la explicación a una fenómeno resulta complejo pues mi realidad no es la realidad del otro aun siendo aparentemente la misma. es Por lo anterior que se recurre al pensamiento complejo impulsado por Edgar Morin quien aborda o propone la investigación con distintos enfoques metodológicos y principios basados en lo hologramatico significa ir del todo a la parte y de la parte al todo, la recursividad, la contradicción y la dialógica para generar conocimiento y llegar a la verdad.

Estoy a la búsqueda de una posibilidad de pensar trascendiendo la complicación (es decir, las interretroacciones innombrables), trascendiendo las incertidumbres y las contradicciones. Yo no me reconozco para nada cuando se dice que yo planteo la antinomia entre la simplicidad absoluta y la complejidad perfecta. Porque para mí, en principio, la idea de complejidad incluye la imperfección porque incluye la incertidumbre y el reconocimiento de lo irreducible. En segundo lugar, la simplificación es necesaria, pero debe ser revitalizada. Es decir, que yo acepto la reducción consciente de que es reducción, y no la reducción arrogante que cree poseer la verdad simple, por detrás de la aparente multiplicidad y complejidad de las cosas. (Morin, 1990, p. 143)

En esas interrogantes para pensar y encontrar respuesta se engloban otras metodologías como la etnografía urbana de Guillermo Cantor Magnani misma que contempla actores escenarios y reglas estudiados desde el espacio de adentro hacia afuera. Esta metodología se aplica por medio de entrevistas y recorridos para reconocer las manchas culturales de los espacios, así como las trayectorias de los actores. Al interactuar y conocer sus características Se puede aplicar también como medio de análisis la semiótica y la hermenéutica profunda propuesta por John B. Thompson. la cual tiene tres fases 1) el análisis socio histórico 2) la forma y el discurso y 3) la interpretación y reinterpretación.

La semiótica con conceptos como los del luri Lotman mencionan una semiosfera dada, un ambiente de significación que rodea al individuo desde 3 aspectos importantes: el significado el significante y el objeto a significar. desde lo anterior podemos empezar a trabajar en una metodología compleja que trata de dar respuesta a una problemática social En México en la cual las mujeres han sido borradas de la historia e invisibilizadas en sus actividades y participación social dominadas por el sistema y en muchos casos no se entiende su actuar en la actualidad. es difícil entender ¿por qué se daña el patrimonio?, ¿por qué se rayan los monumentos?, ¿por qué se dan las marchas? ¿por qué las mujeres no van a trabajar y hacen un paro nacional en el 2020? ¿se han vuelto todas locas acaso?

La competencia discursiva, también en la actividad personal e idiosincrásica de memorización de las propias experiencias semióticas se da una actividad de extra-codificación. Existen frases y discursos enteros que ya no tenemos que interpretar, porque ya los hemos experimentado en contextos o circunstancias análogas. (Eco 2011, 214)

Las mujeres inician una lucha esto es claro rompen patrones se saltan las reglas se enfrentan mujeres contra otras mujeres que en muchos casos son mujeres policía designadas por el estado para contener a las mujeres que luchan y en esta contradicción explicar el fenómeno resulta profundamente complejo. Se empiezan a escuchar frases como la siguiente “es más importante una piedra que la vida de una mujer para la sociedad y para el Gobierno” “les ofende que luchemos, pero no les ofende que nos asesinen”, entre otras tantas.

La hermenéutica profunda a través de sus fases nos ayuda a interpretar un contexto socio histórico cargado de iniquidades, las cuales se multiplican como textos en las calles cuyos monumentos parecieran ser parte del papel de un libro el discurso ronda en el reclamo al estado coma a las autoridades quienes debieran ser las encargadas de no permitir abusos o violencia. Interpretar y reinterpretar representa también una forma de desaprender lo aprendido y reeducarnos como sociedad en la cual podamos entender el problema de raíz sin descalificarlo al ver que este existe.

RESULTADOS, UNA LUCHA SIN TREGUA DESDE LA EXPRESIÓN GRÁFICA

En esta investigación como se mencionó en el apartado anterior, se englobaron varias metodologías en una metodología compleja contemplando a las mujeres como parte de una unidad que conforma a más de la mitad de la población tanto en el país como en diversas ciudades como lo es la Ciudad de México. Se iniciaron con recorridos en el centro histórico de la Ciudad de México después de las marchas del 8 y 9 de marzo y se pudo apreciar daños en diversos monumentos los cuales tenían diversos mensajes por medio de graffiti. mensajes como “la policía viola”, “México lindo feminicida”, “el estado encubre violadores”, “la policía no me cuida me cuida mi amiga” entre otros tantos.

Por medio de la semiótica identificamos el espacio es significado de lucha de expresión de dolor ante un sistema que domina y ejerce un control basado en el sometimiento y la desigualdad en donde la falta de oportunidades contrasta con el exceso de injusticias a las cuales no se les da atención y son parte la impunidad existente. Gritos de dolor se escuchan y se leen en esos lienzos que forman parte del paisaje urbano y del patrimonio histórico que forman parte de la historia de un país que no da lugar a la expresión de libertad y justicia. Un país que somete a las mujeres, que las calla y las violenta de manera física, simbólica y estructural. Si bien como arquitectas y arquitectos desde esa formación damos un valor especial al patrimonio histórico nos enfrentamos ante el dilema de cómo resolver esta problemática social. Se cae en la cuenta de que es más fácil reconstruir las piedras de un monumento que dar solución a lo que está ocurriendo en nuestras sociedades.

Los actores son esas mujeres marchando exigiendo justicia, los escenarios son esas marcas del lugar que por siglos fueron reflejo de la arquitectura majestuosa y del poder económico y las reglas las pone el Gobierno donde atentar contra el Patrimonio es un delito castigado por la ley, pero agredir a una mujer, violarla o asesinarla es parte de nuestra realidad cotidiana.

A partir del 2020 distintos grupos trataron de encauzar lo que estaba sucediendo de una manera positiva y artística para dar mensajes a la sociedad de transformación urbana. Lo hacían por medio de murales urbanos en las cortinas de los locales comerciales en el centro histórico de la Ciudad de México, lo hacían en las vallas azules que rodeaban el Palacio de Bellas Artes, te hicieron también en el UACM, la Universidad Autónoma de la Ciudad de México, Se colocaron diversas publicidades en donde actores, escritores y Artistas promovían un cambio, ejemplo de ello fue la canción “Sin miedo” de Vivir Quintana. La cantautora expresa el sentir por la violencia de género en el país.



Figura 4. Murales en los alrededores del Palacio de Bellas Artes en Eje Central. Archivo personal 2020.

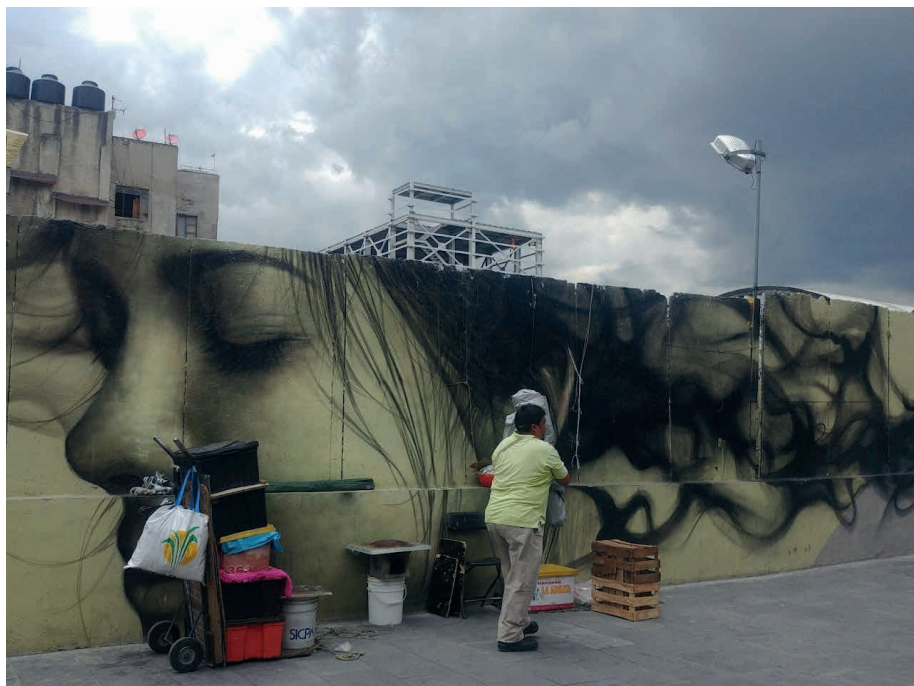


Figura 5. Murales en los alrededores del Palacio de Bellas Artes en Eje Central. Archivo personal 2020

La exposición anterior fue retirada y un año después los gritos de lucha se vuelven a escuchar, es en septiembre del 2021 cuando se establece la despenalización del aborto a tema sumamente controversial.

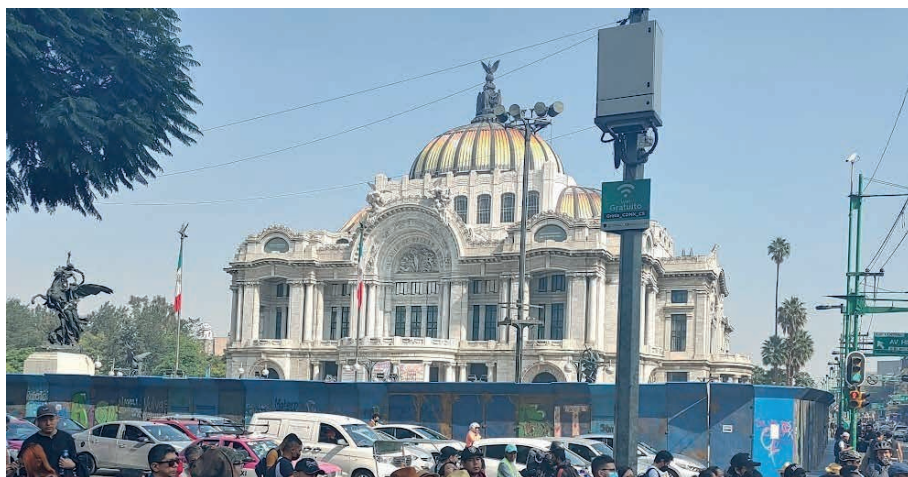


Figura 6. Vallas rodeando el Palacio de Bellas Artes nuevamente para proteger de las marchas la construcción y los monumentos oct. 2022. Archivo personal



Figura 7. Vallas al lado de Bellas Artes en la Alameda rodeando el Hemiciclo a Juárez, oct. 2022.. Archivo personal.⁵

Y volvemos nuevamente a cuestionarnos sobre la expresión y apropiación del espacio de estos grupos, sobre sus reclamos, sobre sus peticiones. Los grupos feministas reclaman el derecho a decidir con pañuelos verdes, los grupos pro vida reclaman el derecho a nacer con pañuelos azules y los médicos se pronuncian con el concepto de “objeción de conciencia”. Y esta diversidad de pensamiento darle la razón a cualquier postura resulta muy complejo. Todos tenemos derecho a decidir entonces por lógica los médicos

⁵ Se expresan diciendo que se atribuyen suicidios a casos de feminicidio.

también debieran tener ese derecho. Cuántas mujeres practican abortos clandestinos poniendo en riesgo su salud. No cabe duda que todos estos sucesos invitan a la reflexión. Repensar nuestra realidad, reeducar a nuestras sociedades, romper paradigmas y normas establecidas modificar comportamientos aprendidos, parece ser una tarea imposible y que requiere de muchos abordajes teóricos, de la ayuda de muchas disciplinas, trabajos sociales y urbanos.

CONCLUSIONES, REEDUCAR EN LO URBANO Y LO SOCIAL COMO PARTE DE LA TRANSFORMACIÓN

La realidad existente deja mucho que desear y visibiliza grandes vacíos en las leyes que muestran grandes problemáticas en el país, y que en estos momentos es parte también de un reclamo social, así como de un grito solicitando ayuda de las mujeres que han vivido violencias de muchos tipos como son la doméstica, sexual, psicológica, física, todas estas como parte de una violencia estructural permitida y aceptada por todos que la hacen ver como algo natural, normal y que está dentro de la cotidianidad.

Generar una transformación social no es fácil y plantearla podría ser una utopía. Lo que fuera un importante atractivo turístico como marca de lugar, patrimonio histórico artístico nacional da un giro y se convierte en una marca de lugar simbólicamente social y punto neurálgico de encuentro para estas colectivas feministas.

El resultado está relacionado con la necesidad de una reconstrucción de sociedades más equitativas con mejor calidad de vida y de acuerdo a este proyecto de investigación se propone un neologismo denominado *anastilosis social*¹ que considera a las mujeres como la columna de soporte para la sociedad al comparar simbólicamente el daño en el patrimonio con el daño sufrido históricamente y manifestado a últimas fechas de manera violenta, y que al igual que está técnica de restauración requiere de estudios metódicos por parte de distintas disciplinas para encontrar soluciones, en donde se consideren sus problemáticas con leyes más justas cuya finalidad sea hacer una reintegración de ellas al tejido social, como si de piedras se tratara a la arquitectura, que den de manera simbólica alas para que las mujeres puedan volar a nuevas realidades.

Se cosifica a las mujeres, al considerarlas solamente como musas u objeto de deseo para que los hombres realicen arte o arquitectura, cuando la realidad es que son tan capaces de construir, hacer y diseñar ciudad.

Se busca una igualdad sustantiva, que promueva los derechos y oportunidades, así como la impartición de justicia equitativa, en aras de generar cambios sociales, políticos y económicos.

Se ha visto como distintas colectivas feministas además de manifestarse también en la Plaza Alameda generan oportunidades económicas, uniéndose para vender diversos productos, incluso hasta para los turistas, lo cual deja entrever la disparidad de

oportunidades laborales entre mujeres y hombres.

Esas ciudades son las que se anhelan, aquellas donde ambos sexos se complementen como parte de un sistema que promueva la equidad, los derechos y las oportunidades para todos los que las habitan y viven ahí día con día.

Nuestro presente puede ser el inicio de un mejor futuro, imaginar un futuro perfecto es también parte de una utopía, pero solo con la lucha se logran cambios políticos, económicos y sociales.

REFERENTES

Bourdieu, Pierre (2000) *La dominación masculina* Editorial Amagrama

Danysz Magda, 2016. *Antología del arte urbano. Del grafiti al arte contextual*. Promotora de prensa internacional, S.A., Bosnia

Escudero, Alejandrina (2012) *El Palacio de Bellas Artes desde su concepción hasta nuestros días*. CONACULTA

Arias, Hernández, Tena (2021) *Territorio, espacio público y género*. Ediciones Navarra. México

Camacho Cardona, Mario, (2006). *Espacio Sémico. Urbano-Arquitectónico*. Universidad Técnica Particular de Loja, Ecuador

Eco, Umberto, 2011. *Tratado de Semiótica general*. Random House Mondadori, S.A. de C.V., México

Giunta, Andrea, (2019). *Feminismo y arte latinoamericano: historias de artistas que emanciparon el cuerpo*. Siglo veintiuno editores, México.

Hustvedt, Siri, (2017). *La mujer que mira a los hombres que miran a las mujeres. Ensayos sobre feminismo, arte y ciencia*. Editorial Planeta, S.A., México, 446 págs

Lagarde y de los Ríos, Marcela (2019) *Género y feminismo. Desarrollo humano y democracia*. Editorial Siglo XXI

Montaner Josep María y Muxi Zaida. 2017 *Arquitectura y Política*. Gustavo Gili.

Morín, Edgar, (2007). *Introducción al pensamiento complejo*. Gedisa editorial, España

Muxi Zaida, *Mujeres casas y ciudad. Más allá del umbral*. DPR-BARCELONA

Valdivia Blanca (2018) *Del urbanismo androcéntrico a la ciudad cuidadora*. Revista *Hábitat y Sociedad*

LUTA CAMELÔ: CONTRADIÇÕES E CONFLITOS

Data de submissão: 07/04/2023

Data de aceite: 02/05/2023

Alessandra Oliveira Teles

Universidade Estadual de Feira de
Santana, DCHF
ORCID – 0000-0001-9867-6380

RESUMO Analisando a cidade de Feira de Santana-BA a partir de aspectos como economia, política e sobretudo a ação do Estado (destaque para a esfera municipal) tomamos o comércio de rua como ponto de partida para o estudo e os rebatimentos da constituição da cidade. As sucessivas crises do capital e as reorganizações do mundo do trabalho fortalecem e enfraquecem essa ocupação de acordo as conveniências de cada período. O objetivo desse estudo é articular as transformações espaciais que impactaram nas relações de trabalho dos camelôs através dos aspectos contraditórios dessa atividade considerando a relação tempo-espaço. Justifica-se seu estudo pela relevância para a formação do município num primeiro momento, sua contribuição para a consolidação enquanto cidade e centro regional e capacidade de absorver força de trabalho nos períodos em que o capitalismo apresentou crises e reestruturações. O recorte temporal tratará

do período compreendido entre 1970-2020, pois ocorreram relevantes situações que envolvem o comércio de rua. Os procedimentos metodológicos incluem a análise bibliográfica, pesquisa documental, registros fotográficos, participação em movimentos e atos realizados por camelôs antes da pandemia. Como resultados destacamos a implantação de projetos para reordenamento destinados a modernização do centro da cidade como o Centro de Abastecimento, o Feiraguay e agora o Shopping Cidade das Compras renegando a importância dos camelôs para a identidade e composição do comércio e economia da cidade. Os órgãos de governo que institucionalizaram e marginalizaram a atividade de ambulantes, camelôs, e em certa medida de feirantes nos convoca a pensar as condições de precarização do trabalho, a institucionalização e marginalização. Além disso, o tema abre espaço para discutir as formas de reprodução do espaço urbano uma vez que as formas comerciais são também formas de reprodução das relações sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Camelôs, Precarização do Trabalho, Informalidade.

FIGHT CAMELÔ: CONTRADICTIONS AND CONFLICTS

ABSTRACT Analyzing the city of Feira de Santana-BA from aspects such as economy, politics and above all the action of the State (emphasis on the municipal sphere) we take street commerce as a starting point for the study and the repercussions of the constitution of the city. The successive crises of capital and the reorganizations of the world of work strengthen and weaken this occupation according to the conveniences of each period. The aim of this study is to articulate the spatial transformations that impacted the street vendors' work relationships through the contradictory aspects of this activity considering the time-space relationship. Its study is justified by its relevance for the formation of the municipality at first, its contribution to consolidation as a city and regional center and its ability to absorb the workforce in periods when capitalism presented crises and restructuring. The time frame will deal with the period between 1970-2020, as relevant situations involving street commerce occurred. Methodological procedures include bibliographic analysis, documentary research, photographic records, participation in movements and acts carried out by street vendors before the pandemic. As a result, we highlight the implementation of reorganization projects aimed at modernizing the city center, such as the Supply Center, Feiraguay and now Shopping Cidade das Compras, denying the importance of street vendors for the identity and composition of the city's commerce and economy. The government bodies that institutionalized and marginalized the activity of street vendors, street vendors, and, to a certain extent, street vendors, call us to think about the conditions of precarious work, institutionalization and marginalization. In addition, the theme opens space for discussing the forms of reproduction of urban space, since commercial forms are also forms of reproduction of social relations.

KEYWORDS: Street vendors, Precarious work, Informality.

INTRODUÇÃO

O capitalismo achou espaço para se expandir e consolidar enquanto sistema e poder hegemônico nos espaços urbanos – entre outros aspectos – por ser o lugar onde uma variedade de processos sociais vão ocorrer, dentre eles, podemos destacar a acumulação e reprodução de capital. Circulação e comunicação são os principais responsáveis nessa troca inter-regional (CORRÊA, 1989).

Utilizamos como procedimentos metodológicos para este trabalho: a) revisão de literatura destacando a produção do espaço, comércio e território; b) levantamento de reportagens e notícias em jornais, blogs e sites, inclusive institucionais como o da prefeitura municipal; c) observação e registro fotográfico das ruas selecionadas para fins de estudo. Considerando o período de pandemia a observação e registro fotográfico foi realizado tomando os cuidados e respeitando os protocolos de uso de máscara, uso de álcool gel e com o máximo de distanciamento social, com isso não realizamos aplicação de questionários ou realização de entrevistas. Parte das informações foram adquiridas por meio de conversas através de aplicativos; visitamos o shopping, porém procuramos manter o distanciamento social, usamos máscara bem como estivemos num horário que não é considerado de pico além do que os corredores estavam vazios e facilitaram a circulação e

não-contato com trabalhadores ou consumidores.

O planejamento de modernização nacional alcançou Feira de Santana que periodicamente através de seus agentes públicos elabora projetos de modernização (BECKER e EGLER, 2006), foi assim no período da implantação do Centro Industrial Subaé – construção do Centro de Abastecimento, requalificação da praça da Bandeira – criação do Feiraguay e hoje com o Pacto da Feira – criação do Shopping Popular. Assim percebemos a importância de abordar a discussão do projeto de modernização nacional proposta pelos autores acima citados e seus rebatimentos no cenário regional e sobretudo local. Utilizamos a tese de Cruz (1999), por tratar dessa modernização e seus impactos na produção do espaço local. Quanto a precarização do trabalho tomamos como base a discussão realizada por Borges (2016, p. 714) “A economia brasileira nunca foi capaz de incorporar sequer a metade da força de trabalho disponível para ser explorada pelo capital”. Cabe a população adquirir renda em segmentos como a atividade informal, aqui estudada a partir do trabalho dos camelôs que ocupam as ruas da área central de Feira de Santana. Porém, a realização dessa atividade não ocorre de forma pacífica com o poder público municipal que recorrentemente cria projetos para o ordenamento territorial. Essa realidade nos leva a discutir o conceito de território proposto por Raffestin (1993, p. 53), uma vez tornado campo de lutas no qual acontecem “por e partir de relações de poder”.

BREVE CONTEXTO ESPAÇO-TEMPORAL

Historicamente, a formação do município e da cidade de Feira de Santana está atrelada ao trajeto de gado entre o interior baiano e nordeste/centro-oeste em direção a capital. Nessa localização havia uma quantidade significativa de lagoas e pastagens que permitiam a recuperação do gado. A atividade rural predominava no interior baiano, onde atividades acessórias (aquelas que davam o suporte alimentar aos engenhos de cana no recôncavo e sobretudo na capital) se faziam presentes, o cultivo de milho, feijão e mandioca eram predominantes entre as culturas. Assim, nesse local de pouso de gado, deu-se início a comercialização antecipada do gado que viria para Salvador e desses produtos que comporiam a base alimentar da população.

O movimento de pessoas promove as condições iniciais para a aglomeração de pessoas em torno de atividades que necessitam de um espaço “não-rural” para acontecer, assim surge a feira na fazenda de Santana dos Olhos D’Águas e com ela o início do aglomerado que se tornará a cidade de Feira de Santana. Essa feira livre torna-se a essência da atividade comercial e outros elementos vão se unir e promover a consolidação de Feira de Santana como centro regional, como podemos citar: a convergência da BR-116, BR-101 e BR-324, o processo migratório, o estabelecimento de um comércio formal e de um centro industrial. Estes posteriormente e contraditoriamente serão os subsídios para justificar a retirada da feira livre da área central da cidade.

Num intervalo de cerca de 188 anos, tem-se essa formação descrita no parágrafo anterior, até os dias atuais com a consolidação da cidade como um relevante centro regional polarizando tanto os municípios de sua microrregião geográfica definidos pela regionalização do IBGE como outros que buscam na sua atividade comercial produtos e serviços aqui ofertados.

Um destaque necessário trata da figura do trabalhador que contribuiu para essa consolidação enquanto centro regional. Na maioria dos estudos e registros, destaca-se sempre a figura dos fazendeiros, grandes comerciantes e praticamente não há citação dos trabalhadores que de fato colocaram sua força de trabalho para que essa cidade se fortalecer e tornar-se um importante centro comercial.

Boiadeiros, vaqueiros e principalmente feirantes trabalharam duramente em busca de garantir sua sobrevivência e de forma indireta criaram as condições necessárias para que o núcleo urbano se formasse e com ele o estabelecimento de um comércio formal.

Contraditoriamente, esse comércio formal que se aproveita da fama e circulação de pessoas que buscam a feira de Feira de Santana, promovem uma reforma urbana em modelos progressistas, alinhado com o discurso modernizador do governo federal e em momentos diferentes trabalham para que a feira seja extinta e seus trabalhadores excluídos das possibilidades de fazer parte das atividades econômicas de modo mais efetivo.

A ação do poder público municipal: mais do mesmo

Entre 1970 e 2020, o poder público municipal tem realizados ações que podemos definir como repetitivas quando se trata do ordenamento e requalificação do espaço público da área central da cidade. Ao longo dessas décadas foram propostos projetos com o objetivo de ordenar e requalificar o espaço público da área central da cidade garantindo, segundo eles, mobilidade, segurança e conforto. Destaca-se os projetos do Centro de Abastecimento, o Feiraguay e mais recentemente o Shopping Popular.

A tentativa de estabelecer um modelo urbano-industrial em alinhamento com um modelo do governo federal promove a primeira onda de modernização no centro da cidade, com caráter higienista, retira-se a feira para o Centro de Abastecimento no final da década de 1970. Divididos em setores, os trabalhadores buscam modos de sobreviver em seu novo espaço. Na década de 1990, nova onda de ordenamento territorial com a criação do Feiraguay para abrigar os camelôs que estão ocupando a praça da Bandeira.

A reestruturação produtiva continua a extinguir postos de trabalho e mais pessoas ocupam as ruas na tentativa de garantir algum tipo de renda, o que faz o poder público municipal, em 2013, criar o pacto da Feira com a proposta de criação de um Shopping Popular para receber os camelôs que estão nas ruas do centro da cidade. O mais impactante desse último projeto trata-se do fato de que para a construção do Shopping Popular cerca de 1.500 pessoas foram desalojadas dos seus locais de trabalho no setor de artesanato do Centro de Abastecimento para que suas lojas fossem demolidas e construído o referido

Shopping. Além disso, o número de vagas divulgado pela Prefeitura Municipal de Feira de Santana é incompatível com a quantidade de trabalhadores nas ruas.

As condições de trabalho dos camelôs

Como explicado na seção anterior, a feira livre tem início antes mesmo da formação do município e da cidade, com isso os feirantes compõem o primeiro grupo a forjar a identidade e classe de trabalhadores. Até a década de 1970 são esses sujeitos que vão figurar entre os principais agentes na contribuição do fortalecimento da cidade enquanto centro regional. Paralelo, o país vem modificando sua estrutura para um modelo urbano-industrial e os governos, em todas as esferas, vem trabalhando para essa transformação. Abertura de estradas, novos modelos de atividades, implantação de centros industriais levam a modificação de muitos municípios e essa realidade encontrou em Feira de Santana tanto agentes políticos quanto famílias que fizeram a transição de fazendeiros para comerciantes urbanos que abraçaram esse discurso de modernidade renegando as atividades e classe trabalhadora que promoveram sua formação.

O feirante foi transferido para um espaço definido como Centro de Abastecimento que auxiliará no reordenamento e modernização do centro da cidade. Entre meados das décadas de 1980-90 o mundo passa por um processo de reestruturação produtiva, com a modernização e transformação nos postos de trabalho e uma leva de pessoas no mundo ficam desempregadas, esse efeito é visto e sentido aqui também e um segmento ganha força e destaque, a figura dos camelôs começam a despontar nas ruas da cidade, sobretudo em antigos pontos do centro comercial ocupados pelos feirantes. O comércio de rua começa a ganhar fôlego novamente e a cada dia, ao longo das décadas de 1990-2010 o número de pessoas que tomam as ruas do centro da cidade configura uma nova ocupação. Sem estrutura, sem apoio, invisíveis aos olhos do poder público, mediante conveniências políticas partidárias, o comércio de rua se consolida mais uma vez e os trabalhadores exercem suas atividades com as condições mínimas.

O processo de industrialização criou a falsa ideia de ocupação de mão-de-obra. Muitos governos estaduais, inclusive na Bahia, para justificar o investimento em plantas industriais da iniciativa privada, nos seus estados, colocaram na mídia a informação relacionada a geração de significativa quantidade de postos de trabalho, o que na realidade não ocorreu. (TEIXEIRA; GUERRA, 2000). Neste cenário, os trabalhadores informais, representado sobretudo por ambulantes e camelôs compõem a categoria que apresenta o maior crescimento. Desempregados e indivíduos de municípios diversos, especialmente daqueles com predominância de atividades primárias vão promover um aumento expressivo no comércio de rua, como escreve Maia (2015, p. 456) “O chamado comércio de rua, em parte é integrante desse setor e vem funcionando como fator de estabilização social para o indivíduo desempregado, [...]”

As relações de poder se revelam também em circunstâncias como esta, a organização

logística contribui para o entendimento do território enquanto produto das ações humanas. A organização do espaço vai além da atuação do Estado, quando circulação e comunicação estão a serviço de empresas de diferentes tamanhos e promovendo sua atuação de forma pontual e ao mesmo tempo dispersa nos lugares que lhe interessam, reorganizando-os a cada expansão ou retração econômica. Para Raffestin (1993) a formação de um território é resultante das ações promovidas por agentes que buscam a transformação do espaço para alcançar seus objetivos.

Atualmente, ambulantes e camelôs representam esse comércio que se transformou, teve sua localização por muitas vezes modificada e diminuída, mas não perdeu sua capacidade de continuar existindo nos principais logradouros do centro comercial da cidade. Para muitos ambulantes e camelôs esse é o único meio de adquirir recursos que garantam um mínimo para seu sustento e de seus familiares. Segundo Maia (2013, p. 46) “O comércio de rua pode ser, em grande parte, uma economia de sobrevivência, uma alternativa imediata ao desemprego, ou uma opção, uma escolha. É também, um sinal de vitalidade comercial não aproveitado.”

Em pesquisas anteriores temos analisado como o discurso modernizador incorporado pelo poder público municipal desde meados de década de 1960 tem modificado a área central da cidade, as sucessivas relocações da feira livre e em seguida dos trabalhadores que tentam sobreviver comercializando nas ruas está promovendo novas centralidades. Temos estudado o comércio na área central da cidade com outros objetivos e percebemos que o mais recente projeto de requalificação urbana do centro da cidade denominado de Novo Centro teve como finalidade a retirada de todo e qualquer trabalhador de rua: camelô, ambulante, feirante ou outra classificação. A prefeitura municipal numa parceria público-privada criou um espaço para relocação desses trabalhadores denominado inicialmente de Centro Comercial Popular, depois Shopping Popular e registrado por seu administrador como Cidade das Compras.

Uma série de problemas e irregularidades surgiram a partir da organização desse espaço sendo as mais graves o pequeno número de unidades (box) para a quantidade de trabalhadores nas ruas da área central – foram construídas 1.680 unidades para cerca de 5.000 trabalhadores que estavam nas principais ruas e uma cláusula no contrato entre a prefeitura municipal e a empresa que administra o espaço obrigando a prefeitura além de proibir e coibir qualquer camelô ou similar nas ruas do município indenizar o consórcio caso haja concorrência com o aparecimento de camelôs e ambulantes comercializando nas ruas. Numa breve contagem apenas nas ruas da área central encontramos mais de 3.000 pessoas, aproximadamente, conforme apresentado na tabela 1, considerando que a área central da cidade é formada por um número maior de logradouros e a informalidade não apresenta números precisos, acreditamos que existam os 5 mil trabalhadores anteriormente citados.

Logradouro	Barracas/carros	Número estimado de pessoas
Rua Marechal Deodoro	311	900
Avenida J. J. Seabra	66	130
Rua Barão de Cotegipe	36	100
Rua Conselheiro Franco	37	103
Rua Sete de Setembro	16	50
Rua Vitorino Gouveia	31	65
Rua Leonardo Borges	60	130
Rua Recife	91	200
Rua Olímpio Vital	26	50
Praça da Bandeira	28	30
Praça Bernardino Bahia	95	180
Rua Sales Barbosa	405	1.150
Avenida Senhor dos Passos	225	500
Número aproximado	1.427	3.088

Tabela 1 – Distribuição de Camelôs e Ambulantes na área central de Feira de Santana - 2019

Fonte: TELES, Alessandra, 2019. Contagem de Ambulantes e Camelôs.

Os números acima revelam a incapacidade desse novo espaço em absorver esses trabalhadores e uma ausência de atuação do poder público em auxiliá-los. Diversos conflitos e embates ocorreram desde o projeto desse espaço até os dias atuais com sua materialização e funcionamento, manifestações, judicialização, processos e diversos atos contra a ocupação por parte dos trabalhadores foram realizados, mas terminaram por ceder a pressão do poder público e um número ocupou as unidades a eles destinadas.

A postura do poder público, em todos os exemplos observados na referência consultada, aponta para regras e projetos elaborados por técnicos que aparentam não considerar a opinião e os anseios dos trabalhadores que se encontram nas ruas.

Diversos conflitos e embates ocorreram desde o projeto desse espaço até os dias atuais com sua materialização e funcionamento, manifestações, judicialização, processos e diversos atos contra a ocupação por parte dos trabalhadores foram realizados, mas terminaram por ceder a pressão do poder público e um número ocupou as unidades a eles destinadas. Numa visita técnica ao espaço percebemos que os conflitos não cessaram, pois, os relatos tratam entre outras queixas do não cumprimento do contrato por parte do administrador privado que venceu a licitação para gerenciar o espaço, a prefeitura não oferece nenhum apoio, as obras das unidades não foram concluídas, entre outras dificuldades. As figuras a seguir mostram a mobilização dos trabalhadores a partir do momento que tomaram conhecimento do que aconteceria a partir da sua remoção.



Figuras 1 – Mobilização de ambulantes e camelôs de Feira de Santana – 2016-2020

Fonte: Movimento Luta Camelô, 2016-2020

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os órgãos de governo que institucionalizaram e marginalizaram a atividade de ambulantes, camelôs, e em certa medida de feirantes nos convoca a pensar as condições de precarização do trabalho, a institucionalização e marginalização. Além disso, o tema abre espaço para discutir a reprodução do espaço urbano uma vez que as formas comerciais são também formas de reprodução das relações sociais.

Quando a reestruturação produtiva e a conjuntura política extinguem postos de trabalho, sobra mão-de-obra e falta ocupação; como consequência imediata o desemprego e a necessidade de sobrevivência mostram o lado perverso desse cenário. A atividade dos camelôs surge como forma de reação, de inserção da população no mercado de trabalho e busca pela sobrevivência.

Ao longo do estudo que vem sendo realizado percebe-se uma preocupação com a modernização da cidade e dentro do planejamento proposto aparece o shopping popular como suposta solução para o ordenamento territorial das ruas e avenidas. Nos discursos dos agentes públicos, o feirante, o ambulante e o camelô desorganizam a cidade, tornam o centro caótico e sujo e a melhor solução é sua transferência para um espaço organizado numa visão higienista e desconectada com a realidade social.

REFERÊNCIAS

BECKER, B. K.; EGLER, C. A. G. **Brasil: Uma Nova Potência Regional na Economia-Mundo**. 6 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

BORGES, A. Os Novos Horizontes de Exploração do Trabalho, de Precariedade e de Desproteção. **Cadernos do CEAS**, Salvador, N. 239, P. 713-741, 2016.

CORRÊA, Roberto Lobato. **A Rede Urbana**. São Paulo: Ática, 1989.

CRUZ, R. C. **A Inserção de Feira de Santana (BA) nos Processos de Integração Produtiva e de Desconcentração Econômica Nacional**. 1999. 333f. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

TEIXEIRA, Francisco; GUERRA, Oswaldo. 50 anos da industrialização baiana: do enigma a uma dinâmica exógena e espasmódica. **BAHIA: Análise & Dados**. Salvador: SEI, v. 10, n. 1, jul. 2000, p. 87-99.

TELES, Alessandra, Oliveira. **Parecer técnico sobre Camelôs e Ambulantes do Centro Comercial de Feira de Santana-BA**. Incubadora de Economia Popular e Solidária, UEFS. 2019.

TELES, A. O. **Camelôs em Feira de Santana (BA): Ordenamento Territorial e Desenvolvimento Local**. Resolução CONSEPE N° 122/2018. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. Universidade Estadual de Feira de Santana. Feira de Santana, 2018.

TELES, A. O. **O Comércio Informal em Feira de Santana (BA): Permanências e Mudanças**. 2017. 275 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2017.

NAVEGANDO NO PARAÍSO: CASA DOUGLAS, RICHARD MEIER, 1971-73

Data de aceite: 02/05/2023

Silvia Lopes Carneiro Leão

Doutora, Departamento de Arquitetura da UFRGS

RESUMO: O presente trabalho tem por objetivo documentar e analisar uma obra moderna de início dos anos 1970, do arquiteto norte-americano Richard Meier e equipe: a Casa Douglas (1971-73), em Harbor Springs, Michigan, Estados Unidos. Richard Meier faz parte de um grupo de arquitetos que teve atuação importante a partir dos anos 1960. Suas casas retomam elementos do modernismo inicial e são declaradamente inspiradas na “arquitetura branca” de Le Corbusier. A Casa Douglas tem uma história interessante, com altos e baixos. Recebeu prêmios, teve vários proprietários, entrou em decadência e acabou por ser restaurada e declarada patrimônio nacional. Seu primeiro proprietário gostou de uma casa anterior de Meier, a Casa Smith, e queria uma igual. Arquiteto e cliente chegaram a um acordo, e a residência é apenas parente próxima de sua predecessora. O lote, extremamente íngreme, exigiu tecnologia especial. A solução, em vários níveis, explora com

maestria a luz natural, as vistas do entorno e os motivos náuticos. A residência foi tombada em 2016, juntamente com seu sítio de implantação, uma exuberante paisagem natural às margens do Lago Michigan. Trata-se, portanto, de um edifício cujo destino é permanecer intacto em meio à natureza que o cerca, atribuindo-lhe *status* de paisagem cultural.

PALAVRAS-CHAVE: Casa unifamiliar moderna; Casa Douglas; Richard Meier; Arquitetura dos anos 1960-75.

SAILING IN PARADISE: DOUGLAS HOUSE, RICHARD MEIER, 1971-73

ABSTRACT: The current paper aims to document and analyze a modern work from the early 1970s, by the American architect Richard Meier and team: the Douglas House (1971-73), in Harbor Springs, Michigan, United States. Richard Meier is part of a group of architects that played an important role in the 1960s. His houses take up elements of early modernism and are clearly inspired by Le Corbusier’s “white architecture”. Douglas House has an interesting history, with ups and downs. It received awards, had several owners, went into decline and was finally restored and

declared National Historic Place. It's first owner liked a previous Meier's house, the Smith House, and wanted an equal one. Architect and client have come to an agreement, and the residence is only a close relative of its predecessor. The plot, extremely steep, required special technology. The multi-level solution masterfully exploits natural light, views of the surroundings and nautical motifs. The residence was listed in 2016, along with its site, a lush natural landscape on the shores of Lake Michigan. It is, therefore, a building whose destiny is to remain intact in the midst of the nature that surrounds it, giving it the status of cultural landscape.

KEYWORDS: Modern single-family house; Douglas House; Richard Meier; Architecture of the years 1960-75.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente trabalho tem por objetivo a apresentação, documentação e análise de uma casa projetada e construída entre 1971 e 1973, de autoria do arquiteto norte-americano Richard Meier: trata-se da Casa Douglas, em Harbor Springs, Michigan, Estados Unidos. Após passar pelas mãos de diversos proprietários e ter sua integridade ameaçada, a casa foi submetida a uma profunda restauração e é hoje parte do patrimônio moderno dos Estados Unidos, preservada juntamente com o belo sítio onde se implanta.

A ideia de documentar a Casa Douglas tem origem em uma pesquisa mais ampla sobre casas unifamiliares modernas do período 1960-1975, em que se percebeu a importância desta obra e a existência de um rico e disperso material sobre ela. Pretende-se, aqui, sistematizar este material, que inclui: livros e revistas sobre o autor e a residência; publicações e *sites* na internet, alguns dos quais com imagens de fotógrafos consagrados; e documentos oficiais de preservação do imóvel e do sítio de implantação. Pretende-se, de forma breve, contar a história da casa – da construção ao tombamento – e fazer uma análise de sua arquitetura, considerando estrutura formal, espacialidade, relações com entorno, uso de técnicas construtivas e alguns de seus principais precedentes arquitetônicos.

No texto *La casa unifamiliar moderna*, Comas denomina *Reforma*¹ o período da arquitetura moderna compreendido entre os anos de 1960 e 1975. Segundo ele, esta fase caracteriza-se, em linhas gerais, por uma revisão do que se fazia até então: a arquitetura moderna, já consagrada, disseminada e institucionalizada, passa por um momento de questionamentos, protestos, tentativas de transformação e regeneração.

O trabalho inicial de Richard Meier enquadra-se neste período. Sua obra começa a ter relevância dentro da arquitetura norte-americana a partir da década de 1960, quando ele e um grupo de arquitetos começam a produzir edifícios mais inclusivos, que admitem influências e citações, tanto de arquiteturas pré-modernas, como da arquitetura moderna anterior, consagrada entre os anos 1915-1960.

Richard Meier participava, neste período, do grupo de arquitetos que ficou conhecido

¹ Em: COMAS, ADRIÁ, 2003, p. 20-27. Os outros períodos designados por Comas são: Vanguarda (1915-30); Disseminação (1930-45); e Institucionalização (1945-60).

como *The New York Five*, do qual também faziam parte Peter Eisenman, Michael Graves, Charles Gwathmey e John Hejduk². O quinteto produz, entre os anos 1960 e 75, uma série de casas unifamiliares bastante especulativas, testando soluções que serão usadas em obras posteriores, de maior envergadura. Meier, em particular, produz pelo menos nove residências importantes³ neste período, entre as quais se destacam a Casa Smith (1965-67, Darien, Connecticut) e a Casa Douglas.

Considerada por muitos uma evolução da Smith, a Casa Douglas foi fartamente publicada e recebeu premiações importantes, tais como *Arquitetura Favorita da América* (2007) e *Prêmio Governamental de Preservação Histórica* (2017)⁴. Situa-se em sítio paradisíaco – uma encosta íngreme, coberta por mata natural, às margens do Lago Michigan – local que recebeu o selo de preservação em 2002⁵. A residência, por sua vez, de um branco imaculado que contrasta com os tons da natureza, recebeu o *Registro Nacional de Lugares Históricos*⁶ em 2016. Seu volume branco e os motivos náuticos de seus elementos remetem à arquitetura industrial expressa por Le Corbusier em *Por uma Arquitetura*⁷, evocando um transatlântico que navega em meio à natureza virgem. Hoje, completamente restaurada, conta com proprietários zelosos e site próprio na internet⁸.

O tombamento da casa, assim como da natureza ao seu redor, a fazem digna de atenção. Trata-se de um conjunto – objeto arquitetônico e entorno natural – que se destina a permanecer íntegro para sempre, atingindo *status* de paisagem cultural.

CASA DOUGLAS: HISTÓRIA, PROJETO, PRECEDENTES

História

A história da Casa Douglas tem origem em maio de 1968, quando a revista *Architectural Records* publica em sua capa a Casa Smith (Darien, Connecticut, 1965-67), também de Richard Meier. O casal James e Jean Douglas, de Grand Rapids – cidade importante, a sul do estado de Michigan, Condado de Kent – vê a publicação e se apaixona pela residência: queria uma casa aberta e transparente, de linhas limpas e modernas, exatamente como aquela (Figuras 1 e 2).

2 Vide: EISENMAN, 1982.

3 Além de Smith e Douglas, podem ser citadas as seguintes casas: Hoffman (East Hampton, NY, 1966-67); Saltzman (East Hampton, NY, 1967-69); em Pound Ridge (Pound Ridge, NY, 1969); em Old Westbury (Old Westbury, 1969-71); Shamberg (Chappaqua, NY, 1972-74); Suburban Prototype (Concord, Massachusetts, 1976); e Maidman (Sands Point, Long Island, 1971-76). Em: RICHARD MEIER, 1984, p. 26-91.

4 No original: 2007 America's Favorite Architecture – AIA 150; 2017 Governors Award for Historic Preservation. Em: <https://www.douglashouse.org/accolades>

5 Vide: STEEP SLOPE PROTECTION, 2002.

6 Vide: NATIONAL REGISTER OF HISTORIC PLACES, 2016.

7 LE CORBUSIER, 1977, p. 57-68.

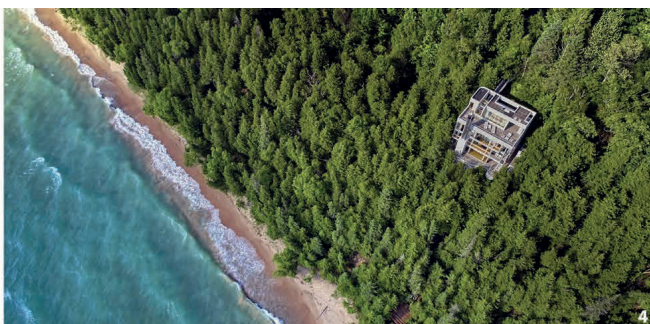
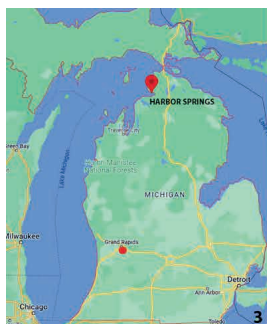
8 Site oficial da Casa Douglas: www.douglashouse.org



Figuras 1 + 2. Casa Smith, Darien, Connecticut, 1965-67. Vista NO + Vista SE.

Fonte: SUDJIC & BEYERLE, 1999, p. 82-83.

Em 1971, o casal procura Richard Meier no seu estúdio em Nova York, pedindo-lhe uma cópia da Casa Smith. Esta cópia seria implantada em lote de sua propriedade, num condomínio de luxo em Harbor Springs, Condado de Emmet, norte de Michigan. Jim dirigia, então, uma empresa de transportes rodoviários criada por seu pai em Grand Rapids. Cansado do ritmo de vida agitado, buscava um lugar mais tranquilo, optando por Harbor Springs, cidade com ares de *resort*, à beira do Lago Michigan. Maior lago de água doce situado dentro das fronteiras dos Estados Unidos e quinto maior do mundo, o Michigan é famoso pelas belas praias. Sua água é fresca e límpida; as areias brancas formam altas dunas; parques naturais localizam-se às suas margens, parte dos quais pertencentes a reservas florestais; o clima do lugar é temperado, com verões amenos e aprazíveis (Figura 3).



Figuras 3 + 4. Mapa de Michigan, EUA + Vista panorâmica da Casa Douglas.

Fontes: Google Earth (2022) + Site oficial da Casa Douglas (Nota 8).

Diante do pedido inusitado do casal, Meier propõe não uma cópia, mas um novo projeto, inspirado no precedente. Arquiteto e clientes acabam por chegar a um acordo, e Meier dá início ao projeto da nova residência. Os Douglas dão carta branca ao arquiteto

para a realização do trabalho: “Eu queria uma casa tipo Bauhaus, muito aberta”, lembra Jim Douglas. “Não colocamos nenhuma restrição ao arquiteto, pois achamos que assim ele faria melhor seu trabalho (MINNER, 2011, p. 1)”.

A proposta inicial foi submetida à administração do condomínio de luxo, que tinha leis estritas para construções e paisagismo. A ideia de uma casa branca e com cobertura plana, entretanto, foi rejeitada, tendo em vista a exigência de maior relação com a arquitetura tradicional norte-americana. Inconformados, Jim e Jean saem em busca de um novo terreno e acabam por encontrá-lo a norte de Harbor Springs, em um sítio bem mais dramático que o anterior.

Meier faz um resumo da história:

Um dia recebi uma carta do Sr. e da Sra. James Douglas, perguntando se eu venderia a eles o anteprojeto da Casa Smith. Eu respondi que, embora não estivesse preparado para vender os desenhos, eu certamente estaria disposto a projetar uma nova casa para eles, em linhas similares. Eles aceitaram, e comecei a projetar a residência para um sítio que eles haviam comprado em loteamento no norte de Michigan. Feito isto, o empresário responsável pelo loteamento insistiu na revisão do projeto das casas que seriam construídas dentro dos limites do loteamento. Ele me pediu para enviar fotografias do meu trabalho e recusou-se a permitir uma casa que não tivesse o pré-requisito do clássico telhado inclinado. Para minha alegria, os Douglas responderam a este impasse com a imediata venda do terreno e a procura por outro sítio, dando início a uma gratificante parceria. (HILL, 2016, p.1-2)

O novo terreno ficava em uma encosta muito íngreme, coberta de árvores coníferas, com bela vista e acesso direto para o Lago Michigan. Meier visitou o lote, percebeu as dificuldades a serem enfrentadas, especialmente com relação à topografia e à distância de Nova York, onde tinha seu estúdio. “Era um terreno muito particular e completamente coberto de árvores – da estrada se podia ver o lago. Era difícil saber como construir ali. Demorei bastante para descobrir (MINNER, 2011, p. 2)”, lembra ele. Tomou, então, uma decisão: despachou Tod Williams, seu funcionário e ex-aluno da Escola de Arquitetura da Universidade de Princeton, para Michigan, a fim de intermediar o projeto e tomar conta da obra.

A nova casa não seria uma cópia da anterior, mas uma evolução, uma espécie de irmã da Casa Smith, totalmente adaptada ao novo lugar. Meier dá início ao projeto em 1971. No inverno de 1972, a dupla de arquitetos discutia os esboços iniciais, Meier no estúdio em Nova York e Williams no local da obra. Mais adiante, Sherman Kung e John Colamarino, outros dois arquitetos da equipe de Meier, também participaram do projeto, desenvolvendo os desenhos que Williams enviava para o estúdio⁹. Foi um trabalho feito a quatro mãos, sob coordenação de Meier.

O primeiro desafio dos arquitetos foi posicionar a casa de modo a remover o menor número possível de árvores. O maior dos desafios, entretanto, foi vencer o acentuado

⁹ REGISTER OF HISTORIC PLACES, p. 9.

declive do terreno, à primeira vista inviável para a construção. A equipe propôs fundações compostas por uma série de postes telefônicos cravados no solo. A casa foi concluída em 1973, após três árduos anos de construção. Os quatro arquitetos criaram uma residência que alguns consideram a melhor da obra de Meier. Logo depois de concluída a construção, a extensão da costa circundante, de ambos os lados da casa, foi designada “litoral nacional”, título que proíbe qualquer urbanização nas proximidades e assegura o isolamento da casa pelos próximos anos¹⁰ (Figura 4).

A casa teve altos e baixos desde que o casal Douglas a vendeu em 1981. Seu segundo proprietário a descaracterizou, com intervenções tais como: acarpetamento; adição de papel e pinturas coloridas nas paredes; acréscimo de móveis americanos tradicionais, bem distintos do mobiliário moderno proposto por Meier. Fechada durante os invernos, a casa deteriorou-se rapidamente. Em 1985, foi vendida para Paul Beitler, um incorporador imobiliário de Chicago, que assim reagiu ao tratamento dado pelo ex-proprietário: “Esse cara não tinha a menor ideia do que era essa casa (AN ONLINE CHRONICLE, 2020, p. 1)”. Beitler restaurou a residência em 1988 e a deixou em boas condições.

Em 2007, entretanto, a casa havia caído novamente em desuso. Foi quando o casal Michael McCarthy e Marcia Myers a encontrou, em estado de abandono, mas estruturalmente sólida. “Vimos esta casa branca listada na internet, com muitos vidros e vista para o lago”, disse Myers, que, junto com o marido, havia procurado por anos uma propriedade à beira-mar. Eles continuaram explorando casas em outros lugares, mas acabavam voltando à casa de Harbor Springs. “O preço continuou caindo, enquanto em outros lugares subia vertiginosamente (MINNER, 2011, p. 1)”, continua ela.

Eles viajaram para o Lago Michigan para vê-la pessoalmente. A casa tinha problemas, mas McCarthy, engenheiro de formação, catalogou todos eles e utilizou os dados para negociar um preço mais baixo. Em busca de mais informações, antes de efetivar a compra, procurou os três proprietários anteriores. Foi só então que começou a discernir o *pedigree* da residência e acabou por fechar o negócio. Os amigos começaram a elogiar a compra e arquitetos e professores a bater em sua porta, solicitando visitas. “Foi quando percebemos que havíamos adquirido uma obra-prima americana (MINNER, 2011, p. 1)”, declarou Myers.

Fechado o negócio, as dificuldades enfrentadas foram grandes. No mercado há anos, a casa estava coberta de insetos e mofo; havia problemas de toda a ordem, na cobertura, nos pisos, nas esquadrias, na passarela de acesso, na estrutura. Mas o casal não se intimidou e entrou em contato com o escritório de Meier em Nova York. O arquiteto sugeriu a contratação de uma empresa e a restauração por engenheiros locais. Os novos proprietários seguiram a orientação, ao mesmo tempo em que estabeleceram um relacionamento informal com um então funcionário de Meier, nativo de Michigan, Michael Trudeau. Em caso de dúvidas, ligavam para Trudeau, que entrava em contato com Meier para obter esclarecimentos. “Eles queriam manter o projeto original (MINNER, 2011, p. 2)”,

¹⁰ RICHARD MEIER, 1984, p. 77.

afirmou Trudeau. Foi iniciado, então, um processo de reforma meticulosa e heroica, com máxima atenção à integridade do projeto original.

O processo de restauração durou quatro anos (Figura 5). Entre tantas coisas, a equipe removeu as janelas de aço, depois as reinstalou com vidro térmico e ferragens obtidas no fornecedor original; a madeira danificada das fachadas foi substituída e pintada no branco original; foi adicionado um reforço de aço à passarela de acesso; os sistemas de climatização foram substituídos por equipamentos energeticamente eficientes; alguns móveis foram restaurados e foi reestofado um sofá projetado por Meier para a sala de estar¹¹.



Figura 5. Casa Douglas. Restauração em 2008.

Fonte: Site oficial da Casa Douglas (Nota 8).

Antes da reforma concluída, o casal entrou em contato com organizações estaduais e nacionais de preservação para garantir o futuro da residência. Em 2002, foi editada uma portaria para preservação da Região 5 do Condado de Emmet, onde a casa se situa, que passa a proteger a integridade das encostas íngremes do Lago Michigan¹². Em julho de 2016, a Casa Douglas foi adicionada ao Registro Nacional de Lugares Históricos¹³, lista federal de recursos culturais dignos de preservação nos Estados Unidos. Desde então, permanece intacta, sem adições ou modificações em sua estrutura física e sem alterações nos usos ou *layouts*.

Hoje, com a casa impecavelmente restaurada, o casal tem planos de criar uma fundação que cuide dela para sempre e permita que outros se beneficiem de sua arquitetura. Como medida adicional, McCarthy e Myers compraram uma propriedade adjacente, com estrutura capaz de fornecer espaço para funcionários e uma biblioteca¹⁴. Seu primeiro passo foi criar um *site* totalmente dedicado à casa –projeto, história, restauração–, com imagens deslumbrantes e direção de arte do consagrado fotógrafo James Haefner¹⁵.

¹¹ MINNER, 2011, p. 2.

¹² STEEP SLOPE PROTECTION, 2002.

¹³ No idioma original: National Register of Historic Places. Em: LYNCH, 2016, p.1.

¹⁴ AN ONLINE CHRONICLE, p.2.

¹⁵ Vide: www.douglashouse.org.

Quarenta anos após sua criação, portanto, a Casa Douglas volta à sua condição original. A restauração impecável permite que se conheça uma das 150 melhores obras da América, segundo lista de 2007 de *Estruturas Arquitetônicas Favoritas das Américas* do AIA¹⁶, na qual constam apenas 20 casas unifamiliares. A reforma concedeu à casa *status* legal para ser mantida por gerações. Hoje, ela tem caráter privado e não está aberta à visitação. Mas os planos para o futuro, ao que tudo indica, são de abertura ao público e, quem sabe, elevação à condição de casa-museu.

Projeto

A Casa Douglas, como foi visto, nasce a partir da precedente Casa Smith, de 1965-67, em Darien, Connecticut (Figuras 1 e 2). De fato, as duas residências, talvez as melhores de Richard Meier, têm um parentesco muito forte, principalmente no que se refere a organização funcional, acesso posterior através de passarela e contraste entre fundo opaco e frente transparente. Mas o sítio muito mais dramático da Douglas, com densa vegetação de coníferas e declive de cerca de 40 graus de inclinação a partir da estrada de acesso¹⁷, representou um desafio muito maior em termos técnicos e arquitetônicos. E o resultado foi surpreendente: a irmã, embora mais nova, mostra-se mais arrojada, mais impetuosa, com personalidade mais forte.

A casa localiza-se na face oeste da estreita e sinuosa rota M-119 – South Lake Shore Drive –, que se estende ao longo de penhascos na costa leste do Lago Michigan, em meio a densa mata nativa de coníferas. Às margens da rodovia, duas linhas de árvores formam um grande arco vegetal, que a fazem conhecida como *Túnel de Árvores*¹⁸. Declarada *Rota de Patrimônio Cênico*¹⁹ pelo estado de Michigan, a via é protegida contra normas de engenharia padrão para rodovias, o que lhe permite manter o caráter altamente pitoresco. A partir da estrada, o penhasco rochoso e densamente arborizado desce até o limite oeste do terreno, uma praia particular com pouco mais de 295m de extensão²⁰, banhada pela água azul-turquesa do Lago Michigan. Em função do declive acentuado, o transeunte que anda pela M-119 verá apenas o pavimento mais alto e a passarela de acesso à residência (Figura 6).

A casa foi projetada como residência permanente para o casal Douglas e três filhos²¹. O programa organiza-se em volume de quatro pavimentos – cobertura e três pavimentos principais – completamente branco. É opaco e mais fechado aos fundos, voltados para a estrada de acesso a leste, e transparente e aberto à frente, com vista deslumbrante para o Lago Michigan a oeste. Predominantemente vertical, o volume apresenta-se como

16 No original: America's Favorite Architectural Structures e American Institute of Architects. Em: NATIONAL REGISTER OF HISTORIC PLACES, p. 11.

17 A declividade aproximada foi medida com base nos desenhos de projeto disponíveis em publicações.

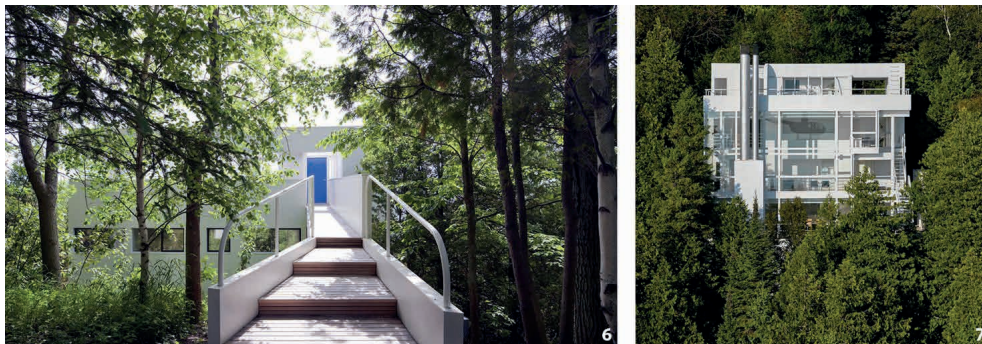
18 No original: Tunnel of Trees. REGISTER OF HISTORIC PLACES, p. 3.

19 No original: Scenic Heritage Route. REGISTER OF HISTORIC PLACES, p. 3.

20 MINNER, 2011, p. 1.

21 REGISTER OF HISTORIC PLACES, p. 9

um paralelepípedo de base retangular, com quatro pavimentos de altura, sobre uma base em rampa que o adapta ao forte declive do terreno. Longe de ser um volume puro, como algumas das casas brancas de Le Corbusier, sofre uma série de adições e subtrações que o tornam bastante complexo. Passarelas de acesso, escadas protuberantes, chaminés proeminentes, terraços com guarda-corpos náuticos, criam forte movimento volumétrico. E o jogo de cheios e vazios, avanços e recuos, é ainda mais acentuado pelo grande contraste entre opacidade e transparência das fachadas opostas, a leste e oeste (Figuras 6 e 7).



Figuras 6 + 7. Casa Douglas. Vistas da estrada (Leste) + Vista do lago (Oeste)

Fonte: Site oficial da Casa Douglas (Nota 8).

Com aproximadamente 280m² de área de projeção²², a casa implanta-se em lote que originalmente tinha 3,25 acres ou 13.152,28m². A maior parte dele ficava a oeste da via, junto ao lago, onde a casa se localiza (Figura 8). Dois veículos podiam estacionar do lado oeste, numa pequena estrada de cascalhos, próxima à entrada da casa. Não havia garagem ou outras dependências associadas à residência, apenas uma quadra de tênis e um pequeno galpão para depósito, que mimetizava a forma prismática da residência. O galpão e a quadra ficavam a leste da M-119, onde a topografia é mais plana²³. Mais tarde, os atuais proprietários incorporaram um terreno anexo e o lote passa a ter 8 acres ou 32.375m²⁴.

O acesso à casa se faz por uma passarela suspensa, de aproximadamente 13m de comprimento²⁵, que parte da estrada a leste e desemboca na cobertura da casa, na cota alta do terreno. A porta de entrada, portanto, fica no pavimento superior, e o movimento através do espaço é de cima para baixo, uma espécie de *promenade* descendente, cheia de jogos de luz, alturas múltiplas e vistas surpreendentes, tanto para o espaço interno como para a paisagem exterior. Alternativamente, o visitante pode entrar na casa dois pavimentos

²² Em: <https://www.douglashouse.org/story>

²³ Em: REGISTER OF HISTORICO PLACES, p. 5.

²⁴ Em: <https://www.douglashouse.org/story>

²⁵ 43 pés de comprimento. Em REGISTER OF HISTORIC PLACES, p. 6.

abaixo, onde outra passarela menor, exatamente abaixo da primeira, dá acesso direto à zona de estar. Para isso terá que descer por uma escadaria lateral, que parte da estrada, tem parada na passarela mais baixa e continua ladeira abaixo até a praia (Figura 9).



Figuras 8 + 9. Casa Douglas. Implantação + Passarelas de acesso.

Fontes: GA, n. 34, 1975, p. 42 + Site oficial da Casa Douglas (Nota 8).

As plantas retangulares se organizam em três faixas longitudinais de larguras diferentes (Figura 10). A faixa a leste, próxima à estrada, tem largura intermediária e contém a escada principal, na extremidade norte da planta. Inclui, ainda, acesso no pavimento superior; setor íntimo no terceiro e segundo pavimentos, sendo os três dormitórios dos filhos acima da suíte do casal; e suíte de hóspedes e cozinha no pavimento mais baixo.

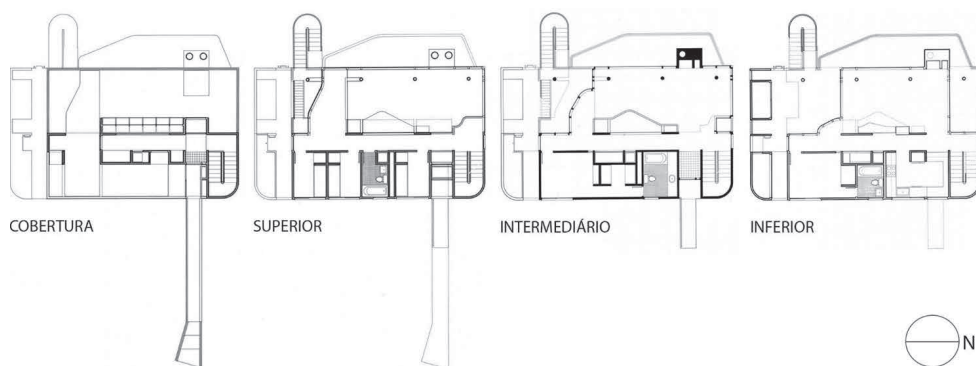


Figura 10. Casa Douglas. Plantas.

Fonte: GA, n. 34, 1975, p. 42-43.

A faixa central, mais estreita, configura um corredor longitudinal de circulação, que faz a intermediação entre setores íntimo e social, respectivamente nas faces posterior leste e anterior oeste da residência. Este corredor é aberto para o setor social, criando uma zona de dupla altura e relacionando-se com a vista frontal, que descortina o Lago Michigan.

A terceira faixa, a oeste, é mais larga e contém o setor social, amplo, fluido, transparente e com vista para o lago. Na cobertura, esta faixa é dominada por grande terraço aberto, que funciona como mirante para a paisagem; no terceiro pavimento, fica apenas um escritório a sul, aberto para um grande vazio sobre a sala de estar. Na extremidade deste vazio, bem no miolo da residência, uma claraboia localizada na cobertura joga luz através de uma fenda triangular de tripla altura, atingindo os três pavimentos abaixo (Figura 11). Cria-se, assim, um foco de luz central, que repercute no corredor e em toda a altura da zona social, reforçando uma linha divisória que separa setores público e privado da residência. A sala de jantar fica no andar inferior, abaixo do estar. Há quem diga que a Douglas é, acima de tudo, uma “casa de luz²⁶”, na qual Meier explora ao extremo o sol e a luz natural.



Figura 11. Casa Douglas. Claraboia central.

Fonte: Site oficial da Casa Douglas (Nota 8).

O maior desafio construtivo de Meier foi implantar a casa sobre o acentuado declive, uma encosta rochosa, com predominância de xisto. Para isso, propôs fundações estáveis, com 28 postes telefônicos de madeira, que funcionam como estacas cilíndricas de 16 polegadas (40,64cm) cravadas profundamente no solo²⁷. “Havia um operador de guindaste que posicionava as estacas, um verdadeiro *cowboy* do guindaste”, declarou Tod Williams. Muitas estacas foram danificadas. “A estrutura de suporte resultante era como uma floresta caótica de postes telefônicos”, continua ele. “Eu estava propenso a deixá-la exposta, mas a casa estava numa inclinação tão grande, que adicionamos uma espécie de saia de proteção. Meier disse que a base precisava ser fechada, e ele estava certo (THE DOUGLAS HOUSE, <http://www.douglashouse.org/details>)” (Figura 12).

²⁶ BRADBURY; POWERS, 2009, p. 214.

²⁷ Em: REGISTER OF HISTORIC PLACES, p. 9; e MINNER, 2011, p. 2.

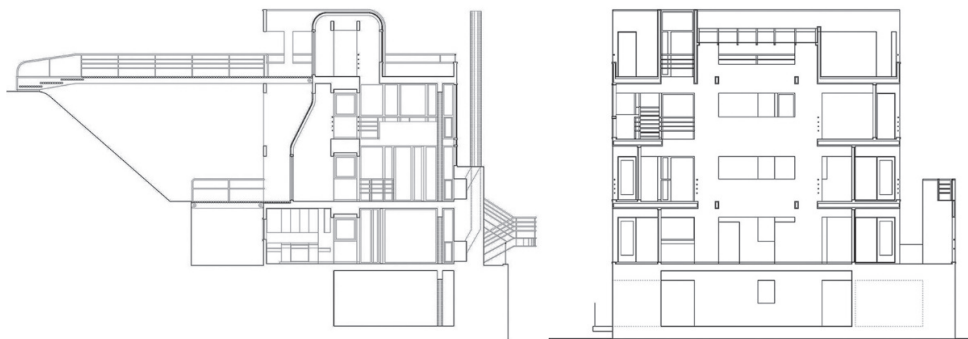


Figura 12. Casa Douglas. Cortes

Fonte: GA, n. 34, 1975, p. 46-47.

A casa tem estrutura metálica e fechamentos em vidro e madeira. As paredes, tipo *baloon-frame*²⁸, são de tábuas macho-e-fêmea, sólidas, de sequoia, com 3 e ¼ polegadas – pouco mais de 8 cm de largura – pintadas de branco. A cobertura plana, recoberta por selante emborrachado, é revestida com piso tipo *deck* de sequoias, em cor natural. Em meio a ela, situa-se a grande claraboia de vidro, com forma curvilínea. As janelas têm esquadrias metálicas na cor preta. Abaixo do primeiro piso, na base da residência, ficam as dependências com instalações, serviços de água, eletricidade e depósito²⁹.

Segundo Williams: “O empreiteiro, Jordan Shepard, era um ótimo artesão de Grand Rapids, Michigan, e conduzia sua equipe por mais de 320 Km até o local, toda a semana. (...) Ele era inteligente, e a casa é uma requintada peça de carpintaria (THE DOUGLAS HOUSE, <http://www.douglashouse.org/details>)”. Os pisos, exceto nos banheiros, são também em ripas de madeira, deixadas em cor natural, mais polidas no interior e mais ásperas nos *decks* dos terraços e da cobertura. Os corrimãos tubulares foram declaradamente inspirados nas ideias de Le Corbusier sobre a estética mecanicista – o “transatlântico”, de Por uma Arquitetura³⁰ – que Meier explorou também na Casa Smith e em outros projetos posteriores.

A transparência predomina na fachada oeste, voltada para o lago, expressando-se por meio de grandes panos de vidros duplos de piso a teto. Os módulos das esquadrias, segundo Jencks, têm ritmo sincopado e não simétrico, podendo ser lidos, da esquerda para a direita, como A-A-B-A-C-A-B. O canto direito erodido cria uma aresta em negativo³¹. Não há qualquer elemento de proteção solar e o sombreamento de verão se faz pela densa vegetação do entorno. As grandes superfícies transparentes são interrompidas apenas pelas vigas metálicas brancas e pela grande chaminé da lareira, que tem base opaca e é

28 FRAMPTON, 2008, p. 185. Baloon frame é um tipo de estrutura leve, composta por peças de madeira encaixadas entre si, muito usada na arquitetura residencial dos Estados Unidos.

29 NATIONAL REGISTER OF HISTORIC PLACES, p. 4-5.

30 LE CORBUSIER, 1977, p. 57-68.

31 JENCKS, 1988, p. 77-78.

arrematada por tubos metálicos em cor prata natural. Na fachada leste, junto à estrada, as janelas são menores e se expressam como buracos quadrados ou janelas em fita sobre a superfície opaca de madeira pintada de branco (Figuras 6 e 7). As laterais norte e sul, com base inclinada em razão do declive, são metade opacas e metade transparentes, correspondendo ao tratamento dado às faces leste e oeste, respectivamente (Figura 13). Passarelas e escadas externas projetam-se com arrojo desde o volume prismático, as primeiras ancoradas na encosta, as segundas como que suspensas no ar. Além das escadas externas protuberantes, existe uma escada de marinheiro fixada à base da casa, permitindo acesso direto ao lago. “Muito semelhante a uma casa na árvore, uma maneira de descer para a floresta (THE DOUGLAS HOUSE, <http://www.douglashouse.org/details>)”, declarou Tod Williams.

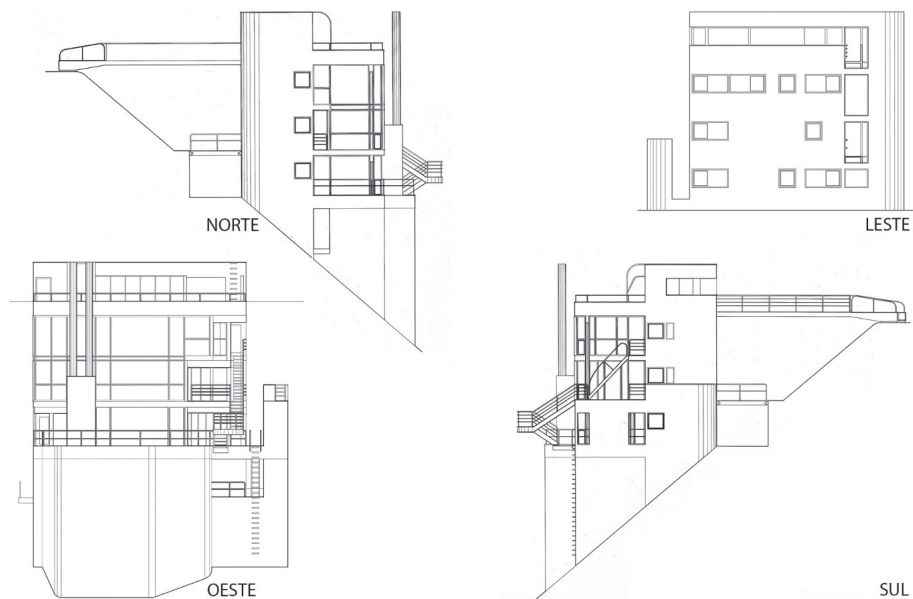


Figura 13. Casa Douglas. Fachadas.

Fonte: GA, n. 34, 1975, p. 44-45.

Os interiores também foram propostos por Meier e o mobiliário expressa fortemente a modernidade da casa. Algumas peças foram projetadas pelo próprio arquiteto – sofá da sala de estar, mesas de café e de jantar – e outras têm *design* de colegas importantes, como Le Corbusier, Mies van der Rohe, Marcel Breuer e Alvar Aalto, entre outros³² (Figura 14).

32 São originais da casa: 2 cadeiras LC4 lounges (Cassina); 3 LC2 cadeiras de braço; 2 LC1 cadeiras sling (LC=Le Corbusier); 1 sofá feito no local e mesa de jantar de Meier; 10 cadeiras de jantar de aço em balanço de Mies van der Rohe; 5 cadeiras de madeira 66 de Aalto; e uma grande mesa de café branca e moderna de Meier. Em: NATIONAL REGISTER OF HISTORIC PLACES, p. 6.

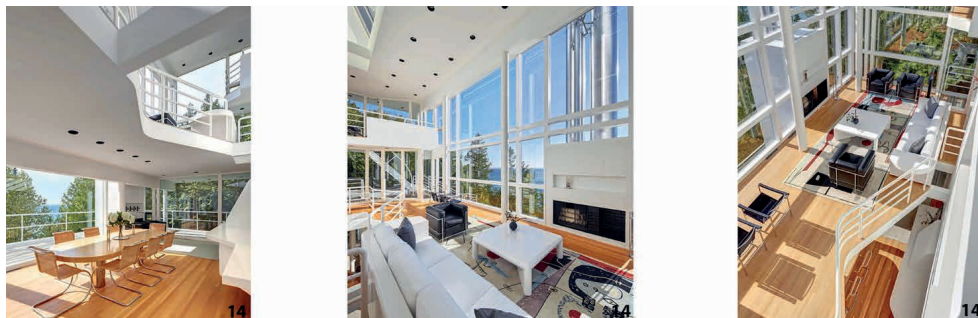


Figura 14. Casa Douglas. Vistas internas: jantar, estar, mezanino.

Fonte: Site oficial da Casa Douglas (Nota 8).

Precedentes

Embora a Casa Smith seja o precedente por excelência da Casa Douglas, há outras obras que lhe servem de referência, declaradamente ou não. Nas palavras do próprio Meier: “Na minha geração, todos foram influenciados por Aalto, Wright e Le Corbusier” (MINNER, 2011, p. 2).

Da Casa Smith, a Douglas herda a imagem geral: o volume cúbico, branco imaculado, em meio à natureza exuberante (Figuras 1 e 2). Smith, entretanto, é mais contida, mais baixa, implantada em lote menos dramático, com pendente mais suave. Situa-se na zona mais plana do terreno, junto à costa de Connecticut, e não exigiu grandes malabarismos estruturais. Mas a transparência frontal, buscando a vista do mar, contraposta à opacidade posterior, junto à estrada de acesso, são análogas. Também a passarela de entrada é semelhante, embora na precedente ela seja menor e conduza diretamente à área social, ao centro, sem criar o percurso descendente da Douglas (Figura 15).

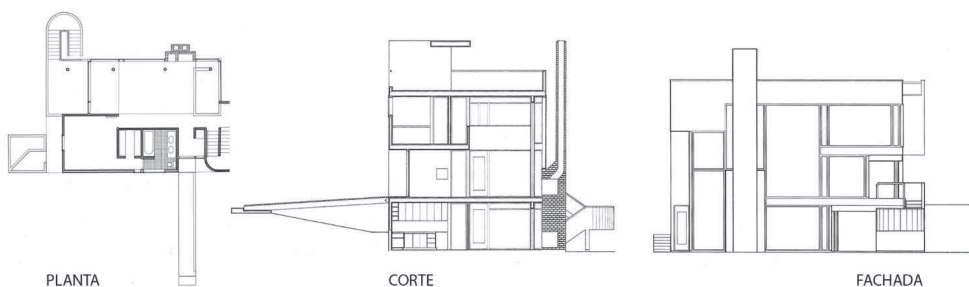


Figura 15. Casa Smith. Planta, corte e fachada.

Fonte: EISENMAN, 1982, p. 112-113.

A estrutura da planta, em três faixas longitudinais paralelas, é a mesma nas duas residências: zona íntima e serviços na faixa opaca, junto à estrada; corredor aberto para

a área de estar na faixa estreita ao centro; zona social ampla, fluida e transparente na faixa mais próxima à água. Suporte e fechamentos são também semelhantes em ambas, com metal na estrutura e madeira nas vedações e revestimentos. Mas o uso dos grandes *decks* de madeira e guarda-corpos metálicos em tubos pintados de branco ganham ênfase na Casa Douglas, aproximando-a ainda mais à estética do navio corbusiano. Da mesma forma, os elementos proeminentes na fachada frontal – chaminé da lareira à esquerda e escada curvilínea à direita de quem olha do ponto de vista da água – em meio aos grandes panos de vidro, atendem à mesma lógica nas duas residências, mas são mais exuberantes e ganham evidente conotação náutica na Douglas, que parece navegar em meio à mata virgem. Já dizia o mestre Le Corbusier em *Por uma Arquitetura*: “Uma casa sobre as dunas da Normandia, concebida como esses navios, seria mais apropriada que os grandes ‘tetos normandos’, tão velhos, tão velhos (LE CORBUSIER, 1977, p. 63)!” (Figura 16)



Figura 16 + 17. Transatlântico, Le Corbusier + Casa Stein, Garches, 1927. Vistas da rua e do jardim.

Fontes: LE CORBUSIER, 1977, p. 60 + BOESIGER, 1982, p. 42.

A Casa Douglas é frequentemente comparada à Casa Stein, em Garches (1927), também do mestre franco-suíço, a quem Meier faz rasgada reverência. A ideia do prisma branco, de base retangular, mais transparente de um lado que de outro, com grandes terraços e escadas proeminentes, está presente nas duas obras, assim como as esquadrias e os peitoris metálicos com alusões navais (Figura 17). Outra obra de Le Corbusier que pode ser mencionada é a pequena Villa Le Lac, projetada para seus pais, na borda do Lago Lemán (1925), Suíça. Tem outra escala, é muito mais modesta, mas conceitualmente próxima da Douglas pela relação com a paisagem natural e pela contraposição entre muro opaco que a separa da estrada e transparência para a vista do lago no lado oposto (Figura 18)³³.

33 AV MONOGRAFÍAS, n. 59, mai.-jun. 1996, p. 4-6.



Figuras 18 + 19. Villa Le Lac, Le Corbusier, 1925 + Casa Tugendhat, Mies van der Rohe, 1928-30.

Fontes: BOESIGER, 1982, p. 26 + ZIMMERMAN, 2006, p. 46-47.

Não se pode deixar de mencionar, também, a Casa Tugendhat (1928-30), de Mies van der Rohe, em Brno, República Tcheca. Tem em comum com a Douglas o terreno em pendente, que a deixa menos visível da rua de acesso que do pátio dos fundos. Ambas se apresentam como volumes prismáticos brancos, mais fechados e opacos na zona de acesso e abertos e transparentes no lado oposto, onde fica o setor social. A Tugendhat também tem estrutura metálica, terraço e escada proeminentes na parte transparente e guarda-corpos em tubos metálicos (Figura 19).

Outra obra digna de referência, tanto pelo volume prismático e branco como pela metáfora do navio, mas principalmente pelo sítio dramático, em vertiginosa pendente à beira-mar, é a Casa E.1027 (1926-1929), da irlandesa Eileen Gray. Localizada em Roquebrune-Cap-Martin, Riviera Francesa, a E.1027, como a Douglas, tem acesso pela estrada na parte de trás e abre-se para um grande terraço voltado para o mar, com acesso por escada proeminente (Figura 20).

A Casa Douglas certamente incorpora elementos de muitas outras obras e autores importantes. Frampton menciona o destaque dado à chaminé da lareira, que a aproxima do conceito do fogo ardente no coração das *Prairie Houses* de Frank Lloyd Wright³⁴. Também a ideia da continuidade e interpenetração de espaços em vários níveis e com várias alturas, de acordo com sua hierarquia e função, está presente no conceito de *Raumplan* de Adolf Loos, tão bem explorado na Casa Müller (Praga, 1928-30). A propósito, implantada em terreno com pendente, a Müller é também um prisma branco, mais aberto e com vista para a paisagem na parte frontal, onde há um terraço e uma escada externa (Figura 21).

³⁴ FRAMPTON, 2008, p. 192.



Figuras 20 + 21. Casa E.1027, Eileen Gray, 1926-29 + Casa Müller, Adolf Loos, 1928-30.

Fontes: CONSTANT, 2000, p. 92 e 96 + SARNITZ, 2009, p. 70 e 74.

Este rico conjunto de elementos e conceitos, usados tanto na Casa Douglas como na Casa Smith, serão desenvolvidos em projetos posteriores de Meier, residenciais e não residenciais. Muitas dessas ideias, por outro lado, deram origem a plágios e foram imitadas à exaustão por outros arquitetos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em 1984, com apenas 49 anos de idade, Richard Meier recebeu o Prêmio Pritzker, a principal distinção no âmbito da arquitetura. O júri declarou que Meier “havia criado estruturas que eram pessoais, vigorosas e originais”. Depois disso, recebeu outras premiações por seus trabalhos e obras e realizou várias exposições, sendo reconhecido mundo afora. A Casa Douglas, assim como outras residências unifamiliares do arquiteto, faz parte deste “conjunto de estruturas vigorosas e originais” e pode ser considerada um dos mais ambiciosos e influentes edifícios de seus anos iniciais. Ela refina e desenvolve ideias primeiramente exploradas na Casa Smith, sua matriz geradora, e posteriormente empregadas em programas muito mais ambiciosos, como museus e centros culturais.

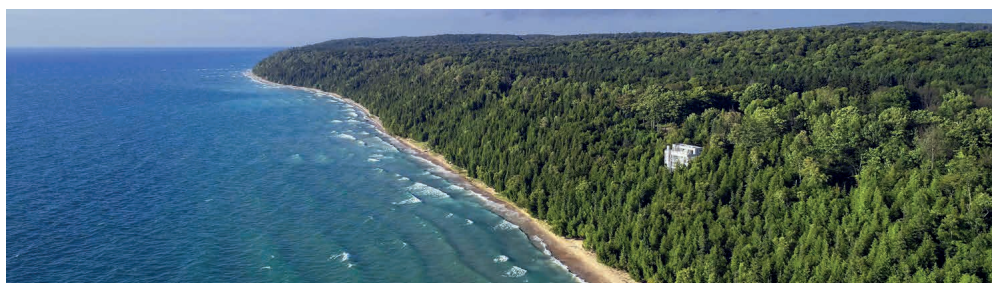


Figura 22. Casa Douglas na paisagem.

Fonte: Site oficial da Casa Douglas (Nota 8)

Trata-se, provavelmente, da casa unifamiliar mais fotografada de Meier. A dicotomia entre a brancura geométrica de seu volume e o verde intenso da paisagem natural,

emoldurada pelas águas azuis do Lago Michigan, cria uma cena muito fotogênica (Figura 22). Segundo Jencks, é a apoteose da *villa* corbusiana sobressaindo-se do mundo orgânico, o oposto da arquitetura de Frank Lloyd Wright, que busca um *continuum* entre natureza e cultura³⁵. Além disso, é uma das primeiras residências em que o autor utiliza de forma enfática a metáfora do navio, com guarda-corpos náuticos, dramáticos *decks* de madeira e altas chaminés metálicas. As fotos magistrais de Scott Frances, publicadas no site de Richard Meier & Partners³⁶, são em grande parte responsáveis por sua popularidade. Mas as fotos mais recentes, de James Haefner, disponíveis no site oficial da casa³⁷, também reforçam o contraste entre sítio dramático e residência moderna e rivalizam com as de Frances em beleza e profissionalismo.

A Douglas nasce a partir da Casa Smith, mas os desafios impostos pelo sítio fazem dela ainda mais complexa e inovadora. Richard Meier define bem a originalidade da própria obra:

Normalmente, quando se entra em uma casa, espera-se que o exterior seja trazido para dentro. Na Casa Douglas, entretanto, ocorre o contrário: somos transportados para fora, sobre o lago e para dentro da floresta. É, de fato, uma casa de opostos: para sair dela, subimos ao invés de descer (LYNCH, 2016, p. 2).

O tombamento da casa, juntamente com a paisagem que a cerca, a tornam especial e digna de registro. Brian Conway, Oficial de Preservação Histórica do Estado de Michigan, assim se manifesta:

Inscrita no Registro Nacional de Lugares Históricos, a Casa Douglas, de Richard Meier, é talvez sua obra residencial mais conhecida. Seu impressionante projeto moderno e sua forma branca contrastam com a dramática paisagem natural de encosta com vista para o Lago Michigan. Está entre os projetos residenciais modernos mais significativos do país (DOUGLAS HOUSE, <http://www.douglashouse.org/accolades>).

Mas entre tantas casas modernas importantes, inclusive do próprio Meier, por que justamente a Douglas teria merecido o selo de preservação? Há pelo menos três fatores que contribuíram para tal. Em primeiro lugar, a qualidade paisagística do sítio – vegetação, topografia, vista – e o fato de também ser preservado por lei. Em segundo lugar, o renome do autor e a qualidade arquitetônica da casa, que se destaca tanto pela composição volumétrica, como pela organização espacial e arrojo estrutural. Em terceiro lugar, está a dedicação dos atuais proprietários, que se empenharam em devolver à casa suas feições originais, desde a implantação até o tratamento dos interiores. E, ao que tudo indica, se depender de sua vontade, a abrirão ao usufruto do público num futuro próximo, dando-lhe a oportunidade de participar plenamente desta experiência arquitetônica.

35 JENCKS, 1988, p. 77.

36 <https://meierpartners.com//>

37 <https://www.douglashouse.org/>

REFERÊNCIAS

AV MONOGRAFÍAS: Richard Meier em Europa. Rosario: Arquitectura Viva, n. 59, mai-jun, 1996.

BOESIGER, W.; GIRSBERGER, H. **Le Corbusier 1910-65**. Barcelona: Gustavo Gili, 2001.

BOESIGER, Willy. **Le Corbusier**. Barcelona: Gustavo Gili, 1982.

BRADBURY, Dominic; POWERS, Richard (photographs). **The iconic house**. London: Thames & Hudson, 2009.

CARVALHO, Aline; MENEGUELLO, Cristina (Organizadoras). **Dicionário temático de patrimônio: debates contemporâneos**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2020.

COMAS, Carlos Eduardo Dias; ADRIÁ, Miguel. **La casa latinoamericana moderna**. México: Gustavo Gili, 2003.

CONSTANT, Caroline. **Eileen Gray**. London: Phaidon, 2000.

THE DOUGLAS HOUSE. Disponível em: <<http://www.douglashouse.org/>> . Acesso em: 23/06/2021.

DOUGLAS HOUSE (HARBOR SPRINGS, MICHIGAN). Wikipedia, the free encyclopedia. Disponível em: <[https://en.wikipedia.org/wiki/Douglas_House_\(Harbor_Springs,_Michigan\)](https://en.wikipedia.org/wiki/Douglas_House_(Harbor_Springs,_Michigan))>. Acesso em: 23/06/2021.

DOUGLAS HOUSE. Richard Meier & Partners Architects LLP. Disponível em: <<https://www.richardmeier.com/?projects=douglas-house-2>>. Acesso em: 20/05/2021.

EISENMAN, Peter, et al. **Five architects**. Barcelona: Gustavo Gili, 1982.

FRAMPTON, Kenneth. **American Masterworks: houses of the 20th and 21st centuries**. New York: Rizzoli, 2008.

GA (GLOBAL ARCHITECTURE): Richard Meier: Douglas House. Tokyo: A.D.A, n. 34, 1975.

HILL, John. Richard Meier's Douglas House added to National Register of Historic Places. World-architects.com, Profiles of Selected Architects, jul. 2016. Disponível em <<https://www.world-architects.com/en/architecture-news/headlines/richard-meiers-douglas-house-added-to-national-register-of-historic-places>>. Acesso em: 29/04/2022.

HOWART, Dan. Richard Meier's Douglas House joins America's historic places list. Dezeen, jul. 2016. Disponível em <<https://www.dezeen.com/2016/07/13/richard-meier-douglas-house-lake-michigan-added-to-america-national-register-of-historic-places/>>. Acesso em: 28/04/2022.

JENCKS, Charles. **Architecture today**. London: Academy Editions, 1988.

JODIDIO, Philip. **Richard Meier**. Köln: Taschen, 1995.

KING, August. Douglas House: Richard Meier & Partners Architects. The Journal of the American Institute of Architects, jul. 2016. Disponível em <https://www.architectmagazine.com/project-gallery/douglas-house_o>. Acesso em: 29/04/2022.

LE CORBUSIER. **Por uma Arquitetura**. Perspectiva: São Paulo, 1977.

LYNCH, Patrick. Richard Meier's Douglas House added to national register of historic places. ArchDaily, jul. 2016. Disponível em: <<https://www.archdaily.com/791231/richard-meiers-douglas-house-added-to-national-register-of-historic-places>>. Acesso em: 28/04/2022.

KING, August. The Douglas House added to National Register of Historic Places. The Journal of the American Institute of Architects, jul. 2016. Disponível em <<https://www.architectmagazine.com/design/the-douglas-house-added-to-national-register-of-historic-places>>. Acesso em: 29/04/2022.

MINNER, Kelly. Restoring a classic: Richard Meier's Douglas House. ArchDaily, set. 2011. Disponível em <<https://www.archdaily.com/165964/restoring-a-classic-richard-meiers-douglas-house>> . Acesso em: 28/04/2022.

MONTANER, Josep Maria. **Después del movimiento moderno**: arquitectura de la segunda mitad del siglo XX. Barcelona: Gustavo Gili, 1993.

NATIONAL REGISTER OF HISTORIC PLACES. Disponível em: <<https://www.nps.gov/nr/feature/places/16000232.htm>>. Acesso em: 25/06/2021.

NATIONAL REGISTER OF HISTORICAL PLACES REGISTRATION FORM (PDF), 2016. Disponível em: <https://www.nps.gov/nr/feature/places/pdfs/16000232_R_A.pdf>. Acesso em: 25/06/2021.

AN ONLINE CHRONICLE OF THE DOUGLAS HOUSE. IconicHouses.org, 2020. Disponível em <<https://www.iconichouses.org/news/an-online-chronicle-of-the-douglas-house>>. Acesso em: 05/05/2022.

RICHARD MEIER ARCHITECT. New York: Rizzoli, 1984.

RICHARD MEIER. Wikipedia, the free encyclopedia. Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/Richard_Meier . Acesso em: 21/12/2020.

RICHARD MEIER (site oficial). Disponível em: <<https://meierpartners.com/project/douglas-house>>. Acesso em: 25/04/2022.

SARNITZ, August. **Adolf Loos**: 1870-1933. Köln: Taschen, 2009.

STEEP SLOPE PROTECTION / WETLAND AND WATERCOURSE PROTECTION, REGION 5 – MICHIGAN, 2002. Disponível em <<http://www.m119tunneloftrees.org/media/assets/media/miordemmetshorelinebluffoverlay.pdf>>. Acesso em: 03/05/2022.

TUNNEL OF TREES SCENIC HERITAGE ROUTE, 2013. Disponível em <http://www.m119tunneloftrees.org/history_2.asp?ait=cv&cid=2>. Acesso em: 03/05/2022.

ZIMMERMAN, Claire. **Mies van der Rohe**: 1886-1969. Köln: Taschen, 2006.

EXPERIÊNCIA DO ENSINO DE PROJETO PARA HABITAÇÃO MÍNIMA EM CROSS-LAMINATED TIMBER

Data de aceite: 02/05/2023

Tatiana de Oliveira Chiletto

Universidade de São Paulo – Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Campus de São Carlos, São Paulo.

Mônica Duarte Aprilanti

Universidade de São Paulo – Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Campus de São Carlos, São Paulo.

Akemi Ino

Universidade de São Paulo – Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Campus de São Carlos, São Paulo.

RESUMO: A crescente atenção à sustentabilidade há tempos vem pressionando o setor da construção a desenvolver novas tecnologias comprometidas com produção de edifícios mais eficientes em termos ambientais, econômicos e sociais. A madeira, como material construtivo renovável, e os produtos de madeira engenheirada vêm se destacando no cenário internacional como alternativa na produção de construções mais sustentáveis. Dentro desse universo de ações e responsabilidades, o presente artigo foi elaborado sob a ótica da formação do arquiteto, ressaltando como a abordagem de projeto pode contribuir para melhores

soluções arquitetônicas visando a eficiência construtiva. É essencial ao arquiteto adquirir o domínio sobre as diferentes possibilidades construtivas, a fim de obter o melhor desempenho de uma edificação. Neste contexto, a disciplina optativa “IAU0693: Parâmetros para Projetos Habitacionais em Madeira” do curso de Arquitetura e Urbanismo do IAU-USP de São Carlos, oferecida no 1º semestre de 2019, teve como objetivo desenvolver o projeto executivo de uma unidade de habitação mínima em *Cross-Laminated Timber* (CLT) enfatizando o detalhamento de projeto como meio para alcançar a necessária e adequada durabilidade dos sistemas de construção. Destaca-se a abordagem pedagógica da Aprendizagem Baseada em Projetos como metodologia de trabalho onde os estudantes desenvolveram durante cinco dias, em grupos, um intensivo e dinâmico exercício de detalhamento de cada subsistema com vistas à futura construção de um protótipo em escala real. Como resultado, as equipes apresentaram os detalhes construtivos e a quantificação de materiais dos componentes de parede, piso, mezanino, cobertura, esquadrias e instalações. Conclui-se que o objetivo de aprofundar o conhecimento técnico dos

alunos sobre as especificidades e particularidades deste sistema construtivo foi parcialmente alcançado, contudo, identificou-se uma dificuldade quanto à compatibilização das interfaces entre os subsistemas pelas equipes durante o processo de desenvolvimento de projeto.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino e formação. Atelier de projeto. Habitação mínima. Cross-Laminated Timber. Madeira engenheirada.

ABSTRACT: The increasing attention to sustainability is pushing the construction sector to develop new technologies committed to producing more environmentally, economically and socially efficient buildings. Wood, as a renewable building material, and engineered wood products have been emerging on the international scene as an alternative to the production of more sustainable buildings. Within this context of actions and responsibilities, this article was elaborated from the perspective of the architect's education, emphasizing how the design approach can contribute to better architectural solutions aiming at constructive efficiency. The architect needs to acquire mastery over the different system's possibilities to get the best performance from a building. In this context, the undergraduate course "IAU0693: Parâmetros para Projetos Habitacionais em Madeira" of the Architecture and Urbanism course of the IAU-USP of São Carlos, offered in the 1st semester of 2019, aimed to develop the executive project of a Cross-Laminated Timber minimum housing by emphasizing the design and detailing to achieve the necessary and proper durability of construction systems. The pedagogical approach of Project-Based Learning stands out as a working methodology where students developed for five days, in groups, an intensive and dynamic detailing exercise of each subsystem with a view to the future construction of a prototype on full scale. As a result, the teams presented the constructive details and quantification of materials for wall, floor, mezzanine, roof, frames and installations components. The objective of deepening students' knowledge about the specificity and particularities of this timber system was partially achieved, however, some aspects of the compatibility interfacing between subsystems developed by the teams in the design process need to be improved.

KEYWORDS: Education and training. Design studio. Minimal dwelling. Cross-Laminated Timber. Engineered wood product.

1 | INTRODUÇÃO

Devido à crescente preocupação com a sustentabilidade e conservação ambiental nas últimas décadas, o uso de materiais provenientes de fontes renováveis, tal qual a madeira, passaram a ser vistos como uma possibilidade para reduzir os impactos do setor da construção civil no meio ambiente, o que vem aumentando a sua participação frente aos materiais convencionais (PASSARELLI, 2013). O *Cross-Laminated Timber* (CLT) abre novas perspectivas para a utilização da madeira em arquitetura e engenharia graças à sua estrutura laminar que a torna adequada para o uso em construções.

Também conhecida como Madeira Laminada Cruzada ou Madeira Lamelada Cruzada é um produto composto por um número ímpar de camadas, cada qual consistindo em tábuas (lamelas) colocadas lado a lado dispostas transversalmente entre si sob um ângulo de 90°, e rigidamente conectadas por colagem formando grandes painéis (BRANDNER et al.,

2016). Buscando conciliar tecnologia e desenvolvimento sustentável, é sensato ponderar que uma possível solução para promover a redução de emissões na cadeia de produção da Construção Civil seria fomentar o uso e a produção de edificações com este material (YUBA, 2005; GARCIA, 2014). Como fonte renovável de baixa emissão de CO₂ durante sua formação e beneficiamento, e como fonte de armazenamento de carbono quando utilizada para fins de longa duração, a madeira contribui para uma redução significativa das emissões.

Apesar disso, no Brasil a cultura de construção em madeira ainda não é muito desenvolvida por vários motivos. Um fator que contribui de forma negativa para esse fato é a falta de conhecimentos técnicos específicos por parte de projetistas e construtores. Para promover o uso mais intensivo de sistemas construtivos em madeira é necessário ampliar o ensino nas escolas de arquitetura e engenharia, além do treinamento técnico para os trabalhadores da construção (APRILANTI; GHOZ; ESPÍNDOLA; INO, 2016). Desta forma, a disciplina eletiva “IAU0693: Parâmetros para Projetos Habitacionais da Madeira” propôs explorar o potencial do CLT através do projeto e do detalhamento de uma moradia mínima de até 12m². O aprofundamento no processo de projeto teve como produto o Projeto Executivo da habitação em *Cross-Laminated Timber* visando sua posterior produção em fábrica.

2 | O ATELIER DE PROJETO E A PRÁTICA DE ENSINO-FORMAÇÃO

A temática da arquitetura sustentável, dentro de um universo de proposições, ações e responsabilidades essencialmente multidisciplinar, leva à discussão sobre o papel essencial da tecnologia ressaltando a necessidade de que o projetista obtenha domínio sobre os sistemas construtivos para alcançar o melhor desempenho de uma edificação. Em resposta a essa crescente pressão, o ensino superior é um dos agentes responsáveis por questionar o pensamento tradicional de qualidade e eficiência na Construção Civil. Isso não apenas corrobora com a indagação de novas diretrizes e técnicas, mas também faz com que professores e alunos se articulem visando quebras de paradigmas cristalizados.

Na prática profissional da arquitetura o processo de projeto alinhado aos princípios da sustentabilidade implica em um trabalho de equipe no qual os arquitetos responsáveis estejam familiarizados com as questões ambientais, ao mesmo tempo em que os demais especialistas possuam um vocabulário arquitetônico e um entendimento dos demais aspectos de projeto (GONÇALVES; DUARTE, 2008). Sendo assim, no ensino de Arquitetura e Urbanismo, trabalhar em um ambiente colaborativo e participativo, através do enfrentamento de problemas reais, se transforma em um ensaio imprescindível para alinhar-se às premissas da sustentabilidade.

A abordagem pedagógica da Aprendizagem Baseada em Projetos (ABP) permite que os estudantes enfrentem questões e problemas do mundo real, significativos dentro

de seu contexto pessoal, e que determinem a forma de abordá-los estabelecendo uma ação cooperativa em busca de soluções (BENDER, 2015). Tal metodologia propicia uma postura mais proativa do estudante, menos dependente do professor, e estimula processos de pensar e agir. Nesta dinâmica, muitas vezes não há uma estrutura organizada aparente que permita que se chegue a uma solução. Essa estrutura deve ser criada pelos próprios alunos que se vêm forçados a trabalhar em equipes cooperativas, criarem significado a partir do caos do excesso de informações, a fim de articularem uma solução eficaz para a questão enfrentada.

Nesse sentido, a disciplina IAU0693 prevista como um Atelier de Projeto espelhou a dinâmica de um escritório de arquitetura, na qual os alunos pesquisaram e aprenderam sobre as especificidades da tecnologia e dos projetos em madeira através de uma experiência prática. Conjuntamente à elaboração de uma base conceitual sólida, com ênfase nas particularidades do material, o exercício de projeto foi enriquecido tecnicamente por uma série de atividades práticas.

2.1 IAU0693: proposta de trabalho e programa da disciplina

A disciplina “Parâmetros para Projetos Habitacionais em Madeira”, ministrada no 1º semestre de 2019, no Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (IAU-USP), proveio como uma proposta de extensão de uma disciplina anterior, a partir das dificuldades encontradas pelos alunos do terceiro ano do curso de Arquitetura e Urbanismo em relação à compreensão e ao desenvolvimento de desenhos técnicos de detalhamento de sistemas construtivos utilizando a madeira. Foi levantado que a proposta de um canteiro-escola poderia enriquecer singularmente a experiência acadêmica, de modo que a disciplina optativa se apresentaria como primeira fase desta exploração da atividade prática, permitindo aos alunos o aperfeiçoamento do conhecimento técnico que posteriormente seria aplicado em um canteiro experimental.

A efetivação da prática será realizada através da parceria com uma empresa nacional que fornecerá o material necessário (placas de painéis pré-fabricados de madeira – CLT). Como pré-requisito, a empresa colocou a limitação de área do projeto em 12m², desta forma, foi proposto como exercício o desenvolvimento do projeto de produção de uma Habitação Mínima Experimental, a qual foi denominada “Casa 12”, e que será executada dentro do Campus 1 da USP - São Carlos.

O oferecimento da disciplina ocorreu de maneira concentrada em cinco dias seguidos ocupando o período matutino e vespertino (das 8h às 12h e das 14h às 17h). Divididos em oito grupos de cerca de três alunos, cada grupo teve a missão de desenvolver o detalhamento executivo de um subsistema construtivo da “Casa 12” – conforme delineamento apresentado na Figura 1.

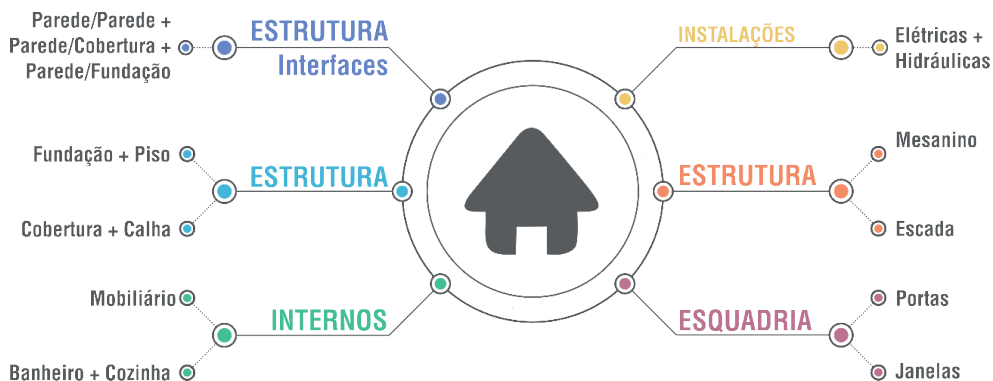


Figura 1 – Subsistemas da “Casa 12” e divisão dos grupos de trabalho

Fonte: CHILETTO; APRILANTI; INO (2019).

Durante os cinco dias de atividades acadêmicas, o Atelier de Projeto prosseguiu conforme o programa exposto na Tabela 1. Foram propostas 4 aulas teóricas de 2 horas concentradas ao início do curso e uma no 4º dia. No final de cada dia houve um momento de avaliação dos resultados alcançados de cada grupo. O último dia foi reservado para a preparação e apresentação dos grupos com os respectivos subsistemas detalhados e quantificados.

PERÍODO	HORÁRIO	11/2 SEGUNDA-FEIRA	12/2 TERÇA-FEIRA	13/2 QUARTA-FEIRA	14/2 QUINTA-FEIRA	15/2 SEXTA-FEIRA
MANHÃ	8h	Apresentação da disciplina e dos projetos apresentados	Aula 03: Interfaces e detalhes	Desenvolvimento em classe	Aula 04: Projeto de montagem	Desenvolvimento da apresentação final
	9h	INTERVALO	INTERVALO	INTERVALO	INTERVALO	INTERVALO
	10h	Aula 01: Princípios básicos do uso da madeira e do CLT	Desenvolvimento em classe	Desenvolvimento em classe	Desenvolvimento em classe	Desenvolvimento da apresentação final
	11h					
	12h	ALMOÇO	ALMOÇO	ALMOÇO	ALMOÇO	ALMOÇO
TARDE	14h	Aula 02: Princípios de qualidade em projeto com madeira	Desenvolvimento em classe	Desenvolvimento em classe	Desenvolvimento em classe	Apresentação equipes 1-5
	15h	INTERVALO	INTERVALO	INTERVALO	INTERVALO	INTERVALO
	16h	Apresentação das frentes de detalhamento: interfaces e formação de equipes	Apresentação das equipes: escolha de fornecedores	Apresentação das equipes: detalhamento/compatibilização	Desenvolvimento em classe	Apresentação equipes 6-10
	17h					
	18h					
OBJETIVO		Apresentação do projeto e dos parâmetros para projetos habitacionais em madeira	Levantamento de materiais e fornecedores para adequação dos detalhes	Melhoria dos detalhes e readequação dos pontos frágeis do projeto	Normalizar o conjunto dos elementos suficientes à execução completa da obra	Apresentação dos produtos desenvolvidos por cada uma das equipes
PRODUTO		Formação de equipes e divisão de interfaces	Lista de materiais com fornecedor	Detalhamento em Projeto Executivo	Detalhamento do Processo de Montagem	Projeto Executivo Completo

Tabela 1 – Programa da disciplina da optativa – 1º semestre 2019

Fonte: CHILETTO; APRILANTI; INO (2019).

2.2 O projeto da “Casa 12”

O projeto escolhido para o desenvolvimento do Projeto Executivo foi definido entre dez propostas elaboradas durante a disciplina “Tecnologia das Construções II-B” do sexto semestre do curso de Arquitetura e Urbanismo do IAU-USP realizado no 2º semestre de 2018. A seleção da proposta contou com o parecer do engenheiro da empresa parceira, que observou as questões técnicas para a produção. O projeto, idealizado pelos alunos Beatriz Kopperschmidt de Oliveira, Gabriela Albano, Leonardo Cesar Soares, Maria Clara Cardoso, Marina Prado de Carlo e Vitória Minzoni Rezador, possui área de projeção da casa de 12m², com dimensões em planta de 3m x 4m, conforme Figura 2. O modelo volumétrico desta proposta é apresentado na Figura 3.

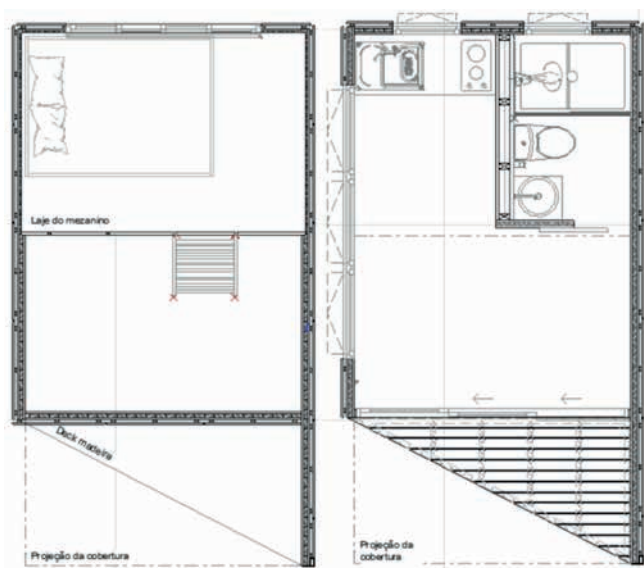


Figura 2 – Planta do térreo e planta do mezanino da “Casa 12”

Fonte: MAESSAKA JR.; OLIVEIRA, R.; OLIVEIRA, V; SANCHEZ (2019).

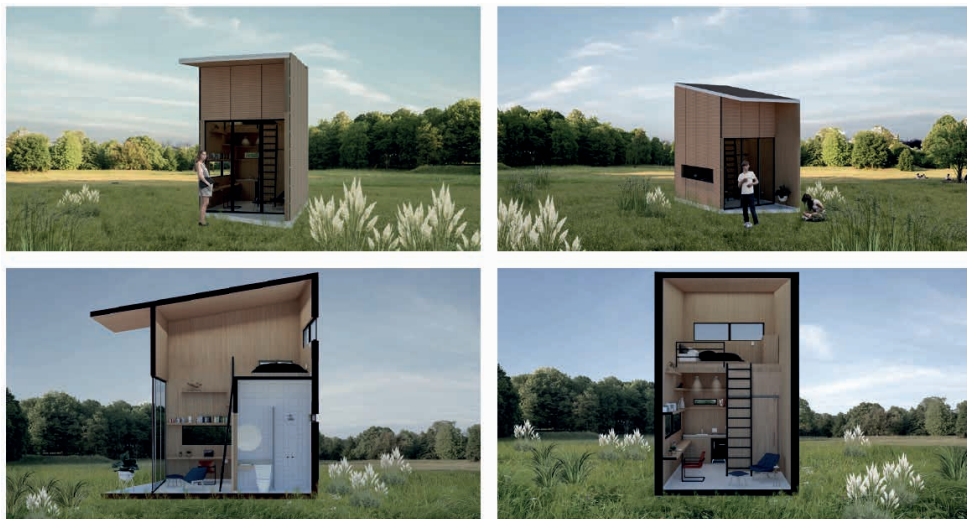


Figura 3 – Vistas do modelo volumétrico da “Casa 12”

Fonte: OLIVEIRA, B.; ALBANO; SOARES; CARDOSO; DE CARLO; REZADOR (2019).

2.3 O sistema construtivo

O modelo foi concebido utilizando os softwares AutoCAD e SketchUp. Os subsistemas detalhados foram: fundação, paredes, lajes e cobertura – todos em CLT; deck; esquadrias; sistema elétrico e hidráulico; mobiliário; painéis de revestimento – pele protetora da estrutura. A Figura 4 mostra em perspectiva explodida os componentes construtivos da Habitação Mínima.

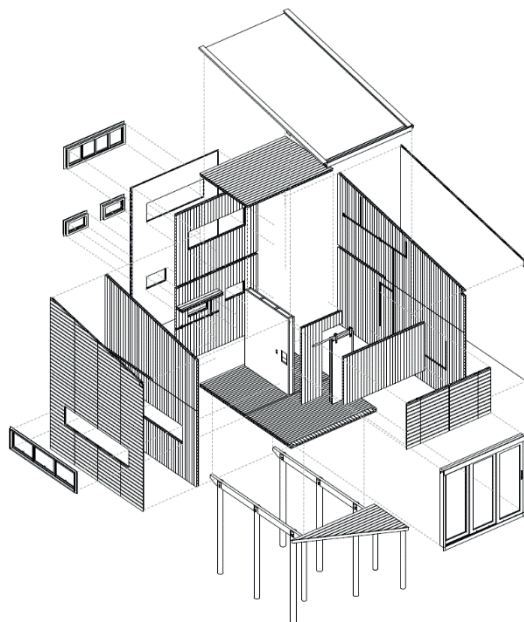


Figura 4 – Perspectiva explodida dos componentes construtivos

Fonte: MAESSAKA JR.; OLIVEIRA, R.; OLIVEIRA, V; SANCHEZ (2019).

A fundação em estaca consiste em estruturas roliças de Eucalipto-grandis de 16 cm de diâmetro. As estacas suportam vigas, também em Eucalipto, que auxiliam na estruturação do deck formado por vigotas de Cumaru com seção 5cm x 10cm e tábuas de piso de Cumaru de seção 2cm x 10cm – variando o comprimento.

Painéis de CLT [**lajes**]: sobre a estrutura da fundação, estão apoiadas longitudinalmente duas placas de CLT com 10cm de espessura.

Painéis de CLT [**paredes**]: sobre as placas do piso, são colocados os painéis correspondentes às paredes da habitação. todas as 7 placas com 8cm de espessura, são elas: 2 placas de 2,84m x 2,5 m; 1 placa de 4m x 2,5m; 1 placa de 4m x 2,4m com altura variável conforme o caimento da cobertura; 1 placa de 5,5m x 2,5m; 1 placa de 5,5m x 2,4m com altura variável conforme o caimento da cobertura; e 1 placa de 2,84m x 1,5m.

Painéis de CLT [**cobertura**]: sobre os painéis-parede de CLT é sobreposta a cobertura composta por três placas de CLT, de 8cm de espessura (duas de 2,83m x 1,6m e uma de 2,83m x 2,5m) somados à uma barreira de vapor, um isolante térmico, uma estrutura OSB de 11 mm, e manta impermeabilizante, temos, ao total, 15 cm de espessura.

As esquadrias e os caixilhos são projetados em madeira Cedroana, são eles: 2 janelas de correr, 2 janelas tipo *maxim*, 1 porta camarão de três folhas e 1 porta de correr com trilho aparente (para o banheiro).

3 | MÉTODOS

O Atelier de Projeto é uma atividade que enfatiza a prática e a aplicação do conhecimento teórico e técnico no exercício de projeto. Neste tipo de práxis o aluno é um agente ativo que interage com os procedimentos propostos e os desenvolve em campo de trabalho. Assim, possui caráter prático e sua realização requer um diálogo aberto e colaborativo entre docentes e discentes. Durante os cinco dias de atividades acadêmicas a disciplina prosseguiu em um processo de design dinâmico e colaborativo através das etapas que se descrevem a seguir. O software AutoCAD foi utilizado como instrumento de elaboração, compilação e compatibilização dos desenhos produzidos.

- (a) Primeiro, os docentes apresentaram alguns conceitos e exemplos relevantes da construção em madeira e a importância que a tecnologia *Cross-Laminated Timber* vem ganhando no mercado;
- (b) Em seguida, houve a exposição do projeto escolhido, os apontamentos das interfaces e possíveis fragilidades que são relevantes para o detalhamento de um projeto em madeira;
- (c) Após a visão geral do projeto, cada grupo se debruçou sobre um subsistema procurando desenvolver e rearticular um desenho eficiente para a solução proposta. Os docentes e a monitora auxiliavam nas escolhas de projeto por meio de atendimentos aos grupos (Figura 5);
- (d) Ao final de cada dia de trabalho, os integrantes dos 8 grupos se reuniam para apresentar os avanços realizados. Esta etapa foi importante para que os alunos não perdessem a visão do todo, ainda que estivessem mais focados em suas respectivas tarefas. Além disso, este contato com os demais grupos permitia uma troca de informações necessárias para compreensão do sistema final que estava sendo desenhado;
- (e) Os resultados finais produzidos por cada um dos grupos foram apresentados no último dia da disciplina e comentados pelos docentes (Figura 5).

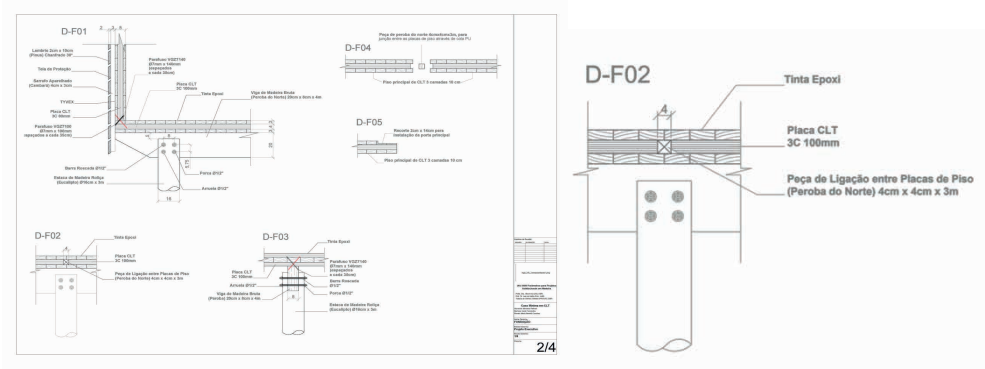
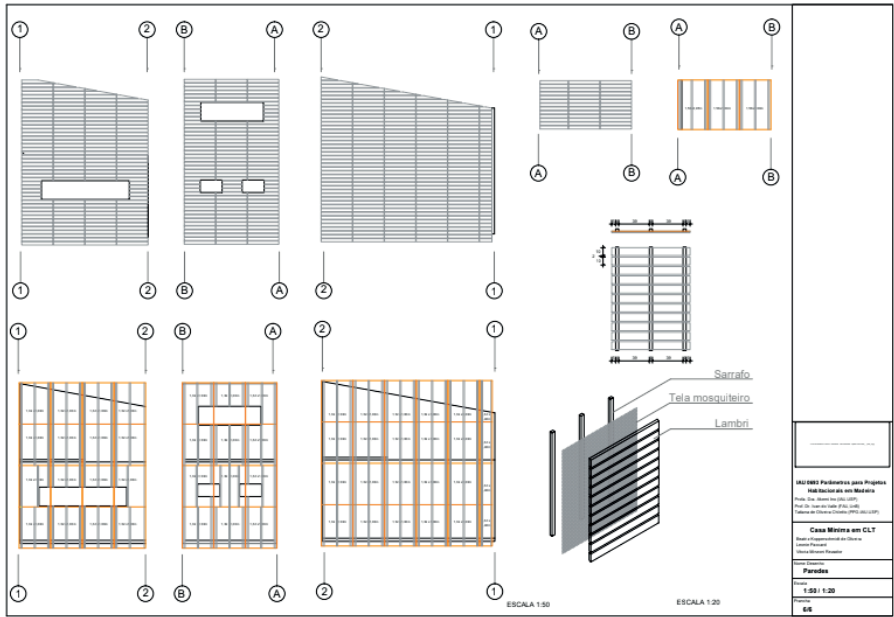


Figura 5 – Dinâmica de trabalho dos grupos em Atelier de Projeto e apresentação dos resultados ao final da disciplina

Fonte: CHILETTO (2019).

4 | RESULTADOS

O Projeto Executivo desenvolvido para a “Casa 12” obteve um bom nível de detalhamento em todos os subsistemas. Os detalhes construtivos foram elaborados com base em materiais encontrados no mercado, ainda que em muitos casos fossem propostos novos desenhos para solucionar as interfaces necessárias. A Figura 6 mostra uma das pranchas do projeto final, a Figura 7 ilustra alguns dos detalhes construtivos produzidos pelos alunos e a Figura 8, uma renderização do modelo volumétrico.



As soluções apresentadas como resultado do processo criativo do Atelier de Projeto conformaram-se como um bom exemplo de desenho arquitetônico, apropriado ao uso da madeira engenheirada em habitações. O objetivo de aprofundar o conhecimento técnico dos alunos sobre as especificidades e particularidades deste sistema construtivo em madeira foi parcialmente alcançado, uma vez que, dada à pequena carga horária dedicada à disciplina não foi possível que todos os alunos participassem da elaboração de todos os subsistemas. Foi necessária a divisão dos grupos em subsistemas, o que permitiu o desenvolvimento do projeto como um todo, mas, por outro lado, gerou algumas lacunas. A primeira diz respeito à visão mais aprofundada de cada uma das partes do projeto, que é potencializada quando o aluno tem o embate direto com a resolução de problemas no desenho. A segunda lacuna diz respeito a alguns aspectos de interface dos subsistemas durante o processo de projeto, prejudicada em função das limitações do software utilizado. A definição deste se deu em função do não domínio de ferramentas de modelagem da informação – os softwares BIM – pelos estudantes. Estes aspectos merecem maior atenção e devem ser aprimorados tanto em futuras etapas de desenvolvimento do projeto de produção quanto em futuras proposições didáticas.



Figura 8 – Renderização do modelo desenvolvido da “Casa 12”

Fonte: MAESSAKA JR.; OLIVEIRA, R.; OLIVEIRA, V; SANCHEZ (2019).

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo apresentou uma experiência acadêmica que estimulou o conhecimento teórico e prático aplicado ao detalhamento de projeto de uma edificação em madeira. O trabalho colaborativo e interdisciplinar realizado por meio da abordagem pedagógica da Aprendizagem Baseada em Projetos é um método muito produtivo que permite que os alunos entendam a complexidade do projeto arquitetônico.

A Tecnologia da Informação aplicada à Arquitetura e à Engenharia é, certamente,

uma estratégia fundamental para realizar a integração entre os subsistemas da construção, porém, apesar de bastante avançada, ainda é uma realidade descolada da prática do Atelier de Projeto na maioria das escolas.

No contexto dos cursos de Arquitetura e Urbanismo brasileiros, onde o ensino de sistemas construtivos em madeira é praticamente inexistente dentro dos currículos, a prática proposta pela disciplina optativa é uma alternativa efetiva para promover o conhecimento e a aplicação de novas tecnologias para a Construção Civil.

É imperativo expandir o conhecimento técnico sobre as tecnologias construtivas em madeira nas escolas de Arquitetura e Engenharia Civil, bem como nos cursos técnicos, preparando projetistas e construtores para a prática projetual e para a construção. A disciplina “IAU0693: Parâmetros para Projetos Habitacionais da Madeira” mostrou-se como uma contribuição bem-sucedida ao introduzir o *Cross-Laminated Timber* para o uso habitacional. Tal atividade acadêmica é uma forma de disseminar novas dinâmicas de ensino que estimulem o uso da madeira no Brasil.

AGRADECIMENTOS

Ao Instituto de Arquitetura e Urbanismo (IAU-USP) de São Carlos, à Coordenação de Desenvolvimento do Pessoal da Educação Superior (CAPES) e à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) pelo apoio e subsídio. As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste material são de responsabilidade das autoras e não necessariamente refletem a visão da FAPESP – processo nº 2018/14394-4, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). À colaboração especial do Professor Ivan do Valle da FAU-UnB e do Engenheiro José Alberto da CG Sistemas Construtivos.

As fotografias e diagramas deste artigo foram produzidos pelas autoras. A modelação 3D foi elaborada por Beatriz Kopperschmidt de Oliveira, Gabriela Albano, Leonardo Cesar Soares, Maria Clara Cardoso, Marina Prado de Carlo e Vitória Minzoni Rezador. A prancha apresentada foi desenvolvida por Beatriz Kopperschmidt de Oliveira, Leonie Paccard e Vitória Minzoni Rezador. Os detalhamentos foram elaborados por Giovanna Silvestre Petinari, Mariana Ueda Fernandes e Renata Maria Beraldi Camatari. Por fim, a modelação em software BIM, que gerou as plantas e perspectivas explodidas, foi desenvolvida por Luis Minoro Maessaka Junior, Rodrigo José Garcia Fernandes de Oliveira, Vagner Vitor de Oliveira e Vinicius da Costa Sanchez.

REFERÊNCIAS

APRILANTI, M.D.; EL GHOZ, H.B.C.; ESPÍNDOLA, L.R.; INO, A. Design Workshop: proposal of social housing in Brazil. In: WCTE 2016 - World Conference on Timber Engineering, 2016, Viena. **Anais..** Viena: Vienna University of Technology, 2016.

BENDER, W. N. **Aprendizagem baseada em projetos**: educação diferenciada para o século XXI. Porto Alegre: Penso, 2015.

BRANDNER, R.; FLATSCHER, G.; RINGHOFER, A.; SCHICKHOFER, G.; THIEL, A. Cross laminated timber (CLT): overview and development. **European Journal of Wood and Wood Products**, v. 74, p. 331–351, 2016.

GARCIA, K.R.P. **Potencial de reducción de las emisiones de CO2 y de la energía incorporada en la construcción de viviendas en Brasil mediante el incremento del uso de la madera**. 2014. Tese (Doutorado), Universidade Politècnica da Catalunya, Barcelona, 2014.

GONÇALVES, J.C.S.; DUARTE, D.H.S. Arquitetura sustentável: uma integração entre ambiente, projeto e tecnologia em experiências de pesquisa, prática e ensino. **Ambiente Construído**, v.6, n. 4, p. 51-81, 2008.

PASSARELLI, R. N. **Cross Laminated Timber: Diretrizes para projeto de painel maciço em madeira no Estado de São Paulo**. Dissertação (Mestrado), Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2013.

YUBA, A. **Análise pluridimensional da sustentabilidade da cadeia produtiva de componentes construtivos de madeira de plantios florestais**. Tese (Doutorado), Universidade de São Paulo, 2005.

PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO E SUAS INTERFACES: DISSERTAÇÕES PUBLICADAS (2016-2018)

Data de aceite: 02/05/2023

Letícia Ribeiro Neves

Acadêmica de Arquitetura

Graciana Goedert

Orientadora

RESUMO: O foco da presente pesquisa consiste no mapeamento de trabalhos científicos de dissertações brasileiras com o tema “Patrimônio Arquitetônico”. Para a consecução desta pesquisa, foi utilizada a plataforma de pesquisa do Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, entre os anos de 2016 a 2018, a partir dos seguintes filtros: Tipo; Ano; Grande Área de Conhecimento; Área de Conhecimento; Área de Avaliação; Nome do Programa. Desenvolvendo assim resultado pertinente ao projeto de pesquisa “As interfaces da diversidade, do direito e da globalização a partir das produções científicas – 2016-2018”, formado por professores pesquisadores da Graduação, Mestrado e Doutorado em Desenvolvimento Local, pós-graduandos/orientandos, acadêmicos em iniciação científica, com uma visão interdisciplinar. Conclui-se após o mapeamento realizado, que os trabalhos encontrados retratam

a realidade dos patrimônios no país, geralmente abandonados e com pouco incentivo de verba pública para restauro, manutenção e preservação do mesmo. Junto a esta realidade, são encontrados diversos trabalhos contando sobre a história dos mesmos, a fim de valorizar e disseminar a importância destes para nós como sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Patrimônio Cultural, Banco de dissertações, Mapeamento das publicações.

1 | CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente trabalho busca apresentar um panorama do que se encontra atualmente a nível de pesquisa, em mestrados no Brasil, voltados às discussões sobre Patrimônio Arquitetônico. Destaca-se neste sentido, a importância da pós-graduação como atuante no papel da divulgação e visibilidade científica de temas como o selecionado nesta pesquisa.

Para tanto, elaborou-se um mapeamento da produção científica tendo como descritor a palavra:

Patrimônio Arquitetônico com visão interdisciplinar, voltado especificamente na pesquisa das dissertações por meio do Catálogo de Teses e Dissertações do CAPES. Com uma abordagem quantitativa, o mapeamento considerou o panorama da produção científica a partir dos seguintes passos: Grande área, Área de concentração, Programas, Instituições, região. Foi também elaborado o mapeamento relacionado ao descritor, analisando a pertinência temática relevante pesquisada e suas interfaces presentes nas produções científicas referentes às dissertações.

2 | PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO E SUAS INTERFACES

De acordo com o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Mato Grosso do Sul, pode-se afirmar que Patrimônio é o conjunto de bens materiais e/ou imateriais que contam a história de um povo e sua relação com o meio ambiente. É o legado que herdamos do passado e que transmitimos a gerações futuras. (CAU/MS, 2020)

Pelo mesmo viés, Castilho e Santos (2016) definem patrimônio como sendo um conjunto de realizações construídas ao longo da história de um povo, compondo sua memória coletiva e sendo representado pelos signos materiais e imateriais.

O Patrimônio Arquitetônico constitui-se em um conjunto de obras capazes de contar a história de um local, atuando principalmente no sentido de transmitir a cultura de sua região e marcar a evolução social da mesma. Neste sentido, destaca-se a importância do cuidado para com a preservação patrimonial, não somente pela manutenção de seus bens, mas por todo o contexto em que estes estão envolvidos quanto a seus aspectos memoráveis e suas interfaces.

Para fins de preservação, à frente desta importante questão encontra-se o IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, uma autarquia federal que, ao longo de seus mais de 75 anos de serviços prestados, fiscaliza e gerencia o cumprimento das leis de proteção e restauro no Brasil, além do trabalho de tombamento, sendo responsável pela preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental no país.

No processo de preservação de um bem histórico, o Tombamento é a primeira ação a ser tomada para esse fim, como explica Castilho e Santos (2016), uma vez que este processo impede legalmente a destruição ou descaracterização, principalmente quando se trata de patrimônio material edificado.

O tombamento é um ato administrativo realizado pelo Poder Público com o objetivo de preservar, por intermédio da aplicação de legislação específica, bens de valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e também de valor afetivo para a população, impedindo que venham a ser destruídos ou descaracterizados." (SEC-ALAGOAS)

O ato de tombamento fundamenta-se como um apoio na preservação da história da arquitetura e do mundo, para assim permitir a conscientização da população leiga sobre a importância e valorização destes patrimônios, muitas vezes transformados em pontos

turísticos. O sítio, após tombado pela UNESCO, passa então a receber incentivo financeiro para manter-se preservado, obtendo os devidos restauros e assim permanecer na lista de Patrimônios Históricos.

3 | ESTADO DA ARTE E MAPEAMENTO

O Estado da Arte, Estado do Conhecimento ou Mapeamento, é o tipo de pesquisa utilizado neste estudo, visando assim minimizar o desconhecimento sobre os temas da produção científica, assim como propiciar a visibilidade dos temas já discutidos no Brasil e suas linhas de pesquisa, a fim de aprofundar sobre a temática a ser estudada e estimular novos pesquisadores a conhecer o que é produzido no Brasil na Pós-graduação *stricto sensu*.

[...] faz com que o pesquisador identifique temáticas e abordagens dominantes e emergentes, bem como lacunas e campos inexplorados abertos à pesquisa futura, ou seja, a partir dessa identificação, é possível que pesquisadores busquem solucionar problemas que ainda não são amplamente debatidos”.

(HADDAD 2000, fl 04)

Ao definir o estado da arte, Messina (1998, p.01), afirma se tratar de “um mapa que nos permite continuar caminhando”, indicando as diversas possibilidades geridas ao pesquisador de organizar, assimilar e relatar sobre o tema a ser descrito. Este tipo de produção atua de forma a apresentar diversos temas, em áreas de conhecimentos distintas, de maneira a expor informações estudadas e novas descobertas encontradas, tornando entendível de forma objetiva ao público em geral, por meio de dados reais e comprovados, organizados sistematicamente.

Assim, para ter acesso a este dados, faz-se necessário a realização de pesquisas sobre o tema, com a filtragem de ideias e sua organização, não contando somente com o repasse de informações encontradas em relatórios prontos, mas sim buscando aprofundar cada vez mais a discussão, a fim de ter maior conhecimento do já existe em termos de pesquisa, para somente então ser repassado de forma que haja integração entre o público especializado e não especializado, como enfatiza Valério e Pinheiro (2008).

4 | DA METODOLOGIA E RESULTADOS OBTIDOS

A metodologia deste trabalho consiste em pesquisa bibliográfica utilizando o banco de Teses e Dissertações da CAPES, para o mapeamento das dissertações por meio de uma abordagem quantitativa e qualitativa a partir do descritor: “Patrimônio arquitetônico”.

Por meio do mapeamento realizado, foi encontrado inicialmente um grande número de trabalhos, incluindo poucos relacionados ao tema propriamente dito. Posteriormente, com objetivo de adquirir um refinamento mais detalhado, utilizando conhecimentos adquiridos adquirido no período do ciclo de 2019/2020, o mapeamento final seguiu as etapas:

1. **Descritor utilizado:** Patrimônio Arquitetônico (12724 trabalhos);
2. **Tipo:** dissertação (8837 trabalhos);
3. **Anos selecionados:** 2016-2018 (1917 dissertações);
4. **Grande área do conhecimento:** Ciências Sociais Aplicadas (805 dissertações);
5. **Área de avaliação:** Arquitetura e Urbanismo (324 dissertações);
6. **Áreas de concentração:** Arquitetura, patrimônio e sistemas urbanos (24);
Arquitetura e urbanismo (10); Conservação e restauro (7); Arquitetura e cidade (5);
7. **Total:** 46 dissertações conforme o gráfico 1 abaixo:

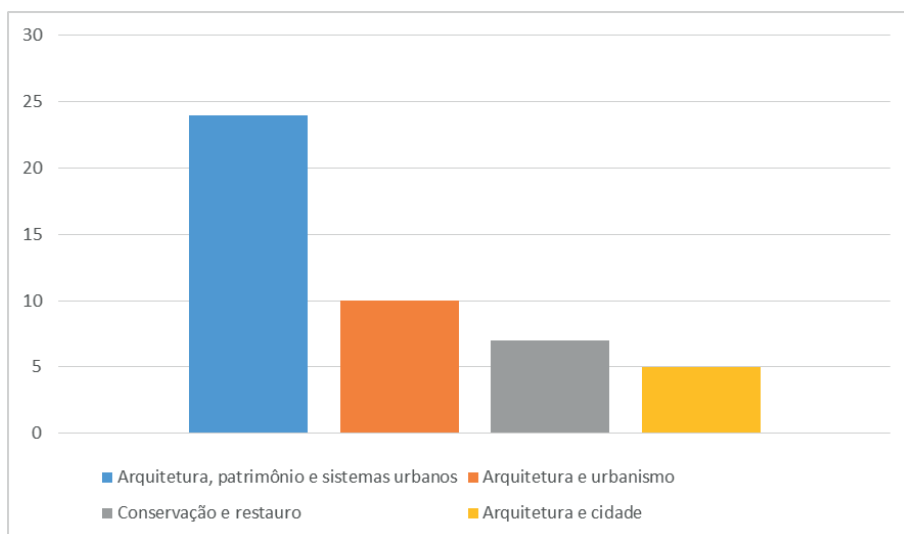


Gráfico 1 – áreas de concentração das dissertações mapeadas

Dentre o número alcançado com o refinamento anterior, foram selecionadas as dissertações por meio da leitura dos títulos, palavras-chave e resumo buscando pelo descritor: “patrimônio arquitetônico”, com isso houve a diminuição do número de dissertações para serem analisadas, totalizando **14 dissertações**, separadas pelos anos em que foram publicadas, como pode ser visto a seguir:

	ANO	AUTOR	TÍTULO	PALAVRAS-CHAVE
1	2016	Roseli Maria Comissoli De Sa	Materialidade e Significado no conjunto histórico e paisagístico de Jaguarão: Os valores do Patrimônio e a Prática da preservação no Município.	Teoria e prática da preservação do Patrimônio; Preservação do Patrimônio em Jaguarão; Valores do Patrimônio de Jaguarão; Paisagem cultural de Jaguarão; Critérios de intervenção no patrimônio de Jaguarão; PAC cidades históricas em Jaguarão; Restauração e conservação em Jaguarão.
2	2016	Adriane Luiz Alves	A descaracterização dos Centros Históricos segundo a percepção do morador: O caso de Bagé - RS	Percepção; Descaracterização; Preservação; Centro Histórico
3	2016	Ellen Beatriz Santos Fonseca De Castro	Genocídio velado trajetória da EFNOB e perspectivas para o Patrimônio Industrial Ferroviário	Patrimônio Industrial Ferroviário; Lugar, Cultura E Memória; Urbanismo Ambiental; Companhia Estrada De Ferro Noroeste Do Brasil
4	2016	Ewerton Henrique De Moraes	Os bens ferroviários nos tombamentos do estado de São Paulo (1969 – 1984) Bauru 2016	Condephaat, Memória, Patrimônio Ferroviário, Práticas De Preservação, Tombamento (Preservação).

Quadro 01 - Dissertações sobre Patrimônio Arquitetônico publicadas no ano de 2016

Ao ler a dissertação da autora Roseli Maria Comissoli De Sá, “Materialidade e significado no conjunto histórico e paisagístico de Jaguarão: os valores do patrimônio e a prática da preservação no município.”, foi compreendido sobre os valores históricos, antropológicos, arquitetônicos e paisagísticos que garantiram a proteção nacional de seu centro histórico. A autora escreve sobre as intervenções no patrimônio, que devem estar embasadas em conhecimento teórico e posicionamento crítico e principalmente sobre a discussão do “conservar” e “restaurar”.

Já em “A descaracterização dos Centros Históricos segundo a percepção do morador: o caso de Bagé – RS”, a autora Adriane Luiz Alves relata sobre o processo de descaracterização que os centros históricos das cidades brasileira estão passando, pela desconsideração à importância de preservar a história da cidade de diversas maneiras, principalmente pela alternância de forma desordenada de prédios de espaços públicos, afetando a capacidade de reconhecimento e perdendo os valores históricos do local.

Ellen Beatriz Santos Fonseca De Castro, em sua dissertação “Genocídio velado: trajetória da EFNOB e perspectivas para o Patrimônio Industrial Ferroviário”, escreve sobre o complexo da Companhia Estrada de Ferro Noroeste do Brasil – CEFNOB, que apesar de reconhecido como patrimônio cultural e considerado um dos melhores e mais completos exemplares de pátio ferroviário da América Latina, segue sem previsão de políticas, programas ou projetos públicos necessários para proteger e preservar o mesmo, assim

sua edificação está degradada e abandonada pelos órgãos competentes.

O autor Ewerton Henrique De Moraes, em sua dissertação “Os bens ferroviários nos tombamentos do Estado de São Paulo (1969 – 1984)” relata sobre a ausência de uma política de preservação específica dos bens ferroviários, levantando a hipótese de que os bens foram protegidos com base em interpretação de valores, não em seu contexto histórico.

	ANO	AUTOR	TÍTULO	PALAVRAS-CHAVE
1	2017	Sara Cibebe Rego De Medeiros	O Lugar do Patrimônio Urbano na dinâmica da Cidade Natal-RN	Políticas Públicas; Centro Histórico; Dinâmica Urbana; Natal-RN.
2	2017	Sergio Miguel Casais Machado Da Silva	As empenas laterais e a sua importância na Paisagem Urbana dos Centros Históricos das Cidades de Salvador e do Porto	Empenas Laterais, Centros Históricos, Salvador, Porto, Gestalt Urbana.
3	2017	Denis Alex Barboza De Matos	A Casa do “Velho”: O Significado da matéria no Candomblé Salvador 2017	Arquitetura, Patrimônio Cultural Afro-Brasileiro, Candomblé, Terreiros Do Recôncavo Baiano, Brasil.
4	2017	Fabricio Oliveira Zanoli	Ação Patrimonial, Ocupação Popular e os Conflitos da Preservação: O Caso da Comunidade Da Gamboa de baixo em Salvador - Ba.	Ação Patrimonial; Habitação Social; Movimento Social; Centro Histórico; Salvador

Quadro 02 - Dissertações sobre Patrimônio Arquitetônico publicadas no ano de 2017

Sara Cibebe Rego De Medeiros em seu trabalho “ O lugar do Patrimônio Urbano na dinâmica da Cidade Natal-RN”, trata sobre o tema das políticas públicas para áreas urbanas de valor patrimonial, a partir da área central de Natal, Rio Grande no norte, avaliando a efetividade de políticas de preservação utilizadas no mesmo.

Já Sergio Miguel Casais Machado Da Silva, autor da dissertação “As empenas laterais e a sua importância na paisagem urbana dos Centros Históricos das Cidades de Salvador e do Porto” pesquisa sobre o a importância das empenas laterais, selecionando as cidades de Salvador e do Porto pela semelhança entre ambas. Procurou-se identificar os fatores que poderão ter contribuído para a sua visibilidade e em que medida as empenas laterais colaboram para a relação que se estabelece entre os espaços urbanos e em quem com eles interage.

A dissertação “A casa do ‘Velho’: o significado da matéria no Candomblé Salvador 2017” de Denis Alex Barboza De Matos apresenta o tema com o significado dos templos do Candomblé, mais especificamente dedicados a vodum Azansú, no Terreiro 2 Humpâme Ayíono Huntolóji, na cidade de Cachoeira na Bahia, e ao orixá3 Omolu, no Terreiro Ilê Axé

Oyó Ni Ibecê ou Terreiro do Capivari, situado no município de São Félix, demonstrando como os terreiros de candomblé considerados patrimônios culturais exercem as suas próprias dinâmicas de preservação dos bens naturais.

Fabricio Oliveira Zanolí, autor da dissertação “Ação Patrimonial, ocupação popular e os conflitos da preservação: o caso da comunidade da Gamboa de Baixo em Salvador – BA” apresenta uma leitura da ação patrimonial no Centro Histórico de Salvador, mostrando o conflito pela ocupação popular em edifícios protegidos pelo tombamento, a necessidade da preservação dos mesmos e a moradia da população.

	ANO	AUTOR	TÍTULO	PALAVRAS-CHAVE
1	2018	Pamela Messias	Diálogos entre o Patrimônio Arquitetônico e as Teorias de Temporalidade e Conservação de John Ruskin	Conservação; Patrimônio Arquitetônico; John Ruskin
2	2018	Cezar Chamusca Assmar Filho	Intervenções Contemporâneas na Arquitetura Moderna Brasileira: Conceitos, abordagens e desafios	Conservação; Restauração; Arquitetura Moderna; Modernismo; Movimento Moderno; Intervenções; Técnicas; Conceitos; Análise; Estudo De Caso; Teorias Contemporâneas.
3	2018	Aline Lourenco Campanha	Territórios da Fronteira entre memória e história	Memória; Identidade; Cidade; Patrimônio
4	2018	Tatiana Rayra Jacon Gebara Victorino	Instrumento de avaliação da qualidade da microacessibilidade em áreas tombadas pelo Patrimônio Histórico: Aplicação no Asilo Colônia Aimorés	Centro Histórico; Microacessibilidade; Instrumento De Avaliação De Microacessibilidade; Qualidade Espacial
5	2018	Raquel Sallum Barbosa	A Preservação do Patrimônio Cultural da Vila Inglesa de Paranapiacaba e a identidade local.	Patrimônio Ferroviário; Preservação; Políticas Públicas; Memória E Identidade.
6	2018	Rosemeire Nicacio De Miranda	O discurso polissêmico da proteção do Patrimônio: As zonas especiais de Preservação Cultural na Cidade de São Paulo	Discurso; Patrimônio Cultural; Políticas Públicas; Preservação

Quadro 03 - Dissertações sobre Patrimônio Arquitetônico publicadas no ano de 2018

A dissertação “Diálogos entre o patrimônio arquitetônico e as teorias de temporalidade e conservação de John Ruskin”, escrita pela autora Pamela Messias, relata sobre o abandono e degradação de um edifício histórico após a perda da função social do mesmo, descrevendo sobre a autenticidade e uso social do patrimônio, sendo estes fatores de impacto imediato a preservação da memória da sociedade e a valorização do

meio histórico.

O autor Cezar Chamusca Assmar Filho, em sua dissertação “Intervenções contemporâneas na arquitetura moderna brasileira: Conceitos, abordagens e desafios” associa o avanço das tecnologias e a mudança de pensamento da sociedade com a drástica transformação que o mundo passou nos séculos XIX e XX, pelo aprimoramento das técnicas projetuais e construtivas, produzindo assim uma ousadia plástica jamais vista nos edifícios já construídos.

Aline Lourenco Campanha, autora do trabalho “Territórios da fronteira entre memória e história” busca construir uma reflexão sobre a identidade da cidade de São Paulo - SP. Estabelecendo a relação entre o passado e o presente da cidade e usa importância histórica nos dias atuais.

Já Tatiana Rayra Jacón Gebara Victorino, em sua dissertação “Instrumento de avaliação da qualidade da micro acessibilidade em áreas tombadas pelo patrimônio histórico: aplicação no asilo colônia Aimorés” diz sobre a estagnação e falta de acessibilidade nos sítios históricos e os espaços de preservação histórico-culturais. Estes, por deverem manter a estrutura e naturalidade do ambiente histórico, na maioria dos casos, não são adaptados a todos, em especial aquelas com algum tipo de deficiência ou mobilidade reduzida, tornando esse espaço degradado, e perdendo assim sua riqueza cultural.

O trabalho “A preservação do patrimônio cultural da Vila Inglesa de Paranapiacaba e a Identidade Local”, de Raquel Sallum Barbosa, estuda as diferentes etapas do processo de tombamento e critérios que levaram a Vila Inglesa de Paranapiacaba a tornar-se um patrimônio Arquitetônico, problematizando as políticas públicas voltadas à preservação dos bens culturais.

Assim, Rosemeire Nicacio De Miranda, autora do trabalho “O Discurso Polissêmico da Proteção do Patrimônio: As Zonas Especiais de Preservação Cultural na Cidade de São Paulo”, identifica os atores sociais e analisa os interesses revelados em seus discursos de preservação através do estudo de dois “processos” de tombamento que tramitaram junto ao órgão de preservação do município de São Paulo (CONPRESP).

Para concluir esta análise, as palavras-chaves encontradas nas dissertações publicadas entre os anos de 2016 e 2018, são apresentadas em forma de nuvens de palavras utilizando a ferramenta “WordArt”, gerando a imagem com textos maiores sendo os mais relatados, e em menor tamanho as de menor enfoque.



Figura 1 – Nuvem de palavras com as palavras-chave

Fonte: imagem autoral

Percebe-se a partir da frequência maior de determinadas palavras que algumas emergem como base das discussões temáticas em torno do descritor “patrimônio arquitetônico”, tais como: histórico, preservação, centro, políticas, cultural, demonstrando assim as interfaces temáticas presentes nas referidas dissertações.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão sobre o tema “Patrimônio Arquitetônico” foi o objetivo principal desta pesquisa, por sua importância de debate em universidades, não somente na área da Arquitetura e urbanismo, mas sim interdisciplinar, por consistir na história da nossa sociedade e refletir traços do futuro como país, sendo assim assunto de grande interesse da sociedade em geral.

Desta forma, este trabalho buscou democratizar o acesso e divulgar as dissertações produzidas na pós-graduação em todo o país que possuem como tema Patrimônio Arquitetônico, nos anos de 2016 a 2018, envolvendo principalmente a valorização dos patrimônios arquitetônicos brasileiros e sua preservação.

Foram selecionadas e analisadas 14 dissertações no enfoque do Patrimônio Arquitetônico e suas interfaces. Os trabalhos encontrados retratam a realidade dos patrimônios no país, geralmente abandonados e com pouco incentivo de verba pública para

restauro, manutenção e preservação do mesmo. Junto a esta realidade, são encontrados diversos trabalhos contando sobre a história dos mesmos, a fim de valorizar e disseminar a importância destes para nós como sociedade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, E.C.E.; GUIMARÃES, J.A. **A Pós-Graduação e a Evolução da Produção Científica Brasileira**. São Paulo: SENAC, 2013.

CAU/MT. **O Arquiteto e a Preservação Do Patrimônio Histórico**. Disponível em: <<https://www.cau.br.gov.br/o-arquiteto-e-a-preservacao-do-patrimonio-historico/>>. Acesso em: 16 de maio de 2019.

CASTILHO, Maria Augusta. FÉLIX, Maria Christina de Lima. Catálogo Patrimônio Histórico e Cultura de MS. Campo Grande, MS. Life Editora, 2016.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas “estado da arte”. **Educação & Sociedade**, ano XXIII, nº 79, Agosto/2002.

GATTI, Bernardete Angelina. Reflexão sobre os desafios da pós-graduação: novas perspectivas sociais, conhecimento e poder. **Revista brasileira de educação**, n. 18, 2001.

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA. **O que é o Tombamento**. Disponível em: <<http://www.cultura.al.gov.br/politicas-e-acoes/patrimonio-cultural/o-que-e-o-tombamento>>. Acesso em: 18 de maio de 2019.

SANTOS, Edilza de Almeida. **Produção Científica: Uma Análise de sua Contribuição na Formação Acadêmica e Profissional dos Discentes de Ciências Contábeis da UEFS**. Disponível em: <<http://www.crcba.org.br/submissaodetrabalhos/arquivos/22092cb36f.pdf>>. Acesso em: 18 de maio de 2019.

VALEIRO, Palmira Moriconi; PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro. **Da Comunicação Científica à Divulgação**. Transinformação [online]. 2008, vol.20, n.2, pp.159-169. ISSN 0103-3786. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-37862008000200004&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 17 de maio de 2019.

VALEIRO, Palmira Moriconi; PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro. **Da Comunicação Científica à Divulgação**. Transinformação, Campinas, maio/ago, 2008.

PERCEPÇÃO AMBIENTAL E A REABILITAÇÃO DE EDIFICAÇÕES NOS CENTROS URBANOS: SEGURANÇA E APROPRIAÇÃO DOS ESPAÇOS

Data de aceite: 02/05/2023

Josana Gabriele Bolzan Wesz

Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PROPUR/UFRGS). Bolsista de Pós-doutorado CNPq (PROPUR/UFRGS).

RESUMO: Devido ao considerável patrimônio edificado existente e à necessidade de revitalização das áreas centrais urbanas, a prática de arquitetura e urbanismo deve buscar melhor compreender a renovação das edificações e dos espaços públicos. Nesse contexto, o presente estudo tem como objetivo apresentar uma reflexão sobre a percepção ambiental e a reabilitação de edificações existentes em áreas centrais, visando compreender a influência na segurança e na apropriação dos espaços públicos, a partir da abordagem da área de estudos ambiente-comportamento, colaborando, assim, para a qualificação de projetos futuros. A principal contribuição do estudo está em evidenciar a importância da proposta de pavimentos térreos e zonas híbridas estimulantes – e bem conectados ao espaço público – para o aumento da segurança nas cidades. Ainda,

o estudo destaca que a preservação do patrimônio edificado colabora diretamente com a apropriação do espaço, propondo estratégias de ocupações permanentes ou temporárias em edificações vagas em áreas centrais.

PALAVRAS-CHAVE: percepção ambiental, centros urbanos, reabilitação de edificações.

ABSTRACT: Due to the large existing built heritage and the need to revitalize central urban areas, the practice of architecture and urbanism must seek to better understand the renovation of buildings and public spaces. Therefore, this study aims to present a reflection on the environmental perception and the renovation of buildings in central areas, aiming to understand the influence on security and on the appropriation of public spaces, from the approach of the environment-behavior studies area, thus collaborating for the qualification of future projects. The main contribution of the study is to highlight the importance of the proposal of stimulating ground floors and hybrid zones – and well connected to public space – to increase security in cities. Likewise, the study highlights that the preservation of built heritage collaborates with the appropriation of urban space, proposing strategies for

permanent or temporary occupations in vacant buildings in central areas.

KEYWORDS: environmental perception, urban centers, building renovation.

1 | INTRODUÇÃO

Diferentes termos são utilizados para definir as intervenções realizadas em edificações existentes, como revitalização, renovação e reabilitação. No presente estudo, diante do objetivo de analisar o contexto urbano, optou-se por utilizar o termo reabilitação, pois, de acordo com o Projeto Reabilita (2007, p. 122), “a reabilitação é entendida como um processo pelo qual o imóvel ou o bem urbanístico pode ser recuperado de maneira a contribuir não só para os moradores e proprietários do imóvel, como também em uma escala mais ampla, como um processo a interferir em toda uma área urbana”. Nesse sentido, a reabilitação deve também promover a melhoria da habitação para a população de baixa renda, melhorando as condições de determinada região, mas sem descaracterizá-la, ou seja, visando a preservação das características socioculturais originais e do patrimônio edificado (BRASIL, 2005).

O espaço urbano destaca-se pela coexistência de diferentes culturas, pessoas, equipamentos públicos, linguagens arquitetônicas, atividades, entre outros elementos (SECCHI, 2006, p. 90). A partir disso, a existência da variedade de usos, que propicie entre eles uma sustentação mútua e contínua, e a manutenção das atividades genuínas de cada lugar geram interações econômicas e sociais positivas e complementares, garantindo vida e segurança às ruas (JACOBS, 2000, p. 9). Diante do fato de que atualmente a maior parte da população global é urbana, deve-se ampliar o foco nas necessidades das pessoas que utilizam as cidades ao pensarmos no seu desenvolvimento futuro, levando em consideração aspectos como vitalidade, segurança, sustentabilidade e saúde. Da mesma forma, as políticas públicas devem visar conceber uma cidade em que os moradores se sintam convidados a caminhar e pedalar ao realizar suas atividades cotidianas (GEHL, 2013, p. 6). A desintegração dos espaços públicos vivos e a gradual transformação das ruas em locais desinteressantes são fatores que contribuem para o vandalismo e para a insegurança pública (GEHL, 2006, p. 86). As diretrizes de projeto urbano, por sua vez, devem considerar os sentidos humanos, principalmente a visão e a audição, pois estão relacionadas às atividades sociais no espaço público, sendo elementares para a percepção humana do ambiente e para a compreensão das diferentes formas de comunicação (GEHL, 2006, p. 73). Nesse contexto, as edificações vazias ou subutilizadas também geram um impacto ambiental negativo.

A cidade, além de seus aspectos funcionais, é um contexto de vivências, portanto a renovação das estruturas urbanas existentes é crucial para a experiência urbana (KARSSSENBERG; LAVEN, 2015, p. 15). Na Europa, tradicionalmente, duas principais vertentes têm impulsionado o conhecimento sobre estoque de edificações existentes: as

pesquisas relacionadas à habitação de interesse social (HIS) e o interesse em preservar o patrimônio edificado de valor cultural (KOHLENER; HASSLER, 2002). O Ministério das Cidades (2005) destaca a importância em possibilitar o uso sustentável dos centros urbanos através da reabilitação do estoque imobiliário disponível, inserindo programas habitacionais para a população de baixa renda nas áreas centrais. Em contrapartida, a reabilitação das áreas centrais tende a colaborar com a preservação do patrimônio cultural existente, potencializando os usos dessas edificações e resgatando as vivências nas áreas centrais. No entanto, o gerenciamento de longo prazo do estoque de edificações, especialmente quanto aos impactos gerados no contexto urbano, é um desafio para os órgãos públicos e para os arquitetos urbanistas. De fato, o estoque de edificações existente e as atividades relacionadas a ele não têm sido analisados sistematicamente, representando papéis secundários na formação dos arquitetos urbanistas (KOHLENER; HASSLER, 2002).

Nesse contexto, o presente artigo tem como objetivo apresentar uma reflexão sobre a percepção ambiental e a reabilitação de edificações existentes em áreas centrais, visando compreender a influência na segurança e na apropriação dos espaços públicos, a partir da abordagem da área de estudos ambiente-comportamento, colaborando, assim, para a qualificação de projetos futuros. A percepção é uma experiência sensorial de cada indivíduo, assim como uma experiência que engloba os diferentes valores e informações que o indivíduo apresenta sobre determinado ambiente (REIS; LAY, 2006). Dessa forma, são apresentadas reflexões sobre como os usuários percebem e utilizam os espaços urbanos em áreas centrais, assim como ocorrem as interações e as relações sociais nesses espaços, considerando suas características físico-espaciais¹.

2 | A REABILITAÇÃO DE EDIFICAÇÕES E A SEGURANÇA PÚBLICA

A paisagem urbana interessante deve surgir aos olhos dos usuários como uma sucessão de surpresas e de súbitas revelações, logo, a cidade deve ser uma ocorrência emocionante no meio-ambiente. Portanto, se é monótona não cumpre integralmente a sua função. O cérebro humano reage ao contraste, ou seja, à diferença entre as coisas, como, por exemplo, o contraste entre a rua e o pátio. Essa complexidade é um meio de cativar o olhar, pois a progressão uniforme do caminhante vai sendo pontuada por uma série de estímulos que tem grande impacto visual e dão vida ao percurso (CULLEN, 1971, p. 11). Nesse sentido, um cenário físico animado e integrado, capaz de produzir uma imagem bem definida, desempenha também um papel social, pois pode ressaltar os símbolos e as reminiscências coletivas da comunicação em grupo. Uma boa imagem ambiental oferece aos indivíduos um importante sentimento de segurança emocional na medida em que propicia uma relação harmoniosa entre ele e o mundo a sua volta (LYNCH, 1960, p. 5).

¹ Este artigo foi originalmente apresentado no XL Encontro e XXV Congresso de Escolas e Faculdades Públicas de Arquitetura da América do Sul (ARQUISUR). Diálogos Epistemológicos na América Latina: a educação em arquitetura e urbanismo. Porto Alegre, 2022 (WESZ, 2022). A presente versão inclui os debates e contribuições realizados no evento.

A qualidade dos projetos urbanos e de edificações, por sua vez, está relacionada ao comportamento de seus usuários, como consequência das experiências espaciais possibilitadas pelos projetos (REIS; LAY, 2006). Nesse contexto, a vida e a segurança nas ruas e nas calçadas estão diretamente conectadas aos edifícios e à rede de padrões de comportamento espontâneo dos usuários (JACOBS, 2000, p. 29). A nítida separação entre o espaço público e privado e a presença de edifícios voltados para a rua são características que incentivam a permanência e a circulação de pessoas, contribuindo para a segurança de seus habitantes e atraindo outros usuários (JACOBS, 2000, p. 3).

O pavimento térreo das edificações, nesse sentido, tem grande impacto sobre a vida nas cidades, portanto deve ser agradável e ocupado por usuários (GEHL, 2013, p. 6). A diversidade de usos – incluindo diferentes estabelecimentos públicos, como lojas, bares e restaurantes, abertos também à noite e dispostos ao longo das calçadas – aumenta a segurança urbana, colaborando para bons índices sociais (JACOBS, 2000, p. 37). Por outro lado, edificações de um só uso, com poucas atividades ou vazias, e com fachadas fechadas tendem a gerar um ambiente urbano inseguro (GEHL, 2013, p. 101). Nesse contexto, é importante destacar que as experiências dos moradores urbanos ocorrem na esfera pública, que, conforme apresentado na Figura 1, ultrapassa o espaço público, pois engloba as fachadas das edificações e os demais elementos que podem ser percebidos ao nível dos olhos (KARSSENBERG; LAVEN, 2015, p. 15). No domínio da esfera pública, a escala urbana e a vibração do lugar são aspectos cruciais, diretamente relacionados ao pavimento térreo: quanto mais estimulante é a esfera pública de uma cidade, mais bem sucedida ela será no longo prazo (SCHAAP, 2015, p. 101). Dessa forma, pode-se apontar que a visão se destaca entre os sentidos humanos, tendo o poder de invocar as reminiscências e experiências, com todas as emoções envolvidas, as quais são suscitadas independentemente da vontade de cada usuário (CULLEN, 1971, p. 11).

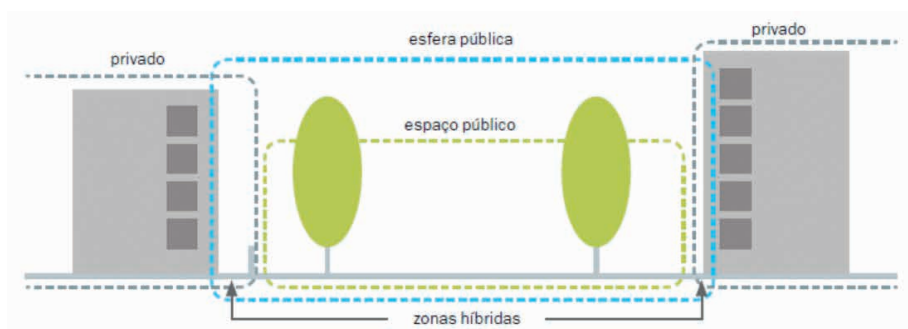


Figura 1: Esquema da esfera pública no contexto urbano.

Fonte: Karssenber e Laven (2015, p. 15).

A necessidade de conectar as edificações com a rua através da proposta de

pavimentos térreos vibrantes não se aplica somente a prédios novos, mas também às intervenções realizadas em infraestruturas existentes (WERF et al., 2015, p. 47). Edificações vazias ou subutilizadas não contribuem para a sociedade, gerando um impacto negativo na paisagem urbana e insegurança. Usos temporários, a partir da disponibilização de edifícios públicos vazios para funções experimentais, como exposições de arte, teatro, feiras, ambientes de trabalho compartilhado (*coworking*), lojas *pop-ups* – as contemporâneas lojas temporárias, (Figura 2) –, entre outros usos, passam a ser uma estratégia para a ocupação temporária desses espaços, podendo inclusive demonstrar potenciais escondidos de locais esquecidos da cidade, e a acelerar a implantação de políticas públicas de revitalização (BOER; LAVEN, 2015, p. 272).

De fato, edifícios desocupados são desafios na paisagem urbana, portanto seus potenciais escondidos devem ser identificados e utilizados. Nos centros urbanos brasileiros, a reabilitação desses edifícios não parece ser uma prioridade nas políticas públicas. Entretanto, percebe-se algumas iniciativas isoladas da sociedade civil, auto-organizadas e de natureza cultural. No município de Porto Alegre (POA), sul do Brasil, por exemplo, podemos citar a Associação Cultural Vila Flores (Figura 3): um centro de cultura, educação e negócios criativos (REGAL, 2015, p. 266). O projeto de reabilitação da edificação construída em 1928 para moradia de aluguel, localizada no Bairro Floresta, região central de POA, vem sendo desenvolvido de forma processual e colaborativa com a comunidade desde 2011 (ARCHDAILY BRASIL, 2016).



Figura 2: Loja *pop-up*, Roterdã.
Fonte: Boer e Laven, (2015, p. 271).



Figura 3: Associação Cultural Vila Flores, POA
Fonte: ArchDaily Brasil (2016).

Além disso, uma vertente do extinto Programa de Arrendamento Residencial (PAR), lançado em 2001 pelo Governo Federal, estimulou a revitalização urbana e a recuperação

de sítios históricos através da reabilitação de antigas edificações para HIS nos centros urbanos brasileiros. Porém, algumas dificuldades podem ser destacadas em processos de reabilitação de edificações existentes para uso residencial: (a) o processo de compra e de negociação pode ser complexo, pois muitos dos imóveis são privados; (b) a inadequação das edificações disponíveis para o perfil das famílias (tamanho e acessibilidade às unidades habitacionais); e (c) o desinteresse das empresas privadas, devido ao alto custo em recuperar antigas estruturas. Apesar disso, quatro edificações foram reabilitadas pelo PAR para HIS na região central de POA, representando o total de 309 unidades habitacionais (BONATES, 2008). Ainda, o edifício público inativo do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), ocupado em 2005 durante o Fórum Social Mundial em ato político organizado pelo Movimento Nacional da Luta pela Moradia (MNLN), pela Comunidade Autônoma Utopia e Luta (Avenida Borges de Medeiros, Centro Histórico), foi reabilitado em 2009 pelo Programa Crédito Solidário, abrigando 42 famílias (ZERO HORA, 2009; SUL 21, 2011). As Figuras 4 e 5 apresentam respectivamente a edificação antes e depois da intervenção, impactando positivamente a estética da paisagem urbana e o uso desse local.

Dessa forma, pode-se inferir que o conhecimento sobre os fatores que impactam positivamente a vida urbana e as necessidades de uso da sociedade contemporânea são importantes pontos de partida no planejamento de cidades que proporcionem experiências variadas e prazerosas, assim como um ambiente seguro (GEHL *et al.*, 2015, p. 33). Por outro lado, é necessário um governo mais ativo nesse sentido, que proponha políticas públicas com o objetivo de alinhar as estratégias dos diferentes envolvidos, como arquitetos urbanistas, proprietários, locatários e promotores imobiliários, em prol de uma cidade que ofereça espaços públicos adequados e que permitam uma agradável experiência urbana (KARSSSENBERG; LAVEN, 2015, p. 19).



Figura 4: Edifício público desocupado (2008)

Fonte: MNLN/2008.



Figura 5: Edifício reabilitado para HIS (2011)

Fonte: Ramiro Furquim/Sul21/2011.

3 | A REABILITAÇÃO DE EDIFICAÇÕES E A APROPRIAÇÃO DOS ESPAÇOS

O espaço urbano, juntamente com suas formas e seu traçado, constitui uma estrutura simbólica que influencia as práticas sociais que nele se desenvolvem. Nesse sentido, as imagens de diferentes partes da cidade estão vivas na memória de seus usuários, as quais estão associadas a lembranças e aos mais diversos significados (LYNCH, 1960, p. 1). Portanto, a carga simbólica de uma estrutura urbana pode ser determinada a partir da análise da apropriação social do ambiente pelos usuários (CASTELLS, 1983, p. 310). Desse modo, pode-se inferir que, ao se identificar com determinado local, seu usuário o valoriza devido aos estímulos ambientais presentes e expressos nas interações entre as pessoas (CASTELLO, 2007, p. 12).

A área central de uma cidade concentra referências histórico-culturais e simbólicas que estruturam a memória sobre toda a cidade, englobando imagens de diferentes períodos históricos em meio aos estímulos contemporâneos que constroem, no presente, a memória das gerações futuras. A memória está vinculada aos referenciais básicos da continuidade da história, da vida e da cultura de uma determinada comunidade (CASTELLO, 2007, p. 152). A partir disso, história e memória se articulam na produção de estímulos (CASTELLO, 2007, p. 236). Ainda, diferentemente das periferias das cidades, que tipicamente são caracterizadas por carência de equipamentos urbanos e maior insegurança pública, as regiões centrais dispõem de transporte público, praças, escolas, iluminação e arborização (MARICATO, 1998, p. 43).

Ao descrever o centro da cidade de São Paulo, o que também pode ser considerado verdadeiro para as grandes cidades do Brasil, como Porto Alegre, Maricato (2015, p. 61) destaca as potencialidades das áreas centrais como pontos de maior disponibilidade de transporte público, grande oferta de emprego, e presença de museus, salas de espetáculo, universidades, equipamentos de saúde, órgãos governamentais, entre outros. De fato, um patrimônio social constituído por anos de investimento público e privado. A manutenção de serviços urbanos – as âncoras da comunidade – no centro urbano é fundamental para a manutenção da cidade viva e vibrante (MINTZ, 2015, p. 82). Ainda, o artigo 182 da Constituição Federal de 1988, visando estimular o desenvolvimento das funções sociais da cidade e a garantia do bem-estar de seus habitantes, incentiva o adequado aproveitamento do solo urbano não edificado ou subutilizado.

O tempo, por sua vez, torna obsoletas certas estruturas para determinados empreendimentos, mas essas podem servir para outros usos, havendo, de fato, a necessidade econômica de prédios antigos em meio aos novos (JACOBS, 2000, p. 209). Por outro lado, é o tempo que cria o valor econômico dos prédios antigos, sendo esse valor, portanto, insubstituível, pois só pode ser herdado de gerações anteriores e preservado ao longo do tempo (JACOBS, 2000, p. 220). Assim, a diversidade de usos e a preservação do patrimônio edificado em meio às edificações novas tendem a ser condições geradoras

da diversidade urbana, as quais, associadas, geram usos economicamente eficazes, potencializando as características dos locais (JACOBS, 2000, p. 165).

Nesse sentido, a diversidade e a estabilidade em áreas predominantemente residenciais podem ser obtidas a partir da combinação de prédios de diferentes épocas, e as consequentes combinações de custos de vida, de gosto e de diferentes tipos de necessidades de uso. Isso ocorre basicamente a partir das diferenças entre preços de aluguéis, portes e tipologias (JACOBS, 2000, p. 215). Assim, a complexidade dos usos das edificações e as atividades improvisadas e constantes são incentivadas, garantindo vida nas ruas e despertando o interesse das pessoas pela cidade, sendo um convite à apropriação dos espaços públicos (JACOBS, 2000, p. 57). Outros valores positivos podem ser vinculados a uma cidade, como a presença de diversidade formal, surpresas, caráter pitoresco e elevados níveis de interação entre as pessoas. Por conseguinte, a cidade deve exprimir e reforçar a sociedade através do simbolismo, do caráter cultural e da profundidade histórica (LYNCH, 1984, p. 343).

A Figura 6 apresenta o Palácio do Vice-Governador do Estado do Rio Grande do Sul, originalmente Palacete Santo Meneghetti, edificação localizada na região central de POA (Avenida Cristóvão Colombo), construída em 1910 e tombada como patrimônio cultural estadual (IPHAE) desde 1996. Em 2017, o governo concedeu o espaço para a Escola de Música da OSPA (Orquestra Sinfônica de Porto Alegre), contendo ainda um café e um auditório (OSPA, 2017). Assim, a partir de uma necessidade de um uso contemporâneo, com destaque para importância cultural e simbólica da Ospa (fundada em 1950) na sociedade porto-alegrense, este prédio de estilo eclético, passou por um processo de reabilitação e foi reinaugurado em 2018, imprimindo assim benefícios diretos para a sociedade e para o entorno no qual está inserido.

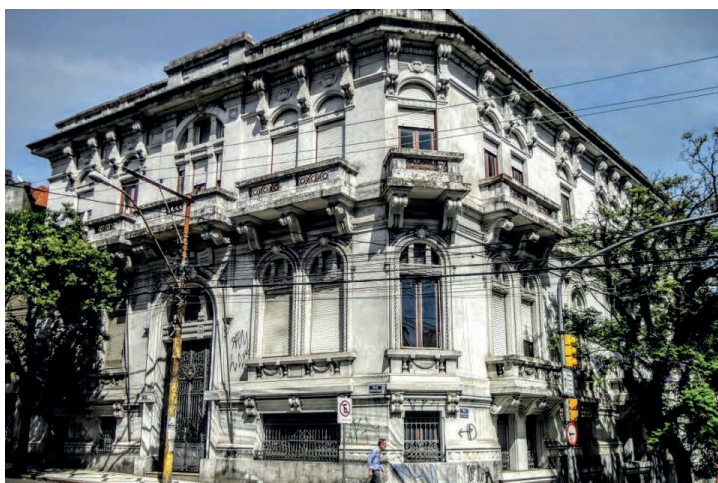


Figura 6: Palácio do Vice-Governador em Porto Alegre, atual Escola de Música da OSPA, POA.

Fonte: André Furtado/ Ascom Sedactel (2017).

Portanto, a investigação e um bom diagnóstico pelos arquitetos urbanistas, a fim de identificar e destacar os símbolos que contêm um significado especial para os usuários de um determinado local, é essencial para que ocorra a apropriação desses espaços. A identidade de um local está relacionada ao patrimônio cultural, às personalidades existentes e às expressões culturais locais (TOOREN; MEIER, 2015, p. 63). Dessa forma, nada é experimentado por si só, mas sempre em relação ao seu entorno e à sequência de eventos que conduzem os usuários à memória das experiências passadas (LYNCH, 1960, p. 1). A criação de zonas com identidades distintas, ou seja, a criação da diferenciação no espaço urbano, aumenta a compreensão do local e a sensação de segurança e de controle por parte de seus usuários (TOOREN; MEIER, 2015, p. 61). A necessidade de reconhecer e padronizar nosso entorno é tão crucial, e tem raízes tão antigas no passado, que essa imagem tem ampla importância prática e emocional para o indivíduo (LYNCH, 1960, p. 4).

Nesse contexto, a zona híbrida (ver Figura 1 no item 2), ou seja, o espaço de transição entre o público e o privado, possui um importante papel relacionado à criação de um ambiente acolhedor e atraente. Porém, muitas vezes é esquecida e não apropriada pelos moradores (HAM; ULDEN, 2015, p. 144). A apropriação da zona híbrida atribui personalidade à rua e sensação de pertencimento. Ainda, pode-se apontar o valor emocional, pois ocupar as zonas híbridas faz com que as pessoas tenham seus sentimentos de pertencimento expandidos e sintam-se mais seguras na rua. Essa apropriação tem impacto no ambiente social imediato e permite que as pessoas se identifiquem umas com as outras ao compartilharem os mesmos interesses (mobiliários e plantas), gostos musicais (sons) e gastronômicos (cheiros), entre outros interesses. De tal modo, mesmo os usuários indiretos desses locais são atraídos e compartilham o sentimento de identidade e apropriação desses espaços públicos (HAM; ULDEN, 2015, p. 146). A Figura 7 apresenta exemplos de zonas híbridas apropriadas em Roterdã, Holanda.



Figura 7: Zonas híbridas apropriadas – Roterdã, Holanda

Fonte: Ham e Ulden (2015, p. 146)

O pavimento térreo, assim como as vitrines e a conexão visual com o interior desses espaços, despertam os sentidos dos pedestres: a proximidade dessa experiência oferece a possibilidade de ver, ouvir, cheirar e sentir todos os detalhes. Os sentidos humanos são estreitamente conectados às emoções, portanto, as percepções de intimidade, significado e impacto emocional dos encontros entre as pessoas são também conectados aos locais de encontro (GEHL et al., 2015, p. 30). Lojas e outras edificações com pequenas fachadas abertas adicionam permeabilidade e integração do espaço público com o espaço privado, permitindo o movimento de uma experiência para outra. Esse movimento é oposto ao de uma situação urbana fria e estática, criando interação, sentido e histórias que possibilitam o apego à cidade (MULLER, 2015, p. 71). Logo, as fachadas devem chegar até o alinhamento para manter o interesse das pessoas, evitando estratégias que interrompem a rota do pedestre e a linha de visão, como recuos súbitos do alinhamento e “zonas mortas”, tais como fachadas cegas e edificações vazias (MINTZ, 2015, p. 83).

Considerando que a apropriação do espaço urbano está diretamente relacionada à memória e à identidade das pessoas (KOHLEH; HASSLER, 2002), pode-se inferir que a preservação do patrimônio edificado colabora diretamente com a apropriação do espaço, aumentando as taxas de permanência dos moradores e revitalizando as áreas centrais. Assim, a reabilitação de edifícios visa revitalizar os espaços urbanos e colaborar com a preservação do patrimônio cultural, gerando a permanência da população local (PROJETO REABILITA, 2007). Diante disso, identifica-se como relevante compreender cada vez mais como as edificações reabilitadas nos centros urbanos são percebidas pelos habitantes e demais usuários. De acordo com Lang (1987), a percepção, a cognição e o comportamento espacial são importantes processos para a compreensão do comportamento humano em determinado ambiente, podendo-se acessar o grau de adequação de um ambiente às necessidades de seus usuários a partir da reflexão acerca desses processos.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo apresenta uma reflexão sobre a percepção ambiental e a reabilitação de edificações existentes em áreas centrais, visando compreender a influência na segurança e na apropriação dos espaços públicos, a partir da abordagem da área de estudos ambiente-comportamento, colaborando, assim, para a qualificação de projetos futuros. Ainda, apresenta reflexões sobre como ocorrem as interações e as relações sociais no espaço público, considerando suas características físico-espaciais.

A existência de edificações vazias, subutilizadas ou não conectadas ao espaço público geram impactos negativos na cidade. Esses impactos afetam diretamente o comportamento dos usuários desse ambiente, criando zonas sem vida e aumentando a sensação **de insegurança pública**. Logo, pavimentos térreos fechados e sem detalhes variados configuram uma atmosfera impessoal (GEHL et al., 2015, p. 33). Por outro lado,

térreos interessantes e diversificados tornam o ambiente urbano convidativo e enriquecedor, resultando no estímulo e na permanência de um maior número de usuários. Os pavimentos térreos, portanto, são de crucial importância na proposta de um espaço urbano seguro e acolhedor, refletindo, assim, na qualidade de vida de seus habitantes e visitantes. A diversidade de usos, por sua vez, aumenta a segurança urbana, colaborando para bons índices sociais e para a atmosfera de bem-estar (JACOBS, 2000, p. 37).

A **apropriação do espaço** urbano está diretamente relacionada à memória e à identidade das pessoas, logo, a preservação do patrimônio edificado colabora diretamente para a maior apropriação por parte dos indivíduos. As referências histórico-culturais e simbólicas que estruturam a memória sobre toda a cidade devem ser preservadas em meio aos usos e aos estímulos contemporâneos que constroem no presente a memória das gerações futuras (CASTELLO, 2007, p. 152). Nesse sentido, diante do grande estoque de edificações existente nos centros urbanos, novas abordagens de uso devem ser estudadas, como a estratégia de ocupações temporárias, incluindo exposições de arte, teatro, feiras, ambientes de trabalho compartilhado e lojas *pop-ups* (BOER; LAVEN, 2015, p. 272). Além disso, diante da problemática da falta de moradia e das péssimas condições de habitabilidade nas grandes cidades brasileiras, a ocupação de edificações vagas ou subutilizadas em áreas centrais é uma grande oportunidade para HIS. Portanto, a partir da identificação de edificações com esse potencial, as ocupações permanentes ou temporárias, se bem gerenciadas, podem representar oportunidades de desenvolvimento de regiões esquecidas na cidade, acelerando a implantação de políticas públicas de reabilitação e impactando positivamente o espaço urbano.

As intervenções urbanas propostas, muitas vezes, ignoram o contexto de inserção na cidade de forma mais ampla, sendo assim, o estudo de sucessos e de fracassos deve ser mais bem explorado a fim de elucidar os fatores que beneficiam as cidades (JACOBS, 2000, p. 5). Nesse sentido, os exemplos de projetos urbanos e de edificações apresentados evidenciaram a importância da percepção dos usuários em relação ao ambiente construído. Por fim, devido ao considerável estoque de edificações existente e às necessidades de revitalização das áreas centrais das grandes cidades, a demanda para a prática de arquitetura e urbanismo, cada vez mais, deve buscar melhor compreender a reabilitação das edificações e dos espaços públicos. Assim, estudos constantes são necessários a fim de aprofundar o conhecimento nesse contexto e de identificar benefícios para as cidades e para seus usuários.

Futuras pesquisas incluem: (a) explorar a percepção de moradores de HIS em relação ao entorno urbano nas quais as habitações são inseridas; (b) compreender as possibilidades de renovar edificações subutilizadas em áreas centrais para HIS; e (c) identificar indicadores urbanos a partir da percepção dos usuários da cidade.

REFERÊNCIAS

ARCHDAILY BRASIL. <http://www.archdaily.com.br/br/788135/vila-flores-goma-oficina>. 2016. Acessado em 02/09/2017.

BOER, W.; LAVEN, J. Imóveis temporariamente vagos dão impulso permanente. In KARSENBERG, H. et al. *A cidade ao nível dos olhos: lições para os plinths*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015, p. 269-272.

BONATES, M. F. O Programa de Arrendamento Residencial-PAR: acesso diferenciado à moradia e à cidade. **Risco: Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo (Online)**, n. 7, p. 147-164, 2008.

BRASIL, Constituição Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm, 1988.

BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Programas Urbanos Reabilitação de Centros Urbanos/Coordenação Geral de Raquel Rolnik e Renato Balbim – Brasília: Ministério das Cidades, dezembro de 2005. 84 p.

CASTELLO, L. A percepção de lugar: repensando o conceito de lugar em arquitetura-urbanismo. PROPAR-UFRGS, 2007.

CASTELLS, Manuel. *A questão urbana*. Paz e terra, 1983.

CULLEN, G. **The concise townscape**. Routledge, 1971.

GEHL, J. *La humanización del espacio urbano: la vida social entre los edificios*. Reverté, 2006.

GEHL, J. *Cidades para pessoas*. Perspectiva, 2013.

GEHL, J.; KAEFER, L. T.; REIGSTAD, S. Encontros imediatos com prédios. In KARSENBERG, H. et al. **A cidade ao nível dos olhos: lições para os plinths**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015, p. 29-35.

HAM, S.; ULDEN, E. Zonas híbridas tornam as ruas pessoais. In KARSENBERG, H. et al. **A cidade ao nível dos olhos: lições para os plinths**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015, p. 144-149.

JACOBS, J. **Morte e vida de grandes cidades**. Martins Fontes, 2000.

KARSENBERG, H.; LAVEN, J. A cidade o nível dos olhos: estratégia do plinth. In KARSENBERG, H. et al. **A cidade ao nível dos olhos: lições para os plinths**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015, p. 14-25.

KOHLER, N.; HASSLER, U. **The building stock as a research object**. Building Research & Information, v. 30, n. 4, p. 226-236, 2002.

LANG, J. T. **Creating architectural theory: The role of the behavioral sciences in environmental design**. New York: Van Nostrand Reinhold, 1987.

LYNCH, Kevin. **The image of the city**. MIT press, 1960.

LYNCH, Kevin. **Good city form**. MIT press, 1984.

MARICATO, E. **Para entender a crise urbana**. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MINTZ, N. Pela força de 10. In KARSSSENBERG, H. et al. **A cidade ao nível dos olhos: lições para os plinths**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015, p. 81-85.

MOVIMENTO NACIONAL DA LUTA PELA MORADIA (MNLN). <http://mnlmsm.blogspot.com.br/2012/03/>. Acessado em 02/09/2017.

MULLER, T.: Os Plinths da Cidade Calorosa. In KARSSSENBERG, H. et al. **A cidade ao nível dos olhos: lições para os plinths**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015, p. 68-71.

OSPA. <http://www.ospa.org.br/palacinho-passa-a-abrigar-escola-de-musica-e-sede-administrativa-da-ospa/>. Acessado em 02/09/2017.

PROJETO REABILITA. **Diretrizes para reabilitação de edifícios para HIS: as experiências em São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador**. São Paulo, 2007. Programa HABITARE. Disponível em: <<http://reabilita.pcc.usp.br/>>

RELATORIO_FINAL-REABILITA.pdf>. Acesso em: 16 out 2016. REGAL, P. H. Cultura traz vida nova a Porto Alegre. In KARSSSENBERG, H. et al. **A cidade ao nível dos olhos: lições para os plinths**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015, p. 265-268.

REIS, A. T. L.; LAY, M. C. D. Avaliação da Qualidade de Projetos: uma abordagem perceptiva e cognitiva. **Ambiente construído: revista da Associação Nacional de Tecnologia do Ambiente Construído**. Porto Alegre, RS. Vol. 6, n. 3 (jul./set. 2006), p. 21-34, 2006.

SCHAAP, T. Desenhar a partir da rua. In KARSSSENBERG, H. et al. **A cidade ao nível dos olhos: lições para os plinths**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015, p. 101-105.

SECCHI, B. **Primeira lição de urbanismo**. São Paulo: Perspectiva, 2006.

SUL 21. <https://www.sul21.com.br/jornal/dez-anos-apos-1a-ocupacao-assentamento-20-de-novembro-se-fortalece-no-centro-de-porto-alegre/>. 2017. Acessado em 02/09/2017.

TOOREN, W.; MEIER C. Ingredientes básicos para se achar nas nossas cidades. In KARSSSENBERG, H. et al. **A cidade ao nível dos olhos: lições para os plinths**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015, p. 265-268.

TRIPADVISOR BRASIL. https://www.tripadvisor.com.br/LocationPhotoDirectLink-g303546-d10515805-i220201690-Colegio_Militar_de_Porto_Alegre-Porto_Alegre_State_of_Rio_Grande_do_Sul.html. Acessado em 02/09/2017.

ZERO HORA. <http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticia/2009/05/porto-alegre-ganha-primeiro-predio-publico-destinado-a-moradia-popular-2519391.html>. 2009. Acessado em 02/09/2017.

WERF, J.; ZWEERINK, K.; TEEFFELEN J. História do Plinth. In KARSSSENBERG, H. et al. **A cidade ao nível dos olhos: lições para os plinths**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015, p. 36-47.

WESZ, J. G. B. Percepção ambiental e a reabilitação de edificações nos centros urbanos. In: **XL Encontro e XXV Congresso de Escolas e Faculdades Públicas de Arquitetura da América do Sul (ARQUISUR)**, 2022, Porto Alegre. Diálogos Epistemológicos na América Latina: a educação em arquitetura e urbanismo. Porto Alegre, 2022.

POLÍTICA PÚBLICA COMO OBJETO DE FOMENTO PARA O DESENHO URBANO: O CASO DA REVITALIZAÇÃO DO PORTO MARAVILHA

Data de submissão: 14/04/2023

Data de aceite: 02/05/2023

Raquel Ferraz Zamboni

Arquiteta pela Universidade Presbiteriana Mackenzie – Brasil
Pesquisadora convidada no Laboratório de Estratégias Projetuais (LABSTRATEGY FAUMACK) – www.lab-strategy.com.
São Paulo – SP / <http://lattes.cnpq.br/8123610848283631>

Carlos Andrés Hernández Arriagada

PhD. em Arquitetura e Urbanismo, Pós-Doutorado (2019-2020) / pelo Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (IEA-USP). Pesquisador e Professor na Universidade Presbiteriana Mackenzie em Arquitetura e Urbanismo.
Responsável pelo Laboratório de Estratégias Projetuais – (LABSTRATEGY FAUMACK) – www.lab-strategy.com.
São Paulo - SP. / <http://lattes.cnpq.br/8524575047516193>. <https://orcid.org/0000-0002-7740-4455>.

Giovana Letícia Hernández Arriagada

Doutora. Biomédica e Micologista pelo Instituto de Medicina Tropical de São Paulo (HC/FMUSP), Dra. em Ciências pela Universidade de São Paulo / USP - Professora Pesquisadora Convidada (LABSTRATEGY FAUMACK), www.lab-strategy.com / Curriculum Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6078884898015604>

RESUMO: Introdução – Os portos consolidam seus espaços e criam seu entorno a partir de suas atividades, a cidade pode pertencer ou não a este espaço, tornando a relação cidade-porto fragilizada. O Rio de Janeiro é um dos primeiros portos do Brasil, sendo porta de entrada para colonos, escravos e manufaturados, mas também escoadouro de suas riquezas naturais. A região portuária ao longo dos anos tornou-se mais que um ponto de transbordo e movimentação, mas o centro das atividades econômicas de futuras cidades. **Objetivo** – Com o passar dos séculos, as diferentes propostas de urbanização da cidade do Rio de Janeiro chegaram no projeto de reestruturação de sua Zona portuária, denominado de Porto Maravilha. A partir da comunicação de agentes que atuam no território, políticas públicas de desenvolvimento urbano e a necessidade de analisar diferentes cenários que relacionam o desenvolvimento portuário com a integração da cidade, analisamos a formação territorial e seus desenhos urbanos com as políticas aplicadas e sua atual situação, reconhecendo a potencialidade da Hinterlândia da dinamização do seu espaço. **Método** – Associando o levantamento qualitativo e

quantitativo a partir da revisão bibliográfica com a visita de campo, é possível estabelecer as impressões do projeto urbano do porto maravilha associado as políticas públicas aplicadas na região. **Conclusões** – A partir das percepções pessoais do terreno e de diferentes níveis de análise foi possível estabelecer estratégias que visam uma melhor compatibilidade entre instrumentos urbanísticos, gestão e legislação aplicada ao território, reestabelecendo a zona de hinterlândia do porto e retomando a conexão cidade-porto.

PALAVRAS-CHAVE: Zona portuária, gestão urbana, desenvolvimento territorial.

PUBLIC POLICY AS A FOMENT OBJECT FOR URBAN DESIGN: THE CASE OF THE REVITALIZATION OF “PORTO MARAVILHA”

ABSTRACT: Introduction - Ports consolidate their own spaces and create their vicinity deriving from their activities. The cities may or may not belong to those spaces, in which case the relationship port-city is weakened. The Rio de Janeiro port was one of the first ports in Brazil, being the gateway for all of settlers, slaves and manufactures, whilst also being an outlet for the country's natural resources. The portuary region developed, over the years, into more than just a transshipment point, becoming the economical epicenter of future cities. **Objective** - As centuries went by, the many urban development proposals of the city of Rio de Janeiro culminated in the Portuary Zone's (named “Porto Maravilha”, which means “Marvelous Port” in Portuguese) restructuring project. Stemming from the dialogue between acting agents in that area, the urban development public policies and the need to analyze different scenarios that connected the Portuary Zone's development with its integration with the city, we shall analyze the territorial development and its urban design and their relation to the applied policies in the scheme of the current situation, recognizing the potential of the port's Hinterland for making the urban spaces more dynamic. **Method** - Relating the quantitative and qualitative surveys under the optic of the bibliographic and on-field studies, it is possible to establish a perspective about the Marvelous Port's urban project associated with the public policies that affected the region. **Conclusion** - It was possible, given the personal perspectives and different levels of analysis around the terrain, to establish strategies that aim to better the compatibility between the urbanistic instruments, public governance and the applicable law to the Portuary Zone and its surroundings, in order to reestablish its hinterland and renewing the connection between city and port.

KEYWORDS: Port zone, urban management, territorial development.

1 | INTRODUÇÃO

Em 1565 a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro é fundada por Estácio de Sá, com intuito de melhorar a segurança territorial para os portugueses, desarmando colonizadores franceses e a área da baía que dominavam. Até 1567 permaneceu o conflito, logo em seguida a cidade foi transferida para o Morro do Castelo devido à boa infraestrutura e as condições de segurança, o que garantia o poder e o domínio português (FERREIRA e FRIDMAN, 1997).

Segundo CARDOSO, et al. (1987), a transferência do mercado de escravos do centro da cidade (Rua Direita) para o Valongo foi decisiva para transformar o Cais num polo

central de comércio de escravos. Esta inferência resultou num sistema de transporte entre a região e os bairros permitindo a expansão das atividades comerciais no local. O processo de urbanização começou a partir do aumento da produção agrícola e das atividades comerciais, tornando a cidade do Rio de Janeiro num entreposto comercial sendo antes considerado apenas um escoadouro da produção de insumos. Portanto, o porto do Rio de Janeiro não dependia apenas da produção local, mas de toda sua atividade comercial (FERREIRA e FRIDMAN, 1997).

Enquanto o porto do Rio se tornava o principal entroncamento comercial com a metrópole, a cidade se expandia econômica, física e demograficamente, tornando-se em poucas décadas, para o Império colonial português, uma espécie de “centro político, administrativo e militar para o Atlântico Sul”. (Costa e Gonçalves, 2020, pg. 55).

Promovida por Pereira Passos, a primeira renovação urbanística do Rio de Janeiro foi realizada ainda no século XIX devido ao desenvolvimento da região baseado na política interna brasileira e na economia mundial. No panorama brasileiro é importante notar como a cidade esteve conectada com as diversas fases do país, desde sua época colonial, a vinda de Dom João para o Brasil e a extinção do tráfico de escravos como movimentos que formem esta nova sociedade (ANDREATTA, 2006).

Com intuito de recuperação da área portuária e considerando o potencial imobiliário da região e sua geografia, em 1980, surgiram as primeiras discussões voltadas para recuperação do porto. Em 1987, devido à política de privatização do Governo Federal, transfere-se para a iniciativa privada a responsabilidade pelo movimento de cargas do porto com propósito de trazer maior modernização para infraestrutura portuária. A partir desta mudança a Companhia Docas Rio de Janeiro assumiu o papel de operador concessionário, percorrendo novas discussões para a revitalização portuária (ANDREATTA, 2006).

A partir das novas concessões, o cais da Gamboa foi aos poucos tendo suas atividades transferidas para outros locais, a cidade foi se apropriando de alguns espaços que apesar de degradados, constavam como pontos importantes para sua formação histórica, por serem peças do patrimônio edificado no período imperial e por apresentarem características da arquitetura industrial portuária. Nos anos 2000 a prefeitura realizou algumas intervenções em áreas adjacentes do porto, como a Cidade do Samba, um novo espaço destinado para esportes, porém sem outras frentes apoiando a revitalização da região do porto (ANDREATTA, 2006).



Figura 01: Mapa da área de especial interesse urbanístico do Porto Maravilha.

Fonte: Imagem do próprio autor.

Em 2009 o Prefeito Eduardo Paes definiu o projeto Porto Maravilha, neste mesmo ano tivemos a criação da área de especial interesse urbanístico (AEIU), conforme observado na figura 01, tratando-se de uma área incorporada sob um regime específico conforme ações de políticas públicas de desenvolvimento urbano. A Área Especial de Interesse Urbanístico é destinada a projetos de reestruturação ou estruturação, assim como revitalização urbana (GOVERNO RJ).

O projeto Porto Maravilha atua na reestruturação da Zona Portuária do Rio de Janeiro, o plano consolidado pela Companhia de desenvolvimento urbano da Região do Porto Maravilha (CDURP) a partir de uma sociedade de economia mista com ações que envolvem o poder público e a iniciativa privada, visam um modelo de operações consorciadas (OUC) com o objetivo de alcançar transformações urbanísticas que invistam na infraestrutura e na requalificação dos espaços; A partir da delimitação de uma área de especial interesse urbanístico (AEIU), permite-se um programa que reconecte o borde costeiro da Baía de Guanabara com o restante da cidade, reestruturando as atividades costeiras e portuárias, possibilitando novas integrações no espaço, uma nova urbanidade, gestão e ordenação territorial. (PORTO MARAVILHA, 2022).

A interação entre agentes que atuam no território, associados a políticas públicas de desenvolvimento e a necessidade de criação de novos cenários que agreguem o desenvolvimento portuário em relação a reconexão com a cidade, permite reestabelecer a hinterlândia do porto, local denominado como a área de influência das atividades portuárias,

caracterizado pelo seu potencial de carga e infraestrutura de transporte, com objetivo de retomada da dinamização do território.

Segundo Galhardo (2017), promovendo novos instrumentos capazes de oferecer diferentes forma de captação de recursos para implementação do modelo financeiro em função do projeto do porto, ocorre a flexibilização do uso e ocupação do solo, mudanças de zoneamento e do potencial adicional de construção, antes não previsto no plano diretor da cidade. A operação urbana consorciada chega para efetivar estas novas ações na região do Porto Maravilha.

A Lei Complementar nº 101 de 23 de novembro de 2009, estabelece diretrizes e instrumentos de atuação na região, a partir de ações visando a atração de maiores investimentos no território e reestruturando novos modelos econômicos, com intuito da flexibilização de caráter urbanísticos. Essas ações são colocadas em prática a partir da captação de recursos necessários para os desenvolvimentos de obras pelo Certificado de Potencial Adicional de Construção (Cepacs), título emitido pela prefeitura, negociada na bolsa de valores e vinculada a captação contingenciada de recursos. (GONÇALVES E COSTA, 2020).

Em conjunto com esta lei, também foi promulgada a Lei Complementar nº 102 de 23 de novembro de 2009 oficializando-se o modelo político-administrativo do território para uma forma mista, delegando ao setor privado responsabilidades antes atribuídas ao setor público, gerindo e implementando novas obras na região portuária, a administração de recursos patrimoniais e financeiros referentes ao projeto do Porto Maravilha.

A partir da Lei Complementar nº 102 de 23 de novembro de 2009 oficializa-se o modelo político-administrativo do território de forma mista, delegando ao setor privado responsabilidades antes atribuídas ao setor público, delimitando a CDURP a atuar nas obras previstas na região portuária. (PORTO MARAVILHA, 2022). Os títulos vendidos através das Cepacs para financiamento destas obras adquirem “O direito de construir além dos limites normais em áreas destinadas a ampliação da infraestrutura urbana”. (GONÇALVES E COSTA, 2020).

A partir da análise do Projeto Porto Maravilha, voltado para recuperação e melhoria da Zona Portuária do Rio de Janeiro, buscando integrá-la com o restante da cidade, associado as visitas de campo em janeiro e junho de 2022, levantamos a seguinte hipótese: “O projeto do Porto Maravilha foi um sucesso na prática teórica, mas apresentou falhas em sua execução territorial, não apresentando compatibilidade entre desenho urbano, gestão, instrumentos urbanísticos e legislação aplicada a este território.

2 | REFERÊNCIAL TEÓRICO

Em busca de aprofundar a relação de estruturação da cidade do Rio de Janeiro, Costa e Gonçalves (2020), retratam o processo do desenvolvimento capitalista associado

à evolução do sistema portuário do Rio de Janeiro, mostrando desde seu primeiro processo de incorporação e reincorporação da região a partir da criação do porto no final do século XVI. A partir da preocupação territorial em como consolidar um local com sistema de consumo, distribuição, troca e circulação, criou-se o que se delimita a “zona portuária”, sendo um espaço para produção, exportação e importação que se consolidou até os dias de hoje.

Nas últimas décadas, o modelo urbanístico descrito vai apresentando sinais claros de esgotamento [...]. É nesse contexto que se modifica a dinâmica do mercado imobiliário do Rio de Janeiro, por meio do renovado incremento da procura de imóveis na região central, o que coloca em evidência o potencial de reintegrar a antiga Zona portuária como espaço de moradia e prestação de serviços. (COSTA e GONÇALVES, 2020, pg. 87).

Discorrer sobre a Zona Portuária do Rio de Janeiro é falar também dos Bairros da Saúde, da Gamboa e Santo Cristo, de uma época que surgiram numa geografia própria e original da região que com o decorrer dos anos passou por modificações da paisagem e da infraestrutura urbana devido as obras portuárias. Não apenas o espaço construído, mas os volumes transfiguraram ao longo dos séculos, alterando a paisagem primitiva, porém principalmente as obras que alteraram a natureza e reordenaram a geografia, trazendo uma nova fisionomia para cidade.

Os primeiros povoadores tiveram dificuldade em transformar o meio ambiente e torná-lo habitável como cidade, num período de escassos recursos tecnológicos. A cidade em si cresceu lentamente, demorando três séculos para extravasar o núcleo central. Até mesmo os bairros que constituem a área de estudo (Saúde, Gamboa e Santo Cristo), foi ocupado nos primórdios do séc. XVII, porém efetivamente urbanizado ao longo do século XIX.

Embora ao longo de sua história sua economia se tenha voltado essencialmente para o comércio de exportação e importação por via marítima, o Rio de Janeiro não dispunha, até o início do século XX, de uma estrutura portuária que correspondesse ao ritmo de suas atividades comerciais de longo curso e de cabotagem. (CARDOSO, E. et al, 1987, pg. 57.)

A partir dos processos de desenvolvimento do projeto urbano e com a expectativa da reestruturação portuária aliada a transformação urbana, Verena Andreatta organiza 6 casos de sucesso da revitalização de áreas portuárias, na qual tiveram seus portos reestruturados para uso comercial e turístico, reconvertendo suas zonas portuárias em centros vitais de atração que oferecem qualidade urbana associada a serviços de cultura e lazer.

O porto maravilha tem, entre seus objetivos, a intenção de fazer a cidade retornar ao seu próprio eixo, com a consequente revalorização do centro e da região portuária que reflita, inclusive em maior adensamento populacional (ANDREATTA, 2010, pag. 222.).

Andreatta também aborda os planos a partir dos processos de desenvolvimento do projeto urbano e com a expectativa da reestruturação portuária aliada a transformação urbana, em seu livro “Cidades Quadradas, Paraísos Circulares”, três planos urbanísticos que constituem as origens do urbanismo no Rio de Janeiro, o relatório de obras de Beaurepaire- Rohan de 1843, relatórios da comissão de melhoramentos (1875-1876) e o plano de reforma da cidade do Prefeito Pereira Passos, na iminência de analisar o reflexo do pensamento ocidental da época e o modo como a cidade se adaptou, trazendo ao público uma modalidade histórica do urbanismo, assimilando de forma histórica a construção da cidade com a urbanização. A partir de uma análise metodológica, os planos analisados são intervenções que derivam das necessidades do momento, como o crescimento acelerado, omissão das condições sanitárias, descontrole urbanístico e a precariedade das condições econômicas e sociais.

3 | METODOLOGIA

Para entendimento do projeto Porto Maravilha, foram adotadas análises quantitativas e qualitativas em busca de reconhecer o território, consistindo num aprofundamento bibliográfico de formação da região associado as visitas de campo no local e analisando o processo histórico do Rio de Janeiro.

O processo metodológico está relacionado, com o reconhecimento de áreas que possam definir o tecido urbano a partir da identificação de indicadores que constituem o território, entendendo a dinâmica do porto e sua área de influência, na figura 02, observamos as áreas operacionais do porto.

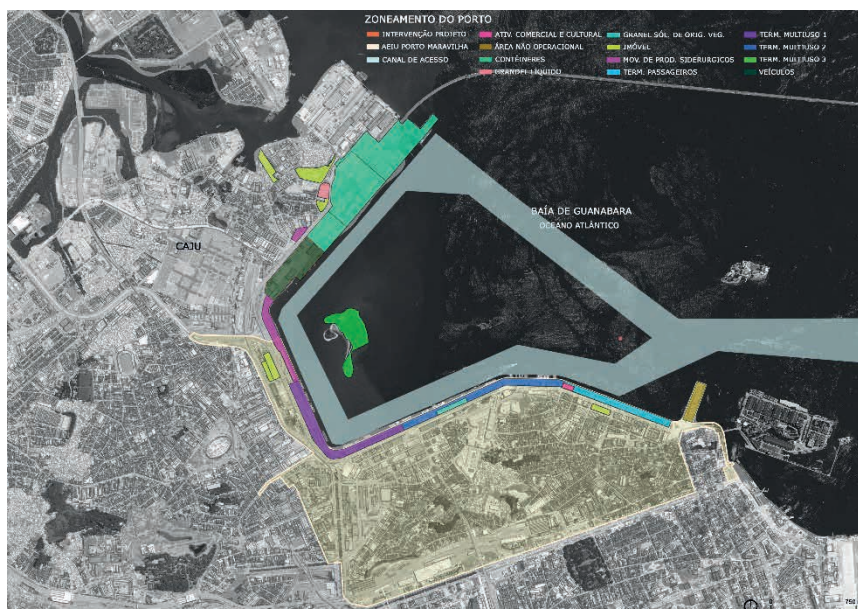


Figura 02: Zoneamento do Porto do Rio de Janeiro.

Fonte: Imagem do próprio autor.

Percorrendo o entorno da área de operação do porto do Rio de Janeiro identificamos a relação da Zona portuária com a cidade a partir do projeto de revitalização na Av. Rodrigues Alves (atual orla Pref. Luiz Paulo Conde), entres os trechos da Praça Mauá e a Rua Rivadavia Corrêa, podemos observar diferentes dinâmicas territoriais, na qual não se integram com a borda costeira devido as atividades do Porto e a inexistência de áreas que desafogam este cenário.

O levantamento foi feito através de uma caminhada durante período diurno e noturno, figura 03, também foi possível realizar a visita de carro, entendendo a relação do pedestre e do automóvel na região. A investigação do território tem o intuito de sentir as diferentes dinâmicas urbanas que a região tem a oferecer e sentir a necessidade do que falta para melhorar as relações entre o borde costeiro e a cidade.



Figura 03: Percurso da Visita.

Fonte: Imagem do próprio autor.

A percepção pessoal permitiu levantar os pontos positivos e negativos do projeto porto maravilha e as necessidades de novas implementações na região, de modo a ordenar a reestruturação territorial e reconquistar a relação cidade-porto.

O trajeto percorreu a Praça Mauá com sentido para Via Binária do Porto chegando até a nova rodoviária, sendo observado as novas obras viárias pela Av. Rodrigues Alves e os novos acessos ao Porto do Rio de Janeiro. Expandindo a rota seguimos pela Av. Francisco Bicalho e depois pela Av. Presidente Getúlio Vargas, uma das vias mais movimentadas do Rio de Janeiro e na qual encontra-se a estação Centra do Brasil, o percurso seguiu para

a Av. Rio Branco, retornando para o ponto inicial do Pier Mauá. Na tabela 01 conferimos alguns locais da visita listados no mapa da figura 03 e suas impressões.

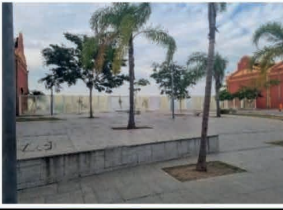
	1. PRAÇA MAUÁ O projeto de revitalização da Praça Mauá integra a via binária, com o complexo de Museus (Museu do Amanhã e o Museu de Arte do Rio), com a Avenida Rio Branco. Observamos a falta de mobiliário urbano protegido e de melhores áreas de permanência. A noite a praça vira um ponto de encontro de jovens e adultos para algumas horas de lazer e atividades físicas.
	2. ORLA PREF. LUIZ PAULO CONDE A orla do porto próximo aos armazéns e as paradas dos navios não apresentam boa urbanidade, a área de permanência são praças secas que não atraem turistas. Sua relação com o borde não existe devido ao bloqueio das atividades portuárias.
	3. LARGO DE SÃO FRANCISCO DA PRAINHA (Rua Sacadura Cabral) Nas proximidades do Porto Maravilha encontramos o Largo da Prainha, área boemia e de restaurantes na proximidade do porto. Por ser um pouco afastado e mal sinalizado, acaba não ganhando devido destaque. Após o horário comercial, o horário para chegar ao Largo é vazio, escuro e maioria dos estabelecimentos encontram-se fechados.
	4. VIA BINÁRIO DO PORTO A região não apresenta boa caminhabilidade e suporte para uso urbano, os empreendimentos do entorno não apresentam conectividade com as novas propostas imobiliárias e culturais. Este cenário segue até a nova rodoviária.
	5. CIDADE DO SAMBA (Percurso da Rua da Gamboa) Região deserta com pouca infraestrutura e má sinalização. A Noite o local é deserto não apresentando segurança para o pedestre.
	6. NOVA RODOVIÁRIA E PÇ. MAL. HERMES A região toda encontra-se em obras, terrenos vazios que irão receber os novos empreendimentos autorizados pelas CDURP e pelo incentivo das CEPACS. Por conta da reestruturação do território a parte viária encontra-se confusa e mal sinalizada.

Tabela 01 – Levantamento de Campo

Fonte: Imagem do próprio autor.

Associado ao processo de análise territorial conseguimos levantar os equipamentos culturais, de lazer e esporte, figura 04. Dentro da área de especial interesse é perceptível poucas unidades, caso ocorra um incentivo de ocupação demográfica, é necessário pensar em novas infraestruturas complementares na região



Figura 04: Mapa equipamentos culturais, lazer e esporte da região do porto.

Fonte: Imagem do próprio autor.



Figura 05: Mapa saúde e educação da região do porto.

Fonte: Imagem do próprio autor.

Os indicadores de saúde e educação, figura 05, mostram poucas unidades na região de influência, acarretando o mesmo problema questionado na análise anterior referente a equipamentos que existem na região e apresentam capacidade suficiente de atender a nova demanda de projetos.

Apesar dos novos incentivos pela área de zona mista, alguns gabaritos deveriam ser repensados de modo a não separar a cidade a partir do novo desenho urbano, pois determinando um potencial de construção associado a um gabarito alto, em vez de incluir novamente a cidade excluiríamos novamente a região. Na figura 06, observamos os gabaritos adotados pela CDURP.

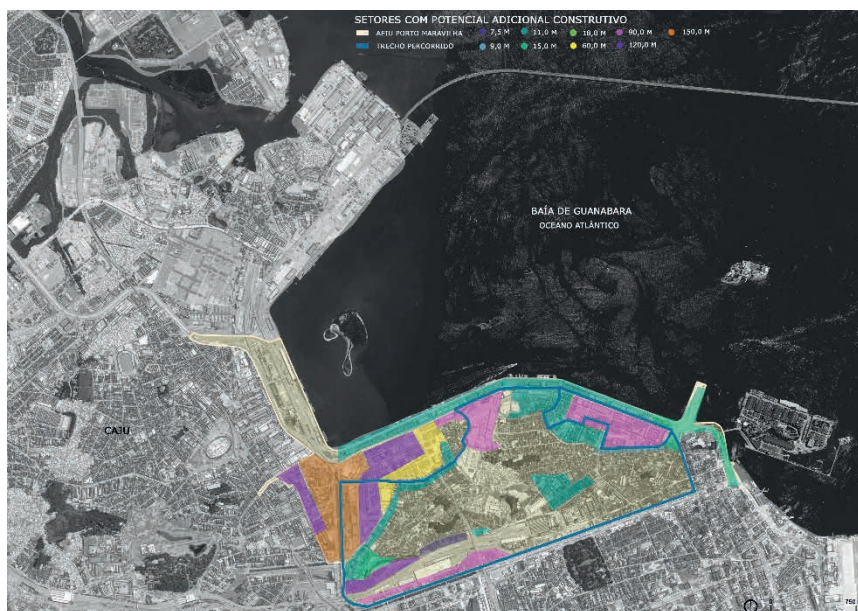


Figura 06: Setores com potencial adicional construtivo

Fonte: Porto Maravilha. Disponível em: https://portomaravilha.com.br/tabela_faixas

4 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da visita de campo e dos dados levantados conseguimos determinar três perguntas norteadoras com base na hipótese levantada:

1. Qual a influência de políticas público privadas na ordenação territorial?
2. Como o desenho urbano integra planos estratégicos e a legislação vigente como uma área de aplicabilidade de duas ações distintas?
3. De qual forma poderia se estabelecer a hinterlândia entre a borda costeira e a cidade do Rio de Janeiro?

A estruturação de perguntas norteadoras e da resolução da hipótese apresentada

neste trabalho permitiu identificar dois eixos estratégicos para reconversão da Zona portuária. As estratégias econômicas e urbanas, promovem ações no território e iniciativas que permitam a recuperação do seu espaço, na figura 07, observamos as estratégias aplicadas no território de estudo:

1. Estratégias econômicas: a. Otimização e integração dos espaços: a1. Reconversão econômica dos antigos galpões abandonados em uso misto; a2. Criação de objetos híbridos capazes de concentrar e irradiar dinâmicas econômicas; a3. Criação de objetos culturais articulados aos existentes; a4. Melhorar o sistema de logística; a5. Melhorar os acessos por transporte público para a região; b. Geração de empregos: b1. Formação de novos profissionais com a criação do polo econômico; c. Redes de inovação: c1. Áreas de formação educacional e reestruturação comercial; c2. Infraestrutura para moradores; d. Integração econômica mútua: d1. Incentivo ao turismo e comércio; valorização da imagem do espaço.

2. Estratégias urbanas: e. Continuidade de fluxos: 1e. Interligação de zonas econômicas; f. Valorização urbana: f1. Potencialização de atividades culturais e educacionais nas áreas lindeiras ao parque; g. Reciclagem urbana: g1. Consolidação do centro urbano e recuperação de áreas degradadas; h. Manifestações: h1. Promoção de eventos culturais ao longo do parque; i. Conexão otimizada: i1. Implantação de eixos nodais que permitam a conexão entre diferentes áreas da cidade; j. Reconquista urbana: j1. Reconversão econômica, cultural, educacional, urbana e turística. (LABSTRATEGY, et al. 2022).

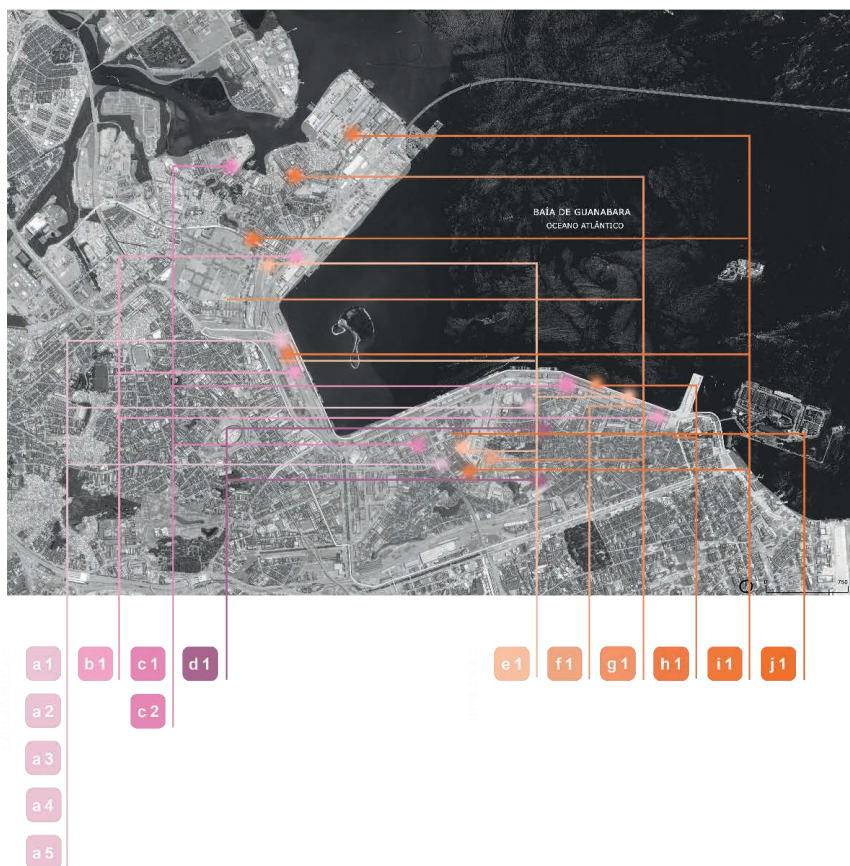


Figura 07 – Mapa de estratégias

Fonte: Imagem do próprio autor.

As estratégias atuam num macro território de modo a auxiliar os processos de revitalização da borda costeira relacionada a arquitetura e aos espaços urbanos. Apresentando como norteador a planificação direcionada para ações que viabilizem propostas, indiquem recursos e executem transformações (HERNÁNDEZ, 2012).

As ações estratégicas ultrapassam a região determinada como área de especial interesse urbanísticos devido ser uma área de expansão das atividades portuárias denominada de hinterlândia. No caso a área especial deveria ser prolongada até o final do caju (chegando no estaleiro Inhaúma) com objetivo de promover melhor reconexão territorial e analisar a influência das demais áreas vizinhas na consolidação deste espaço.

5 | CONCLUSÃO

A partir de uma análise metodológica e da aplicabilidade de estratégias projetuais, discorreremos a importância de usar elementos econômicos e urbanos associados que possibilitem conciliar a arquitetura e seus espaços residuais em áreas da borda costeira que necessitam retomar a sua hinterlândia.

Ao compreender a relação entre os diferentes componentes da orla costeira e suas estruturas, as estratégias projetuais visam revitalizar o espaço, desde que, com base na coleta de dados e discussões de pesquisa, cenários possam ser simulados para melhor compreender as propostas urbanas e fornecer melhor esquema de soluções e preencher as deficiências óbvias da sua implementação.

A partir da análise do projeto do Porto Maravilha, voltado para recuperação e melhoria da Zona Portuária do Rio de Janeiro, entendemos que apesar das novas setorizações e incentivos propostos pela prefeitura, existem áreas desconexas com a proposta de reconectar a cidade com a zona costeira, apesar do projeto buscar a dinamização da região e integrá-la com o restante da cidade, buscando diferentes funcionalidades na região.

O levantamento bibliográfico e a pesquisa de campo realizada permitiram observar que o porto do Rio de Janeiro ao longo dos últimos anos sofreu com a desvalorização urbana e socioeconômica da região, com tentativas falhas de revitalização do local e de integração da infraestrutura portuária com a cidade.

A pesquisa mostra a necessidade de uma revisão na política público privada que atua como forma de instrumento no porto, apresentando novas formas de ordenar os próximos investimentos e desenvolver uma melhor rede conectiva na área central. O novo desenho urbano irá proporcionar melhor relação entre pedestres, automóveis e a rede de infraestrutura voltada para a mobilidade do local.

A retomada da região central deve incluir a zona portuária novamente a cidade, de forma não excludente, a região demarcada como área de especial interesse deve transmutar no território, apresentando margens perimetrais que se reconectem com a cidade em vez de isolá-la.

REFERÊNCIAS

ANDREATTA, Verena. Cidades quadradas, Paraísos circulares: os planos urbanísticos do rio de janeiro XIX. Rio de Janeiro: Maud Editora Ltda, 2006.

ANDREATTA, Verena. Porto Maravilha Rio de Janeiro + 6 casos de sucesso de revitalização portuária. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2010.

BENCHIMOL, Jaime Larry. Pereira Passos: Um Hausmann Tropical: a renovação urbana da cidade do rio de janeiro no início do século XX. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, 1992.

CARDOSO, E. et al. História dos Bairros: Saúde, Gamboa e Santo Cristo. Ed. Index, Rio de Janeiro, 1987.

CARDOSO, I. C. C.; SILVA, C. R. A dinâmica capitalista da operação urbana consorciada do porto do rio: Flexibilização da legislação urbana, apropriação privada do fundo público e financeirização da terra urbana. *Libertas (UFJF. Online)*, v. 13, p. 00-00, 2013.

CONSTANTE, Jonas Mendes; SEABRA, Fernando; SANTOS, Sílvia dos; MACEDO, Reynaldo; TEIXEIRA, Sergio Grein; VALENTE, Amir Mattar; MONTENEGRO, Luis Claudio Santana. Introdução ao planejamento portuário. São Paulo: Aduaneiras, 2016.

FERNÁNDEZ GÜEL, JOSÉ MIGUEL. Planificación Estratégica de Ciudades: nuevos instrumentos y procesos. Editora Reverté. Barcelona, 2006.

FRIDMAN, Fania; FERREIRA, Mário Sérgio Natal. Os portos do Rio de Janeiro Colonial. In: Encuentro de geógrafos de américa latina, 6, 1997, Buenos Aires. Actas de trabajos 6º Encuentro de Geógrafos de America Latina. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, 1997. v. 1. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal6/Geografiasocioeconomica/Geografiahistorica/464BIS.pdf> Acesso em: 20 fev. 2022.

GALHARDO, L.C.G. Um estudo da reabilitação e revitalização da obra do porto maravilha. Rio de Janeiro: UFRJ / escola politécnica, 2017.

GONÇALVES, Guilherme Leite; COSTA, Sergio. Um porto no capitalismo global: desvendando a acumulação entrelaçada no rio de Janeiro. São Paulo: Boitempo, 2020.

HERNÁNDEZ, C. A. Metrópoles e as fronteiras marítimas: análises das cidades de Buenos Aires, Montevideu e Rio de Janeiro. Mestrado Mackenzie, São Paulo, 2004.

HERNÁNDEZ, C. A. Estratégias Projetuais no Território do Porto de Santos. Doutorado Mackenzie, São Paulo, 2012.

HERNÁNDEZ, C. A. A Hinterlândia como promotora territorial de áreas em transformação advindas do processo de desindustrialização. Pós-doutorado USP, São Paulo, 2021.

SOUZA, Clarissa D.C. Planejamento urbano e políticas públicas em projetos de requalificação de áreas portuárias: Porto de Santos - desafio deste novo século. 2006. Dissertação de Mestrado - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.

POTENCIALIDADES DAS ESPLANADAS FERROVIÁRIAS NA PRESERVAÇÃO DA PAISAGEM URBANA: ESTUDO DE TRÊS CIDADES NA REGIÃO ALTA SOROCABANA

Data de submissão: 14/04/2023

Data de aceite: 02/05/2023

Arlete Maria Francisco

Universidade Estadual Paulista - Unesp,
Faculdade de Ciências e Tecnologia -
Campus de Presidente Prudente
Presidente Prudente, São Paulo
Lattes iD: <http://lattes.cnpq.br/8570153466984220>

RESUMO: O processo de ocupação da Alta Sorocabana esteve atrelado à expansão da rede ferroviária e das fronteiras agrícolas para o interior do estado de São Paulo e à mercantilização do solo, no início do século XX. No entorno de cada estação da Estrada de Ferro Sorocabana, nessa região, surgiu um núcleo urbano, cujo desenho segue o princípio racionalizador de divisão de terras com a finalidade de facilitar a demarcação e a venda dos lotes. Na ausência de reservas de terrenos para os edifícios públicos, esses eram construídos em alguma área recortada da esplanada ferroviária ou em algum lote doado pelo colonizador. O objetivo deste trabalho é discutir as potencialidades das áreas ainda vazias das esplanadas ferroviárias na constituição de espaços livres públicos e para a preservação da paisagem urbana, a partir do estudo de três cidades: Martinópolis,

Regente Feijó e Presidente Venceslau. Este estudo se faz por meio do método da visão tripartite de análise morfológica que permite compreender o processo de transformação da forma urbana e de suas permanências ao longo do tempo. Os resultados mostraram que as esplanadas ferroviárias das três cidades, que outrora se constituíram como marcos de sua fundação, passaram por um processo semelhante de parcelamento e de alteração da ocupação e uso do solo, mas, no entanto, as áreas ainda vazias constituem-se potenciais espaços livres públicos, contribuindo para a preservação da memória ferroviária, importante para a preservação da história e da paisagem urbana.

PALAVRAS-CHAVE: Alta Sorocabana; Sistema de Espaços Livres Públicos; Morfologia Urbana

POTENTIALITIES OF THE RAILWAY STATION SURROUNDINGS IN THE PRESERVATION OF THE URBAN LANDSCAPE: A STUDY OF THREE CITIES IN ALTA SOROCABANA

ABSTRACT: The process of occupation of Alta Sorocabana was linked to the expansion of the railway network and the agricultural

frontiers to the interior of the state of São Paulo and the commodification of the land, in the beginning of the 20th century. Around each station on the Estrada de Ferro Sorocabana, in this region, an urban core emerged, whose design follows the rationalizing principle of land division in order to facilitate the demarcation and sale of lots. In the absence of land reservations for public buildings, these were built in an area surrounding the train station or on a plot donated by the colonizer. The objective of this paper is to discuss the potential of the still empty areas surrounding the train station in the constitution of public open spaces and for the preservation of the urban landscape, based on the study of three cities: Martinópolis, Regente Feijó and Presidente Venceslau. This study is carried out through the method of the tripartite view of morphological analysis, which allows understanding the process of transformation of the urban form and its permanence over time. The results showed that the railway station surroundings of those three cities, which were once constituted as landmarks for the foundation of urban centers, had a similar process of subdivision and alteration of occupation and land use, however, the areas still empty constitute potential public open spaces, contributing to the preservation of railway memory, important for the preservation of history and the urban landscape.

KEYWORDS: Alta Sorocabana; System of Public Open Spaces; Urban Morphology

1 | INTRODUÇÃO

No início do século XX, a Estrada de Ferro Sorocabana (EFS) se estendeu até as fronteiras do estado de Mato Grosso do Sul, favorecendo a exploração econômica de uma vasta região, até então ocupada pelos povos indígenas. Além disso, havia um interesse do governo, de ordem política e militar, de ligar o Oeste ao litoral, demarcando e ocupando as fronteiras territoriais para garantir a soberania do país (ALDRIGHI&SAES, 2005).

De acordo com Matos (1974), a expansão da ferrovia que num primeiro momento seguiu a produção do café, no Oeste Paulista, abriu frentes para a agricultura e para a ocupação do território, caracterizando-se como linha de penetração (Figura1).

Na Alta Sorocabana – região correspondente aos últimos 200 quilômetros da EFS –, no entorno de cada estação da linha tronco da ferrovia, surgiu um núcleo urbano (FRANCISCO, 2021), resultado de dois fatores: primeiro, a venda de terras era uma atividade menos incerta e mais lucrativa que a agricultura e, segundo, como a posse de terras nessa região era duvidosa, os vendedores se apressaram em fundar patrimônios, a fim de atrair um número grande de pessoas e assegurar o seu direito de posse (MOMBEIG, 1984). Sendo assim, inexistiu, nestas cidades, o antigo sistema de formação urbana a partir do patrimônio religioso, isto é, das terras doadas à Igreja.

AS FERROVIAS DE SÃO PAULO



Figura 1 – As ferrovias de São Paulo como linha de Penetração, com destaque para as três cidades estudadas. Fonte: Francisco, 2015, p.89, redesenhado pela autora.

Portanto, a natureza dessas cidades esteve ligada a questão da terra enquanto mercadoria, do seu domínio e distribuição e, deste modo, não houve preocupação com os princípios norteadores de desenho urbano. O plano bidimensional seguia apenas o princípio racionalizador de divisão de terras com a finalidade de facilitar a demarcação e a venda dos lotes. Nesse sentido, o principal componente que confere peculiaridade, caráter e qualidade dos espaços urbanos – o espaço livre público – é restrito às vias de circulação.

Em pesquisa realizada sobre 15 cidades da Alta Sorocabana, Francisco (2021) constatou que, em apenas poucos núcleos, observou-se a especificação de espaços para a praça e para a igreja e, em nenhum, houve preocupação com os edifícios públicos e com o sistema de espaços livre públicos (SELP). Na ausência dessas reservas, após a chegada dos primeiros moradores, a capela era construída em algum terreno doado. Já a praça e os edifícios públicos surgiam em uma área recortada da esplanada ferroviária (FRANCISCO, 2021).

Este trabalho apresenta o estudo de três dessas cidades, Martinópolis, Regente Feijó e Presidente Venceslau, cujos desenhos têm as mesmas características (Figura 2).

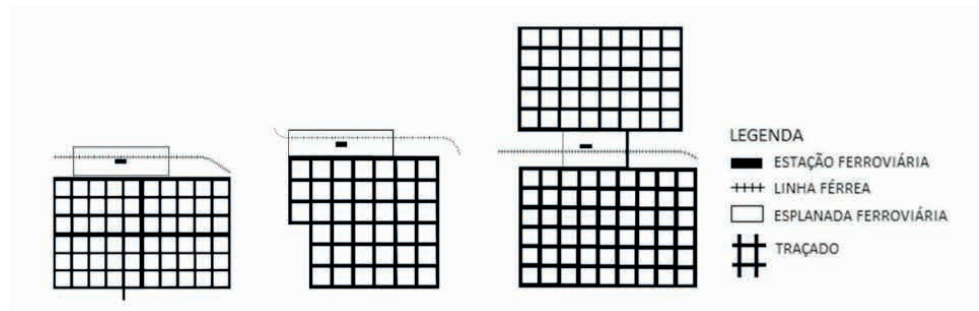


Figura 2 – Núcleos primitivos das cidades de Martinópolis, Regente Feijó e Presidente Venceslau, da esquerda para a direita. Fonte: elaborado pela autora.

Este estudo se faz por meio do método da visão tripartite de análise morfológica conceituada por M. Cozen (COSTA, 2017). Os estudos da forma urbana permitem não apenas o entendimento da forma da cidade atual, mas também de sua gênese e das transformações ocorridas ao longo do tempo. As paisagens urbanas refletem o modo como a sociedade ocupa e transforma o território e, desse modo, faz-se importante conhecer os motivos que embasam as ações de uma determinada sociedade, em determinada época.

Assim, primeiramente são apresentadas as principais características dos planos que originaram essas cidades a partir do contexto de ocupação do Oeste Paulista, no início do século XX, e para tanto, foi utilizada a bibliografia disponível das cidades. Na sequência, foram analisados o tecido e o uso e ocupação da área da esplanada de cada cidade, ao longo do tempo, considerando três períodos evolutivos, determinados a partir do crescimento urbano e populacional, bem como das transformações socioeconômicas e culturais que resultaram em novas demandas. Para a elaboração da cartografia, utilizou-se as plantas históricas do Arquivo Público do Estado de São Paulo e os levantamentos cartográficos realizados pela Companhia Ferroviária Sorocabana realizados nas décadas de 1940, 1950 e 1980.

21 AS TRANSFORMAÇÕES E PERMANÊNCIAS DAS ESPLANADAS FERROVIÁRIAS

As esplanadas das estações se constituíam de amplos retângulos alongados onde se encontravam, à princípio, a estação e os trilhos para manobra dos trens. A partir de 1919 com a estatização da ferrovia e das reivindicações dos trabalhadores, são construídas casas operárias e armazéns para estocagem de mercadorias (MOREIRA, 2008). Em Martinópolis, a esplanada media aproximadamente 100 x 600 metros; em de Regente Feijó, 80 x 500 metros e em de Presidente Venceslau, 500 x 180 metros.

Foi possível identificar três períodos evolutivos nas cidades estudadas que se refletiram em suas esplanadas ferroviárias. O primeiro – entre as décadas de 1920 a 1940

–, de ocupação inicial do núcleo urbano e da transformação do loteamento em cidade, é quando se constróem os primeiros edifícios que possibilitam a vida urbana: a igreja, o grupo escolar, os edifícios públicos e a praça. O segundo período – décadas de 1950 a 1980 – é marcado pelo crescimento populacional urbano e expansão da cidade. O último período, após década de 1990, é caracterizado pela falência do transporte ferroviário, pela predominância de população urbana nas cidades e pelo aumento das demandas por espaços públicos.

2.1 Martinópolis

A estação ferroviária de Martinópolis foi inaugurada em 1917 e, em 1924, é aberto o primeiro loteamento defronte à estação (DALTOZO, 1999). A morfogênese da esplanada é constituída pela estação, algumas casas para os funcionários da empresa e um pequeno deposito de madeira (Figura 3).

De acordo com Daltozo (1999), até a década de 1940, a cidade tinha aspecto rural, com sua edificação simples, sendo boa parte em madeira, e ruas de terra. A primeira igreja, a Matriz Santa Bibiana, e o Grupo Escolar foram inaugurados em 1939 em terrenos doados pelo fundador. Neste mesmo ano, é aberto o 2º loteamento, no lado posterior à estação. Entretanto, de acordo com o autor, esse bairro levaria quase três décadas para se consolidar. A única intervenção na esplanada são os acessos à estação e ao armazém, além da construção de outras casas para funcionários da ferrovia (Figura 4a).

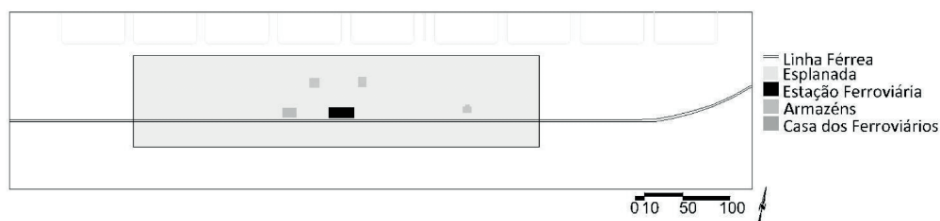


Figura 3 – Uso e ocupação da Esplanada de Martinópolis em 1924. Morfogênese. Fonte: elaborado pela autora.

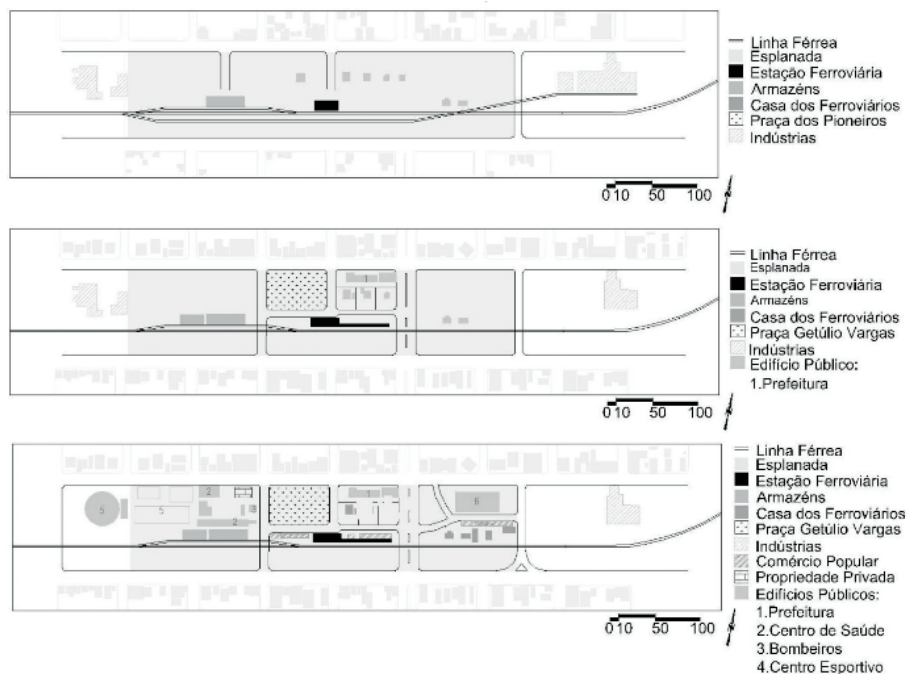


Figura 4 – Uso e ocupação da Esplanada de Martinópolis em 1939, 1982 e 2018. Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo, Escritório Regional da Inventariança da RFFSA em São Paulo e trabalho de campo realizado em 2018, respectivamente. Elaboração da autora.

De acordo com a planta disponível no escritório da Inventariança da RFFSA, parte da esplanada seria transferida à municipalidade para urbanização da praça pública e acesso à estação. De acordo com Daltozo (1999), em 1960, quando a cidade vive o auge da produção do algodão, fez-se necessário modernizar as estruturas de transporte e, assim, a estação é ampliada.

Portanto, a década de 1950 é definida como o início do segundo período de transformação da esplanada com o seu parcelamento, a construção da praça Getúlio Vargas e da nova Prefeitura Municipal. Para a construção da praça, uma das moradias é demolida. Duas passagens para a Vila Alegre são abertas, sendo uma delas como ligação das duas igrejas – uma de cada lado da linha férrea – e a outra pela lateral da praça (Figura 4b).

O terceiro período caracterizado pelo crescimento urbano e populacional – quando o município passa a ser predominantemente urbano (INSTITUTO, 2018) – é quando os espaços vazios das laterais da esplanada são ocupados com edifícios públicos: Ginásio Municipal, em 1995, Estação Rodoviária, em 1986, além do Centro de Saúde e Bombeiros (Figura 4c).

Em 1996, quando cessa o transporte de passageiros, a estação é fechada e fica abandonada até 2005, quando é concedido o direito de uso à Prefeitura Municipal de

Martinópolis. Em trabalho de campo, observou-se que algumas salas abrigam o Banco do Povo, o Sebrae, o artesanato local e a biblioteca e, no saguão, um museu-estante, com fotos e objetos históricos. Já os armazéns foram adaptados para projetos culturais, tais como Projeto Guri, de música, e Espaço Cidadão, de atividades sociais para crianças e adolescentes.

A Figura 5 mostra o cartograma da evolução de sua paisagem urbana, elaborado a partir da evolução da esplanada, de fotos aéreas e de trabalho de campo. Os principais edifícios da cidade ainda são as duas igrejas e a estação ferroviária e, apesar de existir um edifício acima de 4 pavimentos, suas ruas preservam a paisagem do núcleo original.

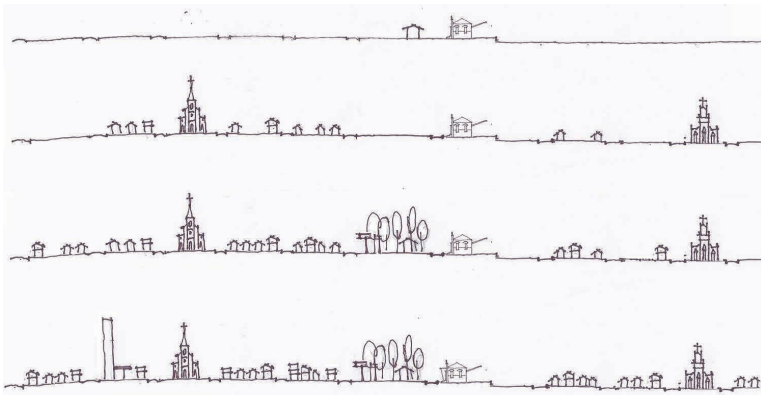


Figura 5 – Cartograma da evolução da paisagem de Martinópolis. Fonte: elaborado pela autora.

2.2 Regente Feijó

Em Regente Feijó, a estação é inaugurada em 1919 e o primeiro loteamento é aberto em 1922, pela Companhia Marcondes de Colonização (ENCICLOPÉDIA, 2016). De acordo com o relatório de 1920 da empresa (SOUZA, 1921), tinham sido entregues casas de ferroviários e um armazém em Regente Feijó, definindo a morfogênese da esplanada ferroviária (Figura 6).



Figura 6 – Uso e ocupação da Esplanada de Regente Feijó em 1922. Morfogênese. Fonte: elaborado pela autora.

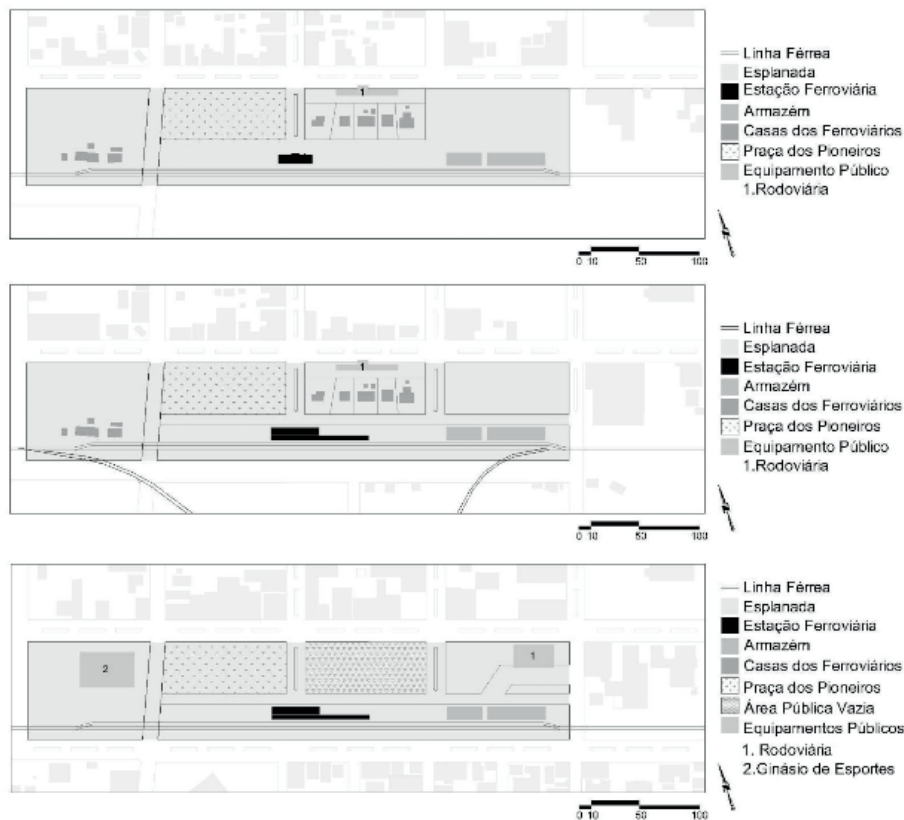


Figura 7 – Uso e ocupação da Esplanada de Regente Feijó em 1941, 1982 e 2018. Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo, Escritório Regional da Inventariança da RFFSA em São Paulo e trabalho de campo realizado em 2018, respetivamente. Elaboração da autora.

A foto aérea oblíqua de 1940 do Instituto Geográfico e Cartográfico do Estado de São Paulo (IGC) registra a existência de uma praça e de uma igreja. Não foram obtidas informações quanto a origem do terreno da Praça da Fonte Luminosa, mas o terreno da igreja Matriz N.S. Aparecida, a primeira da cidade, foi doado, de acordo com o site da paróquia.

No primeiro período evolutivo, além das casas e do armazém, foi construída a praça da estação. A área da esplanada é cortada por uma avenida que dá acesso às quatro quadras do outro lado da linha férrea e à estrada para Presidente Prudente, principal cidade da região (Figura 7a).

Na época de sua emancipação, que ocorreu em 1935, Regente Feijó contava com uma população de 21.800 pessoas, das quais apenas cerca 10% viviam na cidade, cujos serviços eram ainda incipientes (INSTITUTO, 2018). Em matéria de 1938 do periódico O Estado de São Paulo foram relatadas as péssimas condições do embarque de pessoas e mercadorias pela estação de Regente e do armazenamento dos produtos (ENCICLOPÉDIA,

2016). Entretanto, é somente em 1960, consoante ao programa de melhorias do governo do estado, uma nova estação mais ampla é construída, com outro padrão construtivo, em concreto armado.

Neste período, o processo de parcelamento da área da esplanada é finalizado e, para tanto, algumas casas são demolidas. Na porção do terreno posterior às residências, é construída a primeira estação rodoviária e, do outro lado da linha férrea, é aberta uma rua margeando esta, dando acesso às fábricas ligadas ao beneficiamento do algodão (Figura 7b).

De acordo com o INSTITUTO (2018), em 1980, a maioria da população vivia na cidade (cerca de 65%) e, segundo Panini (1980), é nessa década que as ruas são asfaltadas. Nos dois extremos da área da esplanada, são construídos o Terminal Rodoviário, em 1986, e o Ginásio Municipal de Esportes Reinaldo Albertini, em 1995 (Figura 7c).

Após o fechamento da estação em 1996, o edifício ficou abandonado e, em 2005, foi reformado para abrigar uma unidade de saúde – Estratégia de Saúde da Família (ESF Fepasa). Em trabalho de campo, observou-se que em um dos armazéns funciona o Clube da Terceira Idade e no outro funcionam alguns projetos sociais, entretanto, não há preocupação com a conservação das estruturas dos prédios. Em junho de 2017, a prefeitura demoliu as outras residências dos ferroviários localizadas no quarteirão defronte à estação, alegando que estavam com a estrutura comprometida e abandonadas (ROBERTO, 2017).

Porém, levantamentos realizados pela autora em 2016 comprovam que havia pessoas morando nas residências e, segundo relatos dos moradores, a prefeitura os estava pressionando para saírem das casas, oferecendo aluguel social. Os moradores ainda revelaram que havia interesse do poder público local em construir, em parceria com empresários locais, um empreendimento comercial.

De acordo com o relatório técnico enviado ao Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT) para a abertura de processo de tombamento, as casas apresentavam alguns problemas de fissuras e falta de manutenção, mas não foi detectado comprometimento das estruturas (BARROCÁ; BARON; HIRAO, 2016). Contudo, a resposta foi negativa e as demolições aconteceram no dia seguinte à notificação, provavelmente, com receio de que houvesse outras manifestações.

Regente Feijó também mantém preservada muito da paisagem do núcleo original, pela preservação do seu tecido urbano, a partir da evolução da esplanada, de fotos aéreas e de trabalho de campo (Figura 8).



Figura 8 – Cartograma da evolução da paisagem de Regente Feijó. Fonte: elaborado pela autora.

2.3 Presidente Venceslau

Em Presidente Venceslau, a estação foi inaugurada em 1921 e, no mesmo ano, dois loteamentos foram abertos: um defronte à estação e outro posterior a esta – Patrimônio de Antonio Mendes Campos Filho e Patrimônio Francisco de Paula, respectivamente –, pois os posseiros tinham pressa em ver suas terras demarcadas e registradas (ERBELLA, 2016). Na morfogênese da esplanada da estação se observa a demarcação dos lotes de ambos os lados (Figura 9).

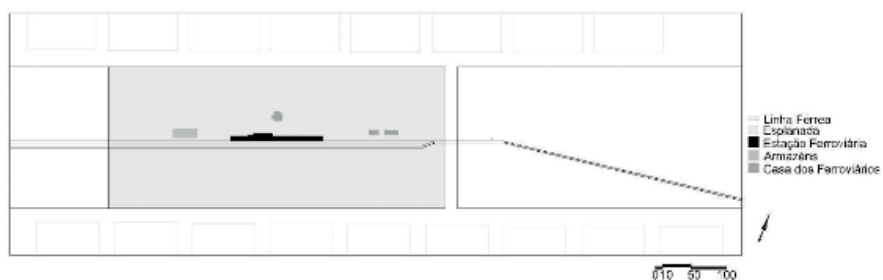


Figura 9 – Uso e ocupação da Esplanada de Presidente Venceslau em 1921. Morfogênese. Fonte: elaborado pela autora.

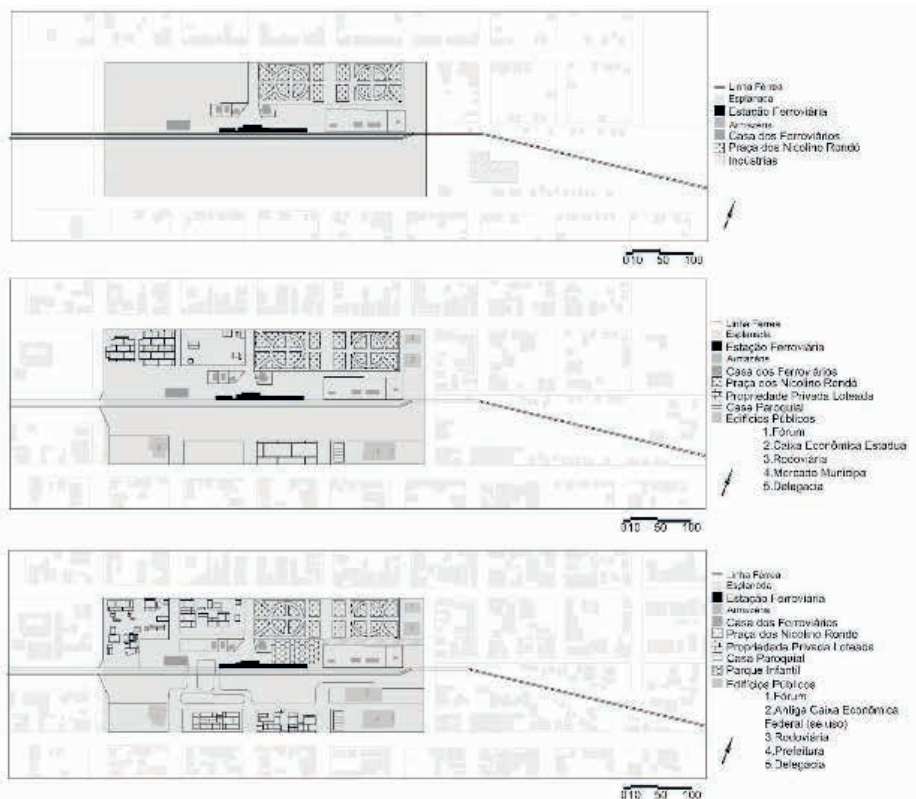


Figura 10 – Uso e ocupação da Esplanada de Presidente Venceslau em 1941, 1982 e 2018. Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo, Escritório Regional da Inventariança da RFFSA em São Paulo e trabalho de campo realizado em 2018, respectivamente. Elaboração da autora.

De acordo com Erbella (2016), em função da disputa entre colonizadores, a cidade se formou mais rapidamente, pois disputavam poder. Em 1926, a primeira capela de madeira é construída e, em 1938, a igreja Matriz de São Francisco de Paula no patrimônio de Francisco de Paula. Anos mais tarde, o pioneiro Mendes Campos doa um quarteirão em seu patrimônio para construir a outra igreja. Em 1930, inaugura o primeiro grupo Escolar em terreno também doado por Mendes Campo. A ampla esplanada que continha apenas a estação, o armazém e três residências de funcionários da companhia, é alterada com a construção da Praça Nicolino Rondó, outras casas operárias e a demarcação do caminho de acesso à estação (Figura 10a).

Duas faixas nos extremos da esplanada, defronte e posterior à estação são transferidas, em permuta, para a municipalidade, de acordo com a planta do Escritório da Inventariança da RFFSA, em São Paulo, constituindo-se em uma boa reserva de área pública, onde seriam construídos os edifícios públicos.

Na década de 1960, quando a população passa a ser predominantemente urbana (INSTITUTO, 2018), a cidade se expande com novos loteamentos e as demandas

aumentam. Parte da esplanada, agora do município, é loteada e são construídos, na parte frontal à estação, o prédio do Fórum e uma agência da Caixa Econômica Estadual e, na parte posterior, o mercado municipal, a estação rodoviária e a delegacia (Figura 10b).

No último período, as ruas dentro da área da esplanada são definidas e constrói-se um terminal rodoviário maior. Na parte frontal da estação, é construído um parquinho infantil e um shopping popular (Figura 10c).

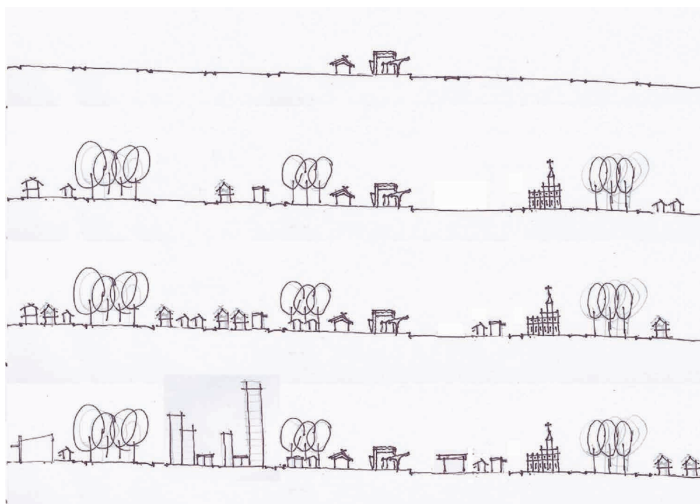


Figura 11 – Cartograma da evolução da paisagem de Presidente Venceslau. Fonte: elaborado pela autora.

Das três cidades, Presidente Venceslau é a que mais alterou seu tecido urbano e sua paisagem, com a modernização de sua edificação e com o início do processo de verticalização, observado em trabalho de campo (Figura 11).

31 OS ESPAÇOS VAZIOS DAS ESPLANADAS COMO POSSIBILIDADE DE QUALIFICAÇÃO DO SISTEMA DE ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS E PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA

Os núcleos das cidades estudadas não foram formados a partir de um plano urbanístico onde se define o caráter da cidade, os bairros e as relações entre eles, as hierarquias de vias, a localização dos edifícios públicos e sua organização, bem como o sistema de espaços livres públicos que conferem qualidade ao ambiente urbano e condição para personalização da cidade (FRANCISCO, 2021). Nas três cidades, observa-se a mesma orientação na demarcação do loteamento e a ausência de um sistema de espaços livres e de localização dos edifícios públicos. Com a ausência de solo público, as generosas áreas da esplanada passaram a se constituir em reservas de terra para os

edifícios e equipamentos públicos.

Foi possível verificar que a esplanada ferroviária destas cidades passou por diversas transformações em sua forma, algumas das quais foram resultado do processo natural de crescimento e desenvolvimento urbano, pois, não havendo espaços pré-definidos para a edificação pública e equipamentos, parte da área foi ocupada para esses fins: as praças e os terminais rodoviários das três cidades; a prefeitura em Martinópolis e Presidente Venceslau; os equipamentos de esportes em Martinópolis e Regente Feijó; e ainda a delegacia em Presidente Venceslau e o Centro de saúde em Martinópolis.

Outras, porém, foram resultado da coordenação das ações do poder público enquanto agente transformador do espaço urbano e da passividade da população carente de educação patrimonial e da 'coisa pública'. Demonstram isso, a privatização de algumas áreas em Presidente Venceslau e Martinópolis e a demolição das casas ferroviárias em Regente Feijó. Atualmente, com a desativação da ferrovia, esses espaços que, outrora se constituíram como marcos de fundação dos núcleos urbanos, ficam à mercê de interesses particulares.



Figura 12 – Área vazia da Esplanada de Martinópolis. Fonte: elaborado pela autora a partir da imagem do Google Earth, 2018 e fotos da autora, 2017.

Martinópolis é a que mais preserva seu patrimônio ferroviário e Regente Feijó a que menos preserva, mas, por outro lado, é a cidade que tem mais espaços livres qualificados. Presidente Venceslau é a que sofreu maior divisão e ocupação da esplanada.



Figura 13 – Demarcação da área vazia da Esplanada de Regente Feijó. Fonte: elaborado pela autora a partir da imagem do Google Earth, 2018 e fotos da autora, 2017.

Em Martinópolis, o SEL é formado, além das ruas, por pequenas praças de bairro, os largos das igrejas católicas e a praça Getúlio Vargas. Um parque linear na linha férrea poderia conferir identidade a esta cidade e consolidar um sistema de espaços livres qualificados (Figura12).

Em Regente Feijó, o espaço do leito da ferrovia, juntamente com o terreno das antigas moradias dos ferroviários, poderia conformar um percurso com paisagem própria, desde a praça maior até a Praça da Fonte Luminosa, passando pela Praça da Igreja (Figura 13).

Em Presidente Venceslau, o vazio da esplanada poderia configurar, juntamente com as duas praças, uma estrutura de grande riqueza, pois, dada a peculiaridade do núcleo original ter se formado a partir de dois patrimônios, há continuidade dos tecidos urbanos de ambos nos lados da estação (Figura 14).



Figura 14 – Demarcação da área vazia da Esplanada de Presidente Venceslau. Fonte: elaborado pela autora a partir da imagem do Google Earth, 2018 e fotos da autora, 2017.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho apresentou um estudo morfológico das esplanadas ferroviárias de três cidades da Alta Sorocabana, identificando as suas permanências e transformações ao longo do tempo.

A compreensão de suas historicidades oferece subsídios para pensar em estratégias de conservação das estruturas ferroviárias por meio da incorporação da área vazia da esplanada ao sistema de espaços livres públicos, contribuindo para a preservação da memória ferroviária, importante para a preservação da história e da paisagem urbana, não apenas destes municípios, mas também da região da Alta Sorocabana. Além disso, poderia possibilitar maior identidade das cidades construídas a partir de um mesmo padrão urbanístico.

Entretanto, ainda é preciso avançar na educação urbanística e patrimonial, bem como nos processos de participação social a fim de que estas cidades não percam o que restou do patrimônio ferroviário e de sua memória.

AGRADECIMENTOS

Ao Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) pelo apoio à pesquisa por meio do Edital Universal.

REFERÊNCIAS

ALDRIGHII, D. M.; SAES, F. A.M. II Financing pioneering railways in São Paulo: the idiosyncratic case of the estrada de Ferro Sorocabana (1872- 1919). *Revista de Estudos Econômicos*, vol.35 (1), 2005. <https://doi.org/10.1590/S0101-41612005000100005>.

BARROCÁ, N.; BARON, C. M. P; HIRAO, H. Conjunto de residências da FEPASA – Ferrovia Paulista S/A. Laudo Técnico. Mimeo, 2016.

COSTA, S. de A. P. *Fundamentos de morfologia urbana*. Belo Horizonte: C/Arte, 2015.

DALTOZO, J. C. *Martinópolis, sua história e sua gente*. Martinópolis: Gráfica Martipel Ind. e Com. Ltda, 1999.

ENCICLOPÉDIA dos Municípios Brasileiros (EMUBRA). Disponível em: http://camaraprudente.sp.gov.br/historia/hist_oeste/index.html. Acesso em: 10 de junho de 2016.

ERBELLA, I. *Presidente Venceslau: Nossa Terra, Nossa Gente*. 2. ed. - rev. corrig. ampl. Presidente Venceslau: Artes Gráficas Pedriali Ltda, 2016.

FRANCISCO, A. M. A quadricula como estratégia de desenho urbano das cidades planejadas ao longo da linha férrea na Alta Sorocabana. *Oculum Ensaios*, v. 18, 2021. <https://doi.org/10.24220/2318-0919v18e2021a4781>.

FRANCISCO, A. M. A EFS como linha de penetração para a ocupação da Alta Sorocabana In: FIORIN, E.; HIRAO, H. (Orgs.). *Cidades do Interior Paulista: Patrimônio Urbano e Arquitetônico*. Jundiaí: Paco: Cultura Acadêmica, 2015.

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Cidades. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br>. Acesso em: 10 de maio de 2018.

MATOS, O. N. de. *Café e ferrovias: a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira*. São Paulo: Alfa-Omega, 1974.

MONBEIG, P. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: Hucitec: Editora Polis, 1984.

MOREIRA, M. de F. S. *Ferrovários, trabalho e poder*. São Paulo: Editora Unesp, 2008.

PANNAIN, R. *Estudos Básicos para o Planejamento Municipal: Regente Feijó* (SP). Presidente Prudente, Faculdade de Ciências e Tecnologia, de Presidente Prudente (mimeo), 1980.

ROBERTO, W. Casas históricas são demolidas pela prefeitura em Regente Feijó. In: *G1*. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/presidente-prudente-regiao/noticia/>. Acesso em 07/04/2023.

SOUZA, P. C. Relatório da Estrada de Ferro Sorocabana referente ao ano de 1920. São Paulo, Casa Vanorden. Disponível em <https://archive.org/details/ciasorocabana1920>. Acesso em: 10 de janeiro de 2016.

PEDRO HENRIQUE MÁXIMO PEREIRA - Doutor (2019) e Mestre (2014) em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de Brasília. Arquiteto e Urbanista pela Universidade Estadual de Goiás (2011), Artista Visual Universidade Federal de Goiás (2014) e especialista em Educação (AME) pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2021). É pesquisador e professor do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual de Goiás, professor Assistente I do curso de Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-Goiás). Nestas instituições coordena pesquisas sobre a obra do sociólogo polonês Zygmunt Bauman, sobre aeroportos e, de modo abrangente, sobre a cidade contemporânea. É vencedor do Prêmio Brasília 60 anos de Tese (2020), com a trabalho: O entre-Metrópoles Goiânia-Brasília: história e metropolização.

A

Alta Sorocabana 179, 180, 181, 193, 194

Anastilosis social 81

Apropiação del espacio 81, 90, 95

Arquitetura 8, 13, 15, 16, 17, 21, 22, 23, 25, 27, 28, 30, 31, 33, 34, 37, 38, 43, 44, 45, 48, 49, 50, 51, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 64, 67, 78, 107, 108, 109, 111, 113, 118, 121, 123, 124, 126, 127, 128, 129, 130, 132, 137, 138, 139, 140, 141, 143, 145, 146, 147, 148, 150, 152, 160, 161, 163, 164, 166, 176, 177, 178, 195

Arquitetura bancária 48, 49, 50, 59, 61

Arquitetura Pomerana 31, 33, 37, 44, 45

Arte feminista 81

Atelier de projeto 128, 129, 130, 131, 135, 137, 138

B

Banco de dissertações 140

Belle Époque 1, 3, 4, 6, 7, 9, 10, 11, 12, 13, 14

Biofilia 65, 66, 70, 78, 79, 80

Brasil 4, 6, 7, 8, 9, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 27, 28, 29, 30, 31, 33, 34, 35, 36, 37, 39, 45, 46, 48, 50, 51, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 64, 65, 67, 68, 78, 79, 105, 129, 138, 139, 140, 141, 142, 144, 145, 151, 154, 156, 161, 162, 164, 166, 171

C

Camelôs 98, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106

Casa Douglas 107, 108, 109, 110, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124

Casa-Grande 48, 49, 51, 52, 58, 59, 62

Casa Unifamiliar Moderna 107, 108

Centros Urbanos 67, 74, 150, 152, 154, 155, 159, 160, 161, 163

Ciudad de México 81, 82, 84, 87, 92, 93

Cross-Laminated Timber 127, 128, 129, 135, 138

D

Desenvolvimento territorial 165

Design biofílico 64, 65, 66, 70, 74, 78

E

Ensino de projeto 127

Espírito Santo 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46

G

Gestão Urbana 165

H

Habitação mínima 127, 128, 130, 133

I

Imigrantes 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 40, 41, 44, 45, 46, 47, 58, 68

Informalidade 98, 103

L

Lima Barreto 1, 4, 5, 6, 7, 11, 13

Literatura 1, 2, 5, 8, 14, 64, 66, 84, 99

M

Madeira engenheirada 127, 128, 137

Mapeamento das publicações 140

Misericórdias 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 27, 29

Moda 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 10, 12, 13, 14

Morfologia Urbana 179, 194

P

Palacio de Bellas Artes 81, 82, 83, 84, 85, 87, 88, 93, 94, 95, 97

Pan-Americanismo 48, 51

Patrimônio Cultural 31, 33, 37, 45, 61, 140, 144, 145, 146, 147, 152, 157, 158, 159

Percepção Ambiental 150, 152, 159, 163

Pobreza 1, 6, 7, 13, 67

Pomeranos 31, 32, 33, 34, 36, 37, 38, 41, 42, 43, 44, 45, 46

Porto Maravilha 164, 165, 167, 168, 169, 170, 171, 174, 177, 178

Precarização do Trabalho 98, 100, 105

R

Reabilitação de Edificações 150, 152, 155, 156, 159, 163

Richard Meier 107, 108, 109, 110, 112, 114, 123, 124, 125, 126

S

Santa Casa 17, 18, 20, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 30

Santa Maria de Jetibá 31, 32, 33, 34, 38, 44, 45, 46

Sistema de Espaços Livres Públicos 179, 190, 193

U

Unidade de Acolhimento 65, 69

Urbanismo 15, 67, 78, 88, 90, 97, 127, 129, 130, 132, 138, 139, 141, 143, 144, 148, 150, 152, 160, 161, 162, 163, 164, 170, 178, 195

Z

Zona Portuária 164, 165, 167, 168, 169, 171, 175, 177

ARQUITETURA E URBANISMO

e o tripé:
Sociedade, política e economia



www.atenaeditora.com.br



contato@atenaeditora.com.br



[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)



www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Atena
Editora
Ano 2023

ARQUITETURA E URBANISMO

e o tripé:
Sociedade, política e economia



www.atenaeditora.com.br



contato@atenaeditora.com.br



[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)



www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Atena
Editora

Ano 2023